

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.  
CENTRO DE TECNOLOGIA.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO.**

**MARIA HELENA DE ANDRADE AZEVEDO**

**PATRIMÔNIO URBANO:  
O persistente desencontro entre a teoria e a prática observado nas ações do  
Programa Monumenta.**

**João Pessoa**

**2022**

**MARIA HELENA DE ANDRDE AZEVEDO**

**PATRIMÔNIO URBANO:**

**O persistente desencontro entre a teoria e a prática observado nas ações do Programa Monumenta.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor.

Linha de Pesquisa: Produção e Apropriação do Edifício e da Cidade.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Berthilde Moura Filha

**João Pessoa**

**2022**

## Ficha Catalográfica

A994p Azevedo, Maria Helena de Andrade.

Patrimônio urbano: o persistente desencontro entre a teoria e a prática observado nas ações do Programa Monumenta / Maria Helena de Andrade Azevedo. - João Pessoa, 2022.

265 f. : il.

Orientação: Maria Berthilde Moura Filha. Tese (Doutorado)  
- UFPB/CT.

UFPB/BC

CDU 72:719(043)

PATRIMÔNIO URBANO: O persistente desencontro entre a teoria e a prática observado nas ações do Programa Monumenta.

Por

Maria Helena de Andrade Azevedo

Trabalho de Tese aprovado em 02 de maio de 2022.



Prof.ª Dr.ª Maria Berthilde Moura Filha  
(Orientadora/Presidente – PPGAU/UFPB)



Prof.ª Dr.ª Doralice Sátyro Maia  
(Avaliadora Interna - PPGAU/UFPB)



Prof. Dr. Ivan Cavalcanti Filho  
(Avaliador Interno - PPGAU/UFPB)



Prof.ª Dr.ª Manoela Rossinneti Rufinoni  
(Avaliadora Externa – PPGHA/UNIFESP)



Prof. Dr. José Simões de Belmont Pessôa  
(Avaliador Externo – PPGAU/UFF)



Prof. Dr. José Clewton do Nascimento  
(Avaliador Externo – PPGAU/UFRN).

Para Mabel, Artur, Maria Heloísa e Francisco,  
Pelo olhar que compreende, pelo abraço que envolve, pelo colo que acolhe,  
pelo silêncio que respeita, pela palavra que conforta, pelo sorriso que alegra,  
pelo amor que existe entre nós.

“..... a cidade pode apresentar-se em roupas de trabalho, mas as poucas praças e ruas principais deveriam poder apresentar-se em trajes domingueiros, para alegria e orgulho dos cidadãos...”

Camillo Sitte (1992, p. 101)

## AGRADEÇO

Aos meus pais, Antônio (*in memoriam*) e Mabel, pelo exemplo de como superar as dificuldades da vida.

A Artur, por ser um irmão tão presente.

A Helô e a Francisco, por me fazerem sorrir.

À Prof<sup>a</sup>. Berthilde, pela paciência, pelo cantinho do estudo, pelas leituras sempre tão atentas, pelos questionamentos pertinentes e pelo ouvido amigo.

À Prof<sup>a</sup>. Doralice Maia, pela energia positiva e entusiasmo contagiante pela pesquisa.

Ao Professor Xico Costa por ministrar aulas inusitadas.

A Sinval, por ter sido sempre tão atencioso.

Aos Professores José Pessoa (UFF), Manoela Rufinoni (UNIFESP) e J.Clewton (UFRN) pelas observações e sugestões propostas a essa pesquisa.

Às Professoras Mariely Santana e Marcia Sant'Anna, pela atenção e pelos diálogos quando da minha ida à UFBA.

Ao Professor Romeu Duarte Jr., por ter tirado um pouquinho do seu tempo, em meio ao corre-corre da UFC, para conversar sobre o Largo do Théberge.

Aos Arquitetos Carlos Alberto Maciel (Belo Horizonte), Carlos Café (Brasília), Nelson Serra, Campelo Costa e Aída Montenegro (Fortaleza), por terem abertos as portas de seus escritórios para conversarmos sobre os projetos e as obras aqui estudados.

A Claudia Ruberg, por ser minha amiga há anos e ao pequeno Guilherme, meu afilhado, pelos desenhos coloridos que estão nas paredes do meu ambiente de estudo.

A Lila, Daniely e Zefinha, por sustentarem as pontas do “mundo mágico de Bel” e serem tão cuidadosas. Sem vocês, esse trabalho não existiria.

A Simone Morais e José Alysson, pelas interlocuções sobre fazer uma tese de doutorado.

À Família LPPM 2: dentro desse laboratório, além de fazer pesquisas, eu encontrei pessoas valiosíssimas. O meu obrigada a Dandara Souza, Emmanuel von Szilagy, Filipe Valentim, Francisco Oliveira, Gabriela Fernandes, Georgia Ribeiro, Gilson Ferreira, Jéssica Rabello, Luana Abrantes, Mariane Dâmaso e ao Prof. Ivan Cavalcanti.

Às Meninas do CAC – Beth, Raquel, Tomásia, Erika, Ira, Kássia, Lua e Janice, por ainda hoje mantermos a amizade nascida dentro do curso de Arquitetura da UFPE.

A D. Ana, Adriana e Luna, pelo carinho com que acolheram em Ouro Preto e também a Simone e Rafael pela delicadeza de terem me recebido em Aracaju.

A Maria do Desterro Leiros e Suamy Nunes, porque fui procurar profissionais da área de saúde e encontrei amigas.

Ao arquiteto Eduardo Rojas, funcionário do BID, pelo envio de documentos.

Ao Prof. Ivan Cavalcanti e a Sergio Malinow pela revisão no *Abstract* e no *Resumen*, respectivamente.

A David Macedo, por ter resolvido tão bem os problemas de conexão da internet, fazendo a transmissão da defesa ocorrer de modo tranquilo.

Para coletar os dados da pesquisa, as ruas de algumas cidades foram percorridas, as portas de algumas instituições foram abertas e pessoas especiais foram ali encontradas. Assim, eu agradeço:

Em Fortaleza: à bibliotecária Elisabete Gonçalves, ao arquiteto Ramiro Teles e à estagiária Karina Melo, no IPHAN, e a Antônio Eduardo, na Controladoria Geral da União.

Em Mariana: às arquitetas Letícia Oliveira e Sibebe Passos, a Cássio Vinício Sales e ao voluntário Carlos Osório, no IPHAN; a Geraldo Sales e Marco Túlio Maia, no Arquivo Municipal.

Em Ouro Preto: a Deise Lustosa, no Museu da Inconfidência, e a Fátima Guido, na Fundação de Artes de Ouro Preto.

Em Aracaju: aos arquitetos Tatiana de Carvalho Costa e Wellington Costa e a Alex Souza, estagiário no IPHAN – sem a colaboração de vocês, o muito pouco não teria sido localizado ou identificado.

Em São Cristóvão: às artesãs Carmem Verônica e Tia Maria, na Casa das Bonecas.

Em Brasília: a Sandra Magalhães Correa, Valmor Zanoni e Luciano Barbosa, na sede do IPHAN.

À CAPES, pela bolsa de apoio que permitiu a realização da pesquisa em diferentes localidades.

E, por fim, se hoje você está lendo esse volume é porque muitas lutas foram travadas e incontáveis batalhas foram vencidas. Então, eu agradeço a Deus por ter conseguido realizar esse trabalho.

## RESUMO

AZEVEDO, Maria Helena de Andrade. **Patrimônio Urbano: O persistente desencontro entre a teoria e a prática observado nas ações do Programa Monumenta**. Tese. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, 2017.

Desde o século XIX que várias orientações sobre como intervir no patrimônio vem sendo expressas a partir da obra dos teóricos da conservação e, já no século XX, também por meio das cartas patrimoniais. Diante desses olhares analíticos, situam-se o surgimento e a consolidação da restauração como campo disciplinar específico que vai se dedicar a propor, intervir, acompanhar e questionar ações relativas às estruturas arquitetônicas e urbanas de distintos momentos históricos. Essas teorias são pautadas por preocupações com a valorização, a deterioração, as técnicas de restauração, o respeito ao patrimônio, a cooperação e a educação patrimonial, consolidando a existência de um arcabouço teórico. Ao se observar os programas de preservação do patrimônio cultural levados à cabo por meio de ações governamentais no Brasil contemporâneo, a exemplo do Programa Monumenta (1996-2010), percebe-se que o patrimônio urbano também têm sido alvo de ações, numa situação diferente dos tempos nos quais apenas os monumentos históricos recebiam atenção. Essa tese de doutorado perguntou como as recomendações preservacionistas e também aquelas das cartas patrimoniais foram interpretadas pelo Monumenta. Foi fundamental se entender a formação do conceito de Patrimônio Urbano, junto a autores como John Ruskin, Alöis Riegl, Gustavo Giovannoni, Françoise Choay, ou Jukka Jokilehto e, também, o nascimento do Urbanismo como campo disciplinar. A tese ainda aborda o caminho da atuação patrimonial no Brasil desde a criação do IPHAN e discute as ações práticas realizadas em três praças: o Largo do Théberge, em Icó/ CE, a Praça de São Pedro, em Mariana/ MG e a Praça São Francisco, em São Cristóvão/ SE. Do ponto de vista metodológico, os indícios aqui examinados são os documentos elaborados pelo governo a exemplo do próprio projeto do Programa Monumenta, dos projetos de intervenção, dos ofícios, manuais, atas de reunião, anais de eventos, seminários, palestras e recomendações elaborados tanto pelos órgãos fiscalizadores como pelo corpo técnico das Unidades de Execução do Projeto. As praças foram estudadas do ponto de vista histórico e morfológico. Já para realizar a leitura dos projetos e das obras resultantes foram adotados procedimentos variados, a exemplo de levantamento fotográfico, discussão das normativas ali incidentes, descrição do espaço físico e análise projetual. Ainda foram realizadas entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos arquitetos responsáveis pelas propostas. Ao final da pesquisa, foi constatado que o Programa Monumenta não adotou os referenciais da teoria da conservação para nortear as suas ações.

Palavras chave: patrimônio urbano; teorias da conservação; Programa Monumenta; praça; projeto urbano.

## RESUMEN

AZEVEDO, Maria Helena de Andrade. **Patrimonio urbano: El persistente desajuste entre la teoría y la práctica observado en las acciones del Programa Monumenta.** Tesis. (Doctorado en Arquitectura y Urbanismo) - Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba.

Desde del siglo XIX, se han expresado varias pautas sobre cómo intervenir en el patrimonio basadas en el trabajo de los teóricos de la preservación y en el siglo XX, también a través de cartas patrimoniales, documentos internacionales con recomendaciones que deben respetarse cuando se lleva a cabo la intervención. En vista de estas perspectivas analíticas, el surgimiento y consolidación de la restauración se sitúa como un campo disciplinario específico que se dedicará a proponer, intervenir, monitorear y cuestionar acciones relacionadas con las estructuras arquitectónicas y urbanas de diferentes momentos históricos. Estas teorías están guiadas por preocupaciones sobre valoración, deterioro, técnicas de restauración, respeto por el patrimonio, cooperación y educación patrimonial, consolidando la existencia de un marco teórico. Al observar los programas de preservación del patrimonio cultural llevados a cabo a través de acciones gubernamentales en el Brasil contemporáneo, como Programa Monumenta (1995-2010), que financió intervenciones urbanas en muchas ciudades brasileñas, queda claro que el patrimonio urbano también ha sido objeto de dichas acciones, en una situación diferente de los tiempos en que solo los monumentos históricos recibían atención. Actualmente, este patrimonio urbano es parte del consumo cultural, lo que ha llevado a intervenciones para buscar propuestas plásticas formales que permitan usos nuevos, a veces causando la reinención de las tradiciones. En vista de este hecho, esta tesis doctoral preguntó cómo las recomendaciones conservacionistas y también las de las cartas patrimoniales han sido interpretadas por las acciones patrimoniales del Programa Monumenta. Por lo tanto, es esencial, por un lado, comprender la formación del concepto de Patrimonio Urbano, con autores como John Ruskin, Alöis Riegl, Gustavo Giovannoni, Françoise Choay o Jukka Jokilehto y, por otro lado, el nacimiento del Urbanismo como campo disciplinario, ante los problemas urbanos provocados por eventos como la Revolución Industrial. La tesis también aborda la trayectoria del desempeño patrimonial en Brasil desde la creación del IPHAN y discute acciones prácticas realizadas en tres plazas: o Largo do Théberge, em Icó/ CE, a Praça de São Pedro, em Mariana/ MG e a Praça São Francisco, em São Cristóvão/ SE. Desde un punto de vista metodológico, la evidencia examinada aquí son los documentos preparados por el gobierno, como el proyecto del Programa Monumenta, proyectos de intervención, manuales, actas de reuniones, actas de eventos, seminarios, conferencias y recomendaciones preparadas por los organismos de inspección, así como el personal técnico de las Unidades de Ejecución de Proyectos. Las plazas fueron estudiadas desde un punto de vista histórico y morfológico. En cuanto a la lectura de los proyectos y de las obras resultantes, se adoptaron diversos procedimientos como levantamiento fotográfico, discusión de la normativa allí aplicable, descripción del espacio físico y análisis del proyecto. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con los arquitectos responsables de las propuestas. Al final de la investigación, se constató que el Programa Monumenta no adoptó los referentes de la teoría de la conservación para orientar sus acciones.

Palabras clave: patrimonio urbano; teorías de la conservación, Programa Monumenta; plaza; proyecto urbano.

## ABSTRACT

AZEVEDO, Maria Helena de Andrade. **Urban Heritage: The persistent mismatch between theory and practice in actions from Monumenta Program.** Thesis. (PhD in Architecture and Urbanism) - Postgraduate Program in Architecture and Urbanism. Universidade Federal da Paraíba.

Since the end of the 18th century, several guidelines on how to intervene in heritage have been propagated based on the work of preservation theorists, and, in the 20th century, also through heritage charters – international documents with recommendations to be respected when intervening. From those analytical perspectives, the emergence and consolidation of restoration is situated as a specific disciplinary field that will dedicate itself to proposing, intervening, monitoring and questioning actions related to architectural and urban structures of different historical moments. Those theories have been guided by concerns on valuation, deterioration, restoration techniques, respect for heritage, cooperation and heritage education, thus consolidating the existence of a theoretical framework. When observing cultural heritage preservation programs carried out through governmental actions in contemporary Brazil such as Monumenta Program (1995-2010) that financed urban interventions in many Brazilian cities, it can be seen that urban heritage has also been target of actions, differently from times when only historical monuments were considered. Currently, that urban heritage is part of cultural consumption which has led interventions to seek plastic-formal proposals that enable new uses, sometimes causing the reinvention of traditions. Taking such reality into account, this doctoral thesis questions how preservationist recommendations and also those of the heritage charts have been interpreted by the Monumenta Program. Therefore, it is essential, on the one hand, to understand the concept of Urban Heritage according to authors such as John Ruskin, Alöis Riegl, Gustavo Giovannoni, Françoise Choay or Jukka Jokilehto and, on the other, the birth of Urbanism as a disciplinary field, due to urban problems brought about by events like the Industrial Revolution. The thesis also addresses the trajectory of heritage preservation in Brazil since the creation of IPHAN, and discusses physical interventions carried out in three open public places: the Théberge Open, in Icó, CE; São Pedro Square, in Mariana, MG; and São Francisco Square, in São Cristóvão, SE. From a methodological point of view, the evidences here examined have been documents prepared by the Government, such as the Monumenta Program Project itself, intervention projects, petitions, manuals, meeting reports, events proceedings, seminars, lectures and recommendations provided by both the inspection agencies and the technical staff from the Project Execution Units. The squares were studied from a historical and morphological point of view. As for the reading of the projects and the resulting works, various procedures were adopted, such as photographic survey, discussion of the applicable regulations, description of the physical space and project analysis. Semi-structured interviews were also carried out with the architects responsible for the proposals. At the end of the research, it was found that the Monumenta Program did not adopt the references of conservation theory so as to guide its actions.

Keywords: urban heritage; conservation theories, Monumenta Program; square; urban project.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	<i>De re aedificatoria</i> – capa .....	31
Figura 02	Abade Grégoire.....	39
Figura 03	Quatremère de Quincy.....	47
Figura 04	John Ruskin.....	49
Figura 05	William Morris.....	52
Figura 06	Alöis Riegl.....	54
Figura 07	Camillo Sitte.....	57
Figura 08	Charles Buls.....	61
Figura 09	Gustavo Giovannoni.....	65
Figura 10	Rodrigo M. F. de Andrade.....	88
Figura 11	Diamantina.....	90
Figura 12	Serro.....	90
Figura 13	Ouro Preto.....	90
Figura 14	São João Del Rei.....	91
Figura 15	Tiradentes.....	91
Figura 16	Mariana.....	91
Figura 17	Renato Soeiro.....	96
Figura 18	Aloísio Magalhães.....	102
Figura 19	Rua da Carioca.....	115
Figura 20	Pelourinho.....	117
Figura 21	Bairro do Recife.....	124
Figura 22	A estrutura organizacional do Programa Monumenta.....	137
Figura 23	<i>Place de la Liberté</i> , em Sarlat, FR.....	148
Figura 24	<i>Piazza del Campo</i> , Siena, IT.....	149
Figura 25	<i>Piazza del Campidoglio</i> , Roma, IT.....	151
Figura 26	Vista aérea do Terreiro do Paço.....	152
Figura 27	Gravura de Hans Staden – espaço central circular.....	153
Figura 28	Gravura de Hans Staden – espaço central quadrado.....	154
Figura 29	Vista atual do Largo do Théberge.....	160
Figura 30	A arquitetura vernácula do Icó.....	164

Figura 31	A Igreja de São José alterou a morfologia do Largo.....	165
Figura 32	Imagem antiga do Largo do Théberge.....	165
Figura 33	O Largo do Théberge antes da última intervenção.....	166
Figura 34	A Rua Dr. Inácio Dias com canteiro central.....	166
Figura 35	O cruzeiro ficava situado numa rotatória.....	167
Figura 36	Planta de situação do Largo do Théberge com a indicação...	169
Figura 37	A grande esplanada (LT1).....	170
Figura 38	As vias que margeiam o Largo do Théberge (LT2).....	170
Figura 39	A Casa de Câmara e Cadeia (LT3).....	171
Figura 40	A linha do piso convida o pedestre a seguir por ela (LT4).....	171
Figura 41	O ponto focal do desenho do piso (LT5).....	172
Figura 42	O cruzeiro e a Matriz (LT6).....	172
Figura 43	O casario do entorno (LT7).....	173
Figura 44	Aqui estaria o anfiteatro que não foi construído (LT8).....	173
Figura 45	A igreja nova (LT9).....	174
Figura 46	A Casa de Câmara e Cadeia e o Teatro .....	175
Figura 47	A parte do Largo do Théberge que não é tombada.....	176
Figura 48	A primeira proposta projetual para o Largo do Théberge.....	177
Figura 49	Linhas, cores e texturas no piso .....	179
Figura 50	O local onde o anfiteatro proposto não foi construído.....	180
Figura 51	As festas levam muitas pessoas ao Largo do Théberge.....	180
Figura 52	As festas levam muitas pessoas ao Largo do Théberge.....	181
Figura 53	O varal estendido na praça .....	181
Figura 54	A Praça de São Pedro.....	183
Figura 55	Planta da Cidade de Mariana - século XVIII.....	185
Figura 56	Planta atual da cidade de Mariana.....	185
Figura 57	Vista Panorâmica de Mariana.....	186
Figura 58	Tela da Igreja de São Pedro dos Clérigos em 1927.....	186
Figura 59	A Praça de São Pedro é um largo descampado .....	187
Figura 60	Vista parcial de Mariana com a Igreja de São Pedro .....	188
Figura 61	Praça de São Pedro com tratamento ajardinado.....	188
Figura 62	A Praça de São Pedro possui com o canteiro central .....	189
Figura 63	Planta de situação da Praça de São Pedro com indicação....	191

Figura 64	O Chafariz de São Pedro (SP1).....	192
Figura 65	Avistando o estacionamento e a Igreja de São Pedro (SP2)..	192
Figura 66	A praça e os veículos (SP3).....	193
Figura 67	Na porta da igreja (SP4).....	193
Figura 68	Olhando para trás (SP5).....	194
Figura 69	A vista da torre sineira (SP6).....	194
Figura 70	O cruzeiro da Praça de São Pedro.....	195
Figura 71	O percurso visitado pela equipe de arquitetos.....	197
Figura 72	O desenho proposto.....	198
Figura73	Vista Praça de São Pedro com indicação dos anexos.....	201
Figura 74	A Praça São Francisco antes da intervenção.....	203
Figura 75	Vista aérea de São Cristóvão.....	208
Figura 76	O Convento Franciscano com o seu cruzeiro.....	208
Figura 77	Apresentação do Reisado na Praça São Francisco.....	209
Figura 78	A Praça São Francisco em foto posterior a 1908.....	210
Figura 79	A Praça São Francisco em imagem posterior a 1938.....	211
Figura 80	A Praça São Francisco quando da remodelação da torre.....	212
Figura 81	A Praça São Francisco em projeto de Wellington Costa.....	213
Figura 82	Planta da Praça São Francisco – Wellington Costa.....	214
Figura 83	A Praça São Francisco era frequentada pela população.....	214
Figura 84	Planta de situação da Praça São Francisco com indicação...	216
Figura 85	Chegando na esquina (SF1).....	217
Figura 86	Eis que surge a Praça São Francisco (SF2).....	217
Figura 87	A Praça São Francisco, o cruzeiro e a igreja (SF3).....	218
Figura 88	Observando os demais edifícios da praça (SF4).....	218
Figura 89	Sobrados e casas térreas (SF5).....	219
Figura 90	A arquitetura vernácula do entorno da praça (SF6).....	219
Figura 91	A Praça do Mosteiro em Alcobaça.....	221
Figura 92	Estudo volumétrico da Praça São Francisco.....	222
Figura 93	Planta de situação.....	222
Figura 94	Detalhe da calha em pedra.....	223
Figura 95	A paginação modular proposta para o piso.....	223
Figura 96	A Praça São Francisco antes da intervenção .....	224

Figura 97	O sistema de escoamento das águas com as calhas.....	224
Figura 98	A Praça São Francisco após as obras.....	225
Figura 99	A Praça São Francisco e sua iluminação noturna.....	225

## LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CECRE	Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONCINE	Conselho Nacional de Cinema
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICOM	Conselho Internacional de Museu
ICOMOS	Comitê Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MES	Ministério da Educação e Saúde
MinC	Ministério da Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PBR	Plano de Revitalização do Bairro do Recife
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PCH	Programa de Cidades Históricas
PNC	Política Nacional de Cultura
PRCH	Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador
PRODETUR	Programa de Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROURB/ CE	Projeto de Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico
S.A.A.R.A.	Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfandega
SARCA	Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca
SUDOPE	Superintendência de Obras Públicas do Estado de Sergipe
UCG	Unidade Central de Gerenciamento
UEP	Unidade Executora de Projeto

UNESCO

Organização da Nações Unidas para a Educação, a  
Ciência e a Cultura

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Síntese de palavras-chave acerca das questões patrimoniais	83
Quadro 02	Coleta de dados das praças	145

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	19
<b>1 – PATRIMÔNIO URBANO: COMO NASCEU UM CONCEITO</b>	29
1.1 Sobre a restauração e o urbanismo	30
1.2 A percepção da cidade como patrimônio urbano	46
1.3 O patrimônio urbano nas cartas patrimoniais	69
<b>2 – DO MONUMENTO AO MONUMENTA: A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA PATRIMONIAL</b>	87
2.1 Como o Estado Brasileiro cuidou do patrimônio urbano até 1996	87
2.2 Além das fachadas coloridas	110
2.2.1 O Corredor Cultural do Rio de Janeiro	111
2.2.2 O Pelourinho, em Salvador.	116
2.2.3 O Bairro do Recife	120
2.3 A gênese do Programa Monumenta	126
2.4 Sobre o <i>modus operandi</i> do Programa Monumenta	134
<b>3 – OS ESTUDOS DE CASO OU AS AÇÕES DO PROGRAMA MONUMENTA EM TRÊS PRAÇAS</b>	144
3.1 A praça como elemento urbano	147
3.2 O Largo do Théberge em Icó/ CE	159
3.3 A Praça de São Pedro, em Mariana/ MG	182
3.4 A Praça de São Francisco, em São Cristóvão/MG	202
3.5 A respeito do projeto urbano e da sua construção	227
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	231
<b>REFERÊNCIAS</b>	241
<b>APÊNDICES</b>	257
<b>ANEXOS</b>	258

## INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu de observações iniciadas durante a minha pesquisa de mestrado, defendida em dezembro de 2010, que investigou as transformações morfológicas da antiga Rua Direita e seus espaços adjacentes, situados na área central de João Pessoa. Um destes espaços é a Praça Vidal de Negreiros, mais conhecida como Ponto de Cem Reis, que passou por muitas intervenções urbanas desde a sua criação nos anos 1920. Entre 2008 e 2009, tempo no qual eu me dedicava ao mestrado, a praça estava passando por obras que mais uma vez alteraram a sua configuração espacial.

Essa tese de doutorado, que tem como título **Patrimônio Urbano: O persistente desencontro entre a teoria e a prática observado nas ações do Programa Monumenta** teve sua origem a partir de questionamentos relacionados a essa última intervenção urbana realizada na Vidal de Negreiros. Após a inauguração da referida praça, foi possível observar que o resultado plástico formal do novo projeto afastou os principais usuários, os aposentados, que a frequentavam cotidianamente, para transformá-la em um ambiente destinado a espetáculos culturais noturnos.

Diante da observação desses fatos, foi elaborado um projeto de pesquisa que situou a problemática em torno de estudar como as estratégias para intervenção urbana em áreas históricas tratavam o espaço público, no caso específico a Praça Vidal de Negreiros, no sentido de tentar compreendê-lo como lugar de memória, identidade e significado, tanto na visão dos agentes políticos quanto dos usuários.

Em dezembro de 2016, passada a fase de revisão da literatura, com o início da confecção do texto da pesquisa, ocorreu-me a percepção de que as intervenções em áreas históricas no Brasil vêm sendo tratadas com muita ênfase enquanto problema de planejamento urbano em detrimento das especificidades das questões patrimoniais. Diante disso, prevalecem conceitos muitos mais ligados à sustentabilidade, à gestão, ao turismo, ao desenvolvimento local, à inserção das áreas antigas numa dinâmica urbana contemporânea, enquanto são deixadas de lado questões relativas à memória, identidade, significado, valores, cotidianidade ou

relações entre o passado e o presente das preexistências, de tal forma que o planejamento urbano e as ações para a preservação urbana parecem desvinculados.

A partir daí percebi que a pesquisa então em andamento sobre o Ponto de Cem Reis apontava conflitos, mas identificava suas respostas no uso pós intervenção. Por outro lado, muitos dos problemas que eu me dispunha a discutir teriam surgido muito antes, numa etapa anterior, e que diz respeito ao entendimento do que é o urbano como patrimônio e como ele deve ser tratado.

Essa percepção acabou por direcionar a investigação por outro caminho, reelaborando o projeto de pesquisa em torno de novos conceitos, questões e referenciais bibliográficos. Assim, o **objetivo geral** desse estudo passou a ser: Investigar como se desdobram os princípios teóricos da conservação e as prerrogativas das cartas patrimoniais nas intervenções do Patrimônio Urbano em praças para discutir o resultado dessas ações patrimoniais que seriam responsáveis também por preservar os aspectos simbólicos desses bens culturais.

Ao tentar encaixar aí a realidade do Ponto de Cem Réis como objeto empírico, foi ficando evidente a inviabilidade de estudá-lo como tal pelo fato de que a sua intervenção foi muito mais uma ação pontual, não integrando uma política pública para ações em áreas patrimoniais no Centro Histórico de João Pessoa. Simultaneamente, o memorial que acompanhou o projeto de intervenção na citada praça apresenta apenas duas páginas, com informações superficiais e sem base conceitual.

Iniciei a busca por outro objeto empírico que fosse atrelado a uma política pública. Cheguei, então, ao Programa Monumenta que havia trabalhado com intervenções em áreas de interesse histórico, entre os anos de 1996 e 2010, em várias cidades brasileiras, inclusive com projetos em áreas urbanas e especificamente com intervenções em praças e parques, que era o mesmo tipo de universo empírico de estudo que já havia despertado a minha atenção para a pesquisa do doutorado. Além disso, já havia se passado alguns anos do encerramento desse programa, o que permitiria compreendê-lo numa perspectiva histórica, após o seu fechamento. Esse olhar distanciado no tempo permite observar aquilo que o programa teve de boas práticas e aquilo que ele teve de dificuldades operacionais e conceituais.

## **A Contextualização da Problemática**

Ao se observar os programas de preservação do patrimônio cultural levados à cabo por meio de ações governamentais no Brasil, percebe-se que as áreas urbanas começaram a ser alvo de intervenções desde a década de 1970, numa situação diferente dos tempos nos quais apenas os edifícios históricos recebiam atenção.

No Brasil, a cidade como objeto de interesse da preservação remonta ao ano de 1933, quando Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional, antes mesmo da criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que só ocorreu em 1937. Ao longo do século XX, muitos outros centros históricos também foram sendo considerados como patrimônio nacional, através do tombamento enquanto instrumento de proteção. No entanto, estas áreas foram objeto de esporádicas atuações preservacionistas que pouco configuraram um processo de proteção patrimonial com o envolvimento de agentes e instrumentos complementares, essenciais à preservação dos conjuntos urbanos.

As primeiras ações para documentar e preservar o patrimônio no Brasil se voltaram para valorizar igrejas, conventos, fortificações e cidades coloniais. Desde as décadas de 1970/1980, as cartas patrimoniais trouxeram abordagens que alargaram a percepção do que é o bem cultural. Observou-se, então, a formação de um outro modo de pensar os núcleos urbanos, no qual os processos social e histórico de formação, crescimento e transformação são tão importantes quanto as suas expressões estéticas. A partir daí, as cidades históricas do país foram deixando de ser valorizadas apenas por seus monumentos isolados.

Com isso, a preservação do patrimônio faz parte de uma escala maior que se relaciona com a ocupação e organização territorial urbana, tornando-se um elemento definidor do espaço e da paisagem cultural, mas que não pode deixar de se relacionar com a história que tem grande importância para a definição de identidades locais.

Atualmente, as áreas patrimoniais fazem parte do consumo cultural em um mundo globalizado, o que tem conduzido as intervenções a buscarem propostas plástico-formais que possibilitem novos e rentáveis usos. Nesta meta de torná-las inseridas numa dinâmica urbana contemporânea, ocorre a procura por uma imagem articulada a uma maior visibilidade para a cidade e a uma reescrita da história,

relegando a um segundo plano o objetivo de assegurar a preservação do seu caráter histórico-cultural e de aspectos como memória e identidade.

O patrimônio, então, passou a ser usado como instrumento de promoção da imagem urbana e de propaganda política, assumindo um valor diferenciado e enfatizando uma forte relação entre poder político e áreas urbanas patrimoniais. Diante do papel de destaque que essas áreas passaram a desempenhar nas cidades foi estruturado o Programa Monumenta, destinado à preservação do patrimônio cultural no Brasil, a partir de parcerias entre o antigo Ministério da Cultura (MinC), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Tecnologia) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Com abrangência nacional, esse programa foi elaborado para servir como modelo na implantação de parcerias entre organismos financiadores e agências multilaterais voltadas à preservação do patrimônio construído, tendo sido iniciado em 1996 e encerrado oficialmente em 2010, embora algumas obras tenham prosseguido até 2012. A partir de 2013, as ações do governo em áreas patrimoniais passaram a ser capitaneadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas).

O Programa Monumenta foi estruturado de modo a trabalhar com a descentralização do gerenciamento das intervenções através de fundos municipais de preservação, numa política local de proteção. Em 2006, num momento de fortalecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Monumenta foi a ele incorporado, como foi tão bem explicado nas pesquisas de Duarte Jr. e Nascimento.

Trazendo inovações na estrutura de gerenciamento, o Monumenta trabalhou em conjunto com as municipalidades e impulsionou ações de parceria com agentes públicos e privados para a recuperação do patrimônio nas cidades de proteção federal. Em sua pauta, constavam, ainda, diretrizes que associavam a preservação patrimonial ao desenvolvimento local com ações de estímulo ao desenvolvimento social.

Para entender essa trajetória de ações sobre a cidade, foi preciso recuar no tempo e entender o conceito de patrimônio urbano. Foi pesquisada, então, a literatura que trata do tema acerca dessas intervenções desde o século XIX, quando os primeiros teóricos preservacionistas e os autores da estética urbana explicitaram as suas inquietações com o espaço das velhas cidades europeias.

Indo investigar as primeiras preocupações com o espaço urbano, a exemplo dos relatos de Quatremère de Quincy (2016), a respeito da cidade e seus artefatos como uma unidade, a pesquisa passou pela percepção de Ruskin (2008), que via as estruturas urbanas antigas como detentoras de valores culturais e não apenas como obstáculo ao novo modo de urbanização. Já as pesquisas de Gustavo Giovannoni (In Kuhl, 2013) trataram sobre o crescimento das cidades, a criação dos novos bairros, a importância dos meios de transporte, as relações entre as linhas de circulação e os espaços abertos, por exemplo, deixando muitas considerações que não tornavam distantes a preservação do patrimônio e o urbanismo.

Mais recentemente, as questões relativas às intervenções no Patrimônio Urbano, também, vêm despertando a atenção no âmbito internacional por meio das Cartas Patrimoniais, referendadas pelo ICOMOS, e dos estudos de autores a exemplo de Carbonara (1997), Jokilehto (1999), Choay (2001), Di Stefano (2003), Portas (2005), Carrion (2006), Giambruno (2007) e Pane (2008), dentre outros. Já no Brasil, Meneses (2006), Lima e Maleque (2007), Vieira (2008), Vargas e Castilho (2009), Castriota (2009), Bonduki (2010), Pessôa (2011), Ruffinoni (2013), Nascimento (2013) e Sant' Anna (2014) são alguns dos pesquisadores que tratam deste tema.

Diante desses olhares analíticos, foram discutidos o surgimento e a consolidação da restauração como campo disciplinar específico que vai se dedicar a propor, intervir, acompanhar e questionar ações relativas às estruturas arquitetônicas e urbanas que necessitam passar por intervenções. Muitas destas proposições teóricas vêm ocorrendo há mais de um século, sendo, geralmente, pautadas por preocupações com a valoração, a deterioração, as técnicas de restauração, o respeito ao patrimônio, a cooperação e a educação patrimonial, consolidando, assim, a existência de um arcabouço teórico que dá suporte às questões patrimoniais. Portanto, a problemática abordada nesta pesquisa é discutida em diálogo com esses referenciais.

A leitura do livro *Alegoria do Patrimônio*, de Françoise Choay, em particular o capítulo dedicado a explicar a gênese do conceito de Patrimônio Urbano, foi fundamental para a rota seguida pela pesquisa. Simultaneamente, em sua explanação, a autora aponta que o nascimento do urbanismo se deu em paralelo ao reconhecimento dos valores urbanos como parte da memória da cidade.

A partir daí, essa pesquisa foi buscando entender junto aos dois campos disciplinares, a restauração e o urbanismo, qual foi o contexto e quais foram os

instrumentos conceituais que delinearão a ideia de patrimônio urbano. Originados das mesmas indagações e, apesar de aparentemente distintos, tanto a restauração quanto o urbanismo fornecem elementos de análise que permitem discutir a cidade com seus mecanismos e atributos, sendo ambos fundamentais para tratar das questões relativas ao patrimônio urbano.

### **Objetivo, objeto teórico, objeto empírico, perguntas, hipótese e tese.**

É certo que vivemos hoje em um contexto no qual o patrimônio cultural é, muitas vezes, usado como instrumento de promoção da imagem urbana e de propaganda política. Deste modo, os centros antigos vêm tendo um papel de destaque na gestão urbana, evidenciando uma forte relação entre poder político e espaço público. Aliás, a organização espacial representa a hierarquia do poder e as intervenções nas áreas patrimoniais de uma cidade são instrumentos de representação político de controle social usado pelo Estado para a promoção dos seus interesses.

Portanto, conforme mencionado anteriormente, o **objetivo geral** desta tese é investigar como se desdobram os princípios teóricos da conservação e as prerrogativas das cartas patrimoniais nas intervenções do patrimônio urbano para discutir o resultado dessas ações patrimoniais que seriam responsáveis também por preservar os aspectos simbólicos desses bens culturais.

O **objeto teórico**, então, é a aplicação dos princípios dos teóricos da conservação e das recomendações das cartas patrimoniais em projetos urbanos para intervenções no tecido antigo das cidades. Em outras palavras, esta tese estuda se as citadas recomendações foram aplicadas às intervenções em áreas urbanas patrimoniais promovidas pelo Monumenta no Brasil e para observar tal situação foram selecionadas três praças, como estudos de caso.

Para a escolha das praças aqui pesquisadas, a seleção foi iniciada tentando-se levantar quantas e quais teriam sido as praças tratadas pelo Programa Monumenta. No entanto, houve dificuldades em se chegar a respostas precisas, já que Bonduki (2010, p. 54), sem citá-las nominalmente, informou que 53 praças e largos passaram por recuperação física financiadas pelo Monumenta. Por outro lado, o IPHAN forneceu uma lista com todas as obras realizadas pelo citado programa na qual foi possível identificar 26 praças espalhadas por 15 estados brasileiros (AM, PA, TO, GO, PI, CE,

PE, AL, SE, MG, RJ, SP, SC, RS). Lembrando aqui que na publicação de Bonduki (2010) aparecem praças que não constam na lista fornecida pelo IPHAN<sup>1</sup>.

Durante as orientações desta pesquisa, discutiu-se sobre a escolha de praças, situadas em diferentes cidades, que pudessem se colocar como exemplares da diversidade de situações e soluções apresentadas. Para realizar a seleção dos estudos de caso, foram definidos os seguintes critérios:

- Praças em cidades pequenas;
- Praças que remontam ao nascedouro da cidade ou à sua expansão nos 150 primeiros anos;
- Praças situada no entorno de edifício religioso, excluindo-se aqui as ruínas;
- Praças com área igual ou superior a 100 m<sup>2</sup>.

Após se observar os critérios junto ao conjunto de obras do Monumenta, foram identificadas as seguintes praças:

- Largo do Thebèrge, em Icó/ CE
- Praça Dr. Tasso de Camargo, em Goiás Velho, GO
- Praça São Francisco, em São Cristóvão/ SE
- Praça Mafrense, em Oeiras/ PI
- Praça Getúlio Vargas, em São Francisco do Sul, SC
- Praça de São Pedro, em Mariana/ MG

Em seguida, foram realizadas pesquisas com o apoio de ferramentas como o *Google Maps* e o *software Google Earth* para se observar melhor as características físicas das seis praças que se enquadraram nos critérios estabelecidos, procurando identificar visualmente problemas, peculiaridades ou potencialidades que pudessem ser discutidos nesta pesquisa para, então, se optar por três delas, representando 50% do universo apontado pela seleção. Desta forma, as praças escolhidas como **objeto empírico** foram:

- O Largo do Théberge, em Icó/ CE
- A Praça de São Pedro, em Mariana/ MG:
- A Praça São Francisco, em São Cristóvão/ SE

Posteriormente, no Capítulo 3, a seleção dessas praças é melhor discutida.

---

<sup>1</sup> O Programa Monumenta foi oficialmente extinto em 2010. Boa parte do seu acervo encontra-se como documento físico armazenado em caixas-arquivos no edifício sede do IPHAN, em Brasília, sem ter sido organizado ou digitalizado. Simultaneamente, o site do programa foi retirado do ar. Tais situações, então, dificultam a busca de informações mais precisas.

Diante tanto do objeto teórico quanto do objeto empírico, e procurando relacionar as recomendações de proteção ao patrimônio com as práticas intervencionistas realizadas pelo Programa Monumenta, essa pesquisa encaminha as seguintes perguntas:

- Como o Programa Monumenta interpretou os princípios teóricos preservacionistas e as prerrogativas das cartas patrimoniais nas intervenções do patrimônio urbano?
- Qual a formulação teórico-conceitual que norteou as ações do Monumenta para intervenção no patrimônio urbano?
- Como o Programa Monumenta orientou os arquitetos sobre a compreensão dos atributos subjetivos, como memória e identidade, dos largos e praças?

A **hipótese** levantada para este trabalho é que as intervenções nos tecidos urbanos antigos seriam tratadas muito mais como problemas de planejamento e/ou de gestão urbana do que como problemas relacionados ao patrimônio cultural, o que levaria a preservação do patrimônio e o planejamento urbano a se comportarem como instâncias não necessariamente vinculadas.

Considerando que a qualidade de vida em ambientes urbanos tem relação com o uso dos espaços públicos como espaços de agremiação, de cotidianidade, de uso da comunidade local e que, na contemporaneidade, há um número expressivo de intervenções urbanas sendo realizadas em praças e largos das cidades antigas, é possível questionar sobre o quão essas ações andam a observar aspectos como a natureza cultural dessas estruturas com o seu caráter histórico, a sua identidade e os seus usos cotidianos. Muitas vezes, esses atributos estão ameaçados, escondidos e esquecidos pelo enfoque das políticas públicas, voltadas a criar espaços icônicos que contribuem apenas para a visibilidade das cidades, esquecendo a memória e a identidade das mesmas e dos seus moradores.

Tal situação levanta a **tese** de que os programas patrimoniais não são frutos de políticas patrimoniais sólidas e consistentes, mas sim de percursos patrimoniais, trilhados em várias direções, por vezes desconexos e cheios de hiatos, distanciamentos e contradições, fazendo com que muitas das questões relacionadas ao patrimônio urbano sejam negligenciadas, desconsideradas, escondidas, usadas para atender interesses outros ou só sejam pensadas após as decisões estratégicas, deixando-se de levar em consideração as especificidades e os aspectos particulares desses bens culturais.

Assim, diante da dimensão de um programa como o Monumenta, passível de acertos, erros, opções, lacunas e obstáculos por parte das diferentes realidades dos municípios brasileiros, justifica-se a escolha do tema por discutir se há a devida compreensão do que é o patrimônio urbano (em suas dimensões física, social, econômica e cultural) e se as especificidades necessárias para atuar nas intervenções deste são consideradas.

As lições aqui apreendidas poderão fomentar, além do debate e das reflexões sobre o tema junto aos agentes interessados, a elaboração de ações ou políticas voltadas para a proteção do patrimônio cultural.

### **Procedimentos Metodológicos**

A ampliação do conceito de documento, ocorrida sob os auspícios do Movimento dos *Annales*, permitiu que os procedimentos metodológicos aqui adotados englobem diferentes tipos de documentos: os escritos, os imagéticos, como os anteprojetos desenvolvidos para as intervenções nas praças estudadas, e os documento-objetos, a exemplo das próprias praças, as obras executadas, que se mostram como indícios de ações e revelam opiniões, ideias, atitudes e/ ou (des)compromissos para com o patrimônio.

Como produto de uma sociedade, os documentos revelam o jogo de força daqueles que têm o poder em suas mãos, traduzindo modos de interpretação do vivido por um determinado grupo social em um determinado tempo e espaço. Cientes dessas condições, foram tomados como indícios históricos os documentos e publicações produzidos pelo BID, pelo governo brasileiro, pelos escritórios de arquitetura envolvidos com os projetos e pelos pesquisadores dedicados a investigar o Programa Monumenta. O primeiro passo foi investigar o livro *Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos*, de Nabil Bonduki (2010), editado pelo IPHAN.

Entendendo que a escolha dos aspectos metodológicos deve estar relacionada à natureza e aos objetivos da pesquisa, como também às condições estruturais que levam o pesquisador a conhecer o seu objeto de estudo e a responder às perguntas de sua investigação, foi fundamental a essa tese uma extensiva leitura de referências bibliográficas. Esse procedimento permitiu acompanhar e entender o processo de

formação das teorias da conservação e do conceito de patrimônio urbano com as suas implicações sobre a cidade antiga e sobre as ações contemporâneas que buscam proteger os bens culturais.

Já a coleta de dados foi realizada em bibliotecas e arquivos dos Escritórios Técnicos, Superintendências e na sede do IPHAN como também e nos escritórios dos arquitetos responsáveis pelos projetos, situados em Fortaleza/ CE, Belo Horizonte/ MG e Brasília/ DF. Como já havia se passado mais de dez anos da finalização dos projetos urbanísticos, desenhos e memoriais descritivos relativos aos projetos aqui estudados nem sempre foram mais localizados pelas equipes técnicas.

Nos arquivos foram coletados os Regulamentos do Programa Monumenta, os ofícios, os manuais e as atas de reunião, como também as recomendações elaboradas tanto pelos órgãos fiscalizadores como pelo corpo técnico das antigas Unidades de Execução do Projeto (UEPs), responsáveis pelo andamento das obras. Por meio de levantamentos em sites e bases de pesquisa, foram identificados anais de eventos, dissertações, teses e artigos produzidos com foco no Programa Monumenta e nas questões patrimoniais.

A tradição oral traz contribuições aos estudos ao permitir levantar dados como também desenvolver e fundamentar análises com base na percepção de indícios históricos trazidos pelos relatos, fazendo parte do arsenal teórico-metodológico de muitos pesquisadores. Diante da dificuldade de localizar alguns documentos, principalmente da Praça São Francisco (São Cristóvão/ SE), foram realizadas entrevistas com os arquitetos responsáveis pelos três projetos aqui estudados.

De forma a se aproximar do conteúdo investigado nessa tese, diferentes abordagens foram usadas especialmente na leitura dos projetos e do espaço urbano das praças. Assim, no início de cada capítulo, são apresentados mais detalhes sobre o material e os caminhos metodológicos adotados.

## **A Estrutura da Tese**

A pesquisa aqui apresentada encontra-se estruturada em Introdução, três capítulos e as Considerações Finais. A Introdução, como de praxe, traz a discussão sobre a problemática, bem como a apresentação do objeto, dos objetivos, do método de pesquisa e da hipótese.

O capítulo 1 trata do conceito de patrimônio urbano, relacionando-o com o nascimento das atividades da restauração e do urbanismo que ocorreram a partir de acontecimentos como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Esse capítulo mostra também a visão dos teóricos preservacionistas, dos estetas urbanos e as premissas das cartas patrimoniais acerca do patrimônio urbano.

O capítulo 2 apresenta um panorama sobre o Programa Monumenta e o contexto de sua criação, discutindo o patrimônio urbano no Brasil, desde as primeiras ações preservacionista até se chegar aos instrumentos mais recentes. São enfocados o papel do Estado e demais agentes atuantes, situando o momento político, histórico e institucional quando ocorrem diversas intervenções urbanas realizadas no país.

Já o capítulo 3 é destinado a uma análise dos estudos de caso, para os quais foram selecionadas as ações no Largo do Thebérge, em Icó/CE, na Praça de São Pedro, em Mariana/MG e na Praça São Francisco, em São Cristóvão/SE.

Nas Considerações Finais, foram apontadas e/ou reafirmadas constatações, críticas e reflexões sobre as intervenções do Programa Monumenta no patrimônio urbano à luz das teorias da conservação e das cartas patrimoniais. Simultaneamente as perguntas da pesquisa e a hipótese foram retomadas para serem discutidas junto às contribuições trazidas por esse estudo, como também foram indicadas algumas linhas de pesquisa passíveis de estudos posteriores.

## 1 – PATRIMÔNIO URBANO: COMO NASCEU UM CONCEITO

Para se estudar as intervenções urbanas em largos e praças situados em áreas de interesse patrimonial, fez-se necessário discutir alguns conceitos que permitiram aclarar a razão pela qual esses artefatos são importantes e o porquê das ações realizadas sobre eles merecerem a discussão proposta nessa tese.

Assim, o percurso de pesquisa se inicia com uma investigação sobre o conceito da restauração, que foi o percurso escolhido para se compreender a formação do patrimônio urbano. Aliás, é importante apontar o distanciamento temporal entre a consciência a respeito de um patrimônio formado por construções singulares e a atenção dispensada aos espaços e conjuntos urbanos enquanto patrimônio, conforme explicou Choay (2001, p. 176) afirmando que “[...] a cidade não existe como objeto patrimonial autônomo”, ao se referir às reformas urbanas de Paris, na segunda metade do século XIX. Este distanciamento temporal resultou no fato de que conceitos e teorias, por muitos anos, foram dirigidos predominantemente à restauração do edifício isolado.

Essa etapa do presente estudo, portanto, discute as contribuições dos teóricos da conservação para, logo depois, refletir sobre as preocupações da estética urbana no século XIX, quando as necessidades de intervenção sobre o espaço urbano foram muito evidentes em função das transformações ocorridas nas cidades provocadas pela industrialização. Ali, a cidade tradicional foi dissolvida por aquela industrial e o convívio entre o novo e o preexistente passou a ser mais comum, evidenciando o olhar analítico de alguns estudiosos no sentido de discutir as alterações que se processavam.

Dando prosseguimento ao estudo, os passos seguintes buscam identificar o que dizem as cartas patrimoniais sobre o patrimônio urbano. Nessa parte, a pesquisa procura mostrar que as intervenções sobre esses bens requerem um conhecimento prévio das propostas e recomendações anteriormente definidas e que devem ser consideradas quando de uma intervenção para que se venha a ter a manutenção dos atributos patrimoniais.

Cabe observar que, ao trilhar este caminho sobre a formação do patrimônio urbano, ao longo do texto, diversos conceitos, ideias e recomendações contidos nos escritos dos teóricos e nos demais documentos aqui analisados foram grifados em

negrito. Essas palavras serão sistematizadas ao fim desse Capítulo 1 com o intento de se fazer uma síntese sobre possíveis diretrizes a serem seguidas quando da intervenção contemporânea sobre o patrimônio urbano, de modo a nos guiar na análise proposta para esta pesquisa, que tem por objeto empírico de estudo três praças que foram alvo de projetos no âmbito de ação do Programa Monumenta.

### 1.1 – Sobre a restauração e o urbanismo

Com o propósito de rastrear como os arcabouços teóricos patrimoniais foram sendo construídos, a época do Renascimento foi observada com atenção, já que foi marcada por uma revolução cultural profunda, por uma redescoberta e revalorização dos modelos da Antiguidade, fazendo deles uma referência para um novo modo de vida. Por esse tempo, a sociedade teve necessidades de aprender sobre o traçado das ruas, a higiene urbana, as vias de transporte e o abastecimento d'água, tendo, inclusive, de elaborar os primeiros códigos urbanos, que controlavam a ocupação do território e as construções. Percebe-se que houve, então, um despertar para as estruturas construídas como vestígios do passado. Renasceu o interesse pelo edifício antigo, afinal eles eram testemunhas de um passado desaparecido no tempo<sup>1</sup>.

Assim, diante de um relaxamento do teocentrismo, ocorreu “a emergência de um novo olhar sobre o indivíduo humano confinado ao papel de criatura e doravante investido de um poder criador” como foi observado por Choay (2015, p.21) ao tratar do contexto do Renascimento<sup>2</sup>.

O advento da imprensa permitiu a publicação do *De Architectura*, tratado escrito por Vitruvius, no século I a.C., tornando-o acessível, já que antes, os seus exemplares manuscritos eram guardados em bibliotecas. Este compendio trouxe muitas informações sobre a prática e a teoria do profissional arquiteto, envolvendo o modo de projetar e construir da Antiguidade. Tais fatos contribuíram para a escrita de novos tratados a exemplo do *De re Aedificatoria* (Figura 01), de Leon Battista Alberti (1402-

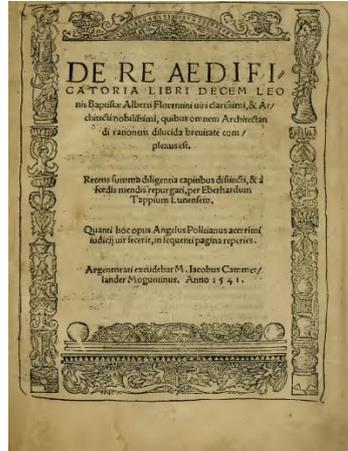
---

<sup>1</sup> Além destes bens de ordem funcional, há aqueles de ordem antropológica ligados à expressão plástica e aos artefatos estéticos e simbólicos produzidos pelas sociedades antigas, a exemplo das pinturas murais, dos mosaicos ou da estatuária que também fornecem informações sociais e intelectuais de sua época a respeito de crenças, costumes e valores.

<sup>2</sup> O final do século XIV e o início do século XV é marcado pela invenção da imprensa, por novas concepções do mundo e do universo, por transformações científicas que mudavam o dia a dia das pessoas e traziam questionamentos a crenças religiosas e contestações a paradigmas medievais, alimentando curiosidades sobre a Antiguidade Clássica.

1472), que foi um subsídio considerável para a arquitetura e o espaço urbano do século XV.

Figura 01: De re *Aedificatoria* é o tratado de arquitetura escrito por Alberti no séc. XV.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/De\\_re\\_aedificatoria](https://pt.wikipedia.org/wiki/De_re_aedificatoria) Acesso em 05/09/2021

Embora, este tenha sido um período de profunda depressão e de prosperidade limitada, em decorrência da transição feudal-capitalista, a “caracterização dos espaços físicos e dos ambientes edificados produz, naquele século, um novo tipo de cultura urbana”, como explicou Calabi (2008, p.17). Na Roma do século XV, os edifícios passaram a ser vistos como testemunhos da história e da arte, chamando a atenção de um círculo restrito formado por historiadores, arqueólogos, colecionadores ou estetas que produziam informações úteis ao estudo e à documentação das obras construídas na Antiguidade. Aliás, sobre a Renascença, Riegl (2006, p.56) afirmou que “as formas antigas eram apreciadas como tais, a arte que as produziu era considerada como a única verdadeira, objetivamente justa e universalmente válida para a eternidade”.

Alberti, então, se debruçou sobre a cidade do passado, procurando compreendê-la como uma manufatura que abrigava a vida civil e a história, um instrumento de conhecimento sobre as edificações, as formas e os materiais remanescentes do passado. Assim sendo, ele não ficou indiferente “às ruínas de Roma, provocadoramente presentes nos interstícios da complexidade urbana”, como observou Tavares (2004, p.61), ao explicar que Alberti tinha um tal interesse pelas questões formais da cidade e da arquitetura ainda perceptíveis nas ruínas, às quais ele acreditava serem capazes de traduzir mais do que a memória, a própria vivência dos lugares antigos. Este pensamento, teria levado o arquiteto a realizar um rigoroso levantamento das estruturas romanas:

Dedicou-se [Alberti], então, a estudar as ruínas numa perspectiva pre arqueológica, com preocupações de rigor de levantamento e de cuidado na interpretação da estrutura da Roma antiga. Sabe-se que desenhou o mapa das muralhas com a localização dos principais monumentos [...] (TAVARES, 2004, p.61).

Para Choay (2001, p. 50), “[...] os edifícios, a princípio vistos como testemunhos da história romana, logo são estudados e arrolados no mapa topográfico que ele [Alberti] prepara para Nicolau V [...]”, ou seja, mais tarde, essas informações serviriam de base aos trabalhos voltados à restauração de Roma, capitaneada pelo papa. Com isso, embora a percepção de Alberti não tenha garantido a conservação física das obras do passado, a importância do seu papel na história da restauração se deve ao fato de ter aberto o caminho para a noção de hereditariedade.

Estava, então, em formação o conceito de monumento. É importante entender que, quando um determinado grupo social desejava manter viva a memória de seus membros, de um acontecimento ou de um ritual, procedia-se à elaboração de um artefato (túmulo, estátua, arco do triunfo, totem, entre outros) que era denominado monumento, cuja definição Choay (2015, p. 16) recorre à etimologia da palavra e informa que “deriva do substantivo latino *monumentum*, que deriva do verbo *monere*: advertir, lembrar à memória”.

O monumento, portanto, é uma criação desejada e que foi pensada a priori como um “dispositivo memorial intencional” (CHOAY, 2015, p. 16). Ele é uma inscrição duradoura no tempo que tem a finalidade de perpetuar a memória e a afetividade de quem ou daquilo que representa. Com a proposta de fixar pessoas, acontecimentos, sacrifícios ou crenças, o monumento é um convite a reviver um passado mergulhado no tempo e a sua presença nas cidades denota poder, grandeza e beleza. Com isto, é possível entendê-lo como possuidor de duas instâncias, sendo uma delas de ordem cultural e outra de ordem política, ambas ligadas à atribuição de valores e à visibilidade de aspectos previamente elencados dentro do grupo social ao qual pertence o monumento.

A partir do tempo e do somatório de valores, é possível entender que do conceito de monumento derivou o conceito de monumento histórico. Diferentemente dos monumentos, estes não são considerados como uma criação intencional com fins memoriais. Eles são bens destinados ao usufruto da comunidade. Eles são “constituídos a posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da

arte”, como afirmou Choay (2001, p.26) e, no seu entender, foi preciso haver um distanciamento temporal, que resultou num olhar diferenciado sobre o passado, permitindo reconhecer um caráter histórico no monumento não intencional.

Assim, um objeto do passado pode vir a ser um monumento histórico, em função da sua importância para a história (seja ela história da arte, dos acontecimentos, social, política, econômica ou história das técnicas) ou pelo seu valor estético. Diante disto, o monumento histórico tem uma dupla relação com o saber e com a arte:

Dito de outro modo, na sua relação com a história (seja ela qual for), o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber. Por outro lado, na sua relação com a arte, solicita a sensibilidade estética na sequência de uma experiência concreta (Choay, 2015, p.18-19).

O primeiro esboço do conceito de monumento histórico foi elaborado na Roma do *Quattrocento*, tendo sido “seguidamente adoptado, desenvolvido e coletivamente enriquecido pelo conjunto de países da Europa Ocidental” como informou Choay (2015, p.19). Quanto ao contexto, a ideia de monumento histórico está associada ao Cisma Papal<sup>3</sup>, quando os intelectuais, envolvidos por um sentimento de nostalgia, refletiram sobre o passado glorioso de Roma e lamentaram os saques e as ruínas produzidas na cidade neste período.

Quanto ao conceito de patrimônio, Babelon e Chastel (2016, p.11) publicaram, em 1980, um livro chamado *La Notion de Patrimoine*, no qual o explicam da seguinte maneira: “O patrimônio, como se entende hoje na linguagem oficial e no senso comum, é uma noção bem recente, que cobre de maneira necessariamente vaga todos os bens, todos os ‘tesouros’ do passado.”<sup>4</sup> Já Lemos (1987), fazendo alusão a Hugues de Varine<sup>5</sup>, escreveu que o patrimônio pode ser classificado em: a) elementos pertencentes ao meio ambiente; b) conhecimento de técnicas específicas o que inclui

---

<sup>3</sup> Uma disputa de poder entre o papa Bonifácio VIII e o rei Filipe IV, o Belo, da França, provocou o Cisma Papal, uma crise religiosa ocorrida na Igreja Católica entre os anos de 1378 e 1417, que ficou marcada pela existência de dois papas, um deles residindo em Roma e o outro em Avignon.

<sup>4</sup> Tradução nossa a partir de: *Le patrimoine, au sens où l’entend aujourd’hui dans le langage officiel et dans l’usage commun, est une notion toute récente, qui couvre de façon nécessairement vague tous les biens, tous les trésors du passé.* (BABELON & CHASTEL, 2016, p.11).

<sup>5</sup> Hugues de Varine (1934) é um historiador e museólogo francês cujas pesquisas discutem patrimônio, mudança social e desenvolvimento além da democratização dos museus.

o saber e o saber fazer e c) artefatos resultantes da combinação do que é fornecido pela natureza aliado ao “saber fazer” e que podem variar desde objetos a conjuntos urbanos.

Um entendimento subjetivo de patrimônio é defendido por Smith (2011, p. 45) ao explicá-lo como um processo de criação e representação que ocorre quando se identificam, definem, manejam, exibem ou visitam-se lugares ou eventos patrimoniais, podendo-se detectar ali valores, memória e significados socioculturais que colaboram para dar sentido ao presente. Para a autora, o patrimônio negocia os significados e os valores históricos e culturais que ocorrem em torno às decisões que são tomadas para se preservar determinados lugares ou bens intangíveis

Por outro lado, o entendimento de Garcia Cuertos (2011, p. 17) sobre patrimônio está voltado para a herança e a propriedade coletiva visto que é a sociedade que dá sentido e conteúdo ao patrimônio e reconhece a determinados lugares, edifícios, objetos ou costumes como representativos para um determinado grupo. Já, Santos (2012), procurando rastrear a formação deste conceito, lembra que, na Idade Média, a devoção e o culto às relíquias cristãs ou o emprego de artefatos em rituais religiosos desenvolveu a ideia de que tais objetos simbolizavam a memória de práticas sociais da religião, requerendo a necessidade de preservá-los em locais sagrados como templos ou tumbas. O culto a estes objetos estaria, então, associado à ideia da seleção de bens, considerados significativos o suficiente para serem preservados.

Quando se rastreia o conceito de patrimônio, observa-se que na época do Renascimento, o Humanismo impulsionou os historiadores a se interessarem por estudar os vestígios da Antiguidade. Estátuas, arcos, do triunfo, moedas, vasos artísticos, utensílios domésticos ou esculturas, entre outros objetos, foram coletados e organizados para se decodificar os seus significados.

Posteriormente, os itens amealhados passaram a fazer parte de coleções pertencentes à nobreza ou à realeza<sup>6</sup>. Portanto, quando se pensa na origem das atitudes de preservação, é possível observá-la junto aos colecionadores, tanto pessoas privadas quanto instituições públicas, que buscavam amealhar objetos antigos. Assim, começou a ser gerado o conceito de patrimônio, inicialmente restrito

---

<sup>6</sup> O historiador e filósofo Krzysztof Pomian (1984, p. 53) reconhece também que o patrimônio cultural europeu se originou a partir dos tesouros e das coleções de particulares na Itália, no período do Renascimento. Os bens patrimoniais ainda abarcavam as coleções de arquivos reais e de instituições religiosas, bibliotecas reais e edifícios antigos, numa lógica privada, longe de representar algo coletivo, neste momento inicial.

ao âmbito religioso, e, posteriormente, estendido a bibliotecas, castelos, arquivos ou coleções de arte, entre outros. Desse modo:

São muitos os estudos que afirmam que essa categoria constitui-se em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais. O que não é incorreto. Omite-se no entanto o seu caráter milenar e sua ampla distribuição geográfica. Ela não é simplesmente uma invenção estritamente moderna. Está presente no mundo clássico, na Idade Média e a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que ela veio a assumir (Fumaroli, 1997, p. 101-116). Podemos dizer que, enquanto uma categoria de pensamento, ela se faz presente mesmo nas chamadas “culturas primitivas”. Estamos provavelmente diante de uma categoria extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana (GONÇALVES, 2005, p. 17).

Do ponto de vista etimológico, a palavra patrimônio vem de “herança paterna”. Nas línguas românicas, o vocábulo deriva do latim *patrimonium* e está relacionado a “propriedade herdada do pai ou dos antepassados” ou “aos monumentos herdados das gerações anteriores, de acordo com Munari e Carvalho (2005). Segundo os mesmos autores, o significado exposto acima tem relação com *moneo*, cujo significado, em latim, é levar a pensar. Desta forma o patrimônio, que é preservado em função dos sentidos que desperta e dos vínculos que mantém com as identidades culturais, tem relações de proximidade com memória, onde residem aspetos que a população de um lugar reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas.

Quanto à proteção do patrimônio, Roma teve um papel pioneiro na prática intervencionista. Tal situação é percebida junto aos vestígios antigos que se destacavam ali em número e em qualidade. De um lado, estavam os humanistas que, procurando distanciar-se do mundo medieval, voltaram um olhar especial para a Antiguidade Clássica, reinterpretando-a à luz de novos valores. Já pelo outro lado, os papas tinham um projeto de tornar Roma uma cidade grandiosa a ponto de fazê-la se sobressair em relação ao esplendor das cidades da Antiguidade que outrora se destacaram. Diante, então, deste quadro político cultural, foram sendo criadas as primeiras normas e medidas que orientavam a proteção do patrimônio edificado.

Muitas vezes, na Itália renascentista, a liderança das iniciativas de preservar cabia aos papas. Exemplificando esta situação, Jokilehto (1999, p. 29) relata o fato de que Martinho V (1417- 1431) reconheceu a necessidade de reforma e restauração em Roma. Para tanto, este papa estabeleceu, em 1425, a criação de um escritório

responsável pela manutenção e reparo das ruas, pontes, portas e muralhas, sendo extensível também a alguns edifícios. Durante o período do papa Nicolau V (1447-1455), foram realizadas intervenções nas muralhas do Vaticano, no palácio do papa, em aquedutos, fontes, fortificações e igrejas. Para tanto, Nicolau V formou uma equipe responsável pela formulação destes projetos e dentre os seus técnicos estava Alberti, cujas atitudes profissionais permitem relacioná-lo às questões de herança histórica, conforme anteriormente abordado.

Já Pio II Piccolomini (1458-1464) elaborou a bula papal *Cum almam nostrum urbem*, em 1462, que pode ser considerada como um dos documentos pioneiros preocupados com a salvaguarda das antiguidades clássicas, já que se dedicava às ruínas. As preocupações do Papa Piccolomini (1462) foram expressas para com a cidade, as igrejas e os vestígios do passado:

Uma vez que desejamos que a nossa Cidade-mãe seja conservada na sua dignidade e no seu esplendor, devemos mostrar um cuidado particularmente vigilante, não somente para que as basílicas e as igrejas desta Cidade e todos os lugares de devoção e de religião, nos quais se encontram numerosas relíquias de santos, sejam mantidos e preservados nos seus admiráveis edifícios, mas também para os edifícios da Antiguidade e do passado longínquo assim como os seus restos permaneçam para a posteridade, porque estes edifícios conferem a esta cidade o auge do ornamento e do lustro [...]

Outro nome bastante ligado à proteção de Roma foi o do papa Sisto IV (1471-1484) que desenvolveu ações de reparo e reconstrução de palácios e edifícios religiosos, estabelecendo recomendações por meio de uma bula papal, em 1474, contra os danos e a destruição de edifícios eclesiásticos ou a remoção de partes dos mesmos, conforme explicou Jokilehto (1999, p.30).

Após os saques e a destruição de parte da cidade de Roma<sup>7</sup>, o papa Paulo III (1534-1549), criou o Comissariado Geral das Antiguidades Romanas e designou como supervisor Latino Giovenale Manetti que foi incumbido de salvaguardar os monumentos antigos, supervisionar as atividades de escavações e tornou-se responsável pelos achados arqueológicos. Sobre estas ações em Roma, Riegl (2006, p.55) afirmou que:

---

<sup>7</sup> Em 1527, Roma foi saqueada e teve muitas das suas riquezas usadas para pagar os soldados que haviam lutado na guerra contra a Liga de Cognac (aliança da França, Florença, Veneza e do papado), o que resultou em danos irreparáveis para a sua estrutura urbana e para o seu património. Para receber o imperador Carlos V, do Sacro Império Romano-germânico, em 1536, foi preparada uma entrada triunfal e parte da cidade foi destruída a fim de se alargar o percurso para o cortejo invasor. Jokilehto (1999, p.34) narrou sobre a demolição de mais de 200 casas e de algumas igrejas.

Significativamente, a época que descobriu o “valor artístico e histórico” dos monumentos, pelo menos aqueles da Antiguidade, é também a mesma que editou as primeiras medidas em favor da proteção dos monumentos (em particular o breve de Paulo III de 28 de novembro de 1534). Como a legislação tradicional não se preocupava com os monumentos não intencionais, pareceu necessário adotar medidas particulares para proteger os valores recentemente descobertos. Assim, podemos afirmar, com justiça, que uma verdadeira proteção dos monumentos, no sentido que entendemos atualmente, nasceu da Renascença italiana que reconheceu e apreciou os monumentos antigos e estabeleceu uma jurisdição destinada a protegê-los.

Todavia, embora ainda não seja possível falar aqui de restauração no sentido moderno da palavra, é possível reconhecer que essa preocupação com os objetos da igreja iniciava um caminho que irá resultar na formação de disciplinas relacionadas à preservação de bens culturais<sup>8</sup>.

Por sua vez, Sant’Anna (2015, p. 21) lembra que “Os edifícios da Antiguidade clássica passaram a ser vistos, a partir daquele momento [o Renascimento], como testemunhos da Arte e da História, mas esse reconhecimento não significou a sua conservação...”. Aliás, Sant’Anna (2015 p. 22) informa que “foi preciso aguardar o surgimento de um interesse político e econômico associado às antiguidades para que a preservação se consolidasse como prática governamental e social”. Este interesse surgiu exatamente com a ameaça concreta de perdas trazidas por adventos como a Reforma Protestante e a Contrarreforma, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que mobilizaram as sociedades em torno da ideia de preservação.

Com isso, as ações de reconhecimento, registro, proteção, conservação e restauração de objetos de interesse cultural firmaram-se, em sentido moderno, na Inglaterra e na França entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Posteriormente, ações da mesma natureza se expandiram para outros países europeus e demais continentes.

Os atos de destruição trazidos pela Reforma Protestante, na Inglaterra, levaram à criação de grupos de estudiosos da antiguidade que agiam em favor da conservação e da restauração, impulsionando o conhecimento sobre as antiguidades que formaram um arcabouço teórico e um extenso cabedal de experiências práticas que trouxeram

---

<sup>8</sup> Simultaneamente, é importante destacar que, embora tenham sido tomadas várias medidas protetivas, os monumentos romanos nunca deixaram de ser usados como pedreira e, muitas vezes, em construções papais. Portanto, mesmo que não se tratasse de uma unanimidade, havia uma preocupação, por parte de alguns pontífices, em assegurar a existência de propriedades da igreja, preservando os seus bens e garantindo condições de funcionamento das estruturas urbanas em uma cidade que recebia peregrinos.

colaborações para a reconstituição de obras. Mas, foi a partir da Revolução Francesa (1789) que ações com a intenção de proteger os bens se tornaram frequentes, o que levou Jokilehto (1999, p.69) a afirmar que essa revolução é um momento chave no desenvolvimento das políticas de conservação.

Na França revolucionária, quando o patrimônio da Igreja, dos emigrados e da Coroa foi colocado à disposição da nação, sendo, portanto, nacionalizados, o primeiro entendimento a respeito de valores foi apenas aqueles de ordem econômica. As antiguidades nacionais passaram a ser tratadas simplesmente como bens materiais, tendo o valor artístico depreciado e sendo vendidos a particulares para a aquisição de moeda.

Simultaneamente, atos de vandalismo ideológico, a exemplo de incêndios, depredações e saques foram promovidos por alguns revolucionários, principalmente, contra os templos. O período de dez anos que compreendeu a Revolução Francesa (1789-1799) trouxe perdas para as obras de arte e para os edifícios com a intenção de apagar símbolos relacionados à classe dominante e ao clero.

Segundo Jokilehto (1999, p.71), o Abade Henri Grégoire (1750-1831), Bispo de Blois, considerava a perda do patrimônio um ato contrarrevolucionário. Em 1793, o termo vandalismo foi criado por Grégoire para explicar a seus compatriotas que, aos olhos de outros povos, eles estavam sendo considerados bárbaros ao destruírem as obras de arte do seu próprio país.

Mesmo enquanto o fogo devora as melhores bibliotecas da República, mesmo enquanto outras bibliotecas estavam sob ameaça em "depósito de matéria combustível", o vandalismo redobrou os seus esforços. Nenhum dia passa sem a história de uma nova perda: as leis de conservação dos monumentos são ignoradas ou ineficientes, e nós assumimos a responsabilidade de apresentar um relatório detalhado sobre este assunto. O grito de indignação da Convenção Nacional reverberará sem dúvida por toda a França, ele irá encorajar todos os bons cidadãos a vigiar os monumentos artísticos, a conservá-los e a denunciar qualquer contrarrevolucionário. (tradução nossa)<sup>9</sup>

O efeito das denúncias de Grégoire resultou na criação de mecanismos de proteção patrimonial. Quando uma parte dos revolucionários compreendeu que certos

---

<sup>9</sup> Even while fire devoured the best libraries of the Republic, even while other libraries were under threat in "depots of combustible matter", vandalism redoubled its efforts. No day passes without a story of some new loss: the laws on the conservation of monuments are ignored or ineffective, and we have taken it on ourselves to present a detailed report on this matter. The National Convention's cry of indignation will without doubt reverberate across France; it will encourage all good citizens to watch over the monuments to the arts, to help conserve them, and bring to book any counter-revolutionary (GREGOIRE, 1793)

artefatos representavam um passado de glória, começou a haver questionamentos aos atos destrutivos, numa dimensão de **significado** político e patriótico como pode ser percebido na afirmação de Dussault (1792):

[...] fui informado por artistas renomados de que a porta de Saint-Denis está ameaçada. Dedicada, sem dúvidas, a Luís XIV, ela merece ódio dos homens livres, mas esta porta é uma obra –prima. Ela pode ser convertida em monumento nacional [...] (DUSSAULT apud CHOAY, 2001, p. 111).

Passou-se, então, a agir em defesa de uma preservação, que não fosse em busca, apenas, do estado de inteireza das catedrais góticas, mas sim do patrimônio nacional em sua riqueza e diversidade. Essas atitudes foram baseadas no que Choay (2001, p. 117) denominou valor nacional. Segundo a citada autora, esse valor é relativo aos bens da nação, possuindo um papel de instrumento cívico, ao mobilizar a memória e um “sentimento de orgulho e superioridade nacionais”<sup>10</sup>.

Figura 02: O Abade Grégoire criou o termo vandalismo para explicar as destruições às obras de arte.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Henri\\_Gr%C3%A9goire](https://pt.wikipedia.org/wiki/Henri_Gr%C3%A9goire). Acesso em 05/11/2021

Além da necessidade de preservar os resquícios de outras épocas, o seu **valor documental** também foi enfatizado pelo Abade Grégoire (Figura 02), antecipando algumas das colocações que serão tratadas pelos teóricos da conservação no século XIX. Dentre essas antecipações, Jokilehto (1999, p.69) observou que podem ser incluídas a ideia de monumento histórico como patrimônio cultural de uma nação

<sup>10</sup> A própria Choay (2001, p. 110-111) reconhece que muitas das medidas, discursos e decretos foram uma tática enganosa, com palavreado inútil para mascarar as contradições da revolução. Tal pensamento é reafirmado por Kühn (2006-2007, p.112) ao entender que a reação ao vandalismo revolucionário resultou em medidas incipientes tomadas pelo Estado a fim de tutelar os edifícios antigos.

como também a responsabilidade de a nação cuidar desse patrimônio, as metodologias de inventário e as medidas para classificação de edifícios.

Hoje, muitas dessas ações são compreendidas como a origem das atividades de restauração dos monumentos históricos franceses, tanto no que diz respeito a discursos ou textos oficiais quanto aos procedimentos realizados na matéria dos edifícios, como bem frisou Viollet-le-Duc<sup>11</sup> (2006, p. 30) ao afirmar que “[...] nenhuma civilização, nenhum povo, em tempos passados, teve a intenção de fazer restaurações como nós [franceses] as compreendemos hoje.”

É importante observar que os defensores da preservação dos vestígios do passado, na França, agiam predominantemente em torno do monumento histórico, ou seja, dos edifícios isolados que se destacavam na malha urbana, especialmente as catedrais góticas. A partir desta atuação, foi sendo desenvolvida a maior parte das discussões sobre restauração no século XIX. Aliás, o próprio Viollet-le-Duc, incluindo aqui as suas proposições teóricas e os seus trabalhos restaurativos, era voltado, predominantemente, aos edifícios monumentais. Por muitos anos, esta foi uma escolha dominante em termos de ações patrimoniais.

Enquanto a Revolução Francesa marcou a proclamação da razão em sua máxima expressão, ela também exacerbou atitudes contrárias àquelas dominantes na era da razão, a exemplo do absolutismo, da ordem e da disciplina. Na Inglaterra, durante a chamada Idade da Razão, houve um considerável desenvolvimento científico e tecnológico ao passo que as questões de ordem religiosa ficaram em segundo plano. De acordo com Jokilehto (2011, p.101), a Inglaterra teve laços fortes com o classicismo, primeiramente experienciados por seus artistas e arquitetos através de viagens pelo Mediterrâneo e, também, pela aquisição de antiguidades clássicas e trabalhos artísticos por colecionadores<sup>12</sup>.

As teorias estéticas inglesas, formuladas no século XVIII, trouxeram influências para a formação do arcabouço teórico patrimonial. Relacionadas aos conceitos de pitoresco e de sublime que foram inicialmente utilizados na pintura e, um pouco

---

<sup>11</sup> Viollet-le-Duc (1814-1879) foi um arquiteto francês do século XIX que atuou como restaurador junto a importantes obras realizadas na França, deixando um legado teórico que trouxe aportes significativos às teorias patrimoniais do ponto de vista da restituição das partes incompletas em monumentos isolados.

<sup>12</sup> Quanto às missões exploratórias, elas também se estenderam por outros países a exemplo da Grécia e do Império Otomano, onde os objetos de arte continuaram sendo adquiridos pelos nobres ingleses. Ao tratar do impacto destas viagens, Jokilehto (1999, p.48) narra duas situações que demonstram o quão voraz era a ação dos compradores ingleses ao adquirirem as obras de arte produzidas por outros povos. Uma delas traz a informação de que o Conde de Arundel, Thomas Howard, declarou sua intenção de transplantar a Grécia Antiga para a Inglaterra.

depois, na produção dos parques e jardins ingleses, estas teorias foram pensadas valorizando as ruínas, em torno das quais foi comum a implantação dos jardins ingleses. Esse modo de valorizá-las é a base do pensamento não intervencionista que caracteriza a obra de John Ruskin (2008) e que será discutida mais adiante, já que o pitoresco foi uma das qualidades observada pelos ingleses para proceder com a proteção e a conservação de um bem.

Outro fator de destaque na cena inglesa foi um revivalismo do Gótico, presente na obra de muitos escritores e poetas, em plena era do neoclassicismo<sup>13</sup>. No entanto, quando houve necessidade de se realizar reparos nestas igrejas, é possível detectar diferentes atitudes. Por um lado, encontra-se o trabalho de arquitetos barrocos como *Sir Christopher Wren*, um crítico do Gótico, mas, simultaneamente, um admirador do *know-how* dos construtores medievais. Ele desenvolveu uma intervenção na Catedral de Salisbury e na torre oeste da Abadia de Westminster em harmonia com a linguagem arquitetônica predominante nos citados edifícios, respeitando, assim, a sua estética, conforme atestado por Jokilehto (1999, p.101).

Por outro lado, também existiram projetos que iam de encontro à concepção do gótico e realizavam reparos e embelezamentos de uma linguagem de uniformidade, ordem e simetria como ocorreu com a Catedral de Durham<sup>14</sup>. Tais resultados acabaram gerando debates sobre como intervir em edifícios antigos na Inglaterra, lembrando que era comum às sociedades de antiquários gritarem a perda de um monumento antigo, tendo alguns caso sido discutidos em artigos publicados em revistas de época.

Quanto ao urbano, na Inglaterra, o desenvolvimento industrial atraiu uma grande quantidade de pessoas para o trabalho em fábricas têxteis, e permitiu uma concentração delas dentro das cidades. Este deslocamento populacional gerou o aumento do índice de crescimento demográfico e a necessidade de realocação dessas pessoas alargou a área dos centros urbanos de tal forma que:

A urbanização aumentou quase em proporção direta à industrialização: na Inglaterra e na Nova Inglaterra, finalmente chegou-se a verificar que mais de oitenta por cento de toda a população vivia em centros de mais de dois mil e quinhentos habitantes (MUMFORD, 1991, p.485).

---

13 As catedrais góticas se constituíram num símbolo muito relacionado ao papa e, por isto, eram vistas com ressalvas por muitos na Inglaterra anglicana.

14 O projeto do arquiteto James Wyatt, de formação neoclássica, foi discutido numa dissertação escrita por John Milner, em 1718 : *Dissertation on The Modern Style is Altering Ancient Cathedrals as Exemplified in the Cathedral of Salisbury*.

Tal situação trouxe consequências para muitas cidades, ainda, detentoras de ruas estreitas, quadras irregulares e muralhas medievais que dificultavam o trânsito e a expansão de novos bairros. Com isto, muitos projetos foram elaborados, envolvendo a demolição de muralhas e o uso posterior das suas pedras em novas construções ou na pavimentação de vias, como aconteceu em York.

Em um momento no qual as cidades precisavam crescer, a remoção das muralhas<sup>15</sup> permitiu que os terrenos situados extramuros, em geral, grandes propriedades da aristocracia, fossem edificados, promovendo o convívio da cidade que nascia com aquela que já existia. Como informa Calabi (2015, p.71), em Viena, o interesse crescente pelos terrenos ocupados pelas fortificações, aliado à perda de funcionalidade das velhas muralhas, levou esta cidade a fazer propostas sobre a demolição do seu perímetro amuralhado para a construção do famoso Ring<sup>16</sup> em 1877.

A sociedade industrial é urbana, no entanto ela fracassou ao tratar do seu espaço físico como afirmou Choay (2011, p.01). A velocidade com que as transformações ocorreram levou as aldeias a se transformarem em cidades e as cidades a se transformarem em metrópoles, visto que “os homens construía aceleradamente e mal tinham tempo para se arrependerem de seus erros, antes de derrubarem as estruturas originais e construir de novo, com igual descuido” conforme disse Mumford (1991, p.486).

O rápido crescimento das cidades na época industrial levou à transformação do núcleo primaz e a formação de bairros distantes, trazendo modificações para as cidades:

O núcleo tem uma estrutura já formada, na Idade Média ou na Idade Moderna; contém os principais monumentos – Igrejas, palácios – que muitas vezes dominam ainda o panorama da cidade [...] Entrementes, muitos edifícios monumentais da cidade histórica – palácios nobiliários, conventos, etc. – são abandonados por causa das revoluções sociais, e são divididos em pequenas moradias improvisadas (BENEVOLO, 2000, p. 565).

<sup>15</sup> Ao relatar sobre a cidade do século XIX, Zucconi (2009, p. 37) explica que as muralhas representavam “a materialização da ideia de fronteira, correspondente, por sua vez, às linhas de demarcação fiscal, política, militar e administrativa”.

<sup>16</sup> *Ring* ou *Ringstrass*: é um bairro construído no lugar onde estiveram as muralhas de Viena, do séc. XII até 1857. Esta faixa deu lugar a um anel viário de largura considerável que separa os bairros antigos dos bairros de expansão da cidade, construídos a partir do século XIX.

Ao tratar da situação de Londres e dos seus subúrbios, no século XIX, Panerai, Castex e Depaule (2013, p. 46) relatam que os processos de transformação das cidades despertavam a atenção de intelectuais, gerando acalorados debates. Os mesmos temas eram discutidos pela literatura, levando Charles Dickens<sup>17</sup> a ambientar os seus contos, marcados por um viés histórico e realista, em meios urbanos caóticos e degradados por conta do processo de industrialização<sup>18</sup>.

Na França, o escritor Victor Hugo protestava contra as ações levadas à cabo pelo Barão Georges Haussman, resultando na perda do patrimônio arquitetônico parisiense e aqui cabe ressaltar a observação de Choay (2009, p. 144): ela chama atenção para o fato de que Hugo “[...] não se interessa pela dimensão urbana: o progresso técnico torna, aos seus olhos, inevitável o desaparecimento dos tecidos e centros antigos”, evidenciando um foco nos edifícios singulares. Aliás, situação semelhante também é atribuída a Honoré de Balzac para quem as cidades antigas só seriam conservadas na ilustração dos livros.

A estrutura urbana da cidade medieval não suportou o rápido crescimento das cidades industriais e passou a conviver com muitas disfunções urbanas, demolições e descaracterizações. O século XIX marcou um tempo no qual a cidade além de ser representada graficamente, foi muito bem descrita<sup>19</sup>, visto que os seus problemas saltavam aos olhos e desafiavam a busca de soluções, como afirma Mumford (1991, p. 483):

A nova cidade industrial tinha muitas lições a ensinar; mas, para o urbanista, a sua principal lição dizia respeito ao que se deveria evitar. Reagindo contra os descaminhos do industrialismo, os artistas e reformadores do século XIX chegaram finalmente a uma concepção melhor das necessidades humanas e das possibilidades urbanas”.

---

<sup>17</sup> Charles Dickens (1812-1870): Foi um escritor inglês, da época vitoriana, que ambientava seus contos a partir de realidades ocorridas durante eventos como a Revolução Industrial ou a Revolução Francesa. Ele é autor de Coketown que tratou dos problemas trazidos às cidades inglesas pela exploração do carvão mineral e, também, Um Conto de Duas Cidades, onde o autor narra sobre vidas de personagens pertencente a diferentes classes sociais logo após a Revolução Francesa.

<sup>18</sup> Para Burke (200, p. 71), os escritores elaboravam a ficção por meio de figuras históricas como guerras, revoluções ou crises econômicas, entre outros fatos selecionados do passado, permitindo a construção de uma narrativa com base na realidade e na memória.

<sup>19</sup> Em Portugal, situações urbanas foram descritas por Ramalho Ortigão (1887) ao lamentar as transformações que modificaram o Porto a tal ponto que fizeram o escritor afirmar que “Aqueles que há vinte anos partiram daqui, como eu, arriscam-se, regressando depois de mim, a não atinar com o seu caminho, a não encontrar a sua casa, nem a sua rua, nem os seus sítios”. Ao discorrerem sobre o ambiente urbano, esses escritores evidenciavam as modificações que eclodiam nas cidades.

Há uma certa distância do centro, foi sendo constituído como uma parte da cidade onde eram encontrados bairros de luxo, bairros operários e indústrias, frutos de iniciativas independentes, que formavam um novo tecido. Transformada ou produzida num contexto de mudanças econômicas e sociais, essa cidade se tornou objeto de discussão de pessoas preocupadas com o porvir do urbano.

Assim, entre o final do século XVIII e início do século XIX, mesma época em que despontavam as considerações dos teóricos da conservação sobre a cidade enquanto herança histórica, os médicos, os engenheiros, os escritores, os jornalistas, os arquitetos e os pesquisadores das Ciências Sociais chamavam a atenção para as mazelas urbanas. Com isto, começou-se a pensar na necessidade de se atuar nos problemas urbanos de um modo mais racional e metódico para se adequar as cidades às novas necessidades daquele tempo, tornando-as mais eficazes.

A exemplo, então, de muitas outras disciplinas que estudam a cidade, como a economia, a sociologia urbana e a geografia, o período de formação do urbanismo, como campo do saber, ocorreu a partir da segunda metade do século XIX. Segundo Calabi (2015, p. 03), tais fatos teriam ocorrido entre 1859 e 1913, o que acaba sendo reafirmado por Bresciani (2002, p. 21) ao afirmar que, “Somente no início do século XX, a ciência das cidades — o urbanismo — encontraria sua configuração completa [...]”.

A nova disciplina surgiu com dois grandes propósitos: de um lado, ordenar a expansão da cidade (as novas vias, os novos bairros, os novos equipamentos) e, do outro, tratar da organização da cidade existente para assegurá-la como um lugar viável. Iniciou-se, então, uma busca do urbanismo por estabelecer instrumentos analíticos, normas e caminhos para projetar novos espaços e adaptar a cidade antiga às exigências da sociedade moderna:

O século XIX é testemunha de uma mudança no mundo urbano que, a uma grande velocidade, faz das cidades organismos complexos, onde se estruturam os espaços e as sociedades. É tal o impacto da urbanização nesse século, que, em consequência, surge uma nova teoria, uma nova disciplina – o Urbanismo – que tem a pretensão de entender e ordenar o crescimento das cidades (PINHEIRO, 2011, p.38).

Vários estudos concordam que o Urbanismo surgiu no final do XIX em resposta aos problemas levantados pela industrialização e pelo rápido crescimento das cidades. Outro aspecto em comum é que ele foi sendo configurado como um conjunto

de instrumentos capazes de organizar o espaço físico urbano com características práticas de planejamento, implementação e gestão, embasada em arcabouços teóricos que permitem situá-lo como ciência.

Na segunda metade do século XIX, quando muitos trabalhos de intervenção urbana estavam sendo desenvolvidos em cidades europeias, Calabi (20015, p. 24) lembra que foram publicados os primeiros estudos dedicados ao crescimento urbano das cidades e que a primeira tentativa de dar ao urbanismo a conotação de ciência provem da Espanha: em 1867, Cerdá publicou o compendio Teoria Geral da Urbanização, texto baseado no memorial do Plano de Expansão para Barcelona<sup>20</sup>, onde foi defendida a ideia de que uma intervenção precisa ser orientada por conceitos científicos. Aliás, Calabi (2015) afirma que:

A ciência do urbanismo que Cerdá propõe é um instrumento de planejamento urbano. Esse é o verdadeiro objeto de seu manual: o desenho do plano é somente um elemento articulado, uma somatória de práticas específicas muito diversas daquelas seguidas até então (CALABI, 2015, p.27).

Já Guido Zucconi (2009, p.66) lembra que Cerdá evidenciou o papel da estatística, da cartografia, da topografia e da descrição, por meio de textos, como indícios para a formação de um diagnóstico do urbano. Zucconi (2009) também observou como diferentes campos do conhecimento foram se relacionando com a cidade e deixando contribuições para a mesma. Com isto, ainda foram tratados aspectos referentes a contribuição dos militares, obras hidráulicas, esgotamento sanitário, serviço de gás, bairros destinados a negócios, cemitérios e edifícios singulares a exemplo de escolas, hospitais ou teatros. A cuidadosa descrição de Zucconi, no entanto, deixou de contemplar aspectos relacionados à preservação urbana.

Entretanto, Choay (2001, p.139) é categórica ao afirmar que a ideia de patrimônio urbano surgiu contemporânea às grandes reformas que aconteceram nas

---

<sup>20</sup> O Plano de Extensão (*Ensanche*) para Barcelona é considerado a principal obra de Idelfonso Cerdá. Além de promover o crescimento controlado da cidade para além da muralha com um traçado ordenado de ruas e quadras, em contraponto à cidade medieval. Este plano tinha a intenção de melhorar a mobilidade das pessoas e a fluidez do trânsito. À medida que a cidade fosse crescendo, o desenho das quadras e ruas poderia se estender, com as vias menores desaguardando em vias maiores e estas nas grandes avenidas – a largura das vias variava de 20 a 60 m. Cerdá ainda defendia uma relação de proximidade entre a cidade antiga e a zona de extensão. No memorial do anteprojeto para Barcelona, Cerdá explicou várias decisões projetuais que orientaram a sua proposta a exemplo do binômio movimento e repouso a partir do qual a cidade vive o seu cotidiano ou das redes de infraestrutura que possibilitam a iluminação e o abastecimento d'água dos edifícios ou o sistema de transportes como um elemento fundamental para o bom funcionamento do núcleo urbano.

idades europeias no século XIX, e que coube a John Ruskin, o papel pioneiro de alertar sobre a destruição do tecido das urbes antigas. Quando a prática da preservação se voltava para os edifícios monumentais, Ruskin destacou que o valor da arquitetura residencial e do tecido urbano tinham características marcantes de uma época e, portanto, poderiam ser ambos considerados como objetos patrimoniais autônomos.

## **1.2 – A percepção da cidade como patrimônio urbano**

Em decorrência das novas relações políticas, sociais e econômicas verificadas na Europa, ao longo do século XIX, as transformações em áreas urbanas de tempos pretéritos passaram a ser frequentes em consequência, particularmente, da Revolução Industrial. Muitas cidades antigas apresentaram transformações morfológicas, em um curto espaço de tempo e passaram a conviver com uma série de disfunções urbanas visto que suas estruturas físicas não se adaptavam às necessidades das novas funções produtivas e sociais.

Ocorria que, àquela época, a cidade não era entendida como patrimônio autônomo, conforme afirmou Choay (2001, p. 176), ao explicar que, na França, as primeiras ações de inventário se preocupavam apenas com os monumentos isolados. Entre aqueles que faziam oposição às grandes intervenções urbanas, as críticas eram mais voltadas à perda do monumento isolado, não havendo críticas por conta das alterações morfológicas do tecido urbano. No entanto, o alargamento de vias causou traumas e despertou nostalgia em muitos franceses.

Na rede de valorações e atribuições de significado que envolve o estudo do patrimônio cultural, verifica-se que na obra de muitos teóricos da conservação a preocupação com o monumento isolado predominou enquanto objeto de estudo. Como bem lembra Sant'Anna (2015, p.42-43), muitos autores costumam relatar as transformações do conceito de patrimônio, referindo-se às áreas urbanas apenas como o entorno de um monumento.

Há outros que deixaram, de fato, uma contribuição ao patrimônio urbano a exemplo de Quatremère de Quincy, Ruskin, ou Giovannoni, não excluindo proposições vindas de Riegl. As primeiras percepções da cidade como patrimônio urbano foram formadas a partir do pensamento desses teóricos e sob diferentes pontos de vista. Eles expuseram pensamentos, ideias e proposições sobre temas

como descaracterização, condições de uso, adaptações, processos de abandono ou intervenções, como será discutido a seguir.

No século XIX, Antoine Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849), um arqueólogo e teórico de arquitetura francês, deixou um legado sobre a relação entre a obra de arte e o seu contexto. Contemporâneo da Revolução Francesa, Quincy (Figura 03) viu a Europa ser invadida pelas tropas napoleônicas que transportavam para Paris muitas das obras de arte que encontravam nas cidades dominadas a fim “de criar um grande museu, com vocação universal (ainda que francês)” como explicou Paulo Kühn (2016, p.12).

Figura 03 - Quatremère de Quincy defendia a continuidade formal das cidades



Fonte: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Antoine\\_Chrysostome\\_Quatrem%C3%A8re\\_de\\_Quincy](https://fr.wikipedia.org/wiki/Antoine_Chrysostome_Quatrem%C3%A8re_de_Quincy)  
Acesso em 05/09/2021

Por quatro anos, Quincy morou em Roma (1776- 1780), tendo criado vínculos com a cidade. Lá, tornou-se amigo do escultor italiano Antônio Canova (1757-1822), que viria a ser Inspetor-geral de Antiguidades e Belas Artes dos estados papais, responsável pela organização de museus e pelas antiguidades romanas. Após 1789, Quincy se engajou na vida pública, mas pouco tempo depois se desgostou dos rumos tomados pela Revolução Francesa e tornou-se um contrarrevolucionário.

Como as suas posições se chocavam com os anseios políticos dominantes, Quincy viveu um tempo na clandestinidade, posteriormente foi preso e, depois, exilado na Alemanha por cerca de um ano. Durante o período na prisão, ele escreveu uma série de cartas ao General Sebastián Miranda<sup>21</sup>.

---

21 Sebastián Miranda: general, diplomata, político e militar nascido na Venezuela, tornou-se um defensor da liberdade das colônias na América. Preciso fugiu para os EUA e depois foi para Londres. Culto e cosmopolita, com ideias pró-monarquia, frequentava círculos políticos mais moderados e propôs a Quincy o estabelecimento de uma correspondência onde seriam discutidos os perigos da espoliação de monumentos em Roma.

Nessas cartas<sup>22</sup>, eram discutidas as espoliações artísticas às quais as cidades que perdiam guerras eram submetidas, tendo as suas obras de arte levadas pelos invasores como uma espécie de troféu pela conquista. Sendo Roma uma cidade com um número considerável de obras situadas a céu aberto e tendo muitas delas sido levadas a Paris, Quincy (2016, p.81-82) escreveu para Miranda, na terceira das cartas a ele endereçada:

O verdadeiro museu de Roma, aquele de que falo, compõe-se, é verdade, de estátuas, colossos, templos, obeliscos, colunas triunfais, termas, circos, anfiteatros, arcos de triunfo, túmulos, estuques, afrescos, baixos relevos, inscrições, fragmentos de ornamentos, materiais de construção, móveis, utensílios etc., mas ele não se compõe menos de lugares, sítios, montanhas, pedreiras, rotas antigas, posições respectivas de cidades arruinadas, de relações geográficas, relações de todos os objetos entre si, de lembranças de tradições locais, de usos ainda existentes, de paralelos e de aproximações que só podem ser feitos no próprio lugar.

Com essa posição Quincy alertava para uma questão que muito defendeu: a continuidade formal das cidades, um dos pontos de vista pelo quais se detecta a sua contribuição na formação do conceito de patrimônio urbano. Dono de uma produção relevante que abarca o *Dictionnaire d'Architecture* na *Encyclopédie Méthodique*, ensaios, tratados de filosofia acerca da beleza e da imitação nas belas artes, Quincy insistiu “[...] na necessidade de se buscar uma teoria capaz de explicar a continuidade formal e estrutural entre as partes antigas e novas das cidades.” (PEREIRA, 2012).

Com posturas éticas em favor do interesse coletivo, Quincy foi um ativista dedicado às artes e aos artistas, defendendo que as cidades deveriam ter as suas obras de arte a céu aberto, ao invés de as mesmas serem transportadas para o interior de museus. Sobre estes aspectos, explicou Kühl (2016, p. 19):

São várias as passagens em que o autor defende a unidade do grupo de obras de arte em Roma. Na quarta Carta, a insistência sobre o conjunto, sobre os monumentos que, estando todos em um mesmo lugar, completam seu sentido; ou ainda a importância que algumas esculturas assumem, justamente porque estão em meio a um conjunto muito maior...

Além de perceber a importância desta relação, Quincy também entendia que o contexto envolvia aspectos como o clima, as formas da natureza, os caminhos, com

---

<sup>22</sup> Atualmente estas missivas estão publicadas em um livro denominado *Lettres au General Miranda*. Nelas eram discutidas as espoliações artísticas pelas quais passavam as cidades que perdiam as guerras.

os resquícios do passado, as fisionomias, as lembranças, as tradições locais, os jogos, as festas, as tradições e usos que ainda perseveravam.

No seu entender, os **atributos do lugar** tinham importância na relação com as obras de arte. Além disso, ao citar as lembranças das tradições locais e dos usos, ele estendeu-se aos **aspectos culturais** que envolvem a **memória do lugar**. Com isto, não apenas a manutenção da obra de arte em seu local de origem é defendida, mas também o contexto físico e sócio cultural, o que pode ser entendido como uma percepção de se preservar a materialidade com a imaterialidade do patrimônio. Todos estes argumentos quando pensados junto à cidade, trazem contribuições que irão se somar ao conceito de patrimônio.

Figura 04: John Ruskin defendia a salvaguarda da herança cultural do passado



Fonte: <http://vanguardiamcg.blogspot.com/2017/08/john-ruskin-y-las-7-lamparas-de-la.html>  
Acesso em 05/09/2021

Por sua vez, John Ruskin (Figura 04), no livro *As Pedras de Veneza* (2008), publicado pela primeira vez em 1853, criticou as intervenções que são danosas às estruturas urbanas das cidades antigas, explicando que a arquitetura doméstica como um todo desempenha o papel de monumento histórico, especialmente no caso de uma cidade como Veneza. Por essas razões, Choay (2001, p.141) relata a importância do papel de Ruskin como tendo sido o responsável por apontar "...a noção de patrimônio urbano histórico, acompanhada de um projeto de conservação".

Ao escrever sobre a arquitetura da Itália e da França, Ruskin (2008, p. 60) afirmou que "Até hoje, a atração isolada de suas mais belas cidades reside não na riqueza isolada de seus palácios, mas na decoração requintada e cuidadosa das menores moradias de seus períodos de maior esplendor."

A preocupação de Ruskin com a arquitetura doméstica<sup>23</sup> trouxe outra possibilidade para o conceito de monumento histórico. Ele defendia a continuidade da malha formada pelas residências mais simples, sendo ele “o primeiro, logo seguido por Morris, a incluir os conjuntos urbanos, da mesma forma que os edifícios isolados no campo da herança histórica a ser preservada” (CHOAY, 2001, p.141).

As bases ideológicas do pensamento ruskiniano sobre a conservação da arquitetura e da cidade foram expostas e divulgadas, inicialmente, por meio de duas publicações: no capítulo A Lâmpada da Memória, do livro *As Sete Lâmpadas da Arquitetura* (1849) e em *As Pedras de Veneza* (1853). Nestes textos, Ruskin defendia a necessidade de salvaguarda da herança cultural do passado e a ideia de que as marcas do tempo integravam a essência do monumento, como também o entendimento de que o monumento ultrapassava uma concepção nacionalista e ocidental da história, tendo mesmo uma dimensão universal.

Em 1854, no livro chamado *The Opening of the Crystal Palace*, ele deixou clara a sua preocupação com as reformas urbanas que estavam sendo feitas em Paris, sob o comando do Barão Georges Haussman e, principalmente, com as possíveis influências destas ações nas cidades europeias, Ruskin afirmou:

Onde quer que a influência daquela sociedade educada seja sentida, os edifícios antigos são implacavelmente destruídos; vastos hotéis, como quartéis, e fileiras de residências altas, com janelas quadradas, projetavam-se para esconder as odiosas antiguidades de grandes cidades na França e na Itália. Caminhos alegres, com fontes e estátuas, prolongam-se ao longo do cais antes dedicado ao comércio; casas de baile e teatros erguem-se sobre o pó das capelas profanadas e lançam na escuridão a humildade da vida doméstica (RUSKIN, 1854 - tradução nossa)<sup>24</sup>

Para Jokilehto (1999, p.180), Ruskin tinha consciência da perda de identidade das cidades antigas caso os seus edifícios fossem destruídos para dar lugar a praças ou a largas avenidas. O ambiente urbano era compreendido por Ruskin, acima de

---

<sup>23</sup> Assim como as casas urbanas, também as casas rurais inglesas foram entendidas como monumentos por Ruskin. Para ele, estas residências eram obras de arte construídas pelos antepassados, revelavam não só a história do país, mas também dos homens que as construíram de modo artesanal, produto do trabalho humano sobre a matéria. Portanto, Ruskin as entendia como digna de serem conservadas como registro da vida comum. Com isto, a ideia de preservação adquiriu um caráter moral e social diante das possibilidades de transformação da sociedade junto aos acontecimentos trazidos pela industrialização.

<sup>24</sup> Wherever the influence of that educated society is felt, the old buildings are relentlessly destroyed; vast hotels, like barracks, and rows of high, square-windowed dwelling-houses, thrust themselves forward to conceal the hated antiquities of the great cities of France and Italy. Gay promenades, with fountains and statues, prolong themselves along the quays once dedicate to commerce; ball-rooms and theatres rise upon the dust of desecrated chapels, and thrust into darkness the humility of domestic life (RUSKIN, 1854).

tudo, como sendo um lugar de história e de valor estético e não como um obstáculo às novas demandas do progresso. A destruição trazida por adventos como a Revolução Industrial fê-lo pensar a relação entre a cidade, a cultura, a história e as preexistências diante do que se tornou o novo cenário das cidades<sup>25</sup>. Assim, a sua concepção de cidade:

“...era a de um objeto – melhor seria dizer de um ser – construído no tempo e pelo tempo, como ele nos mostra em *As Pedras de Veneza*. Se a cidade é uma construção da história, Ruskin não consegue, porém, assumir, a historicidade da cidade contemporânea, que, para ele, representava a decadência”. (GOMES, 2007, p.05)

A dificuldade de Ruskin em aceitar a cidade contemporânea se dava muito mais por sua árdua defesa pela sobrevivência da cidade pré-industrial, com toda a ambiência da vida cotidiana de então, e pela crítica ao processo de industrialização, com toda uma diversidade de problemas. Portanto, o pensamento de Ruskin não era primordialmente a conservação da cidade antiga, o que acabou acontecendo por consequência.

Ao afirmar que a noção de patrimônio urbano surgiu na contramão do processo de urbanização, Choay (2001, p.179-180) ressaltou a importância de três abordagens e de quatro figuras que trataram da cidade antiga. Para a citada autora, o patrimônio urbano é resultado de uma dialética da história e da historicidade e ela cita as três abordagens, apresentando as quatro figuras ligadas a elas: John Ruskin (figura memorial), Camillo Sitte<sup>26</sup> (figura histórica propedêutica), Viollet-le-Duc (figura histórica museal) e Gustavo Giovannoni (figura historial).

A John Ruskin, Choay chamou de figura memorial em função da sua compreensão de que a cidade enraíza os seus habitantes no tempo e no espaço, desenvolvendo neles um papel memorial. Já Petrella (1987, p. 80) traz a ideia de que Ruskin foi o primeiro a se dar conta da estreita relação entre o ambiente natural e o patrimônio cultural e a entender que os bens culturais e ambientais constituem um recurso precioso a qualquer país e que podem ser utilizados em prol de uma

---

<sup>25</sup> Estes contrapontos estavam presentes no cotidiano de John Ruskin (1819-1900) que sentia falta das ruas limpas, do ar puro, dos espaços ajardinados e dos pomares, quando tinha que conviver com cidades sujas, bolorentas e enfumaçadas pelas chaminés das fábricas e dos trens.

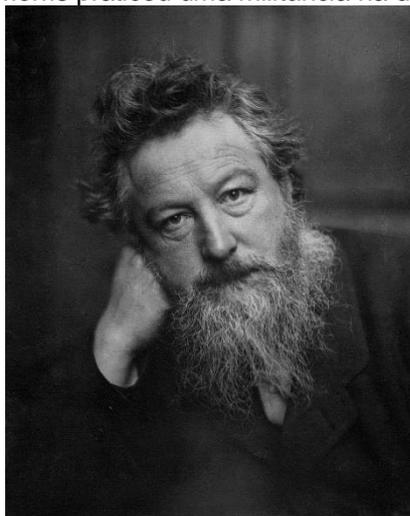
<sup>26</sup> Além de John Ruskin, os demais autores são tratados adiante nesta pesquisa.

coletividade inteira. Aqui é possível perceber que Ruskin se antecipou em muitos anos aos conservadores da sua época, já que essa percepção só será compartilhada pelos estudiosos do tema a partir da segunda metade do século XX. Para tanto, Ruskin defendia que se freasse o processo de transformação da cidade e de desprezo pelo legado do passado.

As casas rurais inglesas foram entendidas como monumentos por Ruskin. Para ele, estas residências eram obras de arte construídas pelos antepassados, revelavam não só a história do país, mas também dos homens que as construíram de modo artesanal, produto do trabalho humano sobre a matéria. Portanto, Ruskin as entendia como digna de serem conservadas como registro da vida comum e, sendo possível afirmar que ele entendia a arquitetura como um documento e não apenas como arte. Assim, a ideia de preservação adquiriu um caráter moral e social diante das possibilidades de transformação da sociedade atreladas aos acontecimentos trazidos pela industrialização

O pensamento de Ruskin sobre arquitetura e sobre como tratar o patrimônio cultural edificado ficou restrito, por muitos anos, a um círculo pequeno de conhecedores. Especificamente na Inglaterra, a partir das ações do Movimento do Arts and Crafts e da Society for the Protection of Ancient Buildings (conhecida como Anti-scrape), fundada por William Morris (Figura 05) em 1877, as ideias de Ruskin foram mais propagadas.

Figura 05: William Morris praticou uma militância na defesa do patrimônio.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/William\\_Morris](https://pt.wikipedia.org/wiki/William_Morris). Acesso em 05/09/2021

No entanto, no último quarto do século XIX, a luta pela defesa dos bens patrimoniais espalhou-se, indo além das fronteiras de cada nação, o que levou Choay (2001, p. 142) a afirmar que Ruskin e Morris “...são os primeiros a conceber a proteção

dos monumentos em escala internacional... Na imprensa e em campo, eles militam e lutam pelos monumentos e pelas cidades da França, da Suíça, da Itália”.

Os dois eram contra a produção massificadora trazida pela industrialização, o que pode ser traduzido numa vontade de manter ligações de continuidade e de identificação com o passado, preservando o ambiente pré-industrial, que era visto como mais humano por ambos. Esse espírito nostálgico e o lado moralista e romântico das ideias difundidas estavam em profunda conexão com a essência dos movimentos culturais ingleses que eram marcados por um caráter de reação à industrialização e às transformações trazidas por ela. Dentro deste contexto, então, cabe a observação feita por Sant’Anna sobre o caráter de denúncia do não intervencionismo de Ruskin:

O pensamento estético de Ruskin se funda no sentimento, na religião, na moral, e no caráter social da arte. Sua ideia de que a arquitetura deve poder morrer, como todas as coisas naturais, e não ser ressuscitada pela restauração, baseia-se numa defesa da tradição pela valorização do trabalho humano e não pela preservação de excepcionalidades arquitetônicas, as quais, de acordo com a crítica que faz aos restauradores como le-Duc, seriam selecionadas como testemunho do passado para legitimar a destruição do tecido antigo, em nome da irreversibilidade da marcha do progresso.... Sua defesa da preservação das áreas urbanas decorre, portanto, de uma crítica à nova ordem industrial, de defesa da tradição que está contida e da função social da arte, que considera primordial (SANT’ANNA, 2014, p.46).

Embora admitisse a consolidação dos monumentos, a reparação pontual e o reforço estrutural dos mesmos, quando eles estivessem em risco de cair, nunca houve um método prático de intervenção no patrimônio apresentado nas propostas de Ruskin. Porém, o seu pensamento tem um lugar na história das ideias de salvaguarda do patrimônio e o seu legado é marcado pela coexistência de uma reflexão idealista com uma sustentação das ações conservativas pela preservação do patrimônio.

Já na Áustria<sup>27</sup>, do início do século XX, aparece o nome de Aloïs Riegl (Figura 06), professor de história da arte e diretor do Museu Austríaco de Arte e Indústria de Viena que, ao desenvolver as suas atividades profissionais, foi construindo uma percepção sobre o monumento na qual a abordagem se dava a partir de valores, distanciando-se das teorias baseadas em estilo e história, como geralmente ocorria.

---

<sup>27</sup> Na realidade, este foi um tempo marcado por contrastes étnicos, morais, sociais e políticos no país que fortaleceram a expansão do nacionalismo. Em meio a esse cenário contraditório, do ponto de vista intelectual, a Áustria era reconhecida por nomes como Gustav Mahler, na música, Robert Musil, na literatura, Sigmund Freud, na psicanálise e Gustav Klimt, na pintura, quando, em 1902, Riegl, foi designado para presidir a Comissão de Monumentos Históricos do seu país, tornando-se responsável pelo serviço de tutela aos bens patrimoniais: no então Império Austro-Húngaro.

Com isto, em 1903, ele publicou uma obra intitulada *Der Moderne Denkmalkultus*, traduzida em português como o Culto Moderno dos Monumentos: Sua essência e sua gênese, na qual ele empreendeu “o inventário dos valores não ditos e das significações não explícitas”, como afirmou Choay (2006, p.14).

Figura 06: Alöis Riegl estudo e definiu os valores dos bens patrimoniais



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alois\\_Riegl](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alois_Riegl). Acesso em 05/09/2021

Para Riegl, a teoria e a prática da conservação deveriam ser desenvolvidas a partir de um diagnóstico sobre as relações da sociedade diante dos artefatos do passado, levando Azevedo (2012) a sustentar que “Para ele, o fundamento de toda ação voltada para a proteção dos bens deveria ser conduzido por uma reflexão relacionada a valores”. Em outras palavras, Riegl lançou um olhar inédito sobre o patrimônio ao indicar um conjunto de valores<sup>28</sup> para qualificar os monumentos e as obras de arte, estabelecendo princípios para a preservação com base nos mesmos – valor de antiguidade, valor histórico, valor de rememoração intencional, valor de uso, valor de arte relativo e valor de novidade (RIEGL, 2006), sendo possível, ainda, a coexistência de mais de um valor em uma única obra.

Através desse sistema, é possível a nós, sujeitos do presente, fazer a valoração de um monumento, atribuindo ao passado um juízo de valor construído no momento

<sup>28</sup> Na realidade, foi a partir dos estudos de Adam Smith (1723-1790), que o conceito de “valor” surgiu para as ciências econômicas, sendo trabalhado também por David Ricardo (1772-1823) e Karl Marx (1818-1883), estando relacionado ao tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria. No entanto, foi Immanuel Kant (1724-1804) quem pesquisou o deslocamento deste conceito para a seara das ciências humanas em seus estudos sobre os valores morais, marcados por caráter subjetivo, emitidos pela consciência e dependentes de juízo de valor. O pensamento de Kant e de seus seguidores teve muita aceitação na Áustria, onde, provavelmente, Riegl pode ter tido contato com as suas ideias e ter sido influenciado na formulação de um sistema de valores relacionados aos monumentos históricos que deveriam, no seu entender, nortear a tarefa de conservação dos mesmos.

atual (Riegl, 2006, p.51), ou seja, considerando e entendendo as especificidades do momento histórico no qual o bem foi inserido no seio da sociedade. O responsável pelas ações de preservação deve, então, fazer as suas escolhas baseadas em um juízo crítico:

A originalidade de Riegl está na sua discussão da preservação como um culto que se baseia em valores mutáveis. Assim, ao invés de estabelecer uma classificação ou um inventário dos monumentos existentes em seu país, ou mesmo de pontificar procedimentos para uma boa restauração, Riegl, na obra *Der Moderne Denkmalkultus: Sie Wessen und seine Entstehung*, de 1903 (Riegl, 1987), discute os valores que informam a seleção dos bens que compõem o patrimônio histórico, mostrando que o culto ao passado parte de uma exigência cultural e artística do presente [...] (SANT'ANNA, 2015, p.51).

Do ponto de vista do patrimônio urbano, um aspecto de grande importância trazido por Riegl foi um entendimento alargado sobre o que são os monumentos históricos. Na sua concepção, não seriam apenas as "grandes obras de arte", mas "toda obra humana tangível e visível, ou audível" (RIEGL, 2006, p. 44) que possua valor histórico, contrapondo-se, assim, às políticas de preservação que se voltavam apenas aos objetos de excepcional relevância histórica e artística (KÜHL, 2005-2006, p.20).

Por isso, a expressão monumento histórico, conforme interpretada por Riegl, não se refere a obras grandiosas isoladas, mas a instrumentos de memória coletiva e a obras de valor histórico cuja valoração ocorre exatamente quando o passado é convertido em "instrumento de memória, destinado à rememoração dos fatos, indivíduos ou crenças, estando presente em todos os povos e culturas" (KÜHL, 2009, p. 33). Esta expansão do conceito de monumento permitiu se atribuir valores a quaisquer obras do passado, incluindo artefatos menores que, mesmo não sendo reconhecidos pela historiografia tradicional da arte, possuam relevância e representatividade junto a grupos sociais e é, portanto, dentro desta concepção que é possível afirmar que uma estrutura urbana pode ser entendida como um artefato de arte, sendo, assim, passível de ser valorada segundo as proposições de Riegl.

A atuação de Riegl na Áustria deixou como legado uma possibilidade, tanto teórica quanto prática, para a preservação dos bens culturais, quanto a aspectos normativos e, também, pelas análises a respeito do papel dos monumentos históricos. Nessas análises, ele tratou sobre os critérios e objetivos da preservação a partir dos valores que foram atribuídos aos monumentos históricos no curso da história. A obra

de Riegl evidenciou ainda que, em se tratando de resolver problemas em obras patrimoniais, não há uma única solução que seja universalmente válida, sendo necessário observar e discutir as muitas possibilidades, buscando a pertinência relativa às especificidades de dado momento histórico.

Progressivamente, as intervenções no patrimônio deixavam de ser apenas de ordem prática para ter caráter científico, discutindo questões conceituais que envolviam a memória, a história e as valorações de um bem cultural. Com isso, os pensamentos dominantes sobre como intervir ou não no patrimônio edificado foram percorrendo outros caminhos. Com isso, eles foram ultrapassando, de um lado, a defesa pelo respeito à ação do tempo sobre os bens, conforme defendia John Ruskin e, de outro, a lógica de concepção estilística, de acordo com as ideias e ações de Viollet-le-Duc.

Com a chegada do século XX, o alargamento conceitual relacionado aos campos da filosofia e das artes permitiram novos dispositivos de conteúdo para se trabalhar com intervenções sobre o patrimônio cultural. Este é um tempo cujo contexto histórico é marcado por contraposições à corrente filosófica positivista, difundida na segunda metade do século XIX, com muitos questionamentos às verdades universais e aos valores absolutos tão característicos do Positivismo.

Por sua vez, a ideia de patrimônio urbano foi sendo formada na contramão dos processos de urbanização implementados nas cidades, em decorrência dos problemas trazidos pela Revolução Industrial. Das observações iniciais feitas por John Ruskin sobre as transformações urbanas e o desprezo pelas heranças históricas, Sant'Anna (2014, p.49) defende que a cidade teria também um papel educativo e museológico, cuja principal figura Choay aponta como sendo Camillo Sitte (1843-1903) por meio de sua obra *Der Städtebaun nach seinen künstlerischen Grundsätzen*. Sitte<sup>29</sup>, então, é a figura histórica propedêutica apontada por Choay (2001, p. 179-180) em sua abordagem da formação do conceito de patrimônio urbano.

Considerado por muitos como um esteta urbano, Sitte (Figura 07) destacou, em seu livro, as qualidades morfológicas da cidade antiga como referências a serem

---

<sup>29</sup> Françoise Choay (2001, p.186) traçou uma série de paralelos entre Viollet-le-Duc e Camillo Sitte, a partir de um racionalismo comum aos dois, conforme defendido pela autora. A partir desta proximidade, Choay expôs o pensamento de que as influências das ideias de Viollet-le Duc teriam chegado às intervenções do espaço urbano quando ocorria de se reconstituir fragmentos urbanos antigos, como aconteceu com algumas praças destruídas em combates durante guerras na Europa. Com isso, Viollet-le-Duc seria a figura histórica museal da abordagem feita por Choay para explicar a formação do conceito de patrimônio urbano.

tomadas pela cidade do futuro. O *Der Städtbaun* foi traduzido para o português, em 1992, como *A Construção das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos*. Na apresentação dessa edição brasileira, Andrade (1992, p.04) escreveu que Sitte foi um “Pioneiro na defesa da preservação de centros históricos e cascos antigos, já então sendo arrasados por obras viárias e de saneamento.” No decorrer das páginas do *Der Städtbaun*, as antigas praças europeias são apresentadas como um espaço primordial para a vida pública, valorizando, assim, as preexistências urbanas e defendendo a ideia de que a cidade deveria ser construída para tornar o homem feliz e seguro.

Figura 07: Camillo Sitte estudou as qualidades morfológicas das praças europeias.



Fonte: <http://architectuul.com/architect/camillo-sitte> Acesso em 05/09/2021

No entender de Choay (2001, p. 183) o livro de Sitte foi pensado a partir da constatação da carência estética da cidade que foi a ele contemporânea. Essa obra foi escrita quando muitas ações de cunho urbanístico estavam sendo implementadas em resposta aos problemas técnicos de planejamento espacial (circulação, salubridade, habitação, uso do solo) para os quais se pretendia uma nova resposta. A grande maioria das propostas apresentadas, então, eram de caráter predominantemente técnico, sendo as questões estéticas relegadas a segundo plano:

[...] a construção urbana não deveria ser apenas uma questão técnica, mas também artística, em seu sentido mais próprio e elevado. De fato, assim, foi na Antiguidade, na Idade Média, na Renascença, enfim, em todas as partes onde as artes receberam a atenção merecida. Apenas em nosso século matemático é que os conjuntos urbanos e a expansão das cidades se tornaram uma questão puramente técnica, e assim, parece importante lembrar que, com isso, apenas um aspecto do problema é solucionado, enquanto o outro, o artístico, deveria ter, no mínimo, a mesma importância (SITTE, 1992, p.14-15).

Tendo por base o estudo da praça pública<sup>30</sup>, Sitte analisou a estética e as relações de escala entre os elementos morfológicos que estão em seu entorno, como também observou as mudanças nos usos que ali ocorreram. A partir da confecção de desenhos, Sitte buscou evidenciar as qualidades espaciais dos conjuntos urbanos formados por estas praças e as ruas e edifícios do seu entorno – o fechamento em relação ao espaço externo, a ornamentação, o significado, a desembocadura das ruas nas praças, o aspecto da forma, a relação proporcional com os edifícios que as dominam, a largura das vias do entorno das praças, a contiguidade das praças ou o uso da simetria, da regularidade e da geometria para efeitos arquitetônicos.

O autor pesquisou desde a cidade grega enfocando a ágora e o mercado. Na Idade Média e na Renascença, ele observou que uma parte considerável da vida pública ocorria nas praças - as festas religiosas, o teatro mambembe, as exposições, as cerimônias oficiais, a leitura das leis e a aplicação de penas. Sitte (1992, p.30) constatou que “na vida pública da Idade Média e da Renascença houve uma valorização intensa e prática das praças da cidade e uma harmonização entre elas e os edifícios públicos adjacentes.” Já quanto às praças do seu tempo, Sitte observou que muitas delas eram construídas esquecendo as relações artísticas com os edifícios do entorno e, também, a própria ornamentação, levando muitas delas a servirem como estacionamento para os automóveis.

Crítico ao urbanismo praticado em sua época, o conteúdo do *Der Sädtdbaun* faz oposição às soluções empregadas junto aos problemas das cidades no início do século XX, a exemplo do isolamento de edifícios singulares, obtido a partir da demolição do seu entorno com o fim de destacá-lo na escala da cidade. Apesar de toda paixão pela beleza urbana e diante dos muitos problemas enfrentados pelas cidades de então, Mumford (1991, p. 514) relata que “Sitte insistia na função higiênica do parque urbano, como uma verdura sanitária, para empregar sua própria expressão: os pulmões da cidade, cuja função passou a ser apreciada de um novo modo, por causa da sua ausência”.

Após se dedicar ao estudo das praças que haviam sido construídas no passado, Camillo Sitte estabeleceu paralelos entre o espaço público dessas praças e

---

<sup>30</sup> No livro, foram discutidos exemplos de praças como o Fórum de Pompéia, a Acrópole de Atenas, a Signoria de Florença, o Panteão de Roma ou as praças do norte da Europa, situadas em Freiburg, Munique, Colônia, Lübeck, Viena ou Copenhague, dentre outras.

o cotidiano da vida moderna, entendendo ser possível instrumentalizar os urbanistas do seu tempo para que os projetos urbanos viessem a ter qualidades estéticas:

[...]para que assim possamos esclarecer os aspectos artísticos desta questão, bem como identificar com precisão o que ainda pode ser resgatado, em nosso benefício, das belezas dos conjuntos urbanos antigos, conservando-as ao menos como patrimônio. (SITTE, 1992, p.30)

A partir das palavras expostas acima, Sitte chamou a atenção para a dimensão estética da cidade, por meio do caráter artístico dos seus conjuntos urbanos. Os seus estudos abriram caminho para a aproximação das questões que envolvem a cidade existente e as ações urbanísticas. Ele, porém, reconhece que os engenheiros modernos, apesar de serem criticados quanto aos aspectos artísticos das cidades, conseguiram avanços no âmbito da higiene e das condições sanitárias das cidades europeias com redução nas taxas de mortalidade, questionando-se, apenas, se estes ganhos precisavam mesmo “da renúncia a toda beleza artística dos conjuntos urbanos”. (SITTE, 1992, p.116).

Ao tratar de intervenções, a partir da reforma para a praça da Igreja Votiva, em Viena, Sitte (1992, p. 149) chamou a atenção e classificou como um erro dimensões colossais em praças, por resultarem em espaço vazio, reduzindo a perspectiva do efeito artístico e causando a sensação de diminuir o tamanho dos edifícios situados no entorno. Especificamente, sobre essa praça, marcada pela presença de uma catedral gótica, o autor afirmou ser possível obter o melhor efeito externo de tal edifício através da conformação hábil da praça, a partir de um redesenho de projeto que diminuísse suas medidas extensas, concebendo ali um átrio, com dimensões capazes de evidenciar a fachada do templo. Sitte (1992, p. 150) ainda lembra que o “[...] espaço imediatamente em frente à igreja deveria manter-se livre [...]”, devendo ser um espaço de lazer para crianças e adultos e não um vazio inútil.

Em decorrência de sua defesa da cidade medieval, Sitte foi bastante criticado por muitos arquitetos modernistas que o acusaram de ser um saudosista. A sua preocupação com a cidade antiga, fortaleceu as críticas feitas primeiramente por Otto Wagner e depois por Tony Garnier e Le Corbusier, dentre outros, que abriram caminhos para questões de ordem técnica e de redesenho urbano, defendendo a construção de novas estruturas em detrimento da cidade existente.

Ao abordar essas críticas, Rufinoni (2013, p.82) pontuou que Sitte, por um lado, impulsionou a valorização do tecido das cidades antigas enquanto composição e estrutura, evidenciando as especificidades estéticas do conjunto urbano. Já Calabi (2015, 95) lembra que uma das contribuições mais expressivas à formação de uma teoria urbana vem do ambiente vienense e, mais especificamente, de Camillo Sitte em função da análise tão detalhada do espaço das cidades, esclarecendo a força morfológica dos centros antigos a partir de referências oriundas da percepção e da psicologia.

Ainda no tocante às contribuições teóricas trazidas pela estética urbana para a formação do conceito de patrimônio urbano, não é possível deixar de lado a figura de Charles Buls (1837-1914) e o seu legado teórico, visto aqui a partir do livro *Esthétique des Villes*, publicado em 1893, em cujo prefácio o autor explicou a sua intenção: reunir assuntos relacionados à transformação de cidades antigas, que precisavam adaptar-se às exigências do progresso. Rapidamente esgotado, o livro teve uma segunda edição, em 1894, em cujo prefácio Buls (Figura 08) explicou que não reivindicava para si os princípios fundamentais sobre os quais apoiava as suas proposições<sup>31</sup>, deixando claro que Viollet-le-Duc e Ernst de Chesneau<sup>32</sup> já os haviam apresentado.

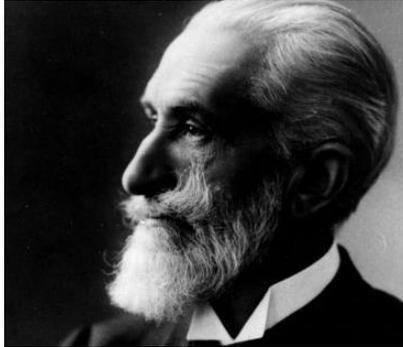
Joalheiro de formação, poliglota, conhecedor da história da arte e da arqueologia, leitor de filosofia, admirador das artes decorativas, era engajado em causas como a reforma do ensino e da educação básica e o direito ao voto. Além de mecenas da arquitetura, Buls ocupou o posto de prefeito de Bruxelas, entre 1881 e 1899. Ele era dono de um conhecimento profundo sobre o patrimônio cultural além de ter uma destacada capacidade de trabalho e possuir boas relações políticas na esfera europeia. Embora não fosse arquiteto, Rufinoni (20013, p.85) afirma que Buls tinha “posse de certa estruturação teórica na esfera urbanística e também de significativa experiência prática no campo da administração urbana”, tendo um papel decisivo na aproximação entre os temas do urbanismo e da conservação dos bens culturais.

---

<sup>31</sup> Nous n' avons émis aucune prétention à l' invention des principes sur lesquels nous avons appuyé nos propositions (BULS, 1894, p.08).

<sup>32</sup> Ernest Chesneau (1833-1890): Crítico e historiador de Arte francês.

Figura 08: Charles Buls, o Prefeito preocupado com a destruição das cidades.



Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Charles\\_Buls](https://en.wikipedia.org/wiki/Charles_Buls) Acesso em 05/09/2021

Durante o tempo de Buls à frente da prefeitura de Bruxelas, muitas cidades modificaram seus tecidos urbanos, rasgando ruas em meio à trama urbana medieval, desconstruíram baluartes e criaram anéis no lugar das antigas muralhas. Já desapontado com os resultados de projetos urbanos em outras cidades europeias, Buls viu-se diante de uma proposta de intervenção apresentada para Bruxelas que iria construir grandes bulevares, ameaçando os bairros mais antigos. Ele tornou-se, então, um dos mais ardentes defensores da praça principal da cidade, a Grand Place, e do seu entorno. Foi durante a gestão de Buls que ocorreu a primeira campanha para restauração das fachadas dos edifícios voltados para essa praça.

A partir daí, ele colocou no papel algumas reflexões que deveriam ser seguidas, procurando compatibilizar a necessidade de modernização da estrutura física com os aspectos estéticos e a conservação das cidades antigas. Sensível a esses princípios, Buls iniciou o livro *Esthétique des Villes* (1894) com uma afirmação a respeito do quão as cidades e as ruas antigas são prazerosas, tendo mesmo um charme especial e havendo nelas uma desordem agradável que é fruto do acaso, do crescimento natural das habitações ao formarem caminhos sinuosos que, pouco a pouco, eram elevados à categoria de rua.

Foi, então, buscando despertar gestores, arquitetos e engenheiros sobre como intervir alinhando as exigências do progresso às precauções com aspectos estéticos dos ambientes urbanos que Buls (1894, p.14) apresentou uma pergunta em seu livro ao discutir essa questão do ponto de vista técnico: “Quais são então os princípios que devem guiar os engenheiros encarregados, seja de melhorar o caminho de uma cidade antiga seja de criar um novo bairro?”<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Tradução nossa a partir de: “*Quels sont donc les principes qui doivent guider les ingénieurs charges, soit d’améliorer la voirie d’une ville ancienne, soit de créer un nouveau quartier?*” (BULS, 1894, p.14)

A resposta a essa pergunta foi tratada no decorrer do livro, quando Buls (1894) propôs a observação do que ele chamou de pontos de vista de ordem técnica, de ordem estética e de ordem arqueológica, além de ter discorrido sobre praças públicas, vegetação, subúrbios, construções privadas, construções públicas e problemas do ponto de vista administrativo. O livro abordou, ainda, a disposição de ruas e praças, o isolamento das igrejas antigas, a arquitetura doméstica e o estilo nacional. Preocupado com o resultado de muitas obras de intervenção, Buls (1894, p.20) afirmou que o panorama urbano deveria ser adaptado:

[...] à topografia do sítio, satisfazendo às exigências da circulação, tirando partido dos acidentes do terreno, das diferenças de nível, das necessidades de distribuição interior, para produzir uma construção em conexão com o lugar e não com uma beleza banal que se encontra nas capitais da Europa e da América (tradução nossa)<sup>34</sup>

A leitura de *Esthétique des Villes* é fundamental para compreender a ambiguidade entre a necessidade de construir a cidade, de um lado, e a salvaguarda e a valorização do passado, de outro. Aliás, a angústia trazida pela modernidade é um conflito que marcou muitos intelectuais entre o final do século XIX e o início do século XX, quando eles conviviam em meio a um turbilhão de sensações e sentimentos que envolvia inovações tecnológicas, convivência com mudanças, recusas a cânones estéticos estabelecidos, surgimento de sentimentos nacionalistas, subversão da relação entre utilidade e beleza – conflitos vivenciados por uma geração inteira que hesitava entre a consciência do novo, a apropriação do progresso e a valorização do passado. Como pode ser visto abaixo, Buls (1894, p.19) tinha consciência do novo e acreditava no progresso ao mesmo tempo em que chamava a atenção para a desintegração cultural que este causava nas cidades:

Uma cidade próspera deve, fatalmente, se transformar, se adaptar às novas necessidades de circulação, às exigências de limpeza, higiene e conforto. Mas essa evolução não deve ser feita brutalmente, ela deve ser operada com respeito filial por tudo o que pode, sem inconveniência, ser conservado de memórias antigas (tradução nossa)<sup>35</sup>

<sup>34</sup> [...] à topographie du site, satisfaisant aux exigences de la circulation, tirant parti des accidents de terrain, des différences de niveau, des nécessités de la distribution intérieure, pour produire une construction ayant la saveur du terroir et non la banale beauté qui se reencountre dans les capitales d'Europe et d'Amérique. (BULS, 1894, p.20)

<sup>35</sup> Une ville prospere doit fatalement se transformer, s'adapter à des besoins nouveaux de circulation, à des exigences de propreté, d'hygiène et de confort. Mais cette évolution ne doit pas se faire brutalement, elle doit s'operer avec um respect filial pour tout ce qui peut, sans inconveniente, être conserve de souvenirs anciens. (BULS, 1894, p.19)

Repleto de comentários positivos sobre o seu conteúdo, o livro foi traduzido para o alemão (1898), o inglês (1899) e o italiano (1903), permitindo a sua rápida entrada no contexto internacional e aproximando Buls do campo da teoria urbana. Tal situação também permitiu que o autor expusesse suas ideias em congressos no mundo à fora. Alguns anos mais tarde, em 1910, Buls tornou-se presidente do *Comité du Tracé des Villes*, que fazia parte da *Société Centrale d'Architecture de Belgique*, como afirmou Smets (1995, p. 21). Ao ocupar este posto, Buls trabalhou intensamente junto aos jovens arquitetos, informando-os sobre as discussões que ocorriam nos demais países sobre temas como cidades, patrimônio e planejamento urbano.

Ao tratar sobre as praças, Buls (1894, p.24) rememora que, noutros tempos, elas estavam situadas, costumeiramente, no entorno dos mercados ou das igrejas. Ele ainda afirma que “Quando uma praça não tem destinação utilitária, ela é morna e deserta, ela é uma criação artificial onde falta vida e cuja existência não se justifica”<sup>36</sup>.

Uma das grandes contribuições de Buls está relacionada à definição de princípios norteadores para intervenções em centros antigos e também para a articulação destas cidades de interesse histórico com novos bairros, em caso de crescimento urbano e o seu argumento era que o tecido urbano com valor histórico não deveria se submeter apenas às exigências práticas. Outro aspecto discutido em sua obra foi a reutilização respeitosa dos centros antigos por meio de atividades compatíveis com a sua historicidade.

Ao ter contato com a obra *Esthétique des Villes*, é possível entender como os defensores da arte urbana viviam a modernidade: defendendo a cidade antiga. Buls, não tendo um conhecimento técnico em urbanismo, construiu sua argumentação a partir da observação dos lugares existentes, dando importância ao espaço tridimensional e interessando-se pela formação do espaço público. Esta experiência subjetiva com lugares reais, coloca-o ao lado de Camillo Sitte. Aliás diante da leitura do seu livro, percebem-se relações de proximidade com a obra de Sitte, publicada em 1889 e, anteriormente, comentada nesta pesquisa.

Um das preocupações de Buls era com o desmantelamento do entorno de edifícios singulares, a exemplo igrejas e palácios, para que estes pudessem ser

---

<sup>36</sup>Tradução nossa a partir de: *Quand une place n'a pas de destination utilitaire, elle est mornes et déserte; elle est une création artificielle manquant de vie et ne justifiant pas son existence.* (BULS, 1894, p.24)

destacados como monumentos isolados. Na sua concepção, a beleza das cidades estava associada aos valores históricos presentes no conjunto urbano, envolvendo ruas, praças e edifícios, incluindo aqui aqueles de habitação modesta e este é um dos pontos, em seu trabalho, onde ocorre uma aproximação entre o urbanismo e a conservação das cidades (1894, p. 22):

Os velhos monumentos, as velhas casas têm um caráter artístico ou rememoram uma lembrança histórica, demandam também de serem preservados da escolha dos niveladores e não se deve hesitar em desviar o percurso de uma rua para os poupar (BULS, 1894, p. 15, tradução nossa)<sup>37</sup>

Buls (1894, p.15) falava sobre o quão era necessário que os administradores públicos resistissem aos empreendimentos precipitados, tivessem um espírito prático e uma prudência para intervir nas cidades. Para tanto, o texto afirmava que “Conservase na cidade o seu caráter local e nacional, não se destroem as lembranças do passado[...]”<sup>38</sup>, obtendo-se a permanência dos efeitos pitorescos da paisagem e também uma economia nas finanças públicas, além de **não se causar grandes perturbações na imagem mental que os cidadãos tem da sua cidade.**

Enquanto reconhecia que era preciso procurar a conciliação das necessidades de higiene, de circulação e de estética das cidades, Buls contestava as opiniões daqueles que diziam que as exigências de salubridade e de fluxo de tráfego eram muito mais de ordem técnica. Com isto, ele deixou uma contribuição estética ao urbanismo, instigando reflexões sobre como agir para com a cidade antiga.

Já Gustavo Giovannoni (1873-1947) começou a se destacar “em variados campos, entre eles o urbanismo, que ajudou a consolidar como disciplina na Itália, a restauração, em geral, e o restauro urbano em particular”, como destacou Kühl (2013, p. 11). Com formação em ciências da construção civil, concluída em 1895, passou a trabalhar com pesquisas antissísmicas, questões de higiene pública e obras hidráulicas.

Posteriormente, Giovannoni (Figura 10) estudou história da arte e história da arquitetura com Adolfo Venturi, de 1897 a 1899. Para Choay (2001, p. 194), em sua

---

<sup>37</sup> Tradução nossa a partir de: *Les vieux monuments, les vieilles maisons présentant un caractère artistique ou rappelant un souvenir historique, demandent aussi à être préservés de la pioche des niveleurs, et il ne faut pas hésiter à dévier une rue pour les épargner* (BULS, 1894, p.15).

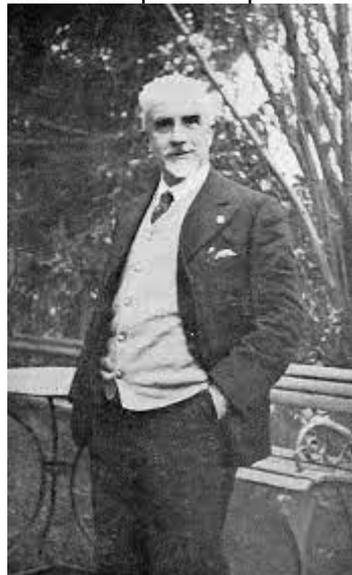
<sup>38</sup> Tradução nossa a partir de: *On conserve à la ville son caractère local et national, on ne détruit les souvenirs du passé [...]* (BULS, 1894, p. 15).

abordagem sobre a formação do conceito de patrimônio urbano, ele é classificado como sendo a figura histórica por entendê-lo como a síntese e a superação das ideias trazidas pelas figuras anteriores (Ruskin, Sitte e Le-Duc).

Ao se tornar professor assistente de arquitetura técnica na Faculdade de Engenharia de Roma, em 1913, acabou se tornando um árduo batalhador da criação da Faculdade de Arquitetura de Roma, que dirigiu entre 1927 e 1935. Lá, pela primeira vez no mundo, Giovannoni ministrou uma disciplina sobre restauro dos monumentos (CARBONARA, 1997, p. 235). Ele também se dedicou a reagrupar diferentes disciplinas como a engenharia, o urbanismo, a história da arte, a história da arquitetura, a conservação e a restauração patrimonial numa aproximação pluridisciplinar e pioneira para a formação de arquitetos, com vistas a construir um olhar preocupado em preservar a cidade antiga.

A luta pela criação de uma faculdade de arquitetura independente das escolas de engenharia foi encampada por Giovannoni. Quando essa faculdade foi criada, ele seguiu dando sua contribuição como professor de restauração entre 1935 e 1947. Com essa atuação acadêmica, ele favoreceu para que muitos princípios sobre como intervir nos monumentos, nos edifícios históricos e nas áreas urbanas patrimoniais fossem discutidos pelas novas gerações de arquitetos italianos diplomados na Universidade La Sapienza, em Roma.

Figura 09: Gustavo Giovannoni aproximou as questões patrimoniais do planejamento urbano.



Fonte: <https://www.wikidata.org/wiki/Q1556779> Acesso em 05/09/2021.

Sobre as suas reflexões teóricas, Carbonara (1997, p. 237) afirmou que elas já estavam bem definidas por volta de 1912, quando Giovannoni apresentou suas ideias

em uma conferência. No ano seguinte, o relativo texto foi publicado com o título de *La Tutela delle Opere d'Arte in Italia*, no qual foi abordado uma definição de monumento como qualquer construção do passado, mesmo modesta, que tenha valor de arte e de testemunho histórico, abarcando também o ambiente externo, natural ou urbanístico.

Aproximando as questões do restauro com as do urbanismo, Giovannoni trouxe para discutir, no âmbito da preservação patrimonial, os problemas do espaço urbano como sujeito histórico, como artefato cultural e não apenas como um conjunto de edifícios destacados:

Nutrindo-se de valiosas contribuições teóricas que preparavam o terreno para o amadurecimento do tema, Giovannoni soube conjugar estudos provenientes de diferentes campos disciplinares – da restauração de monumentos aos debates sobre o crescimento das cidades -, em busca de respostas frente ao desafio de intervir em ambientes urbanos seculares e continuamente construídos. (RUFINONI, 2016, p. 63).

No texto *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, Giovannoni (1913) relatou que o Coliseu esteve prestes a ser demolido por conta da reforma urbana implementada em Roma durante o papado de Sisto V. Tal acontecimento foi evitado graças à ação do Cardeal Giulio Santorio, que convenceu vários outros cardeais a apoiá-lo, o que acabou por pressionar o papa a mudar a sua decisão.

Por meio dessa narrativa, Giovannoni atentou e discorreu sobre duas situações: de um lado, as exigências do desenvolvimento e do modo moderno de se viver e, do outro, o respeito pelas memórias históricas e artísticas e pelas condições de ambiente nas quais a velha cidade foi se estabelecendo durante anos. Em outras palavras, o autor apresentou o velho conflito existente entre os inovadores, aqueles que defendem a transformação urbana e os conservadores, aqueles que respeitam a cidade antiga.

Em 1931, Giovannoni publicou um livro que também chamou de *Vecchie Città e Edilizia Nuova* (Torino, Unione Tipografico-editrice). Preocupado com as mudanças agressivas na fisionomia dos bairros antigos, este texto é uma fundamentação teórica acerca de problemas de circulação, de crescimento urbano, de interação entre a cidade antiga e a nova, de adensamento, tratando dos conflitos trazidos pela modernização e pela necessidade de expansão, apontando ser possível conviver com a preservação. Aliás, Choay (2001, p. 195) lembra que o termo patrimônio urbano

apareceu pela primeira vez neste livro e que Giovannoni o entendia como parte de uma doutrina geral da urbanização.

Para Jokilehto (2016, p. 220), Giovannoni teve atenção para com o significado da arquitetura residencial por entender que ela representava a população muito mais do que os palácios gloriosos e que uma cidade crescia com o passar dos anos, apresentando vários estilos provenientes de tempos distintos. Já Carbonara (1997, p.241), aponta que Giovannoni foi o autor da primeira formulação urbanística voltada à salvaguarda da parte antiga da cidade.

As contribuições de Giovannoni também foram enfatizadas por Pane (2013, p.39), ao afirmar que o seu protagonismo deu-se “[...] sobretudo, no empenho em definir uma nova estratégia de intervenção na ‘cidade velha’, elaborada como uma síntese original de experiências diversas e saberes disciplinares até então contrapostos”. Pane (2013, p.41) também atentou para o fato de que Giovannoni era fluente em alemão, o que permitiu a ele a leitura de autores como Sitte e Buls, dentre outros, que tratavam das qualidades da cidade antiga e da sua necessidade de preservação. Além desses autores também é possível citar a leitura de Camillo Boito e Idelfonso Cerdá como fundamentais em sua obra.

Tendo, então, como base teórica os autores citados, Giovannoni pensava as questões de intervenção no patrimônio em duas escalas: a intervenção pontual, na escala do edifício e relacionada ao desbastamento<sup>39</sup> de construções. Já quando se deparava com situações como problemas de trânsito, fluxo viário ou expansão da cidade, ele trabalhava com uma ampla visão sobre a cidade, numa escala urbana, procurando preservar os traçados.

Assim, ele procurava aproximar as questões do patrimônio com o planejamento das cidades, tendo citado, em *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, como bons exemplos os planos diretores que indicavam a transferência das áreas comerciais para fora dos centros antigos, como uma medida para respeitar o seu valor artístico. O próprio Giovannoni atuou diretamente na confecção de muitos planos diretores das cidades italianas, redigindo, coordenando ou orientando os trabalhos. Em Roma, ele fez parte

---

<sup>39</sup> Traduzido do italiano *diradamento* por Kühl (2013, p. 137): Giovannoni fez uma analogia das habitações dos bairros antigos com as árvores de um bosque que morrem por decrepitude ou são abatidas. No entanto, das cepas que restaram nascem novos brotos e o autor as compara com as casas que são renovadas, transformadas ou reconstruídas, mantendo a configuração do esquema primitivo da edificação.

de todas as comissões que trataram dos planos diretores entre os anos de 1918 e 1940, como informou Pane (2013, p. 42).

Aliás, sobre os **planos diretores**, Choay (2001, p. 200) os aponta como sendo um dos três grandes princípios da doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano proposta por Giovannoni, já que ele defendia que todo fragmento urbano deve ser integrado por um plano diretor, envolvendo aí aspectos técnicos como estudos das redes viárias ou drenagem urbana, por exemplo, ou questões ligadas à permanência dos habitantes como moradores da cidade antiga.

O segundo princípio da doutrina trata do fato de que o monumento histórico não deveria ser entendido como algo isolado do seu contexto ou separado das demais construções da sua vizinhança. A este entendimento, Choay (2001, p. 201) acrescentou que o ato de isolar um monumento implica em mutilar o seu entorno. Aqui, é possível entender o porquê de se afirmar que Giovannoni é um seguidor de Boito<sup>40</sup>.

O terceiro princípio trata dos procedimentos de preservação e restauração do patrimônio urbano e é baseado nas proposições de Camillo Boito. No entendimento de Giovannoni, as propostas feitas por Boito para o monumento isolado seriam transferidas, em escala, para o núcleo urbano, respeitando a sua morfologia, o traçado viário, as unidades parcelares, o respeito ao ambiente e ao **espírito histórico dos lugares**.

Com participação ativa nos trabalhos da Conferência de Atenas, em 1931, com um trabalho apresentado sobre conceito e método, como afirmou Carbonara (1997, p. 241), Giovannoni influenciou bastante o texto da Carta de Atenas dedicada ao restauro, como veremos mais adiante ao tratarmos sobre este documento.

No livro *A Alegoria do Patrimônio*, a respeito de Giovannoni, Choay (2001, p.203) afirma que ele “foi praticamente o único teórico do urbanismo do século XX a eleger como centro de suas preocupações a dimensão estética do estabelecimento humano”. Ela ainda afirma que é necessário restituir-lhe o lugar que merece no campo das teorias patrimoniais pelo fato de sua importância ter sido desconsiderada, em

---

<sup>40</sup> Camillo Boito (1836-1914): arquiteto italiano a quem se atribui um grande avanço nas teorias patrimoniais por ter compatibilizado aspectos provenientes do Restauro Estilístico (cuja principal figura é Violet-le-Duc) e do Restauro Romântico (ligado a John Ruskin).

razão de parte da sua obra ter ocorrido em paralelo ao regime de Mussolini (CHOAY, 2001, p.195)<sup>41</sup>.

A partir do conjunto das abordagens teóricas e conceituais discutidas acima, tanto pelos teóricos da conservação quanto pelos estetas urbanos, fica evidente que as preocupações, as intervenções e os cuidados para com o patrimônio, antes restritos aos monumentos, se estenderam aos tecidos urbanos.

Com isso, as cidades e povoados, com suas ruas e praças antigas, sua topografia, seus agrupamentos de construções e demais elementos morfológicos, começaram a ser percebidos como artefatos com valores patrimoniais representativos. Foram sendo percebidos também as suas qualidades estéticas e os seus aspectos históricos. Esta expansão de conceitos acabou por levar à formulação de métodos para a intervenção, porém as ações práticas e até mesmo a própria consciência do que é o patrimônio urbano ocorreram de modo lento e levaram anos para se afirmar, tendo ficado, primeiramente, restrita ao entorno dos monumentos isolados.

No século XX, houve uma melhor compreensão das especificidades do patrimônio em dimensão urbana, razão pela qual Choay (2002, p.177) afirmou que a cidade histórica levou quatrocentos anos, em relação ao monumento isolado, para ser reconhecida como objeto de conservação por inteiro.

Outro aspecto marcante do século XX é a formulação das chamadas cartas patrimoniais. A primeira destas cartas é a Carta de Atenas, de 1931, que contou com Giovannoni entre os seus colaboradores e foi o primeiro documento com reconhecimento internacional a propor recomendações à preservação patrimonial.

Porém, dois anos mais tarde, também em Atenas, foi divulgada pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), a Carta de Atenas de 1933 que disseminou os pressupostos modernistas de zoneamento da cidade. Tal fato distanciou as pesquisas de preservação do foco sobre o intervir no espaço urbano e, com isto, por muitos anos, os estudiosos dos problemas urbanos não deram a devida atenção à cidade antiga.

---

<sup>41</sup> Além da própria Choay (2001), a recuperação recente e a disseminação de suas ideias se deve aos esforços reiterados de pesquisadores em suas universidades, principalmente, Andrea Pane (Nápoles), Claudio Varagnoli (Pescara), Guido Zucconi (Veneza) e Gaetano Miarelli Mariani (Roma) que, dos seus centros de pesquisa espalhados pela Itália, estão contribuindo para o reconhecimento de um trabalho teórico e prático que lutou para impedir muitas demolições em seu país. Este trabalho já tem reflexos no Brasil com a tese de doutorado de Renata Campello Cabral defendida na USP, em 2013, e intitulada a Noção de "Ambiente" em Gustavo Giovannoni.

### 1.3- O patrimônio urbano nas cartas patrimoniais

Essa pesquisa trabalha com o patrimônio urbano e, como o conteúdo das cartas patrimoniais reflete e influencia as mudanças ocorridas, ao longo dos anos, nesse conceito, optou-se por proceder a uma revisão de literatura apenas sobre as cartas de cunho internacional mais pertinentes ao tema<sup>42</sup>. Para melhor entender as recomendações destes documentos, é prudente conhecer as circunstâncias da sua elaboração, os principais problemas discutidos, os motivos que guiaram a sua escrita e a identificação das suas diretrizes. No entanto, é importante ressaltar que nem sempre se conseguiu detectar informações sobre o contexto histórico de elaboração de todas as cartas.

Documentos que trazem uma síntese dos pontos discutidos em um determinado evento, as cartas patrimoniais apontam indicações de caráter geral, não tendo intenções normativas para com a preservação do patrimônio:

As cartas patrimoniais são fruto da discussão de um determinado momento. Antes de tudo, não têm a pretensão de ser um sistema teórico desenvolvido de maneira extensa e com absoluto rigor, nem de expor toda a fundamentação teórica do período. As cartas são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Seu caráter, portanto, é indicativo ou, no máximo, prescritivo. (KÜHL, 2010, 289)

Aliás, estas cartas costumam deixar claro que cada país deve reinterpretar seus conteúdos de acordo com a realidade local. Tal atitude pode resultar em cartas nacionais que, desta forma, teriam ligações com os documentos internacionais na construção de normativas em muitos países.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), várias cidades reviram os seus instrumentos legislativos para o ordenamento urbano relativos ao uso do solo, à administração, às indenizações e ao sanitarismo, tendo sido permitido intervir nas áreas construídas por meio de ações planejadas. Nos anos 1920, grande parte da legislação se preocupava com a gestão dos fluxos de transporte e as infraestruturas de mobilidade que, em algumas ocasiões, rasgavam ruas em meio à trama urbana

---

<sup>42</sup> Serão tratadas nesta tese: Carta de Atenas (1931), Carta de Atenas (1933), Carta de Veneza (1964), Normas de Quito (1967), Recomendação de Paris (1968), Carta do Restauro (1972), Resolução de Santo Domingo (1975), Declaração de Amsterdam (1976), Carta de Machu Picchu (1977), Carta de Washington (1986), além das brasileiras Compromisso de Salvador (1971) e Carta de Petrópolis (1987).

antiga. Por este, tempo, as técnicas de zoneamento funcional estavam sendo introduzidas, os ideais da arquitetura moderna começavam a ser disseminados, o desenvolvimento vertical dos imóveis ocorria, sendo permitido por leis. Tais atitudes, progressivamente, trouxeram uma nova paisagem urbana e uma nova estética que tiveram reflexo direto sobre a cidade antiga:

Tanto a arquitetura quanto a urbanística moderna buscam romper com as formas tradicionais de construção de edifícios e de cidades. Essa atitude anti-histórica, de recusa de formas comprometidas com a cidade antiga, refletiu-se também na rejeição e destruição dos próprios centros históricos (PINHEIRO, 2007, p.124).

Em 1924, Le Corbusier<sup>43</sup> apresentou, pela primeira vez, o projeto da *ville radieuse* com todos os princípios de ordem, simetria e padronização que a grande maioria das cidades de então desconhecia. Projetada para ter ruas largas a fim de promover eficiência nos transportes e arranha-céus com até 200 m de altura, a proposta urbana foi desenhada com base no zoneamento, sendo dividida em áreas de habitação, comércio, lazer e negócios. Em 1925, foi a vez do *Plan Voisin* no qual Le Corbusier propôs uma reforma para Paris que seria atravessada por autopistas, teria novos bairros construídos, um deles comercial e o outro residencial, implicando na demolição de partes consideráveis da cidade existente, preservando, porém, edifícios singulares, a exemplo das igrejas.

Paralelamente aos quadros expostos acima, havia organismos e pessoas preocupados com o legado das cidades antigas, que procuravam agir na intenção de preservá-las. Um destes organismos foi o Comitê Internacional de Colaboração Intelectual diretamente articulado à Liga das Nações<sup>44</sup>. Observando as necessidades do patrimônio cultural, este comitê, em 1926, criou o Escritório Internacional de Museus, sediado em Paris, cujas atividades incluíam a publicação de um periódico (*Mouseion*), a promoção de eventos relacionados aos museus e, também, à conservação de objetos artísticos, como explicou Jokilehto (2016, p.284).

---

<sup>43</sup> Le Corbusier (1887-1965): Arquiteto, urbanista, pintor e escultor nascido na Suíça e naturalizado francês. Escreveu vários livros que influenciaram muitas gerações de arquitetos acerca de como resolver problemas urbanos e de como projetar de acordo com parâmetros modernistas, muitos deles definidos pelo próprio autor.

<sup>44</sup> Liga das Nações: foi uma organização internacional criada na Conferência de Paz de Paris em 1919, logo após a I Guerra, onde os países vencedores se reuniram para firmar um acordo. Tendo sido dissolvida em 1946, as suas atribuições foram assumidas pela Organização das Nações Unidas.

Em Outubro de 1930, o Escritório Internacional de Museus organizou, então, um encontro em Roma para discutir métodos científicos de preservação de obras de arte. O evento seguinte, a Conferência Internacional de Especialistas para o Estudo dos Problemas Relacionados com a Proteção e Conservação de Monumentos de Arte e História, foi realizado em Atenas em 1931 e reuniu 120 especialistas em arquitetura, urbanismo, museus e história da arte, oriundos de 23 países, para discutir acerca da preservação do patrimônio.

Dentre os temas trabalhados pelos congressistas, como relatou Jokilehto (2016, p. 284), estavam doutrinas e princípios gerais, medidas administrativas e legislativas<sup>45</sup>, aprimoramento estético, materiais de restauração, deterioração, técnicas de conservação e cooperação internacional.

Ao abordar sobre a participação de Giovannoni neste mesmo evento, Cabral (2013, p. 148) afirmou que a sua exposição tratou de convencer os demais participantes sobre “[...] a importância da contribuição italiana para o tema do ‘ambiente’ dos monumentos e dos ‘conjuntos’ de arquitetura ‘secundária’ de ‘interesse ambiental’ [...]”. Giovannoni falou sobre a preservação da “arquitetura menor” e da dimensão urbana do patrimônio, apontando os avanços da então legislação de proteção italiana que incluía a paisagem, desde a Lei de Tutela das Belezas Naturais, de 1922.

A discussão acerca das legislações permitiu, então, a Giovannoni ter uma participação destacada ao apresentar a situação na Itália, que estava na dianteira da questão, em relação aos demais países. Na realidade, as reflexões teóricas de Giovannoni, anteriormente discutidas neste capítulo, podem ser entendidas como um contraponto à visão modernista sobre a cidade.

O documento resultante desse evento, contendo as conclusões das discussões, é a Carta de Atenas de 1931, conhecida como a Carta de Atenas do restauro. Este documento, foi fruto de um consenso entre vários países, sendo o primeiro documento a apresentar recomendações internacionais para a preservação do patrimônio.

Ainda bastante focada nas questões do monumento e dos edifícios de caráter histórico, essa carta teceu uma série de recomendações sobre a utilização dos monumentos de modo a assegurar a continuidade destes. O termo vizinhança foi usado para se referir ao caráter histórico e artístico de um monumento e do seu

---

<sup>45</sup> No tema legislação, foram apresentados os casos de leis de proteção ao patrimônio nos diferentes países ali presentes, o que levou a conferência a reconhecer as dificuldades de conciliar o direito público com o particular.

entorno, constituindo, assim, uma única observação, relacionada à cidade – “A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais” (CARTA DE ATENAS, 1931). A este respeito, Cabral (2013, p.154) afirmou que os aspectos urbanísticos ficaram subestimados na redação da Carta, embora tenham sido discutidos durante o congresso.

Em 1933, em Atenas, no IV CIAM, que foi dedicado a debater e impulsionar novos rumos para a cidade funcional, foi produzido um manifesto, também chamado Carta de Atenas. O documento trouxe recomendações sobre o zoneamento das cidades, as habitações, o lazer, a circulação e o patrimônio histórico. Para resolver muitos dos problemas urbanos de então, a Carta indicava o planejamento regional e infra urbano, a submissão da propriedade privada aos interesses coletivos, a destruição de cortiços ao redor dos monumentos para a criação de áreas verdes e a verticalização de edifícios, dentre outros. Este documento, então, acabou se afirmando como um referencial sobre teoria e metodologia do planejamento urbano.

Quanto ao patrimônio Histórico, a Carta de Atenas, de 1933, expressou que os valores arquitetônicos de edifícios isolados ou conjuntos urbanos deveriam ser salvaguardados, ressaltando porém que “nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado” (CARTA DE ATENAS, 1931). A Carta também indicava a possibilidade de demolição de exemplares de arquitetura que viessem a ser incômodos aos interesses de modernização da cidade. Para solucionar problemas de fluxo de trânsito intenso, seria possível até mesmo a remoção de monumentos.

Em 1939, com o início da II Guerra e as dificuldades trazidas pelos conflitos bélicos, retardaram-se, por anos, discussões, eventos ou documentos que se posicionassem sobre as questões de preservação do patrimônio, ao mesmo tempo que muitas cidades na Europa sofriam as consequências da guerra com a destruição de suas estruturas edificadas. É tanto que, logo após o fim dos combates, em 1945, surgiu prontamente a necessidade de recuperação de imóveis, bairros ou cidades inteiras que haviam sido destruídas. Tal situação colocou-se como um grande desafio para os arquitetos envolvidos com as questões patrimoniais em razão da dimensão da devastação nas cidades. Grande parte destas intervenções foi apoiada nas recomendações da Carta de Atenas de 1933. Por vezes, estes critérios usados

mostraram-se insuficientes, levando à busca de novas formulações teóricas que discutissem a relação entre o antigo e o novo.

O pós guerra e as décadas seguintes foram marcados pelo reordenamento ou pelo surgimento de instituições internacionais destinadas a promover a cooperação internacional. Assim surgiram a Organização das Nações Unidas (ONU - 1945), a UNESCO (1945), o Conselho Internacional de Museus (ICOM - 1954), o Conselho Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM - 1956) e, por último, o Conselho Internacional de Sítios e Monumentos (ICOMOS - 1965).

Em 1964, em Veneza, a convite do governo italiano, ocorreu o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos<sup>46</sup>. O evento foi presidido por Piero Gazzola, arquiteto envolvido na reconstrução de cidades italianas após a II Guerra. Participaram mais de 600 pessoas, oriundas de 61 países e, também, representantes de organizações como UNESCO, ICCROM, ICOM e o Conselho da Europa para discutir sobre conservação e restauração dos monumentos. Ao final, passados trinta e três anos da Conferência de Atenas, foi escrito um documento intitulado Carta de Veneza – Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, cuja autoria é, geralmente, atribuída ao belga Raymond Lemaire<sup>47</sup>.

É importante apontar aqui que as discussões do Congresso em Veneza perpassaram pelo conteúdo de documentos anteriores como a Carta de Atenas (1931) e a Carta Italiana do Restauro<sup>48</sup>(1932), ambas apoiadas nas propostas de Giovannoni, e a Lei Malraux<sup>49</sup>, a lei de 1962 que aplicou às áreas históricas da França o conceito de patrimônio urbano.

---

<sup>46</sup> O primeiro encontro ocorreu em 1957, foi organizado pela UNESCO e por autoridades francesas e reuniu participantes de 25 países

<sup>47</sup> Aliás, o próprio Lemaire se dizia o principal autor do documento. Recentemente, pesquisas desenvolvidas por Houbart (2014) questionam, a partir da análise de documentos, se os autores não seriam os italianos Roberto Pane e Piero Gazzola ou o belga Paul Philippot.

<sup>48</sup> Documento redigido com a participação de Gustavo Giovannoni onde se aponta a importância de princípios como a manutenção constante, a consolidação de edifícios antigos, o respeito às ruínas, o emprego de técnicas e sistemas construtivos modernos.

<sup>49</sup> Lei Malraux: lei francesa criada em 1962 para complementar a ação de normas mais antigas que não abordavam suficientemente a proteção de conjuntos urbanos, bairros e sítios históricos. Ela propôs setores de salvaguarda para áreas nas quais deveria incidir a aplicação de procedimentos específicos de proteção e valorização do patrimônio urbano, reconhecendo, portanto, o valor patrimonial de bairros e até mesmo de inteiros territórios urbanos, e atribuindo um novo papel às estratégias de reabilitação urbana.

Outro aporte teórico trazido à Carta de Veneza foram as pesquisas de Cesare Brandi<sup>50</sup>, publicadas em 1963 com reflexões sobre conservação e restauração, integridade arquitetônica e autenticidade histórica. Após os anos 1940, Brandi passou a defender que os bens culturais devem ser intervencionados considerando-se que eles possuem duas instâncias, uma estética e a outra histórica.

Em seu Artigo 1º, a Carta de Veneza, explica que “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular”. A quase completa maioria dos demais artigos refere-se apenas ao monumento, tratando da sua conservação, restauração ou da sua relação com a história. No Artigo 14º, porém, o texto que se relaciona ao patrimônio urbano traz uma mudança de vocabulário e usa o termo “sítios monumentais”:

Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização. Os trabalhos de conservação e restauração que neles se efetuarem devem inspirar-se nos mesmos enunciados nos artigos precedentes (CARTA DE VENEZA, 1964).

Observadora atenta dos acontecimentos e fatos relacionados à preservação, Choay (2009, p. 215) teceu suas críticas a essa carta em função do termo “monumento histórico” ter sido dominante no texto e também ao próprio conteúdo abordado no documento ao afirmar que “[...] o estilo dogmático no qual os artigos da Carta enunciam uma série de truísmos acaba por assinalar o seu anacronismo”.

A Carta de Veneza, então, acabou sendo adotada pelo ICOMOS, que foi fundado em 1965, e foi traduzida para muitas línguas, influenciando as legislações protetivas em muitos países. Embora este documento não tenha valor de legislação, a importância de seu conteúdo e abordagens sobre a conservação e a restauração, tanto da obra de arte quanto do seu testemunho histórico, fez com que, desde 1964<sup>51</sup>,

---

<sup>50</sup> Cesare Brandi (1606-1988): com formação em Direito e Ciências Humanas, Brandi foi organizador do Instituto Central do Restauro em Roma e publicou, em 1963, a sua obra basilar *Teoria da Restauração*. Tradução Beatriz M. Köhl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

<sup>51</sup> Alguns anos após 1964, Lemaire começou a defender uma revisão na Carta de Veneza. Com base na sua experiência prática, ele passou a questionar o artigo 14º deste documento, acreditando não ser possível ou desejável aplicar nas cidades antigas diretrizes que eram voltadas ao monumento isolado. Conforme explicou Houbart (2014, p. 218), em 1971, Lemaire e Piero Gazzola lançaram um debate para rever as considerações do valor social do patrimônio. Eles também chamaram a atenção sobre a necessidade de serem criados princípios de orientação específicos para as cidades antigas na Carta de

a Carta de Veneza venha sendo reconhecida como um documento a ser consultado ou seguido:

A organização do congresso, que deu origem à Carta de Veneza, o próprio texto da Carta e, ainda, a criação do Icomos, fazem parte de um esforço cumulativo de várias nações (e também de seus serviços de preservação e de profissionais do campo) para estabelecer um sistema de cooperação internacional que auxiliasse na resolução das numerosíssimas questões envolvidas na preservação de bens culturais, de modo a enfrentá-las com rigor metodológico e coerência de critérios e de princípios (KÜHL, 2010, p. 290).

Nos organismos internacionais, a exemplo da ONU e da UNESCO, a década de 1960 é pontuada por discussões acerca do turismo e de como este poderia ser realizado em prol do patrimônio cultural. Ao se estudar a Acta da Conferência Geral da UNESCO, do ano de 1966, encontra-se uma série de informações a este respeito. Por exemplo, em Roma, em 1963, a Conferência das Nações Unidas sobre Turismo e Viagens Internacionais ressaltou a importância do turismo natural, histórico e cultural, solicitando medidas para assegurar a conservação e proteção dos bens envolvidos em tais atividades.

Alguns anos após 1964, Lemaire começou a defender uma revisão na Carta de Veneza. Com base na sua experiência prática, ele passou a questionar o artigo 14º deste documento, acreditando não ser possível ou desejável aplicar nas cidades antigas diretrizes que eram voltadas ao monumento isolado. Conforme explicou Houbart (2014, p. 218), em 1971, Lemaire e Piero Gazzola lançaram um debate para rever as considerações do valor social do patrimônio. Eles também chamavam a atenção sobre a necessidade de serem criados, na Carta de Veneza, princípios de orientação específicos para as cidades antigas. Em 1978, Lemaire ainda tentou, mas não conseguiu que a Assembléia Geral do ICOMOS, realizada em Moscou, aprovasse uma nova versão da Carta.

Ainda em 1963, o Conselho Econômico e Social da ONU, por meio da resolução 995, declarou o turismo como um fator de desenvolvimento econômico (UNESCO, 1966, p. 65). Já em 1966, o mesmo conselho convidou os órgãos internacionais de financiamento internacional a prestarem ajuda técnica e financeira aos países em vias

---

Veneza. Em 1978, Lemaire ainda tentou, mas não conseguiu que a Assembléia Geral do ICOMOS, realizada em Moscou, aprovasse uma nova versão da Carta.

de desenvolvimento, visando estimular o turismo como caminho para o progresso. Tais ações acabaram por acentuar o pensamento de que o turismo poderia dar um estímulo ao desenvolvimento dos países americanos.

Diante de tais fatos, um encontro realizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), no ano de 1967, na cidade de Quito, discutiu sobre a utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico ligados a atividades turísticas. Os países da América Latina e Caribe têm um histórico político marcado pela presença de governos oligárquicos, pontuados pela corrupção e que recorrem a mecanismos como clientelismo ou coronelismo para se manterem no poder. Foram, então, estes governantes, junto com os representantes dos Estados Unidos e do Canadá, que apontaram “[...]a existência de uma situação de urgência que reclama a cooperação interamericana [...]” (NORMAS DE QUITO, 1967), indicando o **valor econômico do patrimônio** e a possibilidade de o turismo se tornar uma fonte de renda capaz de contribuir para reverter aspectos como o abandono de áreas centrais ou o arruinamento de edifícios provocados pela falta de proteção e de investimentos em sua conservação.

Ao final deste evento, foi escrito um documento que ficou conhecido como Normas de Quito, no qual o patrimônio cultural passou a ser entendido como um atrativo para os turistas em busca de conhecer as cidades antigas, as festas e as comidas típicas. No texto da exposição, há um predomínio do vocábulo patrimônio, embora também constem as expressões contexto urbano, complexos históricos de interesse ambiental, espaço urbano e conjunto urbanístico.

As atividades turísticas, por sua vez, passaram a ser uma ferramenta utilizada na preservação do patrimônio por meio da movimentação gerada pelo capital público ou privado. Assim, nesta relação com o turismo, além dos valores estético, histórico e simbólico, o patrimônio assumiu um valor econômico. Alguns anos mais tarde, em 1976, O ICOMOS reforçou o entendimento das Normas de Quito e referendou a escrita da Carta de Turismo Cultural, atualizada em 1999.

De acordo com as Normas de Quito, a relação entre turismo e patrimônio não era vista como conflitante e estimulavam-se ações que deveriam promover os bens culturais para o turismo por meio dos planos reguladores, do planejamento urbano das cidades e da implementação de políticas urbanas. No entanto, esta situação trouxe mudanças de ordem econômica, social e cultural como implicações do turismo

na organização das atividades nas cidades, por meio de intervenções na paisagem construída e na população local.

Retornando ao termo patrimônio urbano, a Recomendação de Paris (1968), embora não se utilize do mesmo, deixou claro em seu texto que a expressão, bens culturais, é aplicada a “[...] os conjuntos tradicionais, os bairros históricos, das zonas urbanas e rurais [...]”. Também se posicionou quanto aos planos de urbanização, que precisam considerar os arredores e o entorno de monumentos e de sítios protegidos por lei para que seja preservado o conjunto e o caráter do seu entorno.

Em 1972, o governo italiano divulgou um documento chamado Carta do Restauo, contendo recomendações sobre as intervenções em obras de arte<sup>52</sup>. Esta Carta, bastante conceituada, acabou por gerar influências nas ações em prol do patrimônio e na confecção de recomendações similares em outros países. A partir de então, o termo Centro Histórico passou a figurar nos documentos escritos e adotados por muitas nações.

Conforme explicado por Pessôa (2011, p. 56), “O conceito de Centro Histórico nasceu na Europa para definir aquela parte da cidade onde a mesma surgiu até o início da era moderna, sendo delimitada pelas suas muralhas do final da Idade Média e da Renascença”. Trata-se de uma definição recente, surgido nos anos 1960. Por sua vez, o documento italiano denominado a Carta do Restauo (1972), ao conceituar Centro Histórico, definiu que devem ser levados em configuração:

[...] não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas ao longo do tempo, hajam se constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou características urbanísticas ou arquitetônicas particulares (Carta do Restauo, 1972).

Conforme vem sendo observado nas cartas anteriores, a partir da década de 1960, começou a haver uma preocupação maior com as áreas urbanas. A atenção não recaia mais apenas sobre as edificações, mas envolvia também, outros elementos constituintes da paisagem urbana: ruas, praças e parques, etc.

Com base na experiência da realidade latino americana, outra versão para o conceito de centro histórico foi proposta dentro do seguinte entendimento:

---

<sup>52</sup> A Carta do Restauo (1972) inclui instruções sobre como agir em caso de objetos arqueológicos, restaurações arquitetônicas, restaurações pictóricas e escultóricas, além das recomendações sobre os assentamentos do passado.

Historicamente este fato (o reconhecimento do centro histórico em sua especificidade no marco urbano da cidade) se produz com a aceleração do processo de urbanização, em seu contexto de modernização da sociedade impulsionado pelo processo de industrialização. Este processo de mudança acelerado gera uma reação das elites locais que se preocupam com o que se perde, reivindicando a criação de um marco institucional de defesa deste imaginário cultural nacional (CARRIÓN, 2006, P. 174 – Tradução nossa)<sup>53</sup>

Em 1974, sob os auspícios do Governo Dominicano, a OEA organizou o I Seminário Interamericano sobre Experiências e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano. A partir das preocupações com aspectos operativos do patrimônio, foi elaborada a Resolução de São Domingos (1974) que já adotou o termo centro histórico para evidenciar cuidados com as áreas urbanas:

A salvação dos centros históricos é um compromisso social além de cultural e deve fazer parte da política de habitação, para que nela se levem em conta os recursos potenciais que tais centros possam oferecer. Todos os programas de intervenções e resgate dos centros históricos devem, portanto, trazer consigo soluções de saneamento integral que permitam a permanência e melhoramento da estrutura social existente (RESOLUÇÃO DE SANTO DOMINGO, 1974).

Percebe-se no texto acima que começa a haver uma preocupação com os moradores dessas áreas, demonstrando o entendimento do papel social das mesmas e apontando a necessidade de políticas que realizem uma renovação das questões de infraestrutura para a melhoria socioeconômica dos seus moradores<sup>54</sup>.

O próximo documento aqui estudado é Declaração de Amsterdã que resultou do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em outubro de 1975. Para muitos pesquisadores, esta é, de fato, a carta patrimonial dedicada ao patrimônio urbano por apontar a necessidade de se pensar as questões sobre o planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial.

---

<sup>53</sup> Tradução nossa a partir de: Históricamente este hecho (el reconocimiento del centro histórico en su especificidad en el marco urbano de la ciudad) se produce con la aceleración del proceso de urbanización, en un contexto de modernización de la sociedad, impulsado por el proceso de industrialización. Este proceso de cambio acelerado genera una reacción de las elites locales que se preocupan por lo que se pierde, reivindicando la creación de un marco institucional de defensa de este imaginario cultural nacional (CARRIÓN, 2006, P. 174).

<sup>54</sup> Porém, é importante lembrar que houve uma tendência a se tratar os centros históricos como áreas à parte da realidade em que estavam inseridos, adotando-se uma política de congelamento desses centros históricos, procedimento entendido como uma “museificação” dessas áreas.

Dentre as situações que precederam a Declaração de Amsterdã, observa-se que na Itália foram elaboradas políticas que optaram por aproximar sítios urbanos de preservação patrimonial do planejamento urbano a exemplo do Plano de Bolonha (*Piano urbanistico di salvaguardia, restauro e risanamento del centro storico di Bologna*). Elaborado, em 1969, por uma equipe coordenada por Pier Luigi Cervellati, este estudo promoveu ações de salvaguarda do patrimônio, envolvendo a conservação física da cidade, recuperando o centro e incentivando o seu uso com a permanência dos moradores ali presentes para frear a expansão urbana periférica.

Ao comentar sobre esse plano, Ranelluci (2003, p. 136) afirmou que “No decênio compreendido entre os anos sessenta e setenta, a Prefeitura de Bologna iniciou e concluiu parcialmente uma operação de salvaguarda destinada à conservação física e social do centro histórico”<sup>55</sup>, incentivando o uso de serviços e equipamentos culturais, além da habitação. Este caráter socioespacial do plano, que foi muito além da recuperação física do patrimônio, fez com que ele fosse muito estudado, recebendo críticas positivas que acabaram por consolidá-lo como um exemplo pertinente de planejamento e intervenção em áreas patrimoniais.

Por sua vez, Lapa e Zancheti (2002, p. 31) explicaram que, nas décadas de 1970 e 1980, tais princípios “[...]foram aplicados em cidades italianas e espanholas. Nesses dois países, serviu como argumento para a construção de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular” e acabaram por conceituar uma prática denominada Conservação Integrada.

Foi dentro, então, deste contexto de reabilitar conjuntos urbanos antigos associado a preocupações no âmbito social através de instrumentos de planejamento urbano que a Declaração de Amsterdã foi escrita, contendo os princípios da Conservação Integrada. Desta forma, o documento chamou a atenção para aspectos, dentre outros, como:

- a conservação do patrimônio arquitetônico é fundamental por ele possuir valor cultural e conduzir a uma tomada de consciência da história e dos destinos comuns;
- além das construções isoladas de excepcional valor, o patrimônio também inclui conjuntos, bairros de cidades e aldeias que possuam interesse histórico ou cultural;

---

<sup>55</sup> Tradução nossa a partir de: *Nel decennio compreso tra gli anni Sessanta e gli anni Settanta, il Comune di Bologna inizia, e porta a parziale compimento, una operazione di salvaguardia finalizzata alla conservazione fisica e sociale del centro storico urbano* (RANELLUCI, 2003, p. 136)

- o planejamento de áreas urbanas e o planejamento físico territorial precisam ter a conservação do patrimônio como um objetivo maior e não apenas como um problema acessório;
- o patrimônio é uma riqueza social e deve ser protegido dos perigos que o ameaçam por todos
- é ressaltada a importância do poder local como responsável pela proteção ao patrimônio;
- no caso de reabilitação do patrimônio, a população das áreas antigas deve ser mantida em seus locais de origem e ser protegida de alterações na composição social dos habitantes;
- é necessário trabalhar com educação patrimonial para que as novas gerações apreciem e valorizem o patrimônio.

O texto do documento ainda traz uma forte reflexão que foi discutida no congresso: a possibilidade de que a sociedade seja privada do patrimônio arquitetônico e também dos sítios caso não seja articulada uma política de proteção e conservação aos conjuntos arquitetônicos dentro de uma perspectiva global que considere o valor cultural dos edifícios, incluindo aqui os mais modestos e não apenas as obras de excepcionalidade singular.

Quanto ao planejamento das áreas urbanas, a Declaração de Amsterdã deixa bem clara a necessidade de se reconhecer as especificidades de uma área patrimonial, incluindo os seus valores estéticos e culturais, não bastando apenas sobrepor as diretrizes do planejamento às normas protetivas. Aliás, foi colocado que o planejamento deve buscar inserir as áreas patrimoniais na dinâmica da economia, incentivando atividades produtivas a serem ali desenvolvidas.

Outro aspecto que teve um forte apelo no texto dessa carta foi a defesa pela continuidade das realidades física e social das áreas patrimoniais. Para tanto, foi reconhecida a necessidade de um orçamento destinado a essa política de tratar os problemas tanto os de estrutura física dos bens culturais quanto aqueles relacionados às condições de vida dos habitantes, com a criação de fundos específicos que venham a gerar subvenções e empréstimos a particulares ou a grupos de moradores. Ações baseadas nos princípios da Conservação Integrada foram aplicadas em cidades como Bolonha, Ferrara, Brescia e Lisboa, promovendo a recuperação de áreas residenciais e, também, de parques e outras áreas verdes.

Passados quarenta e cinco anos da criação da Carta de Atenas, foi realizado o Encontro Internacional de Arquitetos em Machu Picchu, em 1977, cujo documento síntese, a Carta de Machu Picchu, foi colocada como um ponto de partida para a revisão do documento de Atenas. Reconhecendo a importância da primeira carta, esta buscou se atualizar e reafirmou a necessidade da conservação dos centros históricos integrada aos planos diretores. É importante ressaltar que as ideias urbanísticas da época não tinham mais a intenção de setorizar a cidade, como ocorreu na década de 1930, mas de criar uma integração funcional e espacial entre os diversos componentes do espaço urbano.

Em 1986, o ICOMOS percebeu a necessidade de redigir uma carta voltada à proteção das cidades ameaçadas de degradação, deterioração ou destruição, fossem elas grandes, pequenas e/ou históricas, frutos do desenvolvimento espontâneo ou de um projeto, e tendo muitos dos seus valores ameaçados pela urbanização crescente.

Reconhecendo a importância de proposições anteriores, o texto do novo documento, a Carta de Washington, se coloca como complementar à Carta de Veneza, definindo, assim, princípios, objetivos, métodos e instrumentos de ação para a salvaguarda das cidades históricas a fim de perpetuar o conjunto dos seus bens. Desta forma, a salvaguarda das cidades foi definida na Carta de Washington (1986) como sendo “[...] as medidas necessárias a sua proteção, a sua conservação e restauração, bem como a seu desenvolvimento coerente e a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea”.

Pelo conteúdo do texto, especificamente no uso da palavra conservação e pelo fato de ter sido colocado que “a participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda das cidades e bairros históricos [...]” (CARTA DE WASHINGTON, 1986), percebe-se também uma referência a questões tratadas pela Declaração de Amsterdã (1976). Em seus princípios e objetivos, essa carta ainda afirma que há um conjunto de aspectos materiais e imateriais que exprimem uma imagem, incluindo a forma urbana definida pela malha e pela rede viária.

No que diz respeito a Métodos e Instrumentos para a intervenção, foi colocada a importância de estudos para o planejamento das cidades e bairros históricos, incluindo o plano de salvaguarda, construído com a participação popular, que deve promover articulações com as demais partes da cidade. O plano de salvaguarda

também precisa classificar os edifícios dotados de valores e a serem preservados e aqueles que podem vir a ser demolidos, em circunstâncias excepcionais.

De acordo com a Carta de Washington, a preservação de áreas urbanas patrimoniais requer a participação de profissionais com formação especializada para trabalhar no planejamento das ações de salvaguarda de forma a manter as relações físicas, envolvendo o traçado urbano, o parcelamento, os cheios e vazios, as características da arquitetura e, também, as relações imateriais existentes entre os habitantes, por meio da manutenção de suas atividades tradicionais.

É importante destacar que, simultaneamente a alguns dos documentos internacionais citados, também foram surgindo cartas brasileiras dedicadas às questões patrimoniais. Como exemplo, é possível apresentar aqui o Compromisso de Salvador (1971), que recomendou a criação de uma estrutura técnica de apoio à proteção do patrimônio, a exemplo do Ministério da Cultura e de secretarias no âmbito estadual e sugeriu a criação de legislações que viessem a tratar do conceito de visibilidade de um bem tombado, ou seja, da ambiência, o que incluía uma área urbana patrimonial. Outro aspecto tratado pelo Compromisso de Salvador foi definir como prioridade a realização de planos urbanos e regionais para as áreas com a presença de bens culturais protegidos por legislação.

Em 1987, o 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos resultou em um documento chamado Carta de Petrópolis que traz o entendimento de Sítio Urbano Histórico como “[...] o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações”. Esta carta afirma que o sítio histórico urbano precisa ser tratado como uma área crítica do ponto de vista operacional, em decorrência de se entender que toda cidade é histórica.

A partir da década de 1980, os temas relacionados ao patrimônio urbano e à cidade foram se tornando raros nas cartas patrimoniais que passaram a apresentar proposições em torno de outras temáticas como autenticidade, meio ambiente ou patrimônio imaterial. Portanto, as recomendações sobre as áreas urbanas patrimoniais ainda são apontadas por documentos que possuem mais de 30 anos de editadas e, por vezes, tem-se mostrado como anacrônicas em função dos atuais caminhos seguidos pela economia, pela sociedade e pela cultura. É tanto que, em seus estudos a respeito das Cartas Patrimoniais, Kühl (2010, p. 291) nos lembra que essas recomendações não devem ser considerados como um conjunto homogêneo de documentos, sendo necessário fazer distinção entre os seus conceitos exatamente

por terem sido escritos em tempos distintos, por organismos diversos e por terem finalidades diferentes

Soma-se o fato de que, entre a década de 1990 e estes anos iniciais do século XXI, foram desenvolvidas outras estratégias, a exemplo da requalificação, da revitalização, dentre outras, que guiaram ações sobre as áreas urbanas patrimoniais, tendo por foco, muitas vezes, questões atuais como sustentabilidade, sem que por trás se identifique com clareza uma construção embasada em fundamentos teóricos e críticos mais consistentes.

Assim, como produto do presente capítulo, e visando dar suporte às análises que virão adiante, as quais incidem sobre os objetos empíricos da pesquisa, foram ordenadas algumas ideias que possam ajudar a sanar a lacuna deixada pelo tempo que nos distancia das discussões teóricas dos anos 1980. Para tanto, as palavras e ideias grifadas ao longo desse texto do capítulo 01 foram retomadas e sistematizadas em um quadro síntese onde estão reunidos os pontos que irão nortear a discussão das Considerações Finais, arrematando essa pesquisa.

**QUADRO 01 – SÍNTESE DE PALAVRAS-CHAVE ACERCA DAS QUESTÕES PATRIMONIAIS**

<b>Conceitos e expressões</b>	monumento / memória coletiva simbolizar / representar / afetividade história / patrimônio / significado / identidade / Bens Culturais
<b>Ideias</b>	valor estético / ordem cultural ordem política valor documental / valor de história / herança
<b>Ameaças ao patrimônio urbano</b>	processos de transformação disfunções urbanas descaracterizações problemas urbanos

<p><b>Recomendações e estratégias</b></p>	<p>racional / metódico / planejamento / prática intervencionista gestão urbana / adaptar a cidade antiga planos diretores / conservação integrada / políticas urbanas / normas protetivas / valor social do patrimônio / turismo como fator e desenvolvimento / valor econômico do patrimônio / o tecido urbano com valor histórico não deveria se submeter apenas às exigências práticas / atividades compatíveis com a historicidade relações da sociedade com o passado /sustentabilidade</p>
<p><b>Objetivos a alcançar O que manter?</b></p>	<p>qualidades espaciais / valor estético continuidade formal atributos de lugar / memória do lugar aspectos culturais / memória coletiva qualidades morfológicas valor histórico / imagem mental espírito histórico dos lugares</p>

Fonte: Maria Helena Azevedo

Diversos atributos foram observados na trajetória construída para nortear a seleção da arquitetura e das áreas urbanas a serem consideradas como patrimônio. Seriam patrimônio a arquitetura e as áreas urbanas que, além de um valor estético, remetesse à memória, à afetividade e à história de grupos sociais, representando e simbolizando sua natureza cultural e política. Atualmente, o valor documental dos bens culturais vem se sobrepondo àqueles valores de arte e de história considerados em primeira instância, anteriormente.

No que diz respeito ao patrimônio em escala urbana, percebe-se que aqueles valores atribuídos ao monumento arquitetônico foram se diluindo perante as situações que indicavam o quão complexo seria pôr em prática a decisão de conservar a cidade enquanto patrimônio - processos de transformação do tecido, disfunções urbanas, descaracterizações. Foi necessário definir outras estratégias, para atuar nos

problemas urbanos. Planejamento e gestão surgem como palavras de ordem para adaptar a cidade antiga às exigências da sociedade moderna, assegurando para o patrimônio urbano qualidades como continuidade formal, valor estético, manutenção dos atributos de lugar, com memória, história e cultura.

Esse embate entre a cidade que olha para um tempo adiante e aquela herdada do passado fica evidente a partir do texto de algumas cartas patrimoniais. Foi quando caminhos para se lidar com tal situação começaram, então, a ser apontados. Na década de 1960, as recomendações foram para observar o “valor social do patrimônio” e assim pensar este em favor da população. O turismo começou a ser identificado como um fator de desenvolvimento, associando a conservação ao “valor econômico do patrimônio”.

Já na década de 1970, seguindo as experiências italianas, a ideia foi fazer a aproximação entre a preservação patrimonial de sítios urbanos e o planejamento urbano. Esse foi um período marcado pelo planejamento urbano, pelo planejamento físico territorial e pela implementação de políticas urbanas. Dentro de um contexto de reabilitar conjuntos urbanos antigos associado a preocupações no âmbito social através de instrumentos de planejamento urbano, a Declaração de Amsterdã foi escrita em 1975. Assim, nos anos 1970, a indicação era a conservação dos centros históricos integrada aos Planos Diretores.

O documento de Amsterdã reconheceu ser preciso observar as especificidades de uma área patrimonial, incluindo os seus valores estéticos e culturais, não bastando apenas sobrepor as diretrizes do planejamento às normas protetivas. No entanto, por vezes, esse caminho foi ganhando cada vez mais um caráter tecnicista, o que pode ter contribuído para um certo distanciamento em relação aos aspectos da significância cultural.

Reflexões dessa natureza são retomadas adiante, em busca de reposta – ou mais indagações - para a questão que norteia essa pesquisa. O próximo capítulo aborda o Programa Monumenta, seus antecedentes, o contexto da sua criação, as suas linhas de atuação e a atenção para com o patrimônio urbano.

## **2. DO MONUMENTO AO MONUMENTA: A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA PATRIMONIAL**

O presente capítulo aproximou-se da realidade patrimonial brasileira, de modo particular do Programa Monumenta, e foi construído a partir de uma revisão da literatura acerca das atitudes governamentais em prol da preservação dos bens culturais que, nessa pesquisa, é entendida como uma prática política e não apenas como uma técnica reparadora. Para tanto, buscou-se relacionar as proposições advindas das políticas públicas com a trajetória de reconhecimento do urbano enquanto patrimônio.

Foi possível familiarizar-se com as proposições anteriores a esse Programa e, também, com o contexto institucional no qual ele foi criado, identificando os conceitos utilizados pelo agente financiador, o Banco Interamericano de Desenvolvimento<sup>56</sup> (BID), na confecção dos seus documentos basilares, a sua estrutura de funcionamento e os seus modos de ação para a implementação dos projetos.

Do ponto de vista metodológico, a narrativa aqui apresentada foi baseada na proposta de Pesavento (2012, p. 23) que trabalha com as dimensões do tempo e do espaço, observando os recortes do urbano, os agentes, as práticas e as significações para identificar as estratégias e as ações sobre o patrimônio em seus diferentes momentos, discutindo os conflitos entre as políticas públicas e a preservação dos bens culturais.

### **2.1 - Como o Estado Brasileiro cuidou do patrimônio urbano até 1996.**

Como o Programa Monumenta começou a ser concebido a partir de 1996, esta pesquisa tratou de observar como se deram os cuidados iniciais para com o patrimônio até então. Aliás, esse tema começou a ser relevante no Brasil dos anos 1920 quando os intelectuais brasileiros começaram a aprofundar discussões sobre os valores e a arte nacional. Porém, tem-se por marcos dessa história a elevação de

---

<sup>56</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma agência de fomento multilateral que financia a implementação e o desenvolvimento de políticas públicas, promovendo assistência econômica, social e institucional com o objetivo de reduzir a pobreza, as desigualdades sociais e suprir as necessidades dos países da América latina e do Caribe.

Ouro Preto, em 1933, à categoria de Monumento Nacional<sup>57</sup> e a criação, no ano de 1934, da Inspetoria de Monumentos Nacionais diretamente ligada ao Museu Histórico Nacional. Esse departamento foi a primeira estrutura institucional, a nível federal, criada com a responsabilidade de proteger os monumentos nacionais. Alguns anos depois, em 1937, a inspetoria encerrou as suas atividades com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)<sup>58</sup> que era interligado ao Ministério da Educação e Saúde (MES). O novo órgão foi dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>59</sup> (Figura 10) até a sua aposentadoria em 1967.

Figura 10: Rodrigo M. F. de Andrade esteve à frente dos serviços patrimoniais no Brasil por mais de três décadas.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173> Acesso: 14/09/2021

Esse período foi muito marcado pela presença de um grupo de funcionários e colaboradores, diretamente envolvidos com a vanguarda modernista brasileira<sup>60</sup>, que se dedicou à preservação do patrimônio por acreditar que estava construindo uma identidade nacional, legitimando o estado moderno brasileiro e a arquitetura moderna.

<sup>57</sup> Ouro Preto foi elevada a Monumento Nacional por meio do decreto nº22. 928. Foi um reconhecimento simbólico, sem instrumentos legais de regulamentação e preservação do patrimônio urbano e dos monumentos da cidade.

<sup>58</sup> Para dinamizar a leitura do texto, a partir de agora, será adotada a nomenclatura atual do organismo federal dedicado à preservação do patrimônio cultural no Brasil - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No entanto, cabe aqui lembrar que esta instituição já apresentou os seguintes nomes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan/ 1937), Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dephan/ 1946), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/ 1970), Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória (Sphan/ Pró-Memória/ 1979), Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC/ 1990) e, outra vez, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/ 1994).

<sup>59</sup> Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898 - 1969), ou Rodrigo M. F. de Andrade, como ele próprio assinava, mineiro, advogado, foi contemporâneo de intelectuais como Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Oswald e Mário de Andrade, dentre outros. Aliás, foi Mário de Andrade quem o indicou para ocupar a direção do recém-criado SPHAN, que administrou por 30 anos, até a sua aposentadoria em 1967. A sua ligação com o órgão por meio da participação no Conselho Consultivo, porém, se estendeu até 1969, ano do seu falecimento.

<sup>60</sup> A equipe inicial de técnicos era composta por: Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Gilberto Freire, Lúcio Costa, Rodrigo, M. F. de Andrade, José de Souza Reis, Luís Saia, Carlos Leão, Joaquim Cardoso, Airton de Carvalho, Oscar Niemeyer, Joaquim Cardoso, Renato Soeiro, Alcides da Rocha Miranda, dentre outros.

Foi, então, com base nas concepções sobre arte, história, tradição e nação dos intelectuais modernistas e pelo ideário político vigente que foi sendo definida a triagem do que seria o patrimônio no Brasil daquele momento: Essa seleção recaiu sobre o recorte temporal do período colonial:

Igrejas, fortalezas, casas de câmara coloniais, os mais singulares exemplares das casas térreas e sobrados das cidades dos séculos XVII e XVIII e os palácios neoclássicos do século XIX compuseram esse painel da identidade brasileira no modo como foi pensada pelos modernistas a partir dos anos 1930. Essa seleção inicial do que era o patrimônio histórico e artístico nacional através dos primeiros tombamentos do SPHAN inclui um grupo de seis cidades de Minas Gerais como parte desse acervo (PESSÔA, 2011, p. 52).

Por meio do reconhecimento dessas cidades<sup>61</sup> (Figuras 11 a 16), o grupo de intelectuais buscou valorizar o barroco mineiro na qualidade de uma produção genuinamente brasileira, caracterizando-o como uma tradição do período colonial, capaz de representar a aura autêntica da cultura enquanto símbolo nacional impregnado de valores históricos e artísticos. Portanto, esses centros urbanos deveriam ser preservados em meio à modernização emergente que ocorria então.

Já no tocante ao projeto de construção da identidade nacional, Gonçalves (1996, p.32) tem o entendimento de “Para que a nação possa existir, enquanto uma entidade individualizada e independente, ela tem que identificar e apropriar-se do que já é sua propriedade: seu patrimônio cultural”. É, então, em função desta necessidade que é possível entender a sintonia entre os ideais dos intelectuais modernistas e as cidades classificadas como bens patrimoniais em 1938.

A partir da seleção do conjunto dessas seis cidades mineiras, fica claro, então, que as primeiras ações para conservação de cidades históricas no Brasil elencaram um conjunto de signos com ressonância em tradições do passado colonial produzidos pela sociedade mineradora, durante um período de muita prosperidade econômica. Dessa forma, foram definidos os aspectos históricos, estéticos e artísticos que foram levados em conta no processo de seleção dos bens a serem preservados.

---

<sup>61</sup> Em 1938, foram tombadas pelo IPHAN seis cidades mineiras: Ouro Preto, Diamantina, São João del Rei, Serro, Tiradentes e Mariana.

Figura 11 – Diamantina



Fonte: <https://diamantina.mg.gov.br/turismo/pontos-turisticos/> Acesso: 14/09/2021

Figura 12 – Ouro Preto



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1293> Acesso: 14/09/2021

Figura 13: Serro.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1296> Acesso: 14/09/2021

Figura 14 – São João del Rei



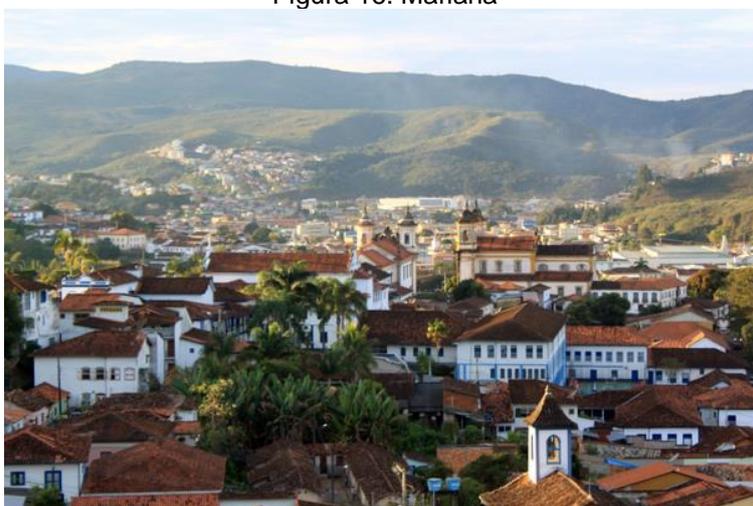
Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/375/> Acesso: 14/09/2021

Figura 15: Tiradentes



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/377/> Acesso: 14/09/2021

Figura 16: Mariana



Fonte: <https://mariana.portaldacidade.com/noticias>. Acesso: 14/09/2021

A ideia da tradição construída, como foi proposta por Hobsbawn<sup>62</sup> (1984, p. 09), define muito bem a prática dos intelectuais modernistas. O citado autor entende que tais tradições buscam estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado do qual são retirados elementos que possam servir para os novos propósitos nacionais. Desta forma, o grupo à frente do IPHAN entendia que seria possível identificar o Brasil como um país que autenticava e legitimava a sua cultura, requisitos necessários à estruturação da identidade brasileira.

Outro aspecto observado no tombamento das seis cidades foi o fato de que:

Não era simplesmente a ambiência dos edifícios monumentais dessas cidades históricas como uma série de mecanismos que já vigoravam em outros países. O tombamento visava proteger a cidade em si, formada pelo seu conjunto de edificações, as monumentais e as mais simples, e o seu traçado urbano. Era o cenário urbano de ruas, largos praças, considerado pelo grande valor artístico e por sua capacidade evocativa da cidade barroca brasileira do século XVIII. Cidades prontas com paisagem homogênea, caracterizando no seu espaço urbano o barroco brasileiro. O tombamento visava então à preservação do característico cenário urbano destas cidades, visto como monumento da arte brasileira (PESSÔA, 2011, p. 53).

De fato, esses tombamentos das cidades mineiras não tinham a intenção de cuidar apenas do entorno dos monumentos. Tal situação pode ser percebida a partir da leitura de um texto de Rodrigo M. F. de Andrade no qual explicou o tombamento de Diamantina não apenas como um somatório dos edifícios da cidade, mas como um conjunto urbanístico, como um artefato em si próprio e como um documento, incluindo as suas imaterialidades na constituição do urbano:

O que se constitui monumento pelo seu excepcional valor histórico e artístico, nos aludidos casos, não é nenhum dos edifícios considerados em si mesmo, isoladamente, mas a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável, tanto do ponto de vista puramente histórico, como do histórico-artístico. É esse conjunto que importa preservar, no seu todo, pois empresta às cidades, que ainda apresentam essa documentação viva da sua formação e desenvolvimento originários, a sua fisionomia particular. É, portanto, esse conjunto (bem imaterial, que é de toda cidade sem pertencer a quem quer que seja) o objeto de tombamento, o monumento incorporado ao patrimônio histórico e artístico nacional.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Tradição construída: Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita e abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM e RANGER, 1984: 09).

<sup>63</sup> Parecer escrito por Rodrigo M. F. de Andrade, em 17/09/1941, explicando o processo de tombamento de Diamantina *apud* SANT'ANNA, Marcia. Da Cidade-Monumento à Cidade-Documents: A norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990, p. 189-190. O documento consta no processo de tombamento nº 64-T-38 da cidade de Diamantina e é encontrado no Arquivo Central do IPHAN.

Apesar da escolha por essas cidades reforçar o conceito de patrimônio adotado pelo IPHAN, em detrimento de outras áreas urbanas obscurecidas pela seleção do recorte temporal, tal atitude colocou o Brasil numa posição inovadora no cenário mundial. Até então nenhum outro país havia despertado para tal e, conforme explicou Pessôa (2011, p.52), para os agentes de preservação europeus, os centros urbanos só eram considerados pela relação de valorização ou desvalorização dos entornos.

Contudo, a gestão de Rodrigo M. F. de Andrade foi fortemente marcada por priorizar as ações de seleção, autenticação, catalogação, tombamento e conservação dos monumentos arquitetônicos isolados, o que levou esse primeiro tempo de atuação do órgão a ser bastante associado a um patrimônio de “pedra e cal”. Em alusão à predominância dessa arquitetura monumental entre os tombamentos, foram criados juízos da seguinte natureza:

Umas das críticas mais comuns à administração de Rodrigo M. F. de Andrade no Iphan era a concentração de recursos e obras em Minas Gerais e no Rio de Janeiro e o abandono do Nordeste e do Norte, regiões ricas em patrimônios cultural e natural [...] (AZEVEDO, 2016, p.241).

Simultaneamente, é importante destacar que as questões do patrimônio urbano não foram tratadas com a profundidade necessária ao tema no Decreto-lei 25/ 1937, que institucionalizou a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e deflagrou o início dos processos de tombamento e gestão patrimonial no Brasil. Diante desse fato, a citada legislação, prioritariamente, procurou proteger as obras e as áreas urbanas consideradas notáveis do ponto de vista artístico ou ligadas a fatos ditos memoráveis da história nacional. O decreto trouxe uma preocupação para com a manutenção de sítios e paisagens, fossem elas naturais ou frutos da criação humana, desde que tivessem feição notável, tal qual se fazia no mundo inteiro:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico [...]

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamentos os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que

---

tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL. Decreto-lei 25/ 1937).

Ao apontar as fragilidades do Decreto lei 25/1937, Sant' Anna (2014, p. 127) informou que “[...] a possibilidade de sérias demandas judiciais eram, sem dúvida, a principal preocupação tecnojurídica dos pioneiros do patrimônio”. Aliás, em depoimento<sup>64</sup> a Sant'Anna (2014, p. 128), Lúcio Costa<sup>65</sup>, recordou-se que as questões ligadas ao patrimônio urbano eram consideradas complexas em função de uma possível reação contrária dos prefeitos que poderiam apontar intromissões nas deliberações do município.

A visão direcionada aos monumentos isolados, bem como a pouca experiência em lidar com conjuntos urbanos mais amplos, entre outros fatores, fizeram com que permanecesse reduzido o número de cidades protegidas pelo órgão<sup>66</sup> durante a gestão de Rodrigo M. F. de Andrade e, como corrobora Sant'Anna (2014, p. 171), “[...] esses tombamentos foram francamente minoritários e a grande maioria diz respeito a exemplares de arquitetura civil e religiosa do período colonial. Dos 50 processos de tombamento de áreas urbanas abertos nessa fase, apenas 5% foram efetivados”.

Em seu livro “Da cidade-monumento à cidade-documento”, Sant'Anna (2014) tratou dessas dificuldades de preservação do patrimônio urbano no Brasil a partir da ausência de normas legais adequadas à implantação de uma política de preservação na dimensão urbana. Essa pesquisa abordou as propostas de regulamentação ou de alteração e complementação do Decreto-lei nº 25/1937 que sempre foram rejeitadas ou abandonadas, em função do motivo “[...] de não se pôr em risco o que já se conquistou em termos de legibilidade do tombamento”, como explicou a citada autora (2014, p. 145).

<sup>64</sup> Lúcio Costa concedeu uma entrevista a Márcia Sant'Anna em 14/06/1994, no Rio de Janeiro.

<sup>65</sup> Lucio Costa foi chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) do IPHAN entre 1937 e 1972 e, segundo FONSECA (1997, p.105), era a principal autoridade técnica do órgão.

<sup>66</sup> Durante os 30 anos da gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, foram tombadas as seguintes cidades:

DÉCADA DE 1930 – 06 cidades: Ouro Preto (MG) – 1938; Mariana (MG) – 1938; Serro (MG) - 1938; Diamantina (MG) – 1938; Tiradentes (MG) – 1938; São João del Rei (MG) – 1938.

DÉCADA DE 1940 – 04 cidades: Carapicuíba (SP) – 1940; Congonhas (MG) conjunto arquitetônico e urbanístico – 1941; Mariana (MG) centro histórico – 1945; Alcântara (MA) conjunto arquitetônico e urbanístico – 1948.

DÉCADA DE 1950 – 03 cidades: Pilar de Goiás (GO) – 1954; Paraty (RJ) conjunto arquitetônico e paisagístico – 1958; Vassouras (RJ) conjunto histórico, urbanístico e paisagístico – 1958; Salvador (BA) - 1959.

DÉCADA DE 1960 – 06 cidades: Petrópolis (RJ) conjunto urbano-paisagístico da Avenida Köeler – 1964; São Cristóvão (SE) – 1967; Porto Seguro (BA) – 1968; Olinda (PE) conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico – 1968.

Muitas cidades no Brasil eram percebidas como objetos a serem preservados, porém existiam também as dificuldades com questões financeiras e de recursos humanos, situação comum ao IPHAN, há anos. Estes problemas também colaboraram para adiar, reduzir ou não se realizar uma quantidade maior de tombamentos de áreas urbanas. Mesmo diante da proteção às treze cidades por parte da gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, ao se examinar as ações em prol do patrimônio urbano na esfera federal, é possível perceber que:

De um modo geral, o período não se caracterizou pela construção de uma estratégia de preservação do patrimônio urbano baseada em suas autoconservação ou autossustentação. Naquele momento, o importante era produzir discursos e visibilidades que apontassem o caráter brasileiro e construíssem uma identidade nacional (SANT'ANNA, 2014, P. 202).

Dessa forma, eram selecionados os núcleos primários de pequenas cidades, vilas coloniais, conjuntos paisagísticos e fragmentos urbanos em cidades médias e grandes, com tipologias arquitetônicas do período colonial, especialmente do século XVIII, sendo mais recorrente o tipo de situação com “[...] um monumento principal (em geral uma igreja) e seu ambiente próximo (em geral uma praça)”, como registrou Sant’Anna (2014, p. 170). A escolha dessas cidades também se pautava no fato de elas não terem passado por grandes modificações ou reestruturações, apresentando-se ainda homogêneas e integras.

Ao tratar dessas décadas iniciais do IPHAN, Vieira (2007, p.88) relata que “Ao término desse período, o órgão havia alcançado prestígio e conseguido livrar do desaparecimento uma série de monumentos e bens culturais”. Com a aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade, em 1967, revelou-se o lado frágil da autonomia do IPHAN e foi ficando claro que muitas das ações empreendidas ao longo da sua administração eram decorrência do prestígio e do respeito dirigido ao seu diretor. Em sequência a essa gestão, a administração do IPHAN foi assumida por Renato Soeiro<sup>67</sup> (Figura 17), entre 1967 e 1979, que demonstrou ter outras preocupações:

---

<sup>67</sup> Renato Soeiro (1911-1984): paraense, arquiteto, foi contratado como assistente técnico do IPHAN em 1938. Em 1946, foi nomeado diretor da Divisão de Conservação e Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, função que exerceu até o ano de 1967, data em que passou à direção do órgão por escolha do próprio Rodrigo M. F. de Andrade. Soeiro teve uma gestão extremamente discreta, porém eficiente a ponto de reformular o órgão e transformá-lo no IPHAN com regimento interno e estruturação de diretorias técnicas e diretorias regionais, além de levar o organismo a participar de eventos internacionais. Após 41 anos de serviços prestados à causa do patrimônio, sendo 13 deles como diretor do IPHAN, foi demitido por Eduardo Portela, então Ministro da Educação, em plena ditadura militar no Brasil.

Arquiteto com grande prática profissional, Soeiro tinha uma visão muito clara do que ocorria nas nossas cidades, no auge da explosão demográfica e do processo de urbanização que desestruturava suas áreas centrais e atropelava seus monumentos. Sua preocupação não eram apenas estes últimos, senão também o seu entorno [...] (AZEVEDO, 2016, p.241).

Naquele momento, a forte pressão da especulação imobiliária sobre os centros históricos da América Latina levou alguns países a adotarem a estratégia de encarar o patrimônio como um objeto de consumo, capaz de reproduzir o capital. Aliás, tal entendimento foi explicitado nas Normas de Quito (1967) que reconheceu o processo de empobrecimento dos países e o estado de abandono das áreas patrimoniais. Este documento trouxe a ideia de que os monumentos constituem também recursos econômicos e que seria possível articular uma relação entre o valor econômico e o valor cultural para a proteção dos centros históricos, com ênfase nas características e qualidades dos bens culturais, incentivando atividades turísticas junto a eles.

Figura 17 : Renato Soeiro presidiu o IPHAN entre 1967 e 1979.



Fonte: [https://www.researchgate.net/figure/fig3\\_306350594](https://www.researchgate.net/figure/fig3_306350594) Acesso: 14/09/2021

Portanto, a UNESCO deu um peso muito grande ao turismo na década de 1960. O IPHAN, por sua vez, procurou estabelecer várias parcerias com esta instituição a fim de se aproximar dos programas por ela oferecidos através dos quais se poderia obter recursos financeiros a serem aplicados em projetos no Brasil. De acordo com Sant'Anna (2016, p.63), diversos consultores internacionais<sup>68</sup> vieram em missão ao Brasil e produziram relatórios indicando a necessidade de novas formas de gestão para o patrimônio.

<sup>68</sup> Segundo Leal (2009), na década de 1960, consultores da UNESCO foram enviados aos Brasil em missão de trabalho em cidades ameaçadas por problemas de conservação: Paul Coremans (1964), diretor do Instituto Real de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico, na Bélgica; Michel Parrent (1966 e 1967), inspetor principal dos monumentos e sítios franceses; Frédéric de Limburg Stirum (1967), arquiteto pela École Speciale de Architecture, de Paris; Graeme Shankland (1968), arquiteto e urbanista do Departamento de Urbanismo do Conselho Municipal de Londres e Alfredo Evangelista Viana de Lima (1968-1970), arquiteto pela Escola Superior de Belas Artes do Porto.

Os pareceres dos consultores da UNESCO orientaram a gestão de Soeiro, especialmente aquele produzido por Michel Parrent, intitulado Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro no Âmbito do Desenvolvimento Turístico e Econômico. Este documento deu muita ênfase ao turismo, apresentando-o como uma atividade potencial a um país em desenvolvimento, sendo capaz de criar possibilidades associadas à conservação dos bens culturais. Tal situação, levou Soeiro e o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, a realizarem os Encontros de Governadores em Brasília (1970) e Salvador (1971). Estes eventos foram responsáveis por unir esforços pela descentralização da política de preservação, com a participação dos estados e a intenção de inserir os municípios.

Ora, é precisamente a partir das recomendações da UNESCO e dos “Encontro dos Governadores” que podem ser identificados os princípios que irão nortear a política de preservação, no Brasil dos anos de 1970, a saber: o culto ao passado, a valorização ao patrimônio ambiental e o planejamento como forma de dirimir os interesses conflitantes no âmbito da preservação. (MILET, 1988, p. 167)

Assim, a partir de meados dos anos 1960 e durante a década de 1970, o IPHAN trabalhou para estabelecer um sistema nacional de proteção e para formular os princípios de uma política de valorização das áreas patrimoniais, especialmente aquelas que estavam sob ameaça de transformações trazidas pelo desenvolvimento urbano. Essa estratégia procurou evidenciar a descentralização, por meio da criação de instituições estaduais e municipais. Também foram, então, traçadas metas para contornar a desvalorização e o abandono das áreas patrimoniais a partir da inserção do patrimônio como mercadoria, apoiando o turismo como base econômica, proposição esta que aparecia nos documentos internacionais daquela época, como demonstrado no Capítulo 1 desta tese.

O turismo passou a ser percebido como algo capaz de produzir incrementos econômicos, que trariam um aporte de capital externo, gerando postos de trabalho no Brasil. Entre 1967 e 1973, a economia brasileira se estabilizou durante o chamado “milagre econômico”<sup>69</sup>, o que gerou uma onda desenvolvimentista no país, com a implantação de políticas que buscavam diminuir desigualdades regionais, permitindo investimentos nas regiões Norte e Nordeste. Por sua vez, Azevedo (2016, p. 241)

---

<sup>69</sup> Milagre Econômico: A política econômica implementada por orientação do Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, levou o Brasil a alcançar taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes. Tal situação também foi fruto de uma conjuntura internacional favorável. Com isto, o período entre 1967 e 1973 ficou conhecido como o Milagre Econômico.

lembra ser aquele momento conduzido conforme a lógica econômica implementada pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), que integrava o projeto político tecnocrático do presidente Emílio Garrastazu Medici.

Foi, então, dentro deste cenário que ocorreu a construção do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), criado em 1973 pelo Ministério do Planejamento, com a participação do IPHAN, sendo um desdobramento de documentos como as Normas de Quito (1967), as recomendações dos consultores da UNESCO e dos Encontros dos Governadores, sendo um projeto pioneiro na tentativa de somar a recuperação do patrimônio urbano ao desenvolvimento turístico. A intenção do PCH foi definida por Correa e Faria (2011, p. 25) como sendo o “desenvolvimento econômico do Nordeste por meio da atividade turística, tendo como principal capital o patrimônio cultural”.

A necessidade de se definir uma política e uma estrutura organizacional nos estados federativos foi estimulada pelo PCH, resultando na criação de competências e legislações dedicadas às questões patrimoniais, o que pode ser entendido como uma atitude descentralizadora em relação ao IPHAN<sup>70</sup>. Na prática, esse novo direcionamento na forma de abordar o patrimônio foi tratado como uma questão de planejamento numa ação conjunta de diversos órgãos.

Já na esfera estadual, cada governo deveria elaborar o seu programa de restauração e preservação a fim de definir, financiar<sup>71</sup> e executar as obras necessárias para recuperar monumentos individuais e conjuntos situados em áreas com problemas econômicos, com ameaça de descaracterização ou com possibilidade de destruição em função do crescimento urbano desordenado, conforme explicou Bonduki (2010, p. 29).

Assim, o PCH nasceu a partir de um convênio entre a Secretaria de Planejamento e a Coordenação Geral da Presidência da República. Inicialmente voltado para atender aos nove estados do Nordeste, o modo de trabalhar do PCH demandou a existência de órgãos estaduais de preservação cuja atuação se dava em

---

<sup>70</sup> Outro fato a ser destacado aqui é que o PCH foi gerido pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República até 1979, a partir de quando a gestão foi transferida para o IPHAN.

<sup>71</sup> Os estados entrariam com uma contrapartida de 20% do valor da obra, enquanto 80% seria financiado a partir do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI) criado especificamente para esta finalidade junto ao Ministério do Planejamento.

conjunto com o IPHAN que continuou sendo a referência para as questões conceituais e técnicas.

Sobre o PCH, Correa (2016, p.16) informou que foi “[...] o primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano”, classificando as cidades patrimoniais no Nordeste segundo três eixos: 1) cidades com infraestrutura adequada ao turismo<sup>72</sup>; 2) cidades com risco de desaparecerem por conta da destruição<sup>73</sup> e 3) cidades sem infraestrutura adequada<sup>74</sup>. Com isso, o principal objetivo do programa, segundo Correa (2016, p.27), era a preservação dos monumentos tombados, tornando-os economicamente viáveis em função do seu uso para o turismo, o que acarretaria ações de sustentabilidade. Desta forma:

Podemos dizer que o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste se configura como o marco inicial das políticas de revitalização de centros históricos no Brasil. Este pode ser considerado como o primeiro movimento no sentido de buscar a vitalidade econômica dessas áreas especialmente via turismo. (VIEIRA, 2008, p. 92)

Em 1975, o Conselho Europeu lançou a Declaração de Amsterdam que prima pela conservação sustentável das cidades patrimoniais. Com isto, passou-se a formular outras propostas para estas áreas urbanas com menos ênfase na intervenção e mais enfoque na conservação das suas características. Como o PCH entendia que o cuidar das cidades brasileiras deveria se dar também a partir de atividades turísticas e com a participação dos municípios, dos estados e da sociedade, é possível perceber esse programa em sintonia com o que preconizava o citado documento internacional.

O programa foi estendido para as cidades históricas de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, em 1977, ao mesmo tempo em que se constatou uma insuficiência dos recursos para o enfrentamento da problemática e uma perda de foco na proposta que, da escala regional, passou a ser um programa nacional de política de preservação (SANT’ANNA, 2016, p.66). Diante desse fato, a gestão do PCH foi transferida para o IPHAN, em um momento de fragilidade econômica do país, com

---

<sup>72</sup> Na Bahia: Porto Seguro, Salvador, e Cachoeira; em Sergipe: São Cristóvão; em Pernambuco: Olinda, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho - Correa (2016, p. 16)

<sup>73</sup> Em Sergipe: Laranjeiras; em Alagoas: Marechal Deodoro; no Maranhão: Alcântara - Correa (2016, p. 16)

<sup>74</sup> Em Alagoas: Penedo; no Ceará: Aracati, Sobral e Aquiraz; no Piauí: Oeiras, Piracuruca; no Maranhão: São Luís - Correa (2016, p. 16)

diminuição das verbas. Nesse novo cenário, ocorreu um processo de esvaziamento do programa que conduziu ao seu fim:

O PCH não alcançou condições mínimas de sustentabilidade por não envolver todos os atores interessados na recuperação das áreas, especialmente por não ter trabalhado o apoio e adesão da iniciativa privada, concentrando apenas investimentos públicos nas áreas beneficiadas (VIEIRA, 2008, p. 98)

É fato que surgiu uma abertura para o tratamento de áreas patrimoniais sob outra ótica mais alinhada com as posturas internacionais, porém os meios técnicos e financeiros ainda não estavam compatíveis com a dimensão do problema a ser enfrentado. Havia uma necessidade de mão de obra especializada para trabalhar com o patrimônio e a fim de atender a essa demanda, o governo federal criou cursos de especialização<sup>75</sup> para capacitar os arquitetos a trabalhar nas obras de restauração e nos órgãos estaduais de preservação.

Quanto aos conceitos dominantes, em 10 anos de atuação, o PCH trouxe mudanças e espalhou-as por várias regiões do Brasil, por meio do financiamento de 193 projetos e 15 planos de desenvolvimento urbano apesar dos seus problemas de ordem estrutural:

O PCH promoveu, contudo, impactos importantes no quadro dos tombamentos federais durante seu período de vigência, assim como na prática de restauração e conservação do patrimônio edificado. Consoante os ditames da Carta de Veneza (1964) e as recomendações dos consultores da UNESCO que vieram ao Brasil nos anos 1960, o programa desempenhou um papel importante no aumento significativo de sítios urbanos tombados no Nordeste. (SANT'ANNA, 2016, p. 67).

No contexto internacional, em 1979, ano de encerramento do PCH, o quadro econômico se encontrava em um momento difícil devido à alta no preço do petróleo que gerou uma grave crise mundial. Simultaneamente, havia problemas no modo de trabalhar do IPHAN quanto a questões operacionais e, também, a questões conceituais, já que a sua atuação ainda era muito voltada aos monumentos do período colonial.

---

<sup>75</sup> Os Cursos de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE) foram ministrados em São Paulo (1974), Recife (1976) e Belo Horizonte (1978) e tiveram a participação de professores brasileiros e estrangeiros que eram referências no assunto. Em 1980, a quarta edição do CECRE ocorreu em Salvador e o curso acabou se estabelecendo na Universidade Federal da Bahia, onde funciona atualmente.

Segundo Azevedo (2016, p. 247), quando Eduardo Portela foi nomeado para o Ministério da Educação e Cultura, em 1979, passou a ser adotada uma perspectiva mais inclusiva para a gestão do patrimônio, buscando a participação da sociedade. Tal situação gerou debates quanto à necessidade de atualização do próprio conceito de patrimônio e da sua expansão em direção aos grupos sociais situados à margem da história e da cultura dominante. Quanto à proteção dos conjuntos urbanos, embora ainda de modo inicial, houve certa atenção do IPHAN, o que pode ser visto com o tombamento de algumas cidades históricas<sup>76</sup>, ocorridos entre o final da década de 1960 e os anos 1970. Para este espaço de tempo, observam-se alguns avanços:

[...] embora ainda embrionários no sentido de considerar o patrimônio urbano: 1) um pequeno aumento no número de cidades históricas protegidas; 2) uma mudança que se inicia na forma de tratar o patrimônio enquanto documento; 3) a maior atenção com a reinserção do patrimônio no contexto sócio-econômico e cultural, procurando dar alguma sustentabilidade após a recuperação; 4) os primeiros passos para adoção de princípios de conservação integrada, embora o termo ainda não fosse adotado, mas com ações que procuravam inserir o patrimônio “num contexto de planejamento urbano global” (VIEIRA, 2008, p. 93).

Quanto às intervenções empreendidas pelo IPHAN na primeira metade da década de 1970, tanto no monumento isolado quanto nas áreas urbanas, observa-se o não alinhamento com preceitos que estavam sendo adotados em práticas internacionais. Aqui é importante lembrar que desde os anos 1930, recomendações teóricas propostas por Gustavo Giovannoni ou por Charles Bulls, para citar dois exemplos, já eram de conhecimento público há tempos. Desde a segunda metade da década de 1960, experiências como as ações no Centro Histórico de Bolonha despertavam a atenção, já que ali buscou-se integrar a preservação do patrimônio ao planejamento da cidade.

Os mesmos anos 1970 constituem um período representativo na reformulação das recomendações propostas pelas organizações institucionais aqui no Brasil. Por esse tempo, a ditadura militar, implantada desde 1964, ensaiava melhorar a sua imagem tanto no país quanto no exterior. Com isto, em 1975, o Conselho Federal de Cultura sistematizou um documento chamado Política Nacional de Cultural (PNC), no

---

<sup>76</sup> Década de 1960 - 06 cidades: Petrópolis (RJ) – 1964, São Cristóvão (SE) - 1967, Cabo Frio (RJ) - 1967, Olinda (PE) e Porto Seguro (BA) - 1968, Angra dos Reis (RJ) - 1969.

Década de 1970 - 06 cidades: Cachoeira (BA) - 1971, Igarassu (PE) e Nova Friburgo (RJ) - 1972, Lençóis (MA) - 1973, São Luís e Alcântara (MA) – 1974, Goiás Velho (GO) – 1978.

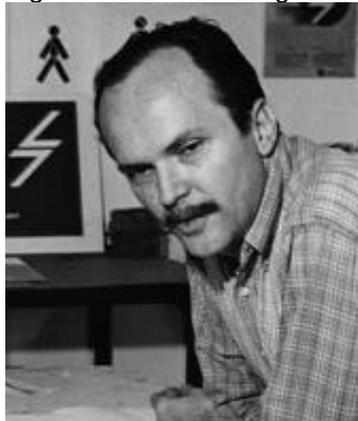
qual a cultura, setor marcado por uma hegemonia da esquerda, apareceu como uma das metas políticas daquela gestão pública. Assim, foram criados alguns órgãos para atender às demandas de segmentos específicos<sup>77</sup>.

Foi, então, dentro deste novo desenho institucional que se projetou a figura de Aloísio Magalhães (Figura 18) como criador do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), órgão que procurou desenvolver uma política de fomento ampla e articulada com diversos setores do governo:

O CNRC trabalhou com a perspectiva da necessidade de ampliação da noção de bem cultural incluindo, entre outras, as manifestações da cultura popular; as manifestações culturais mais recentes, ou seja, da segunda metade do séc. XIX para cá; as manifestações resultantes de nossa característica diversidade étnica, não se restringindo ao patrimônio luso-brasileiro (VIEIRA, 2008, p. 95).

Em seu envolvimento com a cultura, Magalhães costuma ser apontado como uma pessoa consciente “[...] da fragilidade do setor cultural e de sua marginalidade em face de outras questões governamentais” (BOTELHO, 2007, p.10) tendo sido ágil o bastante para envolver diversos organismos a exemplo da Universidade de Brasília, do Ministério da Indústria e Comércio e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, além do próprio Ministério da Educação e Cultura.

Figura 18 – Aloísio Magalhães



Fonte: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/aloisio-magalhaes/o-designer/> Acesso: 14/09/2021

Em 1979, Renato Soeiro foi substituído por Aloísio Magalhães na direção do IPHAN. Foi criada, então a Fundação Nacional Pró-Memória, transformada em Subsecretaria da Cultura e responsável pelas questões patrimoniais. Essa fundação reuniu o IPHAN, o PCH e o CNRC. O intuito desta fusão, segundo Fonseca (2005, p.

---

<sup>77</sup> Com o novo desenho institucional foram criados a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), dentre outros.

154) foi reunir: “(...) numa só instituição, os recursos e o know-how gerencial do PCH, o prestígio e a competência do IPHAN e a visão moderna e renovadora do CNRC. Foi criada uma nova estrutura: um órgão normativo – a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e um órgão executivo, a Fundação Nacional Pró-Memória”.

A partir de então, as questões do patrimônio cultural, como afirmou Botelho (2007, p. 12), são colocadas de forma a abranger tanto os bens culturais legitimados quanto aqueles de raízes populares, ainda não consagrados. Com isso a Fundação Pró-Memória, de um lado, a representação da cultura tradicional na figura dos arquitetos egressos do IPHAN e, do outro, a equipe do CNRC que era conhecida como o grupo da referência cultural.

Com esse cenário, foi iniciada uma nova fase de atuação na qual a gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN, no entender de Vieira (2008, p. 95), procurou “[...] a aproximação crescente da população em geral e também a operacionalização de um conceito mais abrangente de bem cultural [...]”. O pensamento e a atuação de Aloísio Magalhães redefiniram os rumos da instituição e foi assim colocado nas palavras do mesmo:

[...] o conceito de bem cultural extrapola a dimensão elitista de ‘o belo e o velho’, e entra numa faixa mais importante da compreensão como manifestação geral de uma cultura [...] Evidentemente que as excelências, as sínteses maravilhosas, que são expressas nos objetos de arte, no prédio extraordinário de pedra e cal, são pontos das representações de uma cultura. Mas em verdade esta cultura é um todo e um amálgama muito mais amplo e rico, cujo extrato dá o perfil e a identidade de uma nação” (MAGALHÃES, 1997, p. 72).

Portanto, os anos 1970, na trajetória do IPHAN, são caracterizados por uma adaptação dos dispositivos patrimoniais às situações de valorização econômica do patrimônio, pelo crescimento do número de tombamentos no Nordeste e pela divulgação das cidades antigas em campanhas publicitárias enquanto um produto turístico. Simultaneamente, essa década é marcada pelo próprio alargamento do conceito de bem cultural em direção à imaterialidade, especialmente a partir das contribuições vindas da Antropologia:

Esse campo não só se expandiu como se diversificou e se tornou mais complexo, seja no plano institucional, seja no plano discursivo. Sem deixar de ser uma agência legitimadora e apoiadora fundamental, o estado não mais exerce de forma impositiva e exclusiva as suas políticas de patrimônio,

sendo obrigado a reconhecer e a lidar com uma série de outros atores sociais (GONÇALVES, 2012, p. 63).

Passou a haver uma valorização de distintos suportes da memória como a culinária, os folgedos, as danças ou os grafismos indígenas, entre outras expressões da cultura de grupos sociais que permaneceram anos à margem da história. A construção dessa imaterialidade do patrimônio é bastante vinculada à atuação de movimentos sociais e organizações não governamentais que estavam nascendo naqueles anos, fortaleceram-se e passaram a reivindicar o reconhecimento de expressões diversas.

No início dos anos 1980, o IPHAN se reestruturou conceitualmente com base nas pesquisas desenvolvidas pelo CNRC e essa situação levou a uma redefinição dos critérios para a seleção do patrimônio. Quanto às áreas urbanas, a partir de então, não apenas as qualidades estéticas aportariam prioridades na sua indicação. Começou-se a valorizar também áreas que relatam o processo de formação e produção do espaço urbano, seja pelo viés econômico, histórico ou social:

Esta nova concepção, adequada ao aproveitamento econômico do patrimônio e ao seu uso como instrumento de política urbana, implicou significativas operações na norma de produção e preservação patrimonial. O valor artístico e monumental deixou de presidir os critérios de seleção, dando lugar à capacidade de um determinado bem concentrar, em si, informações históricas (SANT'ANNA, 2017, p. 32).

Uma das consequências dessas mudanças foi o acréscimo do número de áreas urbanas tombadas<sup>78</sup>, com atenção aos conjuntos edificados do século XIX, já se observando a produção do período eclético. Aliás, para tanto, houve uma ação de trabalho conjunta entre os membros do IPHAN com diferentes funções lá dentro:

[...] o estabelecimento de uma parceria entre os arquitetos e os historiadores incorporados à instituição naquela ocasião. Juntos, buscaram caminhos para atender à ampliação das novas demandas sociais e política institucional, para revalorizar os sítios urbanos já tombados e atribuir valor de patrimônio aos sítios ainda sem proteção, que nem sempre tinham características

---

<sup>78</sup> Conjuntos Urbanos Tombados pelo IPHAN:

DÉCADA DE 1980 – 07 cidades: Mucugê (BA) – 1980; Rio de Contas (BA) – 1980; Monte Santo (BA) – 1983; Laguna (SC) – 1985; São Francisco do Sul (SC) – 1987; Natividade (TO) – 1987.

DÉCADA DE 1990 – 11 cidades: Brasília (DF) – 1990; Pirenópolis (GO) – 1990; Antônio Prado (RS) – 1990; Corumbá (MS) – 1993; Cuiabá (MT) – 1993; Laranjeiras (SE) – 1995; Penedo (AL) – 1996; Vila de Santo Amaro do Sul (General Câmara – RS) – 1998; Lapa (PR) – 1998; Icó (CE) – 1998; Sobral (CE) – 1999.

semelhantes aos tradicionalmente valorizados pelo Iphan (MOTTA, 2012, p. 256).

Esse modo de agir para com o patrimônio trouxe aproximações entre variados campos de atuação profissional, tornando as práticas patrimoniais enriquecidas em função dos diálogos não só entre arquitetos e historiadores, mas também pela presença de antropólogos, geógrafos, historiadores da arte e sociólogos, dentre outros. Essa convergência de conhecimentos distintos tornou mais complexos os diálogos e as abordagens acerca dos bens culturais, das intervenções necessárias e do uso e apropriação por parte da sociedade.

Porém, naqueles idos, a crise financeira não permitiu maiores investimentos por parte das gestões que administravam os municípios com áreas urbanas patrimoniais. O quadro econômico, então, acabou deixando as ações muito centralizadas junto ao poder público a nível federal:

[...] se os anos setenta foram dedicados à montagem de um sistema nacional de preservação do patrimônio cultural, os anos oitenta serão marcados pelas experiências municipais de proteção naqueles centros históricos mais significativos do território nacional. Entretanto, não se pode deixar de anotar que apesar de todo o esforço desenvolvido pelo patrimônio federal, raras foram as experiências de descentralização que nas décadas de 1970 e 1980 articularam política de desenvolvimento econômico e urbano à política de preservação do patrimônio cultural (MILET, 1995, p. 68).

Do ponto de vista teórico, o IPHAN havia mudado, tendo passado a adotar um conceito de bem cultural e de patrimônio bem mais flexíveis. Porém, em 1982, em meio à alteração de rumos que se processava, ocorreu o falecimento repentino de Aloísio Magalhães, dificultando a consolidação de novas propostas de trabalho. Após 1985, com o início da redemocratização do país, os recursos financeiros destinados ao IPHAN continuaram escassos e as suas práticas ainda permaneceram fazendo uso do instrumento do tombamento apenas para proteger formalmente as áreas urbanas selecionadas.

Em 1988, foi promulgada uma nova Constituição Federal no Brasil que tratou da proteção do patrimônio em seus artigos 215<sup>79</sup> e 216<sup>80</sup>, nos quais foram abordados o conceito, a abrangência, os instrumentos e as responsabilidades em relação ao patrimônio cultural, definido como “[...] portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Constituição, 1988).

Diferente da Constituição anterior que associava patrimônio a monumentalidade, o novo texto é um avanço jurídico ao deixar claro que, oficialmente, há um reconhecimento e a proteção à diversidade cultural, incluindo bens populares, indígenas e afrobrasileiros, trazendo referências mais amplas para a nacionalidade brasileira. Como a Constituição de 1988 primou pela descentralização administrativa, foi definido que a proteção do patrimônio é uma competência comum da União, dos Estados e dos Municípios. Com isso, a gestão do patrimônio cultural é uma tarefa que envolve não só os órgãos preservacionistas, mas também as administrações locais,

---

<sup>79</sup> **Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional.

<sup>80</sup> **Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

o que acabou estimulando a criação de outros organismos municipais responsáveis por tal tarefa.

Como os anos 1980 são marcados pela crise do petróleo, iniciada em 1979, com repercussão mundial, os Estados Unidos e a Inglaterra passaram a apregoar o neoliberalismo, doutrina econômica que defende a liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia. No Brasil, os planos de estabilização não lograram sucesso, ficando o país à beira da hiperinflação e tendo que recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), gerando inflação e recessão diante do capital externo e da subordinação aos países desenvolvidos.

Enquanto a situação econômica estagnava o Brasil, na década de 1980, no cenário europeu e estadunidense, surgiram outras estratégias que guiaram as intervenções em áreas patrimoniais, buscando evidenciar e reforçar laços de identidade com o patrimônio urbano. Tais ações envolveram recursos financeiros significativos e ocorreram dentro de uma lógica de produção e gestão do espaço atreladas à valorização imobiliária, incluindo ações em ambientes urbanos, habitações de baixa renda e sistemas de transporte.

No Brasil dos anos 1990, essa tendência ocorreu dentro de um quadro de muita competição urbana gerada pela abertura econômica e pelo processo de globalização. Foi criado, então, um cenário de competitividade no qual foram travadas verdadeiras guerras fiscais entre as cidades em busca de nichos de mercado, gerando a exclusão de muitos municípios da dinâmica econômica do país. Nesse contexto:

O patrimônio cultural das cidades é mediado pelos mercados artísticos, imobiliário e turístico. Isso sugere que as designações como patrimônio intensificam a concorrência entre as cidades, nos múltiplos mercados, numa escala global. Os bairros não concorrem com outras áreas da cidade, mas com bairros com temas similares em outras partes do mundo (ZUKIN, 2017, p. 43).

Esse foi um momento no qual o Brasil não interessava à economia global como um todo, mas sim porções do seu território que estavam em meio a uma nova configuração espacial dividida entre “espaços luminosos” e “espaços opacos”<sup>81</sup>,

---

<sup>81</sup> Ao tratar sobre processos de fragmentação espacial, Ribeiro (2012) aponta a existência de:

- espaços luminosos que representam a intencionalidade de quem preside a sua criação, sendo preparados para exercer funções específicas, havendo uma predominância dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, envolto em beleza, geralmente exposto em celebrações laicas, materializando um mundo desejado;

entendidos aqui conforme as proposições de Ribeiro (2012). Diante deste quadro de fragmentação, o desenvolvimento econômico não foi vinculado ao desenvolvimento social, ofuscando conflitos e desigualdades.

Assim, nos anos 1990, o patrimônio urbano foi percebido como uma representação coletiva das especificidades locais. Na competição global, os edifícios antigos, o patrimônio urbano, as tradições e os produtos típicos do lugar eram entendidos como recursos simbólicos e usados como propaganda pelos investimentos do turismo. Estas áreas despertaram a atenção do poder público e da iniciativa privada, resultando naquilo que Sant'Anna (2017) chamou de “cidade atração” com suas obras de revitalização, recuperação, requalificação, renovação, reutilização, reconquista, reciclagem, reestruturação e regeneração<sup>82</sup>. Tais obras, por meio de programas governamentais e outras fontes de financiamento, buscaram construir novas imagens para os centros antigos, nos quais a função econômica do patrimônio prevaleceu sobre as demais, legitimada pelo neoliberalismo.

O poder da internet e das novas mídias digitais também colaborou para transformar as áreas urbanas em mercadoria. O capital imobiliário escolheu localizações, transformando-as em objeto de desejo por meio de intervenções urbanas, trabalhou a divulgação de suas imagens, valorizando-as junto a segmentos sociais de alta renda e, conseqüentemente, afastou os moradores originais com os preços exorbitantes dos aluguéis. Diante desse novo cenário para o patrimônio urbano, em muitos recantos do Brasil, do sul ao norte do país, várias cidades, entre as pequenas, médias e grandes, passaram por intervenções que reconfiguraram praças, ruas, avenidas e jardins, nas quais foram “[...]valorizados os lugares geográficos, os elementos arquitetônicos (religiosos e civis) e, por extensão, urbanos (estrutura e bairros), em detrimento do conteúdo social”, como relataram Vargas e Castilho (2009, p. 03).

Ao tempo em que as recomendações internacionais apontavam que a presença do usuário reforçava a apropriação do patrimônio urbano e dava à cidade uma escala humana, seguia em direção oposta uma parte considerável destas intervenções em

---

- espaços opacos que seriam os espaços espontâneos, da vida cotidiana, da sobrevivência, o espaço abandonado e que não importa.

<sup>82</sup> A respeito dessas expressões, Sant'Anna (2017, p. 35) informou que elas vêm sendo pesquisadas e discutidas há anos sem que se tenha chegado a um consenso sobre o seu conceito, o que tende a aproximá-las de modismo, associados a cargas ideológicas, vigentes no campo da arquitetura e urbanismo.

áreas patrimoniais, com as ações voltadas a interesses econômicos, resultando na saída dos usuários de seus locais de origem. A contradição é que a presença dos residentes de longa data dão a esses lugares um caráter cultural bastante louvado por aqueles que se interessam pelas “novas localidades”. Porém, conforme afirmou Zukin (2017, p. 30), “De fato, manter as pessoas no lugar não é o principal. As políticas de patrimônio cultural permitem que os centros históricos das cidades sejam ‘higienizados’ para os turistas”.

Perante todo este contexto, a década de 1990, é bem marcada pelas intervenções no espaço urbano que ocorriam atreladas às políticas neoliberais colocadas em prática pelos municípios. Muitos deles passaram a adotar as orientações da Declaração de Amsterdã (1975) sobre os princípios da Conservação Urbana Integrada que estavam sendo aplicados nas cidades italianas de Ferrara e Brescia, com resultados positivos na recuperação de conjuntos residenciais, espaços públicos e edifícios singulares.

Os discursos patrimoniais da década de 1990 revelam uma preocupação com a economia das cidades em busca da geração de emprego e renda. Deslocada do poder central para o poder local, esta situação aproximou os setores público e privado, especialmente o poder local e os empreendedores do mercado imobiliário. Foi comum a parceria entre estes dois setores em estratégias de cunho político, promovendo ações para intervir no patrimônio, fosse ele arquitetônico ou urbano.

Em um contexto marcado pelo processo de redemocratização e pelo distanciamento do planejamento centralizado, a partir da Constituição de 1988, o Governo Federal transferiu a responsabilidade sobre as políticas públicas locais para os municípios que, por sua vez, partiram para definir propostas em busca do desenvolvimento local. Porém, a aplicação dessas políticas ao patrimônio cultural não se tornou uma prática corriqueira às municipalidades, enquanto outros setores de forte influência sobre a cidade se estruturaram e saíram fortalecidos nesse cenário, a exemplo do mercado imobiliário e da construção civil que se organizam para exercer pressão junto ao poder público, mostrando-se mais eficientes do que grupos que defendem causas de nítido interesse comum.

Daí por diante, muitos gestores urbanos, procurando estabelecer um perfil empresarialista, associaram-se aos promotores, construtores e financiadores do mercado imobiliário, para firmar parcerias público privadas e investir na imagem das cidades. Foi então com base na valorização das especificidades locais,

particularmente dos atributos históricos, culturais e ambientais de determinadas áreas de alguns municípios, que operações políticas com concepções mercadológicas voltadas ao patrimônio redefiniram muitas áreas como “vitrines” para induzir o consumo de um público que desejava ter acesso ao patrimônio:

As intervenções implementadas nesta época, mostraram que o patrimônio era visto como um importante recurso econômico, como instrumento promocional de grande força e uma excelente “porta de entrada” para o desenvolvimento do turismo e negócios. Então, surgiram na esfera federal, impulsionados por essas expectativas de crescimento econômico, vários programas que trouxeram novas fontes de financiamento, colocando na cena patrimonial instituições como a Caixa Econômica Federal (CEF) e o BID que passaram a financiar boa parte dessas obras (DÂMASO, 2016, p.55).

Com as práticas preservacionistas não mais concentradas nas mãos do IPHAN, as áreas patrimoniais degradadas foram recriadas a partir de novos usos do solo urbano para abrigar galerias de arte, museus, lojas de artigos de luxo, equipamentos de entretenimento e de espetáculo, muitas vezes resultando em apropriações privadas do espaço público ou em segmentações de ruas, praças ou bairros. Nesse novo cenário, projetos de intervenção urbana foram desenvolvidos em cidades do Nordeste a exemplo de Salvador, Recife, Fortaleza e São Luís como também no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e em São Paulo, dentre outras.

A partir de uma abordagem que setorizou a área patrimonial para implementar diferentes polos de atração, o Rio de Janeiro, Salvador e Recife, estão entre as cidades com maior número de bens patrimoniais, que desenvolveram projetos capitaneados pelos gestores municipais como discutiremos a seguir.

## **2. 2 - Além das Fachadas Coloridas**

Ao observar os referidos projetos implementados em diferentes cidades brasileiras dos anos 1980 e 1990, verifica-se que foram intervenções no patrimônio urbano com distintas dimensões a exemplo do meio ambiente físico, do meio ambiente construído e do tecido social. As cidades se transformaram em produto de consumo, visitadas e vendidas por meio de recursos de propaganda e marketing,

causando impactos nas áreas antigas. Tais ações trouxeram alterações aos cenários urbanos, que reorganizaram seletivamente as cidades.

No entanto, algumas características são percebidas como recorrentes, embora nem sempre elas estivessem voltadas aos interesses coletivos dos moradores das áreas ou de uma verdadeira preocupação em recuperar os conjuntos urbanos antigos. Muitas vezes, para divulgar uma imagem e os atributos destinados ao consumo de alto padrão, em escala nacional e internacional, ocorria uma valorização do local. Com isso, foram estimulando apropriações por meio do melhoramento da infraestrutura e do paisagismo dos espaços urbanos, da recuperação de edifícios singulares, da valorização da imagem do lugar através de novos usos para o casario antigo, que tinha o seu conjunto de fachadas recuperado.

Simultaneamente, é possível identificar que também ocorreram fenômenos como a substituição das populações residentes por pessoas de nível econômico mais elevado, a construção de grandes empreendimentos imobiliários, a demolição ou modificação de conjuntos urbanos para a formação de vazios, a intensificação do uso de algumas áreas e o abandono de outras, a substituição de atividades econômicas tradicionais por padrões de consumo elitista. É preciso destacar aqui que muitas dessas práticas se distanciaram das recomendações expressas nas cartas patrimoniais ou nas teorias preservacionistas. Assim, para compreendermos melhor que experiências em intervenções urbanas de áreas patrimoniais antecederam o Programa Monumenta, serão discutidos a seguir os casos do Corredor Cultural no Rio de Janeiro, a área do Pelourinho, em Salvador e do Bairro do Recife.

O Corredor Cultural foi aqui selecionado por ser um projeto com impacto positivo numa área urbana que envolveu os Arcos da Lapa, a Cinelândia, a Praça XV de Novembro, o Campo de Santana e a S.A.A.R.A. Os projetos executados se preocuparam com os sítios arqueológicos e urbanos, além da preservação de cerca de mil e trezentas edificações e de ações de natureza ambiental e paisagística. O Pelourinho, por sua vez, é observado nessa pesquisa como o contraexemplo de como não se deve agir em uma intervenção no patrimônio urbano, exatamente por haver desconsiderado a presença da população local em suas ações, ao ter procurando distanciá-la a fim de tornar aquela área urbana destinada ao comércio de luxo. Já o Bairro do Recife foi estudado com a intenção de observar como as estratégias, os projetos e as ações são transformados, abandonados ou reestruturados de acordo com as mudanças políticas e de gestão das cidades.

### 2.2.1 – Corredor Cultural do Rio de Janeiro

No final dos anos 1970, demandas, ações e políticas de preservação vinham sendo pensadas e organizadas no Rio de Janeiro, quando Israel Klabin era prefeito dessa cidade, em resposta à onda de demolições pela qual passava a sua área central e que promoveu o desaparecimento de edifícios construídos no início do século XX. A ideia era realizar “[...] um planejamento para todo o centro da cidade, com vistas à preservação de antigos prédios do centro, quando o projeto ainda não tinha sido batizado como Corredor Cultural”, conforme explicou Cardozo (2005, p. 49).

Com o desenrolar dos fatos, o Rio passou a ser alvo de estudos urbanísticos que acabaram por conduzir ao sancionamento da chamada lei “Corredor cultural”, em 17 de Janeiro de 1984, destinada à preservação das suas áreas antigas e que teve reverberação no país inteiro. Até hoje, esta experiência é considerada uma situação quase isolada de proximidade entre o planejamento urbano e a preservação de áreas culturais.

Conforme foi explicado por Lima (2007, p. 85), o Corredor Cultural tomou como modelo o caso francês do *Secteur Sauvegardé*<sup>83</sup>. O projeto carioca teve uma preocupação em preservar fisicamente os bairros antigos e atrelá-los a uma mudança da imagem da cidade e com o envolvimento da comunidade nesse processo. Outro aspecto a ser destacado foi a adoção do conceito de “patrimônio ambiental urbano” que, associado ao planejamento urbano, trouxe contribuições para a preservação do patrimônio somando-se ao fato de que a gestão local e a sociedade civil tinham interesse em fazer um trabalho social e cultural, especialmente nos seus espaços públicos o que incentivou a manutenção de certas formas de ocupação no centro do Rio.

De vital importância para o planejamento do projeto foi a interação e a integração das equipes de trabalho compostas pela Equipe Técnica de Projeto, com os arquitetos da Prefeitura Municipal, e pela Câmara Técnica, formada por um grupo de intelectuais envolvidos diretamente na proposição de estratégias de cultura e vitalidade para os espaços públicos. Juntos, foram responsáveis por pensar ações

---

<sup>83</sup> Os *Secteurs Sauvegardés* foram criados por uma lei em 4 de outubro de 1962 para valorizar e salvaguardar as riquezas patrimoniais (materiais e imateriais) dos centros antigos, tornar habitáveis as velhas moradias que estavam insalubres e criar dispositivos financeiros voltados à recuperação do patrimônio francês, tendo o seu regulamento regido pelo código de urbanismo de cada localidade.

para manter, melhorar e/ ou introduzir sugestões de usos culturais<sup>84</sup> no centro a fim de promover a sua revitalização.

Na verdade, o prefeito montou praticamente um 'pequeno ministério' com essa Câmara Técnica devido a importância das personalidades envolvidas. Entre eles estavam: Rachel Jardim que presidiu o órgão, José Rubem Fonseca, Nélida Piñon, Lélia Coelho Frota, Sérgio Cabral, Artur da Távola e Ítalo Campofiorito que entrou para substituir Aluísio Magalhães na entidade, e que teve um papel preponderante nas propostas [...] (BRÜGGER CARDOZO, 2005, p. 52).

A presença dos intelectuais na construção da proposta do Corredor Cultural foi inédita e associada à abertura política que marcava a retomada de ações mais democráticas e participativas na vida cultural do país. O grupo estabeleceu contato direto com os moradores, os lojistas e os usuários da área ao percorrer suas ruas a pé, trazendo legitimidade à proposta, na qual houve espaço para a história oral e para as pessoas daquele lugar. Aliás, esse trabalho da Câmara Técnica do Corredor Cultural se encaixa adequadamente no conceito de “engenharia urbana” que viria a ser proposto em 1992 por Françoise Choay na primeira edição do seu livro *Alegoria do Patrimônio*, quando explicou tratar-se de:

[...] empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores, culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes (CHOAY, 2001, p. 211).

Como afirmou Pinheiro (2002, p. 142), as proposições elaboradas por “[...] essas pessoas que observavam a cidade de forma poética, inusitada, e às vezes estranhamente intangível, mas fascinante [...]”, colocaram aspectos não técnicos na pauta do planejamento e aportaram um diferencial ao espaço público exatamente pelo olhar voltado para as vivências, a memória, a identidade e o simbolismo do Rio de Janeiro.

Ao relatar sobre as áreas selecionadas para ação do projeto, Pinheiro (2002, p, 146) afirmou que a delimitação se deu em função de critérios históricos e

---

<sup>84</sup> Essas eram sugestões conforme indicou Nascimento (2018, p. 129): colocação de placas do Corredor Cultural; arborização e mudança do Projeto de Alinhamento da Sala Cecília Meireles; utilização de áreas de estacionamento nos finais de semana; criação de “Feira do Verde” na Praça XV; tombamento do edifício do Supremo Tribunal e do lampadário da Lapa e das antigas luminárias do Centro; restauração do prédio do Tribunal do Júri; colocação de mesas e toldos da Rua 13 de Maio; isenção fiscal para imóveis na área e, finalmente, o desenvolvimento de projetos na área prioritária determinada pela equipe técnica do Corredor Cultural.

arquitetônicos, mas também foram levados em consideração o envolvimento da comunidade com os seus lugares, observados a partir da luta e do interesse pela preservação, entendendo-os como espaços criados e vivenciados pelos próprios cidadãos. Com isso, foram selecionadas as seguintes áreas urbanas para serem trabalhadas na proposta do Corredor Cultural:

- A região conhecida como SAARA<sup>85</sup>, área tradicional de comércio árabe e judeu. Aliás, estes se empenharam para que esta localidade fosse inserida no projeto;
- A Rua da Carioca que, antes mesmo da proposta do Corredor Cultural, já clamava por intervenções em seu conjunto urbano e que teve como fundamental as ações da Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca (SARCA) com seu papel pioneiro na luta pela preservação do Rio de Janeiro;
- A Lapa, a Praça Tiradentes, o Largo de São Francisco, a Cinelândia e a Praça XV, reconhecidos como lugares importantes para a memória e o simbolismo do Rio de Janeiro e, diferente dos dois primeiros lugares, não possuíam um apelo social pela sua preservação.

Quanto aos trâmites para conceituar o Corredor Cultural enquanto instrumento legal de proteção houve certa dificuldade porque a proposta ia muito além do imóvel isolado. A solução encontrada tomou por base o instrumento do tombamento, a legislação de uso do solo e, também, a fiscal. Portanto, fazendo uso de recomendações de preservação, aspectos de zoneamento, posturas municipais e isenção fiscal associados ao conceito de valor ambiental, a nova legislação foi sendo preparada para defender a presença, a manutenção e a continuidade dos conjuntos edificados no espaço urbano. Para tanto:

Decidiu-se também que, se era para valer mesmo, a proteção não deveria partir de um simples decreto do Poder Executivo, muito frágil e fácil de ser revogado. O melhor seria o prefeito encaminhar um projeto de lei para o Legislativo, no caso a Câmara de Vereadores. A legislação de proteção do Corredor Cultural foi talvez o primeiro projeto do Executivo, no Rio de Janeiro, a ir voluntariamente para a Câmara Municipal, sem que se temesse que os vereadores pudessem descaracterizar o projeto. Na realidade, eles não modificaram praticamente nada, o projeto foi votado e unanimemente

---

<sup>85</sup> Espaço tradicional da paisagem do Rio de Janeiro, o seu nome originou-se a partir da sigla da Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfandega (S.A.A.R.A.). Pontim (2011, p.02) explicou que a SAARA "Não é um bairro tampouco um gueto, é, ao contrário, um território no Centro da cidade carioca constituído por 11 ruas, cerca de 1250 estabelecimentos comerciais e 600 escritórios distribuídos em sobrados, casas térreas, portas e edifícios, habitado por comerciantes oriundos dos mais variados países, os quais manifestam os mais diferentes credos, hábitos e práticas culturais e que, por questões impostas pela práxis social, acabaram por dar contornos singulares a uma área inicialmente abandonada pelo poder público".

aprovado na Câmara, em 1984, durante a gestão do prefeito Marcelo Alencar (PINHEIRO, 2004, p. 73).

Quanto ao desenvolvimento da proposta, o processo se deu em quatro etapas: implantação (delimitação, criação do quadro legal e institucional), consolidação (materialização, aprofundamento, recuperação e conservação), estruturação (incorporação dos espaços e das melhorias incrementais) e integração (adesão de outros atores e outros processos), conforme informou Pinheiro (2004, p. 76)

Entre 1993 e 1996, de acordo com Lima (2007, p. 83), as obras de requalificação urbana em ruas, largos e praças receberam investimentos para a iluminação pública e de edifícios singulares como um estímulo para alavancar a recuperação de fachadas. A citada autora ainda apontou que uma das consequências positivas do Corredor Cultural resultou na criação das Áreas de Proteção dos Ambientes Construídos (APACs) que não necessariamente estavam no Centro do Rio, mas eram espaços antigos com valores culturais. Tais áreas passaram a ser definidas no Plano Diretor de 1992 com a finalidade de proteger a morfologia, gerar melhores condições de habitabilidade e dinamizar as atividades socioculturais e econômicas de cada localidade.

Essa política urbana também teve objetivo de manter a população de jovens nos bairros, gerando empregos e evitando o deslocamento desses para buscar trabalho em lugares distantes. Do ponto de vista mais técnico, o Corredor Cultural (Figura 19) tinha preocupações com detalhes como letreiros, marquises e toldos, além de questões tributárias relacionadas à isenção fiscal de comerciantes como um meio para estimular a adesão deles aos projetos.

Figura 19 - O Corredor Cultural na Rua da Carioca



Fonte: <https://memoria.ebc.com.br/cultura/2013/06/rua-da-carioca-e-transformada-em-sitio-cultural-do-rio>. Acesso em: 14/09/2021

Muitos imóveis foram recuperados e muitos bens foram protegidos durante os anos de consolidação dessa proposta de preservação fosse pelo valor histórico, pelo valor artístico ou por aspectos afetivos da população, segundo explicou Cardoso (2005, p.58). O corredor cultural trabalhou com projetos em diferentes linhas de atuação, o que envolveu modificação na legislação municipal, redesenho de áreas públicas, cadastramento arquitetônico, acompanhamento de intervenções em edifícios e produção de material explicativo para orientar a execução de obras, além da promoção de atividades culturais, integrando políticas públicas urbanas e culturais.

Por muitos anos, o modo de funcionar do Corredor Cultural resultou em intervenções urbanas que ficavam distantes das grandes obras de impacto. Era no cotidiano da cidade heterogênea, construída em diferentes tempos, com os seus elementos simbólicos e evocativos da memória, com sons e cheiros diversos que as suas equipes de colaboradores atuavam. Assim, o Corredor Cultural despertou a curiosidade da imprensa e estimulou a articulação de moradores e usuários para a preservação, a divulgação e a reinserção econômica do legado cultural presente nas ruas, praças e edifícios, deixando exemplos para outras cidades brasileiras.

### **2.2.2 - O Pelourinho, em Salvador.**

Fundada em 1549, como centro militar, religioso e administrativo do Brasil, Salvador teve o seu núcleo original situado na parte alta da cidade e marcado pela presença de edifícios religiosos barrocos e habitações. A circulação de capital, em grande parte proveniente da economia agrária de exportação, contribuiu para o embelezamento de suas ruas e edifícios tornando o Pelourinho um dos maiores conjuntos urbano e arquitetônico do período colonial e do século XIX. Lá morava uma aristocracia formada por famílias tradicionais e escravagistas que, devido a mudanças diversas no modo de morar, perceberam ser difícil a permanência ali devido à falta de infraestrutura. Ao longo do tempo, tal situação provocou a mudança gradual dos moradores mais abastados para novos bairros e a mudança de usos e perfil dos moradores dos bairros centrais.

Com isso, o Pelourinho (Figura 20) foi se tornando um reduto de população com menor poder aquisitivo que predominava em sua área urbana com aproximadamente 78 há. O bairro chegou ao último quartel do século XX com grande parte do seu estoque de imóveis, tanto civis quanto religiosos, em estado acentuado

de degradação. Em 1983, foi elaborada uma série de estudos a serem enviados à UNESCO pleiteando a condição de Patrimônio da Humanidade para o Pelourinho. Segundo Zanirato (2007, p. 37), dentre essas pesquisas foi feito um cadastramento dos imóveis que apontou o número de 305 edifícios em arruinamento ou em adiantado estado de deterioração física.

Figura 20 - O Pelourinho



Fonte: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/patrimonio-da-humanidade-pelourinho-e-historia-de-salvador/>

A elevação a Patrimônio Cultural da Humanidade ocorreu em 1985, mas o Pelourinho continuou com imóveis degradados e habitados por uma população que, em geral, não possuía condições financeiras para reabilitá-los. Até foram elaborados planos para intervenção nos edifícios, mas as ordens religiosas e a Santa Casa de Misericórdia, proprietárias de muitos dos imóveis, não aderiam às propostas dificultando a viabilização. Desse modo, meio que à deriva, esse bairro viveu por anos.

Alvo de políticas de recuperação/ restauração/ reabilitação/ conservação; revitalização/ preservação desde os anos 60, perfazendo um total de mais de 20 projetos em diferentes instâncias político-administrativas, o Pelourinho, nesse sentido nunca deu certo. Tombado enquanto conjunto pelo patrimônio nacional em 1959 e enquanto patrimônio da humanidade pela UNESCO em 1985, a área adentra os anos 90 em estado progressivo de arruinamento, indicando que as várias iniciativas até então formuladas não tiveram êxito, seja por falta de condições de serem implementadas, seja por serem equivocadas (GOMES, FERNANDES, 1995, p. 46).

Em 1992, quando Antônio Carlos Magalhães era Governador da Bahia, Salvador foi declarada prioridade em sua administração, com uma proposta para desenvolvê-la ancorada em suportes como a cultura, o turismo e a alta tecnologia. Assim, foi elaborado o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador

(PRCHS) no qual o Pelourinho passou a ser trabalhado como o “cartão postal” da Bahia.

Para tanto, recursos estaduais foram destinados a garantir as intervenções e implementar o PRCHS, criando, portanto, condições para instaurá-lo enquanto discurso e projeto para a cidade através de linhas de atuação que se voltaram para a recuperação dos bens patrimoniais, tanto arquitetônico quanto urbano, com especial atenção à restauração do casario, que seria destinado a residência e ao comércio de artigos de luxo. Tal fato pode ser entendido como uma experiência da chamada “indústria sem chaminé”, conforme chamou Gutierrez (1989, p. 139) ao se referir aos processos para recuperar áreas patrimoniais e destiná-las ao consumo do turismo cultural:

Já em 1991, o IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – havia elaborado o termo de referência “Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador”, o qual, apresentado ao governador no início de 1992, juntamente com o projeto de recuperação de dois quarteirões, foi aprovado em apenas dois dias, tendo sido sua extensão ampliada para 04 quarteirões – o que viria a constituir a chamada primeira etapa da operação 13. (FERNANDES, 201-?)

Com isso, logo de início, cem imóveis, distribuídos nos quatro quarteirões, passaram por intervenções. Conforme explicou Fernandes (201-?), o projeto do Pelourinho foi organizado para ser implementado em sete etapas, abarcando aproximadamente 12 hectares, onde estavam edifícios muito degradados. O resultado esperado era a recuperação dos imóveis para a reinserção da área numa nova dinâmica econômica proposta para o bairro e totalmente voltada para atender à demanda do turismo.

À medida que a primeira etapa do projeto foi sendo concluída, em 1993, começou a ser implementado um projeto cultural chamado Pelourinho Dia & Noite que trazia uma grade de eventos para promover o uso da área por meio de apresentações artísticas e festas públicas, atraindo grande público. A velocidade das obras foi tamanha que, em 1994, a quarta etapa foi inaugurada e, além da intervenção nos imóveis, duas quadras tiveram a morfologia alterada pela demolição dos muros dos quintais, para a formação de pátios internos às quadras.

Entre 1993 e 2007, período de implementação das sete etapas, o IPAC sempre esteve à frente das obras, somando uma experiência de mais de vinte anos e viabilizando a implementação do programa, do ponto de vista técnico e documental.

Conforme Fernandes (201-?) informou, “Embora com ritmos bastante mais lentos, a quinta etapa foi também concluída, a sexta etapa foi paralisada – embora tenha realizado parte de seu programa de trabalho” e a sétima etapa foi iniciada, em abril de 2006. Mas perante os resultados, não foram poucas as críticas.

Diante dos problemas econômicos latino-americanos, Gutierrez (1989, p. 144) lembrou que “[...] é impossível garantir a preservação de um centro histórico sem resolver ao mesmo tempo a problemática social”, o começo das obras no Pelourinho foi marcado pela saída da população ali residente<sup>86</sup>. Aliás, de acordo com o plano de trabalho proposto pelo PRCHS, os moradores da área, as instituições governamentais, organismos internacionais e a iniciativa privada deveriam participar das negociações e decisões, porém o modo como o IPAC se portou em relação à população foi bastante violento, chegando mesmo a usar da força policial para retirar os habitantes dos imóveis selecionados. Muitas foram as críticas ao modo como o processo foi conduzido, de maneira autoritária e fechada à participação dos segmentos sociais de pouca relevância estratégica.

De forma quase unânime, avaliou-se que a intervenção não respeitou os moradores, permanecendo completamente distante das recomendações das Cartas Patrimoniais e visando atender aos investidores que fizeram do bairro um cenário para instalar lojas de alto padrão. Essas situações marcaram o modo de agir das operações no Pelourinho:

De fato, a política de preservação empregada valeu-se de uma estética urbana exibicionista, voltada para a indústria do turismo e negou, a uma parcela da população, o direito ao usufruto da cidade. O patrimônio histórico, voltado para a contemplação dos turistas, acabou perdendo parte de sua historicidade (ZANIRATO, 2007, p. 46).

Além dessa incapacidade de negociação no campo do social, o IPAC atuou de modo fechado, centralizador e excludente, sem discussões com a comunidade técnica e acadêmica, agindo de modo protecionista na manutenção das intervenções. A estratégia era a seguinte: o governo adquiria o imóvel e recuperava-o para entregá-

---

<sup>86</sup> Segundo Wipfli (2000, p. XX), os moradores do Pelourinho tiveram quatro opções: 1. Venda; 2. Desapropriação; 3. Transferência do usufruto; 4. Troca da propriedade ou da área equivalente. A compra aconteceu quando o proprietário não quis manter a propriedade. A desapropriação, por sua vez, foi usada em casos quando as duas partes não chegaram a um acordo. Por outro lado, nos casos onde o Estado e os proprietários firmaram um acordo, o primeiro poderia ter o usufruto da imóvel por um período entre 5 e 10 anos, ou poderia trocar os edifícios restaurados por outros edifícios ou imóveis fora do Pelourinho.

lo aos comerciantes. Não é possível deixar de reconhecer a importância da ideia de se intervir num Patrimônio da Humanidade que estava em processo de arruinamento. Porém, as operações realizadas no Pelourinho, ao invés de buscar recuperar os valores arquitetônicos e urbanos a fim de torná-los funcionais para atender às necessidades dos seus moradores, buscaram uma elitização do bairro. Caso fosse necessária alguma obra de reparo, era o poder público que se encarregava de executá-la, na contracorrente da sustentabilidade aqui observada sob o ponto de vista da cidade patrimonial e entendida nessa pesquisa a partir da promoção de ações que acolhem às necessidades do presente, mantendo a significância, a integridade e a autenticidade dos bens culturais sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

É bastante claro, portanto, que o pragmatismo do capital do estado só permitiu que ficassem ali as pessoas de poder aquisitivo mais elevado, confirmando uma atitude sem compromisso social. Outro fator crítico foi a ausência de compromisso em se promover a habitação de interesse social, o que teria evitado a saída dos moradores de menor renda. As modificações provocadas por intervenções físicas nas áreas patrimoniais do Pelourinho até são reversíveis, em sua maioria. Embora, por volta do ano 2000, o Estado tenha retornado o usufruto aos proprietários dos primeiros edifícios restaurados, a questão social, porém, é bem mais complexa, já que a população local foi espalhada pela cidade, perdendo o convívio diário com um dos mais fortes redutos urbanos de cultura negra do Brasil.

### **2.2.3 – O Bairro do Recife**

Situado em uma ilha<sup>87</sup> onde ficava o Porto do Recife com seus armazéns, o Bairro do Recife abrigou um comércio sofisticado e instituições financeiras de destaque na cidade durante boa parte do século XX. Já na década de 1980, o cenário do Bairro havia mudado, resultando em um considerável estoque de imóveis desocupados ou subutilizados, uma economia ligada ao comércio atacadista, uma visível degradação dos espaços públicos, um número reduzido de moradores, ocupando cortiços e um vazio urbano que deveria abrigar construções portuárias

---

<sup>87</sup> O Bairro do Recife já foi um istmo que se ligava por terra a vizinha cidade de Olinda. A erosão marinha o transformou em ilha na segunda metade do século XX.

nunca levantadas, o que acabou favorecendo a formação de uma comunidade, a Favela do Rato<sup>88</sup>.

Entre os anos de 1985-1988, foi desenvolvido o Plano de Reabilitação<sup>89</sup> do Bairro do Recife, na gestão do Prefeito Jarbas Vasconcelos, sendo criado, em 1986, o Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, posto de trabalho da equipe técnica no local da intervenção. Esse órgão foi um exemplo de descentralização administrativa no que diz respeito à gestão patrimonial e a sua atuação foi no sentido de propor “[...] a conservação dos sítios históricos só que fortemente influenciada pelas experiências italianas de revitalização, mais especificamente pelos trabalhos realizados pelos governos municipais comunistas, como no caso de Bolonha”, conforme explicou Zancheti (1995, p. 103).

Com essa nova orientação, o Escritório se aproximou dos habitantes da favela, das pensões e dos cortiços, cadastrando-os e fazendo registros da memória do bairro a partir da história oral. Foi desenhado, então, o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, coordenado pela arquiteta Amélia Reynaldo, no qual foram planejados equipamentos de uso social como residências coletivas, restaurantes populares e núcleos de educação para os moradores. Nessa proposta de contra enobrecimento do bairro fica muito claro que não havia a intenção de deslocar os moradores da área e nem de estimular atividades turísticas ou de consumo cultural, já que o plano:

[...] reconhecia a deterioração do lugar, as péssimas condições sociais às quais estavam submetidos seus moradores e defendia que a reabilitação fosse um instrumento de ação política para a recuperação das suas funções habitacionais. Talvez pela primeira vez, uma ação governamental, reconhecendo seus moradores como cidadãos, tinha como principal meta desenvolver essa função de bairro, que sempre foi visto como um local típico de comércio e negócios. E mais, não apenas reconhecia a importância dessas pessoas, mas atribuía a deterioração do lugar àqueles que construíram ao longo da história a imagem de bairro comercial (LEITE, 2004, p. 162).

O foco do plano era usar a habitação como elemento propulsor das intervenções no bairro, valorizando a cidadania de quem ali se encontrava, numa

---

<sup>88</sup> A Favela do Rato ou, mais recentemente, a Comunidade do Pilar surgiu na década de 1980 em uma área que foi desapropriada pela Portobras, em 1975, no entorno da Igreja do Pilar, um edifício que possui fachada neoclássica.

<sup>89</sup> De acordo com a Carta de Lisboa (1995), Reabilitação: “É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

proposta que seguia a linha do Plano de Bolonha. Foram proposições avançadas quando observadas em relação às políticas de gentrificação que então já se apresentavam como alternativas voltadas para práticas de consumo e lazer em áreas patrimoniais.

No entanto, Vieira (2008, p. 122) considera que, do ponto de vista prático, as ações tiveram um caráter muito pontual, com limpeza de galerias, pintura das pontes e melhoria da segurança. Por sua vez, Leite (2004, p. 164) apontou que uma das falhas desse plano se refere ao fato de que ele foi pouco detalhado, não especificando orçamentos ou informes técnicos a respeito de como se pretendia implementar as medidas propostas. Com o término da gestão do Prefeito Vasconcelos, em 1988, e a chegada de outra equipe para administrar a cidade, os projetos ficaram parados e só foram retomados em 1993 com a definição de novas ações, como pontuou Gomes (1995, p. 93).

Na realidade, em 1991, a empresa Urbana: Planejamento e Projetos (LEITE, 2004, p. 175) recebeu, do Governo do Estado de Pernambuco, a encomenda para a confecção do Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PBR), como parte de um projeto turístico vinculado ao Programa de Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR). Em 1993, Jarbas Vasconcelos voltou à Prefeitura de Recife e, como resultado das alianças políticas que o elegeram, em 1994, o PBR passou a ser gerenciado pelo município, que obteve um empréstimo junto ao BID para a implementação da proposta.

Em seguida, a Fundação Roberto Marinho se interessou pelo projeto e assinou um acordo, que envolvia uma empresa de tintas e a prefeitura, com o objetivo de pintar as fachadas da Rua do Bom Jesus, ação essa que se inseria no Projeto Cores da Cidade<sup>90</sup>, dando início à implementação das propostas. O casario recebeu pintura chamativa que destacou os ornatos das fachadas, provocando discussões acalouradas sobre o resultado plástico ali obtido. Na realidade, a escolha das cores foi uma estratégia de marketing com o objetivo de chamar atenção e iniciar o processo de gentrificação no Bairro do Recife.

---

<sup>90</sup> O Projeto Cores da Cidade foi desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho e pela empresa Akzo do Brasil (Tintas Ypiranga) para pintar as fachadas das edificações de conjuntos arquitetônicos antigos em algumas cidades brasileiras, dentre elas Santos, Rio, Recife, Fortaleza e Curitiba.

Ao discorrer sobre o PRB, Zancheti (1995, p. 105) afirmou que este plano se diferenciou de propostas anteriores por diagnosticar ser necessário promover uma mudança de uso e introduzir novas atividades:

A grande diferença entre o PRB e as propostas anteriores está no padrão urbanístico de ocupação urbana (usos e densidades construtivas) que procurou integrar/ recuperar a tradição de transformação urbana, que tem sido a tônica do processo de ocupação do bairro, desde a sua fundação. É uma proposta de compromisso entre a tradição e a mudança (ZANCHETI, 1995, p. 105).

O PRB foi um empreendimento urbano dividido em etapas de curto, médio e longo prazo, que visava concretizar a ideia de transformar o Bairro por meio de uma política de enobrecimento, promovendo intervenções no patrimônio cultural, tanto urbano quanto arquitetônico. Dentre os seus objetivos principais destacava-se: converter o Bairro do Recife em um centro metropolitano de cultura e lazer, criando espetáculos urbanos que promovessem a concentração de pessoas nas áreas públicas a ponto de torná-lo uma referência turística nacional e internacional:

A noção de um espaço de “espetáculo urbano”, que iria caracterizar todo o Plano, é um indicador importante de uma política de enobrecimento, na medida em que confirma o foco predominantemente econômico das ações previstas, bem como o tipo de uso esperado para cada uma delas. Para viabilizar a implementação da proposta, foram estabelecidos alguns “elementos estruturadores”, dentre os quais se destacam: “Economia local com função central plena”, “Espaço público para reunião e o espetáculo”, “Manutenção e valorização do patrimônio ambiental e cultural”, “Recuperação da imagem do Bairro”. Esses “elementos estruturadores” abrangiam aspectos centrais e convergentes com as políticas de enobrecimento do urbanismo empresarial: a construção de uma nova imagem da cidade, através da valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural e da espetacularização do espaço urbano, como forma de reativar os fluxos de investimentos para a economia local (LEITE, 2006, p. 23 – 24).

Para dar ao Bairro do Recife uma imagem urbana enobrecida e que, numa perspectiva empresarialista, tratava a cultura como o seu principal negócio, a prefeitura mantinha uma agenda intensa e diversificada – festival de dança, show musical, exposição de artes plásticas, serestas, dentre outros. Havia ainda os bares, cafés, restaurantes e galerias de arte situados nos casarões reformados, com produtos destinados a uma parcela reduzida da população brasileira em função dos valores cobrados.

Em oposição a este cenário tão articulado pelas políticas públicas e pelos empresários, surgiu no Bairro do Recife, mais especificamente na Rua da Moeda, um ambiente afirmado pelos jovens alternativos que ouviam música descontraída, dançavam, consumiam bebidas e realizavam feiras de artesanato em uma proposta bastante diferente dos padrões de consumo implantados a poucas quadras dali. Visto por muitos como indesejado diante da proposta elitizante, limpa e segura de homogeneidade do bairro, este espaço de resistência coexistiu com a Rua do Bom Jesus, embora seus usuários evitassem se misturar. As demais áreas do bairro, incluindo a favela, não foram alvo de qualquer proposta significativa e mantiveram seu percurso, com alterações pontuais.

A partir de 1996, as intervenções do Bairro do Recife (Figura 21) deixaram de ser assunto da alçada municipal para integrar o Programa Monumenta. Tal situação alterou o rumo da revitalização “[...] pois, para que a área fosse inserida no programa, a municipalidade criou um novo pólo de investimento, a Rua da Alfândega, sem antes consolidar e expandir o Pólo do Bom Jesus para os seus arredores” como explicou Zancheti (2007, p. 14).

Foto 21 - O Bairro do Recife



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/352/>

Com a chegada dos anos 2000, ocorreram mudanças na política de intervenção no Bairro do Recife com o objetivo de revisar, corrigir ou adequar aspectos que se distanciavam da proposta teórica elaborada anteriormente. No entanto, o PBR deixou de ser uma prioridade para as gestões municipais posteriores e isso atrasou obras anteriormente programadas, a exemplo da intervenção na Favela do Rato, situada no entorno da igreja do Pilar até que, em 2005, o Escritório Técnico

de Revitalização do Bairro do Recife teve as suas atividades encerradas. Em seu lugar foi criado outro órgão que ficou responsável por promover ações em todo os sítios históricos da cidade do Recife.

Quando observadas as diferenças entre os planos das décadas de 1980 e 1990, é possível destacar que no plano mais antigo, o Estado era um agente promotor e gestor das propostas. Já na década seguinte, o Estado teve um papel empresarialista, articulando interesses públicos e privados junto aos comerciantes e investidores financeiros para construir a imagem de um bairro marcado pela positividade.

No Plano de Reabilitação, os moradores eram contemplados com a maior parte das ações destinadas ao bairro. Por sua vez, no Plano de Revitalização<sup>91</sup>, o interesse em promover a habitação era para destiná-las a um novo público, com padrões sócio econômico elevados que se encaixavam na nova visão de consumo seletivamente organizada para aquela área patrimonial.

Ao observamos os três exemplos de intervenções anteriormente discutidos, percebe-se que, na última década do século XX, perante a sociedade, eles colaboraram para criar uma ideia de intervenção em áreas urbanas patrimoniais que despertou a população para o potencial que as cidades antigas têm, tornando-as visíveis aos olhos do público. Contudo, simultaneamente, esses projetos também criaram um padrão homogêneo e superficial de tratar os bens culturais baseado na imagem de fachadas coloridas.

Esse padrão de uso elitista e voltado ao consumo turístico escondia a real dimensão dos problemas presentes na maior parte desses centros antigos: questões sociais como segregação, marginalidade, prostituição, déficit habitacional e desejo por mudança radicais eram escondidos atrás de cenários montados para configurar lugares sofisticados e destinados ao consumo imediato. Tais projetos se tornaram referências nacionais, espalhando um padrão de intervenção similar em muitas outras cidades brasileiras. Porém, o caráter de moda passageira e a fragilidade das próprias propostas, que só se mantinham com investimentos de dinheiro público na promoção dos lugares, comprometeu a sustentabilidade das mesmas e acabou levando-as ao

---

<sup>91</sup> De acordo com a Carta de Lisboa (1995), revitalização: Engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas. A reabilitação urbana deve ser um processo integrado envolvendo todos os agentes interessados que, para intervirem, deverão estar informados, o que conduz à necessidade da informação e avaliação.

declínio. Foi, então, em meio a esse contexto de “fachadas coloridas” que o Monumenta iniciou as suas atividades conforme será mostrado a seguir.

### 2.3 - A gênese do Programa Monumenta

O Programa Monumenta foi um instrumento da política pública de recuperação do patrimônio cultural edificado brasileiro, com foco nas áreas tombadas sob tutela federal, que existiu entre 1996 e 2010, quando contou com recursos financeiros do BID para financiar projetos, ações e obras executadas em 26 cidades, distribuídas pelas cinco regiões do país, com um custo total de 125 milhões de dólares<sup>92</sup>. Muitos estudiosos das questões patrimoniais no Brasil percebem-no como herdeiro das ações do PCH:

Podemos considerar que as ações preconizadas pelo Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), nas décadas 1970/ 1980, deixaram, como herança para as ações do programa MONUMENTA no Brasil, a condição de ampliação e modernização do campo institucional do patrimônio, sob o ponto de vista de que o encaminhamento das atividades de preservação do patrimônio não devia ficar restrito ao âmbito do IPHAN (NASCIMENTO, 2013, p. 221)

Como é comum em muitos países da América Latina, o patrimônio edificado no Brasil apresenta sérios problemas de deterioração e as verbas destinadas ao seu reparo costumam ser bem abaixo da demanda necessária. Para se ter uma ideia, Darling (2001, p. 195) apontou que seriam necessários 65 milhões de dólares por ano, durante 20 anos, para restaurar e conservar o patrimônio edificado brasileiro. No entanto, ele também informa que a receita anual do governo brasileiro destinada à recuperação do patrimônio era de apenas 3 milhões de dólares em 2001.

Inserindo nesse contexto, o BID já possuía uma experiência como organismo financiador de áreas patrimoniais quando atuou na recuperação de Quito, capital do Equador, após um terremoto que destruiu uma parte considerável da cidade Patrimônio Mundial em 1987. Essa experiência era vista e apresentada pelo Banco como um caso exemplar de sustentabilidade no qual os imóveis foram valorizados e a área recuperada ganhou autonomia financeira em decorrência do uso comercial e

---

<sup>92</sup> Segundo Giannecchine (2019), as ações do Monumenta permitiram “[...] a restauração de 111 imóveis públicos, 65 espaços públicos, 478 imóveis privados, 81 projetos de atividades econômicas, 17 cursos de formação, 80 publicações, 50 projetos educativos, a criação de 26 fundos de preservação, a elaboração de 14 Planos Diretores, 5 Normas de Preservação publicadas, apoio a 6 novos museus, além de outras ações”.

turístico. Foi com esse conhecimento prático, então, que eles partiram para expandir as ações do banco no Brasil.

Entretanto, a percepção de Sant'Anna (2017, p. 320) sobre o projeto de Quito aponta que as ações do BID naquela cidade ainda não tinha seus resultados tão visíveis e nem discutidos de modo mais crítico para respaldar trabalhos semelhantes em outras nações. A esse respeito, a autora ponderou:

A experiência em Quito demonstrou que, em cenários de endividamento público, estagnação e baixo crescimento econômico, o setor público não tem fôlego financeiro para esperar o tempo necessário para que investimentos privados de monta se materializem, sendo muito difícil direcioná-los para áreas arriscadas. A experiência equatoriana pôs em evidência, em suma, que o modelo ancorado na atração de investimentos privados supõe um cenário de vitalidade econômica, disponibilidade de investimentos, boa distribuição de renda e um valor de mercado do patrimônio que inexistia na maioria dos países da América Latina nos anos 1990 (SANT'ANNA, 2017, p.320).

Na realidade, agências internacionais com poder econômico, a exemplo do BID, costumam produzir documentos e publicações nos quais ressaltam a importância de determinadas práticas e o resultado das obras por elas custeadas, disseminando um tipo de conhecimento sobre esses feitos e sobre os lugares onde elas atuaram. Ao fazer isso, tais corporações estabelecem as chamadas “experiências de sucesso” que, algumas vezes, são premiadas ou laureadas, legitimando imagens de cidades. Toda essa situação tem um forte caráter ideológico e faz parte de um jogo complexo, numa ampla escala de operações, que estimula e promove a implementação de planos estratégicos, originando ações e impactando em outras cidades, ou mesmo países.

No caso do Brasil, para montar o Programa Monumenta, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) enviou uma carta consulta ao BID, que foi aprovada em agosto de 1996. Começaram, então, as discussões sobre como estruturar a proposta do Programa. As negociações foram levadas adiante e resultaram no encaminhamento do Plano Estratégico ao citado banco como também na definição de algumas cidades que receberiam o financiamento: Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo. Nessa fase de viabilização do Programa foi montado um Grupo de Trabalho formado por técnicos do IPHAN, o GT/IPHAN, para dar apoio à equipe do Monumenta que contou, também, com o respaldo

administrativo e o apoio técnico de consultores contratados por meio de uma cooperação com a UNESCO:

No início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Cultura, em parceria com a UNESCO e com o BID, assumiu o desafio de construir um programa de abrangência nacional que servisse como modelo na implantação de parcerias envolvendo organismos financiadores e agências multilaterais atuantes no campo da preservação do patrimônio histórico (TADDEI NETTO, 2003, p. 110).

Dessa forma, o BID se tornou uma agência de apoio ao Brasil no financiamento das ações de recuperação do patrimônio. Em 1996 e 1997, foram realizadas duas Missões de Identificação nas quais se discutiram os fundamentos do Programa e a seleção das cidades para intervenção prioritária. A partir das atividades dessas duas Missões de Identificação, Darling (2001, p. 195), economista do BID responsável pelo gerenciamento do Monumenta, evidenciou constatações pessoais à cerca da realidade brasileira. Dentre elas que:

- A maior parte do patrimônio construído brasileiro encontrava-se em áreas urbanas e em mãos de proprietários privados;
- O gerenciamento do acervo tombado era realizado pelo IPHAN;
- As intervenções nos bens tombados eram antes analisadas e aprovadas pelo IPHAN, registrando-se o emperramento do processo devido a gargalos burocráticos;
- A inexistência de normas de preservação, pareceres arbitrários e morosos, geravam intervenções irregulares e danosas ao patrimônio;
- Os moradores geralmente faziam intervenções nos imóveis sem o objetivo de preservá-los enquanto bem cultural.

Em 1997, o MinC criou a Unidade Central de Gerenciamento (UCG) destinada a cuidar exclusivamente das questões do Programa Monumenta, redefinindo o papel do IPHAN<sup>93</sup> que teve a sua função reduzida à de fiscalização e supervisão técnica das intervenções e à de aprovação dos orçamentos (BID, 1998). Na realidade, o agente financiador sempre demonstrou desconfiança em relação à capacidade técnica do IPHAN:

---

<sup>93</sup> A esse respeito ver: DUARTE JÚNIOR., Romeu. Programa Monumenta: Uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010.

A chegada do BID com uma postura pronta, com poder de persuasão, representou um choque frente às condições locais. O primeiro embate foi com a equipe do Iphan que, pouco familiarizada com a lógicas das proposições, não logrou responder às demandas colocadas pelo banco. As negociações demoraram quatro anos até a assinatura do contrato. À medida em que o acordo com o BID foi sendo implantado, a rigidez inicial foi minimamente ajustada (GIANNECCHINE e RIBEIRO, 2019).

A participação financeira do BID em relação à gestão dos problemas patrimoniais do Brasil provocou um sem número de atritos institucionais envolvendo o IPHAN, o MinC e o próprio BID. Como os investimentos concedidos ao Brasil ocorreram segundo uma perspectiva global, as negociações redefiniram e recriaram a organização do aparelho público estatal brasileiro no que diz respeito ao modo de lidar com as questões patrimoniais, desconsiderando o papel do IPHAN na tomada das principais decisões, numa atitude induzida pela estruturação do Programa Monumenta.

Apesar do número deficiente de funcionários e de equipamentos voltados a atuar na preservação e conservação dos bens culturais nacionais, bem como o próprio orçamento para desenvolver as suas tarefas, o IPHAN tem estado à frente das ações em prol do patrimônio brasileiro desde 1937. Quando o país conseguiu disponibilizar verbas consideráveis para tais ações, foi dado a esse instituto um papel de coadjuvante no processo, sequer participando da conceituação do Programa Monumenta.

O contrato do empréstimo foi firmado em 1999 e as ações de intervenção, de fato, foram iniciadas no ano 2000. Em sua gênese e concepção, o Monumenta foi majoritariamente discutido por técnicos do BID e consultores da UNESCO. Ao longo de todo esse processo, as orientações do Banco foram tão expressivas que o Programa adotou o nome de Monumenta/ BID durante os anos relativos à gestão FHC na Presidência da República. Essa situação revela aspectos a respeito do quão o papel do banco foi valorizado dentro da estrutura desse programa e permite levantar indícios sobre o fato de o patrimônio ser tratado muito mais como um negócio, com valores imobiliários em detrimento dos seus valores simbólicos, dentro de uma política pública destinada à sua recuperação física.

Em relação ao financiamento das obras, o BID ficou responsável por U\$ 62,5 milhões, 50% dos recursos, havendo uma contrapartida de 30% (U\$ 37,5 milhões) oriunda de recursos da União, Estados, Municípios ou da iniciativa privada, segundo

levantaram Giannecchine e Ribeiro (2019). Os 20% restantes (U\$ 25 milhões) seriam obtidos por meio do Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, a ser criado em cada município selecionado pelo Monumenta. Esse montante seria proveniente do uso dos edifícios recuperados e, também, de uma parcela do IPTU arrecadado no entorno do imóvel, por se considerar que haveria uma valorização simbólica dos sítios, a partir da intervenção realizada pelo Programa, e uma presumível valorização imobiliária.

Quanto às premissas do Programa, elas foram consubstanciadas no seguinte objetivo:

[...] desenvolver uma estratégia de preservação sustentável para o patrimônio construído tombado a nível federal, definindo prioridades e incentivos às instituições municipais e ao setor privado para preservar os bens culturais, e também conscientizar a população sobre a sua importância e manutenção (DARLING, 2001, p. 195, tradução nossa<sup>94</sup>).

Ao tratar da recuperação física dos bens, a proposta procurou apoiar-se no conceito de sustentabilidade que foi tomado como basilar pelo Monumenta a partir do discurso do BID<sup>95</sup>, de caráter marcadamente econômico. Quanto a essa sustentabilidade, Bonduki (2010, p. 20) afirmou que ela ocorreu voltada para uma “[...] articulação com o desenvolvimento de atividades econômicas, especialmente o turismo, que pudessem gerar recursos para garantir a manutenção do patrimônio”.

Portanto, a parceria com o BID e a busca pela sustentabilidade teve um aspecto de cunho neoliberal<sup>96</sup>, quando propôs trabalhar com atividades de geração de renda

---

<sup>94</sup> *The objective of the Monumenta Program is to develop a sustainable preservation strategy for federally listed built heritage by developing priorities and incentive structures for municipalities and the private sector to preserve heritage, and by educating the public on its importance and care* (DARLING, 2001, p. 195)

<sup>95</sup> Na realidade, dentro das práticas de análise para aceitação de clientes, o BID havia realizado um espécie de dossiê sobre o Brasil, o chamado Documento de País (VIANNA JÚNIOR, 1998), com circulação restrita, no qual o contexto socioeconômico nacional foi investigado e os programas de desenvolvimento do governo foram avaliados com ênfase na perspectiva econômica para o quadriênio 1995-1998, período em que o Monumenta estava sendo construído. Esse relatório também incluiu as estratégias do BID para o Brasil com a definição de objetivos setoriais e a seleção de prioridades para ação. É comum encontrar ali palavras como desempenho do setor público, reforma do serviço civil, descentralização, integração regional, fontes alternativas de financiamento, recursos locais, participação e responsabilidade, dentre muitas outras que podem ser percebidas nos documentos que fundamentaram a proposta do Programa e que guiaram a sua atuação.

<sup>96</sup> Nos anos 1990, período de forte influência da econômica neoliberal, a política cultural brasileira passou por transformações a partir da adoção de decisões centralizadas no Estado pelas leis de renúncia fiscal, através das quais as empresas podem abater dos impostos os recursos investidos em cultura. Essa situação trouxe mudanças ao cenário cultural do país especialmente durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso.

que seriam capazes de suprir a conservação do patrimônio. Em consonância, o então Ministro da Cultura, Francisco Weffort (2001, p. 40), defendeu a ideia de tratar os assuntos culturais por meio de uma política estatal que democratizasse o patrimônio cultural, de modo aberto e pluralístico, construindo a imagem da nação brasileira como globalizada.

Assim sendo, a política econômica neoliberal implementada, então, no Brasil, acolheu a proposta do BID para o Monumenta:

A ideia central [do Monumenta], que não era nova, era de promover o desenvolvimento econômico e social por meio do patrimônio. A novidade estava no discurso econômico interposto pelo agente financiador, o BID, que insistiu na sustentabilidade do programa: cada projeto local deveria gerar recursos que assegurassem a auto sustentabilidade da conservação desses bens ao longo do tempo (GIANNECCHINE, 2014).

No que diz respeito à intervenção no patrimônio, o BID (1998) a entendia como uma tarefa comunitária a ser liderada pelo governo, particularmente o municipal, porém com a participação dos empresários e das comunidades. Caberia ao governo federal ou estadual dar apoio institucional e financeiro aos governos locais que assumiriam tarefas ligadas à infraestrutura e ao melhoramento dos espaços públicos.

Para definir as condições, procedimentos de implementação e normas de funcionamento do Programa Monumenta, foi redigido o Regulamento Operativo (Anexo A), que deixou claro tanto o papel do órgão financiador quanto do executor, estabelecendo as regras, os critérios e as responsabilidades para se selecionar, financiar e executar os projetos de intervenção nos bens culturais. A primeira versão desse documento (Anexo 01) foi construída pelo Economista Arthur Darling, técnico do BID. Durante o período de 1996 a 2010, o Regulamento Operativo foi reeditado em duas ocasiões (2003 e 2006). Embora a versão original tenha permanecido como base textual para as demais, sempre que se fez necessário realizar atualizações, ajustes ou alterações em sua proposta, o documento passou por alterações<sup>97</sup>.

A proposta do Monumenta aproximou as relações entre segmentos empresariais e o Estado, para impulsionar a recuperação do patrimônio, especialmente no gerenciamento das obras. Portanto, ao buscar a sustentabilidade dentro da lógica econômica que foi proposta, outro conceito veio a reboque e foi

---

<sup>97</sup> Uma dessas alterações, por exemplo, diz respeito à redefinição do papel do IPHAN junto ao Monumenta, a partir de 2003, quando o Programa foi a ele incorporado.

identificado no Regulamento Operativo do Monumenta: a parceria público-privada. Possivelmente, a proposta para essa parceria teve como modelo de referência as experiências de reestruturação realizadas alguns anos antes em Barcelona, a partir da implementação do seu Plano Estratégico<sup>98</sup>. No Programa Monumenta, o incentivo a essas parcerias público-privadas estava explícito no texto do Regulamento Operativo:

Os projetos devem incorporar a iniciativa privada desde a sua concepção tanto em qualidade de operadores potenciais dos monumentos ou imóveis públicos preservados como sócios investidores imobiliários e comerciais num esforço de revitalização das áreas de intervenção (BID, 1998, tradução nossa<sup>99</sup>)

Essa proposta de gestão se aproxima do que Harvey (2006) chamou de “empreendedorismo urbano” no qual os governos locais firmam parcerias com as iniciativas privadas para atuarem na recuperação de áreas urbanas degradadas. Já Rojas (2002, p. 09), em sua experiência como funcionário do BID, defendeu que “A coordenação entre os setores público e privado sem dúvida constituem um poderoso mecanismo de conservação sustentável de áreas urbanas patrimoniais porque facilita estratégias que combinam o melhor que cada setor pode oferecer.” Entretanto, essa parceria só teve eficiência nas grandes cidades. A fragilidade das gestões locais, na imensa e heterogênea realidade brasileira, e o pouco ou nenhum interesse da iniciativa privada dificultaram a sua implementação nos municípios de menor porte.

Com relação às cidades participantes do Programa, para selecioná-las foram estabelecidos critérios como:

- 1- Ter pelo menos uma área elegível que conste da Lista de Prioridades do Programa;
- 2 - Demonstrar, por si ou supridas pelo Estado, capacidade operacional e capacidade de proporcionar contrapartida financeira;
- 3 - Apresentar planejamento estratégico do Projeto, com base em oficinas de planejamento com a participação de moradores, entidades representativas

---

<sup>98</sup> Ao estudar essa relação público-privado, Nascimento (2013, p. 203) informou a respeito da utilização do Estado como instituição legitimadora, porém sem o poder decisório, visto que em Barcelona as decisões partiam da iniciativa privada. Já Compans (1998, p. 80), apontou que essa ferramenta foi utilizada como viabilizadora de recursos para os investimentos que converteram a capital catalã num dos centros da economia europeia, o que passou a ser difundido como uma experiência exitosa, atraindo olhares de muitas municipalidades.

<sup>99</sup> Tradução nossa a partir de: “*Los proyectos deberán incorporar la iniciativa privada desde su concepción tanto en calidad de potenciales operadores de los monumentos o inmuebles públicos preservados, como socios inversionistas inmobiliarios y comerciales en el esfuerzo de revitalización de las áreas de intervención*” (BID, 1998).

das atividades econômicas locais, universidades situadas no Município, ONG's, autoridades municipais, UCG e IPHAN;

4 - Demonstrar o interesse do setor privado em participar do Projeto, e

5 - Não ter outro projeto em preparação, análise ou execução pelo Programa (BID, 2010).

Além de criar o Programa envolvendo a sociedade civil e a iniciativa privada na tarefa de proteger os bens culturais, procurou-se compatibilizar essa atuação com as três esferas de governo. O Monumenta, então, despertou incertezas no IPHAN que também levantava questionamentos sobre o alcance da nova proposta diante da ausência de dados básicos não fornecidos.

Com isso, foram elencadas vinte e seis cidades<sup>100</sup>, de porte variável, entre pequenas, médias e grandes, espalhadas pelas cinco regiões do país. Já quanto aos projetos a serem financiados pelo Monumenta, o primeiro Regulamento Operativo (1998) informou que deveriam observar as seguintes categorias:

- Conservação: para imóveis de interesse cultural ou histórico com proteção federal a fim de adequá-los a usos culturais, residenciais ou comerciais;
- Melhoramento do espaço público: Investimentos no espaço público do entorno de monumentos ou de imóveis a serem conservados relacionados a pavimentação, mobiliário urbano, sinalização, iluminação, paisagismo e melhoramentos das redes elétrica e de telefonia, desde que atendam às necessidades para a conservação de monumentos com proteção federal;
- Infraestrutura: financiamento de sistema de abastecimento de água potável, sistemas de esgoto e drenagem no entorno imediato de monumentos desde que justifique a conservação destes;
- Reabilitação de imóveis privados: fomento aos investimentos de conservação sustentável empreendidas junto ao setor privado no entorno imediato aos monumentos ou dentro de áreas declaradas de proteção federal, incluindo:
  - Assistência Técnica para o desenvolvimento e a aprovação de projetos de conservação

<sup>100</sup> Os municípios que responderam aos critérios definidos foram:

- Região Norte: Belém/ PA; Manaus/ AM

- Região Nordeste: São Luís/ MA, Alcântara/ MA, Oeiras/ PI, Icó/ CE, Olinda/ PE, Recife/ PE, Penedo/ AL, São Cristóvão/ SE, Laranjeiras/ SE, Salvador/ BA, Cachoeira/ BA, Lençóis/ BA

- Região Centro Oeste: Goiás/ GO, Natividade/ TO, Corumbá/ MS,

- Região Sudeste: Congonhas/ MG, Mariana/ MG, Ouro Preto/ MG, Serro/ MG, Diamantina/ MG, Rio de Janeiro/ RJ, São Paulo.

- Região Sul: Porto Alegre/ RS, São Francisco do Sul/ SC.

- Incentivos à conservação e reabilitação para usos compatíveis com o projeto integrado de conservação, sendo possível financiamento para recuperar infraestrutura, fachada e coberta dos edifícios particulares localizados na área do projeto e cuja conservação seja apontada como prioritária. Os recursos adiantados seriam recuperados pelo Fundo de Preservação.

Ao se observar a classificação dos projetos acima, percebe-se que a palavra monumento apareceu de modo sistemático no texto apesar de todos os alargamentos no conceito de bens culturais que foram alcançados nas últimas décadas. Conforme já apontado por autores como Choay (2001, p. 176), a consciência de um patrimônio constituído por edifícios vistos de forma isolada cedeu lugar a atenção dispensada aos espaços urbanos enquanto áreas patrimoniais há anos. Tal situação, presente no documento básico de um programa de intervenção patrimonial orçado em 125 bilhões de dólares, reflete, no mínimo, um anacronismo vocabular, podendo também ser indicativo de algum desconhecimento da parte do corpo técnico do BID, envolvido na estruturação do Programa Monumenta, formado por economistas e especialistas em gestão fiscal.

Inicialmente, o contrato firmado entre a República Federativa do Brasil e o BID, em 04/12/1999, teria uma duração de cinco anos, vencendo-se em 04/12/2004. Porém, foram feitas quatro prorrogações listadas a seguir e que levaram o Programa a se estender, oficialmente, por um total de dez anos e 10 meses:

- Primeira prorrogação: acréscimo de dois anos, com vigência até 04/12/2006;
- Segunda prorrogação: acréscimo de um ano, com vigência até 04/12/2007;
- Terceira prorrogação: acréscimo de dois anos, com vigência até 04/12/2009;
- Quarta prorrogação: acréscimo de 10 meses, com vigência até 04/10/2010, data do último desembolso por parte do BID e também do encerramento do contrato.

## **2.4 - Sobre o *Modus Operandi* do Programa Monumenta**

Para implementar o Programa, foi articulado um modelo institucional com o cuidado para não transformá-lo em um novo órgão federal dedicado às questões do patrimônio. Buscou-se, então, um mecanismo que avaliasse, direcionasse e monitorasse a gestão, conduzindo os projetos e prestando serviços de interesse à sociedade, como informou Andrade (2016, p. 43).

É possível ler no Regulamento Operativo do Monumenta (DARLING, 1998) estratégias de influência do Banco sobre as decisões da política de preservação dos bens culturais no Brasil e, também, aspectos do compromisso neoliberal ratificado pela parceria entre a gestão FHC e o BID. Fica claro que há uma rigidez padronizada das regras e condições definidas mais em função dos aspectos econômicos do empréstimo do que em função dos critérios de preservação dos bens culturais. Aliás, essa postura está em acordo com os princípios da doutrina de recuperação total dos custos (*full cost recovery*), colocada em prática por instituições financeiras que exigem proteção e garantia das cláusulas contratuais e, para tanto, elaboram documentos com regulações a assegurar esse direito.

Já no tocante à legislação patrimonial brasileira, fazia-se necessário atender às especificidades das questões relativas às parcerias público-privadas. Tal situação levou à proposição de um Fundo Municipal de Preservação,<sup>101</sup> de natureza contábil e financeira, que foi criado em cada um dos municípios onde o Monumenta atuou. A fim de alcançar a sustentabilidade, o Fundo era dirigido por um conselho gestor composto por representantes das três esferas governamentais, da comunidade e da iniciativa privada local. Esse conselho tinha autonomia sobre os recursos, incluindo a parcela proveniente do BID e também sobre o dinheiro vindo da União, dos estados ou do município.

Em cada uma das cidades participantes do Programa, os recursos aportados pelo depósito das parcelas do empréstimo eram direcionados ao Fundo para financiar as obras nas áreas públicas ou nos edifícios selecionados. O fundo também poderia receber recursos de outras fontes:

[...] contrapartidas municipais relativas à valorização da propriedade predial e ao aumento da atividade comercial e de serviços, ambas ligadas à revitalização das áreas focadas pelo projeto e ao sucesso destes processos, bem como reembolsos viabilizados pelo programa ao setor privado, contribuições de usufruto e taxas de concessão derivadas da restauração de áreas e imóveis públicos utilizados por particulares (DUARTE JÚNIOR., 2010, p. 59).

Para agilizar o funcionamento do Fundo, técnicos do IPHAN realizaram a capacitação dos membros do seu Conselho Gestor a fim de informá-los sobre o

---

<sup>101</sup> Em muitas cidades onde o Monumenta atuou, o Fundo de Preservação foi criado através de lei municipal ou até mesmo lei estadual e a sua existência foi consolidada de tal forma que, mesmo após o encerramento do Programa, eles continuam atuantes.

funcionamento<sup>102</sup>, os objetivos e a importância da nova estrutura como também sobre a atuação do Monumenta, do gestor municipal, dos membros do Fundo, incluindo as fontes, as formas de utilização dos recursos e a transparência governamental. Também era tarefa do Fundo, cobrar os investimentos feitos na recuperação dos imóveis particulares selecionados para serem financiados pelo Monumenta.

Visando reaver plenamente os investimentos, uma condição básica para a aprovação dos projetos era que os municípios selecionados a participar do Programa comprovassem a capacidade de devolver os recursos a serem aplicados na execução das propostas. A esse respeito, Arantes (2004, p. 154) explicou que “A imposição da racionalidade da recuperação de custos nos projetos começa na etapa preliminar de sua formulação e na escolha de indicadores que serão utilizados para avaliar a taxa de retorno de cada intervenção”.

Quanto à estrutura organizacional (Figura 22), o MinC criou a Unidade Central de Gerenciamento (UCG), diretamente ligada ao Ministério, para supervisionar a execução do Monumenta em todas as suas etapas, tanto de elaboração quanto de execução do Programa, incluindo o cumprimento dos contratos de bens e serviços assinados com os municípios. A Portaria Ministerial nº 64 de 16 de Abril de 1997 descreveu as seguintes funções para a UCG:

- a) Exercer as ações executivas e consultivas necessárias para o desenvolvimento – a organização administrativa e financeira, o planejamento e a coordenação geral;
- b) Coordenar a estruturação e o acompanhamento dos projetos locais, buscando o entendimento com as autoridades, os órgãos e entidades federais, estaduais e municipais envolvidas;
- c) Solicitar aos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Cultura a informação e a realização de trabalhos necessários para a elaboração e a implementação do Programa e dos projetos locais (BRASIL, MinC, GM, 1997, [DOU 73], p. 7681)

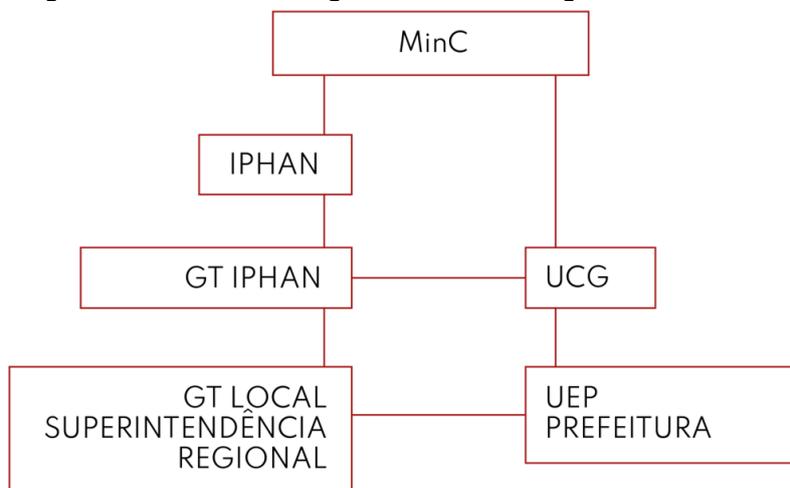
Abaixo da UCG, estavam as UEPs (Unidade Executora de Projeto), que coordenavam a elaboração dos projetos arquitetônicos ou urbanísticos, o processo de licitação e o controle do cumprimento dos contratos de execução das obras, bens e serviços, estando ligadas às prefeituras. O seu corpo técnico era responsável pelo contato direto com o canteiro de obras, fazendo as necessárias conexões com os grupos locais das superintendências do IPHAN, realizando reuniões com os

---

<sup>102</sup> No antigo *site* do Programa Monumenta, ao qual essa pesquisa não teve acesso, foi disponibilizado um documento chamado Cartilha do Fundo com informações disponibilizadas aos participantes,

arquitetos, as construtoras e os órgãos municipais, elaborando os relatórios de medição para a liberação das verbas e encaminhando as demandas que surgissem para a viabilização da intervenção.

Figura 22 – A estrutura organizacional do Programa Monumenta



Fonte: Maria Helena Azevedo

As UEPs estavam presentes em cada cidade participante do Monumenta e faziam parte da estrutura de alguma secretaria municipal ou “Em alguns casos, quando o município não demonstrou capacidade de criar e gerir o programa em nível local, os estados constituíram a UEP e assumiram as tarefas que seriam de responsabilidade do poder local”, como bem lembrou Bonduki (2010, p.40). Nessas situações, nem sempre a sede da UEP ficava nos municípios, mas sim nas capitais o que provocou um certo distanciamento com relação à gestão das obras.

Quanto ao controle orçamentário do Programa, ele era feito através “[...] da Assessoria Especial de Controle Interno do MinC, das auditorias da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público”, conforme explicou Andrade (2016, p. 45). O mesmo autor também informou que havia uma fiscalização por parte das missões do BID e por duas secretarias do Ministério do Planejamento, a Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico (SPI) e a Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), assim como pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores.

Apesar de estar dentre as intenções do Monumenta fortalecer o aparelho estatal nas atividades de preservação e conservação dos bens culturais, percebe-se uma contradição ao se constatar que as equipes técnicas da UGC e das UEPs eram terceirizadas, cabendo aqui o comentário de Sant’Anna (2004, p. 263) ao afirmar que

esse Programa foi “[...] um caso de política pública coordenada e executada por estrutura paralela terceirizada e sem vínculo permanente com qualquer instância do Estado”.

Aliás, o Monumenta tinha uma retórica que primava pelo envolvimento dos governos locais nas questões de preservação e conservação dos bens culturais, enfatizando a parceria público privada, o papel do município e a descentralização do Programa. Construído na segunda metade dos anos 1990, quando as discussões sobre o global e o local estavam em evidência, o Monumenta valorizou o protagonismo da gestão do município, de preferência, ou do estado, como segunda opção, descentralizando as ações do governo federal.

Quando os gestores municipais eram trocados, em decorrência de eleições, era comum ocorrer mudança dos responsáveis técnicos das UEPs<sup>103</sup>, e, quase sempre, essa rotatividade tinha consequências sobre o andamento e a qualidade das obras. Giannecchine e Peixoto (2019) afirmaram que quando havia um bom relacionamento entre a UEP, o IPHAN e a Caixa Econômica, responsável por realizar o pagamento do empréstimo, essa conjuntura resultava em qualidade para a obra.

Em 2003, a partir da posse de Lula na Presidência da República, o Programa mudou de nome, deixando de ser Monumenta/ BID para ser apenas Monumenta, e tomou outros rumos:

[...] o Monumenta, sempre insistindo na parceria com as prefeituras e os setores privados na preservação dos sítios e conjuntos sob sua gestão e autônomo em relação ao IPHAN, vê esse modelo se esboroar. Originalmente simpático à desregulamentação e à retração da atuação do Estado na área patrimonial, o programa se aproxima dos programas nacionais de desenvolvimento para estimular a contrapartida de estados e municípios, de maneira a aumentar sua sustentabilidade e capacidade de replicação (DUARTE JÚNIOR, 2010, 76).

Outra mudança que ocorreu foi a parceria com o IPHAN que assumiu a Coordenação da UCG, passando a controlar o Programa do ponto de vista técnico. Com isso, foi criada uma comissão de arquitetos que ficou responsável por elaborar

---

<sup>103</sup> Com o término do Programa Monumenta, em 2010, as UEPs não se fixaram na estrutura dos municípios, o que pode ser lido como uma não compreensão, por parte dos parte da administração municipal, das propostas do Monumenta e do próprio papel do município no processo de preservação e conservação dos bens culturais. A esse respeito, Bonduki (2010, p, 41) pontuou que “[...] boa parte dos gestores municipais, sobretudo a alta administração, não incorporou a visão abrangente proposta pelo programa”.

os projetos básicos de intervenção, centralizando-os nas mãos desse grupo. Em seguida, numa aproximação com as ações de planejamento urbano, foi firmado um convênio entre o Ministério das Cidades, criado em 2003, o Ministério da Cultura e o IPHAN para que fossem elaborados os Planos Diretores das cidades contempladas.

Foi, então, a partir de ações como essa que podem ser percebidas algumas modificações nas estratégias do Monumenta: Um exemplo a ser citado, é o convênio firmado entre a Caixa Econômica e o MinC para a recuperação de imóveis particulares, no qual foram cobrados juros módicos além do apoio dado pela equipe do Monumenta durante a execução das obras.

A partir de 2005, o Programa procura ampliar mais efetivamente seu âmbito de ação, incorporando projetos que visavam à preservação sustentada dos núcleos históricos. Assim, naquele ano vão ser selecionados, por meio de edital, 77 projetos de promoção de atividades econômicas, de qualificação profissional em restauro e conservação e de criação de núcleos de educação profissional em 46 cidades históricas brasileiras. Essa mesma dinâmica foi repetida em 2007, onde foi selecionada uma série de propostas de educação patrimonial e de promoção de atividades econômicas nos sítios históricos (CASTRIOTA et al., 2007, p. 103).

Em 2005, o Contrato de Empréstimo nº 1.200 OB/BR, firmado com o BID, foi encerrado, finalizando a parceria com o Banco. No entanto, o Monumenta foi estendido até 2010 a partir da atuação dos Fundos Municipais de Preservação, o que levou o Programa a um patamar de promover ações de preservação sustentada “[...] e com o pioneirismo em proporcionar linhas de financiamento a custos baixos e longos prazos para moradores de baixa renda, proprietários de bens históricos, com flexibilização de garantias e análises de risco”, conforme pontou Andrade (2016, p. 48).

Ao se observar os projetos desenvolvidos pelo Monumenta, percebe-se que esse Programa ampliou os tipos de atividades quando comparado a políticas públicas anteriores, a exemplo do PCH. Ações que foram desde intervenções em edifícios históricos de propriedade ou sob proteção federal, qualificação de espaços públicos com obras de infraestrutura na área do projeto, criação de parque urbano, recuperação de imóveis privados com concessão de financiamento subsidiado aos proprietários e implantação de *campi* universitários em ruínas. Houve ainda um trabalho de capacitação de mão de obra especializada, incluindo agentes culturais, guias de turismo e operários da restauração (carpinteiros, ferreiros, pintores, pedreiros).

A partir de 2007, por meio de editais públicos, o Monumenta financiou inventários de bens imóveis, iniciativas culturais e programas educativos voltados à produção de vídeos, filmes e campanhas para promover o desenvolvimento da consciência patrimonial e discutir a conservação dos bens culturais. Quanto a publicações, esse Programa procurou organizar e publicar fontes de informações a exemplo de manuais técnicos com os procedimentos e normas para a manutenção de diferentes materiais de construção, como também os relatos à cerca dos projetos e da implementação dos mesmos em algumas cidades, a exemplo dos resultados obtidos em Porto Alegre que foram amplamente divulgados.

O Programa teve um custo total de 125 milhões de dólares, incluindo o financiamento do BID, os aportes orçamentários da União e as participações de estados, municípios e da iniciativa privada, efetivamente aplicados em 235 projetos<sup>104</sup> espalhados por 26 cidades. A aproximação com o IPHAN, acabou levando o Coordenador Nacional do Monumenta, o arquiteto Luís Fernando Almeida, a ser nomeado Presidente desse Instituto, em 2006, incorporando assim o Programa a esse órgão federal.

O Monumenta trouxe inovações no modo como diferentes agentes uniram esforços para intervir nos bens culturais. Em muitas cidades, essas ações trouxeram dinamização econômica, institucional e cultural por meio da promoção de eventos culturais, como festivais de arte ou datas do calendário religioso. Tais experiências possibilitaram ao IPHAN avaliar e discutir a adoção das estratégias próprias do Monumenta na internalização das suas ações, tanto do ponto de vista conceitual quanto da gestão, com vistas a dar continuidade às consideradas boas práticas de modo permanente.

Quanto às diferentes linhas de atuação, o Monumenta trabalhou com restauro de monumentos e edifícios históricos, financiou obras em imóveis privados, qualificou espaços públicos e desenvolveu projetos especiais, a exemplo da implantação de parque, habitação social e campi universitário, além de ter incentivado a educação patrimonial e ter apoiado a publicação de livros que narram a atuação do Programa em diferentes localidades. A seguir, são apresentados alguns dos exemplos de projetos desenvolvidos:

---

<sup>104</sup> Bonduki (2010, p. 49) informou que o número total de projetos se situa em torno de 1500, sendo que muitos deles seguiram para serem executados junto ao PAC das Cidades Históricas.

- Qualificação de espaços públicos em orlas:

Com relação aos espaços públicos em orlas, muitas cidades antigas têm uma relação de proximidade com a água, a partir da sua localização junto ao mar ou a rios, em decorrência da implantação da rede urbana brasileira nos primeiros séculos da colonização. A construção de muitas dessas cidades, veio acompanhada da presença de um porto e de equipamentos necessários ao seu funcionamento como galpões, para armazenar a produção a ser exportada, balança pública e a própria Alfandega, constituindo paisagens portuárias bastante características e movimentadas por um intenso amalgama social.

Desde o final do século XX que muitas áreas portuárias se tornaram um tema de destaque dentro das propostas urbanísticas e vem sendo alvo de intervenções em diversas partes do mundo, como ocorreu em Lisboa, Londres ou Buenos Aires, por exemplo. No Brasil do início do século XXI, muitas dessas paisagens estavam em processo de degradação e, ao serem selecionadas para participar do Programa Monumenta, foram propostas e financiadas intervenções junto a orlas marítimas e fluviais como ocorreu em São Francisco do Sul (SC), Coumbá (MS), Cachoeira (BA) e Olinda (PE).

- Mercados públicos:

Indispensáveis ao abastecimento de gêneros alimentícios de primeiras necessidades, desde a primeira metade do século XIX, os mercados públicos se fazem presentes enquanto edifício construído nas cidades brasileiras como um equipamento da municipalidade. Geralmente, eles foram implantados em locais onde já se realizavam as feiras livres e até hoje fomentam práticas sociais e culturais diversas. Esta situação levou muitas cidades que receberam financiamento do Monumenta a realizar intervenções em seus mercados, dentre elas: Belém/ PA (Mercado da Carne), Manaus/ AM (Mercado Adolfo Lisboa), Lençóis/ MA (Mercado Público), Oeiras/ PI (Mercado Público), Olinda/ PE (mercado Eufrásio Barbosa), Penedo/ AL (Mercado Público e Pavilhão da Farinha), Goiás/ GO (Mercado Municipal), Diamantina/ MG (Mercado Municipal), São Francisco do Sul/ SC (Mercado Público Municipal), Pelotas (Mercado Municipal).

- Praças e parques urbanos:

A presença de praças sempre foi constante na estrutura urbana das cidades antigas no Brasil. No entanto, o mesmo não se pode dizer da presença dos parques que já eram equipamentos presentes em muitas cidades europeias desde o final do

século XVIII, devido ao crescimento urbano e ao processo de industrialização ocorrido primeiramente lá. Por aqui, esses equipamentos urbanos passaram a figurar em algumas cidades mais desenvolvidas social e economicamente, como o Rio de Janeiro, ou planejadas, como Belo Horizonte, na segunda metade do século XIX. Assim, os parques assumem um papel importante dentro do espaço urbano ao permitir novos usos como o esportivo, o recreio e a contemplação.

O Programa Monumenta, então, recebeu apenas poucas propostas para financiamento de parques, sendo uma em São Francisco do Sul, que não foi executado e outra em Ouro Preto, que criou o Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos. Houve ainda o Parque do Carmo, em Olinda, e o Jardim da Luz, em São Paulo, com dimensões físicas menores e situados ao lado de monumentos como, respectivamente, a Igreja do Carmo e a Pinacoteca do Estado.

Dentre esses, a obra de maior impacto foi, sem dúvidas, a criação do Parque do Horto Botânico e Vale dos Contos. Ouro Preto possuía uma área verde remanescente do horto proposto em 1798. Aliás, Bonduki (2010, p. 193) considera o denominado “Recuperação e Tratamento Paisagístico do Horto Botânico e Vale dos Contos” um dos mais importantes projetos desenvolvidos pelo Monumenta e sobre o qual, o citado autor afirmou: “[...] a transformação de áreas verdes e livres no interior do núcleo histórico de Ouro Preto em um grande parque urbano foi o projeto-âncora do Programa Monumenta na cidade”. Esse parque definiu um percurso, interligando importantes edifícios da cidade

- Atividades paralelas:

Foi a partir de 2007, que o Monumenta financiou ações de Educação Patrimonial, agendas de iniciativa cultural para consolidar calendário de eventos, rotas de turismo cultural nas cidades históricas, como também oficinas escolas que se dedicaram a formar mão de obra especializada (artífices) em trabalhar com edifícios antigos. Os editais atenderam a 87 municípios e tais atividades ocorreram sob supervisão da UCG e das UEPs para garantir uma abrangência social.

- Publicações:

O Monumenta teve a preocupação de deixar registrado em publicação muitas das suas atividades, documentando as etapas, os procedimentos de trabalho e os resultados. Esses livros tornaram-se fonte de consulta não apenas sobre a política implementada pelo Programa, mas também sobre a conservação dos bens

patrimoniais, por conterem informações detalhadas a respeito de procedimentos técnicos adotados em diferentes tipos de obras.

Esse Capítulo 2 observou as ações do governo brasileiro e em especial do Monumenta em favor da preservação dos bens culturais. Dando prosseguimento a essa pesquisa, o Capítulo 3, a seguir, observa a praça na história das cidades, discute o seu conceito e apresenta os três objetos empíricos. Analisar os estudos de caso permitiu observar como as estratégias do Programa aconteceram de forma prática, acompanhando o encaminhamento dos projetos urbanísticos e estudando as obras concluídas, tudo isso permeado por diálogos com os arquitetos responsáveis por tais intervenções.

### 3. OS ESTUDOS DE CASO OU AS AÇÕES DO PROGRAMA MONUMENTA EM TRÊS PRAÇAS

Esse terceiro capítulo apresenta as ações do Programa Monumenta nos três estudos de caso, objetos empíricos de pesquisa dessa tese, que são o Largo do Theberge, em Icó (CE), a Praça de São Pedro, em Mariana (Mg) e a Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE). Todas essas praças estão situadas em cidades pequenas e foram implantadas no núcleo primaz ou próximo a este, até cerca de 150 anos após a fundação da povoação. É comum a cada uma delas a presença de edifícios religiosos no seu entorno<sup>105</sup>.

Para se aproximar dos estudos de caso discutidos nessa tese, além de observar os referenciais teóricos, foi preciso ir a campo e buscar informações junto a arquivos e aos técnicos envolvidos nos projetos de intervenção das três praças. Paralelamente, procurou-se conhecê-las numa leitura crítica, identificando a sua situação dentro da cidade, observando a organização espacial, os acessos, a morfologia urbana e as qualidades do espaço físico, mapeando seus aspectos visíveis *in loco* através da observação do cotidiano, o que permitiu diagnosticar conflitos entre o desenho e os usos.

A partir das viagens realizadas para coletar dados<sup>106</sup>, foi montado o seguinte quadro que sintetizou a presença e ausência de informações sobre as praças aqui estudadas.

---

<sup>105</sup> Na realidade, a lista de praças que passaram por ações do Monumenta e que possuem essas mesmas características ainda incluem a Praça João Pinheiro, no Serro (MG), a Praça Matriz de Antônio Dias, em Ouro Preto (MG) e a Praça Barão de Penedo, em Penedo (AL), totalizando seis espaços. A Praça da Matriz, em Alcantara (MA) não foi aqui considerada pelo fato de a Igreja de São Matias ser uma ruína. Portanto essa pesquisa investigou exatamente 50% do cenário identificado.

<sup>106</sup> Foram realizadas as seguintes viagens para coleta de dados:  
- Icó: dezembro de 2017 e Fortaleza: dezembro de 2019; Mariana: maio de 2018 e maio de 2019; São Cristóvão: maio de 2018 e Brasília: outubro de 2019

Quadro 02 – Coleta de dados das praças

	Largo do Théberge – Icó/CE	Praça de São Pedro – Mariana/MG	Praça São Francisco – São Cristóvão/SE
Projeto Urbanístico	Sim	Sim	Não
Memorial Descritivo	Não	Sim	Não
Levantamento fotográfico	Sim	Sim	Sim
Entrevista – técnico do IPHAN	Sim	Não	Não
Entrevista - arquiteto autor do projeto	Sim	Sim	Sim
Entrevista – técnico do Monumenta	Não	Sim	Sim
Documentos (atas, ofícios)	Sim	Sim	Não

Fonte: Maria Helena Azevedo

Foram realizadas imagens fotográficas de acordo com os procedimentos da visão serial, conforme a proposição de Cullen (2008). Essa ferramenta de observação e análise do espaço urbano trabalha a partir de sequências feitas em desenhos ou em fotografias que instigam a percepção sensorial, envolvendo o olhar, as reações do observador e o conteúdo dos elementos observados, facilitando a interação entre o sujeito e a paisagem.

As relações visuais dos percursos foram apreendidas numa leitura de diferentes pontos de vista, construindo dados a partir da interação com os elementos morfológicos observados. Dessa forma, a visão serial se tornou uma chave de leitura do espaço físico das praças aqui estudadas, colaborando para o estudo de sua materialidade física.

Posteriormente, quando do contato com os arquitetos, nos seus respectivos escritórios, foram localizados documentos<sup>107</sup> como os projetos, memorial descritivo e fotografias. O projeto urbano foi discutido com os responsáveis por meio de entrevistas semiestruturadas<sup>108</sup> que permitiram extrair informações significantes para os objetivos dessa pesquisa, contribuindo com informações para o entendimento da

<sup>107</sup> No caso do projeto da Praça São Francisco, em São Cristóvão, o arquiteto que desenvolveu o estudo possuía fotografias, maquetes eletrônicas e detalhamentos, não tendo sido localizado o arquivo do projeto urbano e nem o memorial.

<sup>108</sup> Ver Apêndice 01

proposta projetual e acerca do andamento das obras, trazendo dados que outras fontes de pesquisa não haviam feito.

Os projetos do Largo do Theberge e da Praça de São Pedro foram executados a partir de parcerias com as Prefeituras de Icó e de Mariana, respectivamente. Já em Sergipe, a cooperação com o Monumenta se deu a partir de convênios firmados com o Governo do Estado de Sergipe, tendo a Secretaria de Infraestrutura ficado responsável por acompanhar o Programa.

Conforme informa o quadro 01, há uma ausência expressiva de documentos da Praça São Francisco. Eles não foram localizados na Superintendência do IPHAN, em Aracaju, no Escritório Técnico, em São Cristóvão, na Sede do IPHAN, em Brasília, e nem com os autores da proposta. Aliás, dos três estudos de caso aqui pesquisados, é importante registrar que o projeto dessa praça não foi desenvolvido por um escritório particular, mas sim por uma equipe de arquitetos montada quando o Monumenta foi incorporado ao IPHAN e a coordenação do Programa foi assumida por Marcelo Ferraz.<sup>109</sup>.

Os problemas para localizar os dados da Praça São Francisco, de fato, dificultaram a obtenção de um conhecimento mais amplo da realidade estudada, com a possibilidade de gerar tensões entre a ausência de documentação e a narrativa aqui construída. No entanto, partindo do entendimento que a escassez de fontes não deve ser vista como obstáculo, mas sim como estímulo, foi viável buscar paralelos nas proposições de Ginzburg (1992, p. 169) para quem “Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos”. Com isso, intuição, rigor e técnica se combinam na coleta e averiguação de dados aparentemente irrelevantes, mas que conduzem a verdades factíveis.

O caminho proposto nessa tese, então, foi reconhecer que, ao intervir num patrimônio, uma sociedade o faz criando formas que podem ser lidas e interpretadas. Foi possível também abordar o contexto no qual a Praça São Francisco, enquanto projeto e obra, foi produzida. Em paralelo, tomando-se por base o sistema de referências das outras duas praças, procurou-se equacioná-las metodologicamente da maneira mais próxima possível, conforme será demonstrando ao discuti-las na

---

<sup>109</sup>Marcelo Ferraz é um arquiteto formado pela FAUUSP na década de 1970, foi estagiário de Lina Bo Bardi, é sócio do Escritório Brasil Arquitetura, tem experiência em projetos de intervenção em edifícios patrimoniais e esteve à frente do Programa Monumenta entre 2003 e 2004.

segunda parte desse capítulo 3, já que este se inicia situando o elemento morfológico praça nas cidades ao longo da história e discutindo esse conceito.

### 3.1 – A Praça como Elemento Urbano

Entendendo que, desde os tempos da ágora da Grécia Antiga, a praça costuma ser o lugar do lazer, dos encontros, do comércio, das festas públicas, das encenações teatrais, dos torneios esportivos e, também, das manifestações de natureza política com suas desobediências ou resistências, é imprescindível examinar aqui como tais elementos morfológicos foram se conformando ao longo da história da cidade, pontuando as suas funções, a trama urbana e os elementos que a configuram. Portanto, partindo da concepção de que esses espaços continuam sendo elementos morfológicos relevantes nas cidades atuais, foi feita uma revisão na literatura, baseada em referenciais estrangeiros e nacionais, que permitiram investigar o conceito de praça e entender o papel que elas tiveram nas cidades coloniais brasileiras.

Pesquisando, então, a presença da praça na história das cidades, De Angelis et al. (2005, p. 04) afirmaram que a ágora era um espaço aberto, amplo e central, rodeada de colunas e estátuas para a realização de reuniões nas quais alguns cidadãos tinham o direito de ir ali para discutir política, debater problemas e formar opinião. A ágora era um lugar privilegiado no espaço da cidade e, como definiu Morris (2004, p. 42), “[...] não era uma simples praça pública, era o centro nevrálgico da cidade, seu coração vivo”, cabendo a ela o papel de antecessora das praças atuais:

[...] servia de ponto de encontro da população seja para decisões políticas ou judiciais, seja para tomada de decisões da assembleia, seja para trocar bens e mercadorias. Em época helenística e romana, quando as cidades gregas perderam sua autonomia política, as ágoras passaram a ser, em geral, o local do mercado, adquirindo uma conotação sobretudo comercial (FLORENZANO, 2015, p.15).

Quanto à praça romana, a sua origem está associada à reunião de várias tribos que fundaram um mercado comum chamado de fórum, onde se realizavam assembleias, como também disputas atléticas e de gladiadores. Para Funari (2002), em volta do fórum, localizavam-se lojas e repartições, tornando esta praça um lugar movimentado e barulhento. Já De Angelis et al. (2005, p. 05), ao tratar das diferenças

entre a ágora e o fórum romano, explicaram que este último possuía um traçado complexo e desordenado com edifícios destinados a funções distintas, como os templos, o mercado e o teatro sem relação explícita formal entre eles.

No período medieval, as *urbs* possuíam alguns vazios urbanos, em seu tecido intramuros, classificados de acordo com a sua função em praça de entrada da cidade, praça como centro da cidade, praça do mercado, praça da igreja (*parvis*) e a praça agrupada, reunindo o mercado e a igreja. No entender de Mumford (1991, p. 334), a praça medieval reinvestiu as funções do antigo fórum ou ágora. Tipicamente marcadas por uma morfologia irregular (Figura xx), elas abrigavam desde festas de casamentos a velórios, passando por comemorações de batalhas a espetáculos de saltimbancos.

Figura 23: A *Place de la Liberté*, em Sarlat/ FR é um exemplo de praça com desenho irregular: ora mais largo, ora mais estreito até se afunilar.



Fonte: Cartão Postal disponível em <https://collection-jfm.fr/p/cpsm-france-24-sarlat-place-de-la-liberte-152069>. Acesso: 06/08/2021

Já mais para o final da Idade Média, as atividades nas praças de desenho irregular foram dando espaço à prática de esportes urbanos com a realização de torneios e competições. Foi por esse tempo, também, que foram realizadas as primeiras ações para aproximar o traçado de algumas praças de uma geometrização das formas (Figura XX):

A *Piazza del Campo* de Siena, reconfigurada por ocasião da construção do *Palazzo Pubblico* (prefeitura) no final do século XIII, é a praça emblemática da passagem da Idade Média para o Renascimento, período marcado pelo fortalecimento do comércio e pela preocupação com a beleza do ambiente construído (ALEX, 2011, p. 31)

Na Alta Idade Média, começaram a surgir em países como França, Itália e Portugal, dentre outros, a criação de cidades planejadas, fundadas dentro de uma política de repovoamento dos reinos e de consolidação da autoridade real. Esses núcleos urbanos foram construídos com um traçado geométrico, possuindo praças com desenho regular. Elas apareceram nas bastides do sudoeste francês, nas novas vilas da Toscana ou no norte português.

Figura 24: *Piazza del Campo*, em Siena, reconfigurada no final do século XIII.



Fonte: <https://m.visittuscany.com/en/attractions/piazza-del-campo/>. Acesso em 06/08/2021

Delimitada por edifícios públicos, religiosos ou por palácios, a praça renascentista se tornou um recinto embelezado, dando destaque para a arte urbana ao enquadrar monumentos a exemplo de obeliscos, estátuas ou chafarizes. Aliás, Sitte (1992, p. 30) comentou sobre a harmonização entre praças e edifícios na Renascença, afirmando o quanto aquelas eram valorizadas e observando que, em seu tempo, no final do século XIX, as cidades de construção recente haviam perdido esse caráter.

Conforme Segawa (1996, p. 33) explicou, no fim da Idade Média e no Renascimento, a praça, costumava atrair tudo o que não era oficial. Até mesmo a linguagem ali usada nos discursos do povo era diferente, não possuindo regras de etiqueta como a linguagem oficial dos palácios ou da Igreja, já que “A vida na praça pública era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática” (SEGAWA, 1996, p.33).

Em geral, os estudos sobre a forma urbana do final do século XV até o século XVIII, na Europa, abordam a transformação da paisagem das cidades: as ruas medievais, de crescimento espontâneo e desenho sinuoso foram dando lugar a ruas planejadas e de traçado retilíneo. Quanto às praças, elas se tornaram um lugar de maior importância a partir do Renascimento. Segundo Lamas (2004, p. 102), a partir de então, elas apareceram com maior frequência no desenho de cidades que cresciam ou que surgiam a partir de então, para ser cenário de uma vida social e de manifestação do poder.

Foi pesquisando sobre as cidades da renascença italiana que Calabi (2008, p. 67) chamou a atenção para as muitas praças reestruturadas no século XV a fim de atender a demanda de usos específicos, fossem exigências de natureza religiosa ou governamental, a exemplo da intervenção que ocorreu na colina do Campidoglio<sup>110</sup>. Por volta de 1537, quando o poder cívico de Roma declinava em função da supremacia do Papa, a pedido de Paulo III, Michelangelo propôs ordem visual àquele espaço urbano por meio de um desenho cuidadoso e organizado com base na simetria e proporção:

A área [do Campidoglio], quando em 1538 o arquiteto começa o seu trabalho, era um cenário de grande confusão, na colina histórica, em cima do foro um conjunto de velhos edifícios sem uma lógica de conjunto. Desse caos, Michelangelo faz uma obra prima urbana, localizada ao longo de um dos eixos principais de Roma; [...] (CALABI, 2008, p. 79).

Ao relatar a prática de intervenção nas praças medievais italianas já no período Renascentista, Calabi (2008, p. 67) identificou os projetos que foram observados por ela como “[...] sensíveis às preexistências, flexíveis, muitas vezes indecisos, condicionados por instabilidade edilícia e funcional”, informando também que a condição de degradação das praças pareceu-lhe ser a justificativa para as ações de reestruturação.

---

<sup>110</sup> O Campidoglio é uma das sete colinas de Roma e era onde ficava o Senado, desde os tempos da Roma Antiga. No período medieval, o mercado e a prefeitura também se estabeleceram lá, constituindo uma fortaleza com torreões em suas esquinas, segundo a explicação de Morris (2004, p. 204). No início do séc. XV, o Palácio do Campidoglio estava em processo de arruinamento a tal ponto que as autoridades municipais precisaram despachar na Igreja de Santa Maria in AraCoeli, situada nas proximidades.

Figura 25: Gravura de Étienne Dupérac com a visão do alto da *Piazza del Campidoglio*.



Fonte: [https://www.researchgate.net/figure/Piazza-del-Campidoglio-in-Rome-Incision-of-Etienne-Duperac-1569\\_fig9\\_252068110](https://www.researchgate.net/figure/Piazza-del-Campidoglio-in-Rome-Incision-of-Etienne-Duperac-1569_fig9_252068110). Acesso em:06/08/2021.

Em Valladolid, após o incêndio que devastou a cidade em 1561, conforme os registros de Martín Gonzalez (1959, p. 165), Filipe II (1527-1598) decidiu remodelar a praça medieval e encomendou a Francisco de Salamanca<sup>111</sup> um novo desenho cuja proposta tinha linhas retilíneas, ângulos retos e espaço unitário amplo, conforme as recomendações do modo de construir renascentista e bem apropriada para as festas e cerimônias de uma corte empenhada em difundir os ideais da contra reforma. A nova praça logo ganhou a admiração dos viajantes e passou a ser o modelo de inspiração para o ideal urbanístico de espaço público tão característico das formas urbanas de origem espanhola, a *plaza mayor*, cuja influência, como veremos adiante, é apontada por muitos na Praça São Francisco, em São Cristóvão/ SE.

Quanto às praças portuguesas, Teixeira (2001, p. 69) explicou que elas se implantaram lentamente na trama dos aglomerados urbanos lusitanos. Até mesmo nos casos das cidades medievais planejadas na Idade Média, não existiam praças estruturadas e os espaços que cumpriam essas funções ficavam situados juntos às portas ou adjacentes às muralhas. Só por volta do século XVI, é que elas começaram a estar presentes de maneira organizada nas cidades portuguesas e isso se dá exatamente a partir do caso do Terreiro do Paço, que mais tarde irá se transformar na Praça do Comércio, implantado na foz do Rio Tejo, e que teve repercussões acerca do próprio conceito de praça em Portugal.

<sup>111</sup> Francisco de Salamanca (1514-1573): dono de conhecimentos sobre escultura, arquitetura, urbanismo e carpintaria, vivia em Valladolid e trabalhou nas reformas implementadas na cidade após o incêndio.

Na realidade, em finais do séc. XV, a área da Ribeira foi reestruturada por um plano de reordenamento urbano e arquitetônico de Lisboa<sup>112</sup>, implementando entre 1498 e 1499, conforme explicou Cárta (2012, p. 17). O resultado é que ali foi definida uma praça em cujos arredores se instalou um palácio, para moradia dos reis e os edifícios da administração. Com isso, essa praça tornou-se o epicentro político de Portugal onde se reuniam o poder real e o poder administrativo, numa estratégia na qual o espaço urbano contribuiu para dar uma face racionalista à monarquia nacional portuguesa.

O Terreiro do Paço foi atingido por um terremoto e por um incêndio em 1755 e a parte baixa de Lisboa foi destruída e arrasada. Uma nova praça renasceu encima dos escombros da antiga a partir do plano de recuperação da capital elaborado por Manuel da Maia e seus auxiliares Eugênio dos Santos e Carlos Mardel. Selecionado pelo Marquês de Pombal, Primeiro Ministro português, o desenho proposto buscou referencias de memória morfológicas da antiga praça a partir de elementos construídos como as arcadas antes ali existentes e também no torreão que pertencia ao palácio dos reis de Portugal, conforme afirmou Pimentel (2008, p. 108).

Figura 26: Vista aérea do Terreiro do Paço ou Praça do Comércio em Lisboa.



Fonte: <https://turismo.culturamix.com/cultural/praca-do-comercio>. Acesso em: 06/08/2021.

O resultado foi uma praça de traçado retilíneo (Figura 26), em formato de um quadrilátero monumental, aberta ao Tejo, que se converteu no eixo do reordenamento

---

<sup>112</sup> Essas obras eram de responsabilidade do Senado da Câmara e além do Terreiro do Paço, trataram do arruamento, do cais do porto, das portas da cidade, dos chafarizes e de edifícios como a padaria, os açougues e o seleiro público em Lisboa.

urbano da cidade. Mesmo diante das necessidades de quem precisava se recuperar de uma tragédia, numa lógica de concepção política, o projeto procurou conservar aquele ambiente como a representação simbólica de um lugar que expressava o poder. Vinte anos após o terremoto, em 1775, a imponente estátua equestre de d. José I foi colocada no ponto central da nova praça, cuja concepção, teve repercussões no próprio conceito de praça em Portugal e também no Brasil a partir de um desenho marcado pela racionalidade construtiva, tão característica do Renascimento.

Já quanto à praça brasileira, discutindo a sua gênese, Caldeira (2007, p. 57) a associou a duas manifestações de origens distintas: “uma, nas aldeias e assentamentos indígenas existentes, e outra, nas vilas e cidades implantadas no âmbito urbano”. De acordo com os registros deixados pelos primeiros exploradores, a exemplo das gravuras de Hans Staden<sup>113</sup>, nos aldeamentos indígenas, era comum a presença de um espaço central de uso coletivo, circundado pelas tabas, para a realização de reuniões e cerimônias sagradas. Esse espaço, que foi representado em mais de uma gravura, ora aparece com desenho circular (Figura 27) ora aparece com desenho quadrangular (Figura 28), e pode ser interpretado como uma praça destinada às necessidades de uso coletivo dos povos ancestrais quando da realização de seus rituais.

Figura 27: Gravura de Hans Staden onde se vê o espaço central circular de uma aldeia indígena



Fonte: [https://www.ebiografia.com/hans\\_staden/](https://www.ebiografia.com/hans_staden/), acessado em 05/08/2021.

---

<sup>113</sup> Hans Staden (1525-1576) foi um aventureiro alemão que esteve duas vezes no Brasil. Em sua segunda estadia foi feito prisioneiro pelos indígenas tupinambás no litoral de São Paulo. Após conseguir se libertar, retornou à Alemanha onde escreveu um livro contando sobre o convívio com os nativos. A publicação é do ano de 1557 e se chama *Duas Viagens para o Brasil*.

Figura 28: Gravura de Hans Staden mostrando o espaço central de formato quadrado em uma aldeia indígena



Fonte: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/10.116/6269>. Acesso em: 05/ 08/2021

No século XVI, quando as primeiras povoações brasileiras começaram a ser construídas junto ao mar, na beira de baías ou na margem de rios, as praças tiveram um papel destacado e, por vezes, até mesmo estruturante na malha urbana de muitas cidades em decorrência dos edifícios que se implantavam em seu entorno. Um exemplo disso é a Praça da Câmara (atual Praça Municipal), em Salvador, fundada em 1549 e onde se localizavam o armazém, a Casa dos Governadores, o Pelourinho, a Casa da Moeda e a Câmara.

As funções das praças variavam entre a religiosa, o mercado, aquelas de natureza político administrativas e as militares, podendo ser encontrada mais de um tipo nos núcleos urbanos mais destacados:

Existiam ainda outros espaços urbanos que se consolidavam como praças. Então neste caso os terreiros de conventos e os adros de igrejas, bem como os terreiros localizados junto às portas da cidade, no interior. As praças podiam também gerar-se a partir dos espaços residuais que resultavam do encontro de malhas urbanas construídas em momentos distintos, estruturando-se progressivamente a partir deles (TEIXEIRA, 2004, p. 27).

É sabido que o processo de colonização do Brasil foi profundamente moldado a partir de acordos firmados entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica<sup>114</sup>, com repercussões sobre a organização do território. Muitos núcleos urbanos foram sendo construídos a partir da implantação das paróquias, dentro de um contexto impregnado

<sup>114</sup> No Brasil colônia, a organização e expansão do catolicismo foi feita através do “padroado”, que foi o direito cedido pelo papa ao rei português, passando esse último a deter o poder de organizar a Igreja nas novas terras e prover condições para o culto, podendo propor a criação de dioceses, apresentar bispos a cargos eclesiásticos e recolher dízimos.

de fervor religioso no qual “[...] o nascimento e a morte, as celebrações, as tradições, o modo de vida individual e coletivo [...]”, conforme explicou Teixeira (2009, p. 29), faziam parte de um mundo católico. Essa influência foi além da dimensão social e expressou-se também na dimensão do espaço urbano de acordo com os interesses voltados a expandir a fé católica:

A imbricação entre a Igreja e o Estado acarretou formas espaciais específicas para as nossas cidades, distintas das ibero americanas. Além de propagar a fé, os religiosos exerciam um importante papel político, social, normativo e institucional. O Concílio de Trento (1545 a 1563) e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (publicadas em 1719) regeram em âmbito variado a vida religiosa e mundana brasileira. As Constituições recomendavam que as construções sagradas estivessem em lugares decentes, em sítios altos e livres de umidade. Caso já houvesse ocupação na vila, as igrejas deveriam se instalar onde pudessem passar as procissões. Outra recomendação dizia respeito ao adro – área livre em frente da igreja, praticamente uma *piazza* [...] (FRIDMAN e MACEDO, 2013, p. 04).

As normas eclesiásticas, portanto, regulamentavam o traçado das povoações, vilas e cidades muito mais do que as do Estado. A respeito dessas constituições, Marx (2003, p. 18) afirmou que, acobertadas pela coroa portuguesa, elas “[...] ganharam força de lei e terminaram por influir mais que do a lei nos incipientes estabelecimentos coloniais lusitanos, simplesmente porque eram acatadas e estavam muito bem estipuladas”. A eficácia e o rigor com que essas normativas se impuseram marcou com traços relevantes a paisagem urbana que começava a se moldar.

Além das matrizes, também foram construídas capelas, ermidas, conventos e mosteiros que se destacavam como edifícios singulares não apenas por uma arquitetura requintada, mas também pela própria implantação na trama urbana. Portanto, as relações políticas dominantes estabelecidas entre a Igreja e o Estado Português se concretizaram no espaço dos núcleos urbanos brasileiros, definindo aspectos como a presença e a localização das praças, por um lado, e influenciado o modo como elas foram usadas coletivamente:

Uma igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações mais antigas. Os templos, seculares ou regulares, raramente eram sobrepujados em importância por qualquer outro edifício, nas freguesias ou nas maiores vilas. Congregavam os fiéis, e os seus adros reuniam em torno de si as casas, as vendas e quando não o paço da câmara. Largos, pátios, rocios e terreiros, ostentando o nome do santo que consagrava a igreja, garantiram uma área mais generosa à sua frente e um espaço mais condizente com o seu frontispício (MARX, 1980, p. 54).

Em dia de festas santificadas, muitas delas com significação política, os adros funcionavam como suporte aos rituais e às celebrações, acolhendo os fiéis, sujeitos sociais que tinham com aquele espaço práticas de atividades devocionais da vida da cidade, em dias santificados, que ocorriam fora do templo, a exemplo das procissões. Eles ainda recebiam elementos da arquitetura efêmera (arcos, quiosques ou pavilhões), serviam como palco para as representações teatrais, especialmente aquelas usadas com finalidade doutrinadora, e “[...] eram ainda a sala de espera dos escravos, pois somente os libertos podiam assistir às funções litúrgicas”, como explicou Vaz (2001, p. 153).

Assim, durante todo o período colonial, as praças, ou melhor dizendo, os largos, pátios, rocios e terreiros representaram a localização do poder, fosse ele civil, por meio das casas de Câmara e Cadeia ou do pelourinho, fosse ele religioso, por meio da presença da igreja. Nas fundações do século XVII, a praça continuou sendo uma componente fundamental do traçado, abrigando os mesmos edifícios já destacados, porém, muitas vezes, dentro de um novo desenho da forma urbana que passou a fazer uso, com mais frequência, de quadras com formatos regulares em um traçado urbano de base geométrica.

Em suas pesquisas sobre as praças brasileiras, Robba e Macedo (2010) além de apresentarem a gênese da praça na cidade colonial, ainda apresentaram as praças do Eclétismo, as praças do Modernismo e as praças contemporâneas. Porém, essa tese se reservou a observar as características desses espaços na cidade brasileira do período colonial, uma vez que as praças que serão aqui analisadas pertencem a tal recorte temporal.

A revisão da literatura permitiu entender que, com o decorrer do tempo, ocorreram modificações quanto à função e, também, quanto à forma das praças. Por outro lado, é possível afirmar a forte relação de proximidade entre esses elementos morfológicos e a ideia de urbano, quando relacionada ao próprio processo histórico de manifestação da vida comunitária. A praça vem tendo a função de aproximar e reunir a população no espaço público há séculos, fortalecendo vínculos entre a cidade e o cidadão, construindo valores e gerando a sua própria história dentro da história da cidade.

As referências bibliográficas aqui estudadas também permitiram discutir o conceito de praça junto a autores como Lamas (2004, p. 176) que a entende “[...] como um recinto ou lugar especial, e não apenas um vazio na estrutura urbana”. Essa percepção reforça a ideia da praça como um elemento destacado dentro da estrutura da cidade, como o espaço embelezado e circundado por edifícios civis e religiosos onde a vida urbana acontece.

Em seus estudos, Robba e Macedo (2010, p. 16) afirmaram que “Os espaços secos que caracterizam as *piazze* e *plazas* da Europa, no Brasil, são chamados de largos, pátios ou terreiros, e o termo praça está normalmente associado a espaços ajardinados”. Esses autores entendem que o conceito de praça é relacionado a espaços que são livres de edificações, são de uso público e urbano, destinam-se ao lazer e ao convívio da população, sendo acessíveis aos cidadãos e livres de veículos.

Por sua vez, Sá Carneiro e Mesquita (2000, p. 29), ao tratarem sobre espaços livres públicos, fazem uma distinção entre praça, pátio e largo. Para essas autoras, as praças são elementos organizadores da circulação e da amenização pública, possuindo uma função de convívio social. Em geral, possuem canteiros, cobertura vegetal e mobiliário. Já os pátios são apresentados como elementos relacionados à presença de igrejas ou de outros edifícios singulares. Sendo pavimentados, eles também são destinados aos encontros sociais e a atividades lúdicas temporárias. Assim, o largo é apontado pelas autoras como um espaço definido a partir de um equipamento comercial ou alguma edificação pública como o mercado, podendo abrigar atividades lúdicas também.

A concepção de praça trazida por Alex (2011, p. 23) diz respeito a uma construção e um vazio ao mesmo tempo, sendo um centro social integrado ao tecido urbano, cuja importância é associada ao seu valor histórico e a sua participação na vida da cidade. A ideia trazida por esse autor aborda a praça como o vazio urbano, como a ausência de ambiente construído, porém ele lembra que a praça em si é uma construção, seja pelo tratamento de piso, associado a vegetação, o mobiliário urbano ou ainda a algum elemento escultórico, por exemplo. Do ponto de vista morfológico, existem relações volumétricas e de escala entre o vazio da malha urbana e os edifícios situados no seu entorno como também entre a própria praça e as vias que a circundam ou que nela desembocam.

No entender de Caldeira (2007, p, 14), a praça é um espaço camaleônico, que consegue se modificar e adaptar-se às transformações das cidades, adquirindo uma diversidade de formas e funções sem deixar de ser espaço coletivo. Ali ocorrem construções sociais, expressões culturais e interações espaciais que permitem aos seus usuários reafirmarem ou negarem práticas. Com isso, as praças possuem vínculos que unem os cidadãos ao seu meio físico e podem ser associadas a conceitos como lugar de memória e de identidade urbana.

Observando as ideias trazidas acima, é possível adotar uma concepção teórica de praça como sendo um espaço livre público e urbano, sem a presença de veículos, cujas formas e funções vem se transformando ao longo dos anos. Apesar dessas transformações, ela continua sendo o palco para manifestações de natureza social, cultural e política, fazendo-se presente na vida dos usuários que com ela interagem e na história da cidade onde se localiza e é de posse desses conceitos que os três estudos de caso dessa tese são apresentados a seguir.

## 3.2 Largo do Théberge

### 1) Informações Gerais

- Logradouro: Largo do Théberge
- Localização: Icó/ CE



Coordenadas Geográficas: -6°.40'05", -38°.86'25"

- População: 62.251 habitantes (no ano 2000)
- Assinatura do Convênio com o Programa Monumenta: 04/07/2002.
- Data do Projeto: 2002
- Conclusão da Obra: 2004
- Valor da Obra: R\$ 1.807.377,77
- Agentes envolvidos no projeto da praça:

Mandatário Político: Prefeito Francisco Leite Guimarães Nunes

Arquitetos responsáveis pelo projeto: Aída Montenegro, Campelo Costa, Nelson Serra (Nelson & Campelo Arquitetos Associados)

Coordenador da UEP/ Icó: Engenheiro José Kildare Felinto Colares

Consultor da UNESCO para as obras do Programa Monumenta no Icó:  
Arquiteto José Renato Cirino Nogueira Júnior

- Visitas à praça para coleta de dados: dezembro/ 2017
- Entrevista com os autores do projeto: dezembro /2019
- Parecer/ Avaliação sobre a necessidade do Projeto<sup>115</sup>: A cidade de Icó foi selecionada dentre 20 cidades brasileiras para participar do Programa Monumenta, que visa a preservação do Patrimônio Histórico, com o aumento da utilização econômica, cultural e social das áreas de intervenção. O Largo do Théberge foi selecionado por corresponder ao conjunto arquitetônico de maior relevância e integridade, com a presença dos monumentos localizados em seu entorno, além do traçado urbanístico imposto pela coroa portuguesa.

<sup>115</sup> Avaliação constante no Relatório de Impacto do Sistema de Tráfego gerado pela Recuperação Urbana do Largo do Théberge que foi produzido para o Programa Monumenta, em fevereiro de 2002.

- Razão pela qual a praça foi selecionada para a pesquisa: Ao se observar o Largo do Théberge (Figura 29), percebe-se que o projeto urbano foi cuidadoso em observar a presença do cruzeiro e da Matriz ali situados: chamou a atenção o tratamento do piso com linhas e cores diferenciadas, destacando esses elementos morfológicos que são patrimônio da cidade. Outro aspecto foi a presença de arborização, tendo sido criados ambientes de estar que convidam os usuários a permanecerem embaixo das mangueiras. Em outras palavras, após a ação financiada pelo Monumenta, o largo é apropriado pela população.

Figura 29: Vista atual do Largo do Théberge com as ruas do entorno



Fonte: Fabiano da Silva Gomes (2020)

## 2) Vida Social, Usos e Apropriação da Praça:

- Eventos: Festa do Senhor do Bonfim, Forricó<sup>116</sup> (festa do forró), festejos juninos
- Solenidades: Procissão de Nossa Senhora da Expectação, Procissão de São José, Procissão do Senhor do Bonfim.
- Usos (previstos e imprevistos): Caminhada, contemplação, festas públicas.

<sup>116</sup> O Forricó é uma festa de rua que homenageia o forró, atrai uma multidão para o Largo do Théberge e costuma acontecer no mês de julho.

- Cotidiano: A população frequenta a praça e faz uso dos bancos localizados à sombra de frondosas mangueiras. No trecho que fica por trás da Igreja de São José, ou igreja grande, é comum os moradores das redondezas usarem os pergolados da praça como varal para estender roupas.

### **3) História e Morfologia do Largo do Thebérge**

No período colonial, como o litoral brasileiro estava voltado à produção do açúcar, muito bem aceito no circuito internacional, não havia terras para outro tipo de economia por ali. Por isso, em busca de espaços para se criar gado, foi preciso adentrar aos sertões que, possuindo uma vegetação menos densa, não demandavam a derrubada de matas. Segundo Jucá Neto (2014, p. 363), “A ocupação do território cearense significou, durante o século XVIII, a inserção de áreas localizadas no sertão nordestino, propícias ao desenvolvimento da pecuária, à economia brasileira”.

Os caminhos percorridos, então, pelas boiadas oriundas do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia foram responsáveis pela formação dos primeiros povoados cearenses. O gado traçou percursos em busca dos rios e de suas várzeas e nessa gestão territorial das atividades da pecuária foram se instalando currais e casas de morada, dando origem aos povoados-fazenda.

Foi assim, entre o final do século XVII e o início do século XVIII, que os primeiros desbravadores começaram a chegar à região onde hoje se encontra o Icó. Aquela área era habitada por indígenas e a sua colonização não foi fácil, tendo havido lutas sangrentas pelo domínio da terra. Além disso, a baixa rentabilidade da pecuária, não despertou interesse para que Portugal investisse na região e, por isso, “Na maioria das vilas criadas, as diretrizes urbanísticas portuguesas não foram implantadas tais como as Cartas Régias fundacionais apregoavam”, como explicou Juca Neto (2014, p. 364).

A primeira edificação por ali construída foi uma capela, em 1709, dedicada a Nossa Senhora da Expectação, próxima às margens do Rio Salgado e destinada a abrigar o túmulo de uma filha de Francisco de Monte Silva, um fazendeiro das redondezas. Em 1736, o Conselho Ultramarino elevou o Icó a condição de vila:

[...] após a escolha do sítio junto à matriz existente, em um lugar saudável e com um bom provimento de água, dever-se-ia marcar a praça e dali delinear ruas retas, bastante largas, deixando espaço "p<sup>a</sup> se edificarem as cazas nas mesmas directuras e igualdade com seus quintaes competentes de sorte que

a todo o tempo se conservem a mesma largura das ruas". Após a marcação das ruas, se demarcaria o lugar em "o qual se hajam de formar a casa de Camara e das Audiências e a cadeia para que nas mais áreas se possam edificar as casas dos moradores com seus quintaes na forma que parecer a cada um como fiquem a facia das ruas". Deixar-se-ia, ainda, área bastante para o logradouro (JUCÁ NETO, 2014, p 369).

A localização do Icó é privilegiada dentro da Província do Ceará, já que por ali se conectam algumas bacias hidrográficas importantes. Por outro lado, para aquela região também convergiam duas estradas que conduziam os bois sertão a dentro – a estrada Geral do Jaguaribe e a estrada Nova das Boiadas. Além de servirem para a passagem dos rebanhos, esses caminhos se fixaram formando uma malha que interligava núcleos de produção agrícola, distribuía mercadorias do litoral para o sertão e, também, conduzia do Ceará a outras províncias

Embora situado numa região árida, de poucas chuvas e sem conseguir ter cultivo de vegetais no seu entorno, as situações anteriormente citadas tornaram o Icó um importante entreposto comercial, gerando ali circulação de capital. Tal fato permitiu a construção de igrejas, do mercado e da cadeia pública como pode ser percebido no relato de viagem do médico e botânico escocês George Gardner (1810-1849):

A cidade do Icó, uma das mais importantes da Província do interior do Ceará, está situada em uma planície a oeste do Rio Jaguaribe, que aqui adota o nome de Rio Salgado [...] A cidade possui três ruas principais, dispostas no sentido norte e sul, interceptadas por um número de ruas menores. As casas são todas construídas em tijolos, já que não há madeira suficiente nos arredores; com exceção de aproximadamente uma meia dúzia, elas são todas térreas, pintadas com a cal branca, encontrada de maneira abundante nas serras distantes trinta léguas ao oeste. A rua principal é larga e possui lojas bem abastecidas; há quatro belas igrejas, uma cadeia grande e um mercado que vende diariamente carne verde, carne seca, farinha, sal, rapadura, banha, abacaxi, melão, melancia, laranja e limas; [...] (Tradução nossa a partir de GARDNER, 1846, p. 128<sup>117</sup>)

As três ruas apontadas no texto acima seriam as atuais Doutor Inácio Dias, General Piragibe e Ilídio Sampaio. A partir da descrição de Gardner, o que chama

---

<sup>117</sup> GARDNER, George (1846, p. 128): Principally through the northern provinces. London: Rieve Brothers, 1846. The town of Icó, one of the most important in the interior of the Province of Ceará, is situated in a plain on the east of the Rio Jaguaribe, which here, however, takes the name of Rio Salgado [...] The town consists of three principal streets, running nearly north and south, intersected by a number of smaller one. The houses are all built of bricks, no timber of sufficient size being found in the neighbourhood; with the exception of about half a dozen, they are all of one story, and white-washed with a kind of chalk found abundantly in the hilly country thirty leagues to the westward. The principal street is broad, and contains some well-furnished shops; it contains four handsome churches, a substantial jail and a market –place, in which fresh beef, dried beef, farinha, salt, rapadura, gourds, pine-Apple, melon, watermelon, orange, and limes, are everyday exhibited for sale;...

atenção é a sua referência à rua principal e larga em meados do século XIX. No entender de Duarte Júnior (informação verbal, 2017)<sup>118</sup>, o largo do Icó remonta ao nascedouro da cidade e teria sido o rocío, onde o gado repousava antes de ser abatido para o preparo das carnes (o corte das mantas, a salga e o ponto de secagem) e dos demais produtos derivados que movimentavam a economia local.

A denominação “Largo do Théberge” só apareceu na segunda metade dos oitocentos. Na realidade, a origem desse nome está associada ao médico Pierre François Théberge que chegou ao Brasil em 1838, acompanhado da esposa, a professora de música Marie Elise Soulé. Primeiro, eles se estabeleceram no Recife e, em 1845, mudaram-se para o Icó, indo residir exatamente na rua larga.

O gosto pela cultura levou essa família a introduzir hábitos no sertão do Ceará a exemplo de saraus, recitais e, também, aulas de piano. As festas dos Théberge movimentavam a sociedade local. Para comparecer aos eventos, nos quais se discutia literatura, música, medicina e política, os icoenses vestiam-se com as melhores roupas. Ambientado na cidade, Pierre Théberge virou Pedro Théberge e empenhou-se pessoalmente na construção do Teatro da Ribeira dos Icó e, também, no planejamento de um cemitério público. Além do exercício da medicina, essas outras ações eram bem quistas pelo povo e, após o seu falecimento, nos tempos do surto do cólera, em 1864, o seu nome foi dado ao espaço público que ficava em frente à sua residência.

Ao se estudar a história e a morfologia dessa cidade, a matriz do Icó parece nunca ter tido um adro “delimitado” como era comum de acontecer nas cidades de origem portuguesa. O espaço físico relativo ao que seria esse adro foi sendo moldado enquanto uma via muito larga, explicada em função do entroncamento das estradas e da passagem das boiadas, chegando a ter até cem metros de largura por quase um quilometro de extensão.

Fatores como as secas, fenômeno muito comum no semiárido nordestino, associada ao início das atividades da pecuária no Sul do Brasil e à diminuição das vendas de artigos derivados do gado (couro curtido, pelica e chifre) que abasteciam centros a exemplo de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e até Buenos Aires, acabaram por criar uma situação de declínio na produtividade (ARRAES, 2014, p. 61), Assim, no século XIX, o Icó começou a ceder o seu lugar de destaque para cidades como Sobral

---

<sup>118</sup> Informação verbal concedida pelo Prof. Dr. Romeu Duarte Júnior, ex-superintendente do IPHAN/CE, em 12/12/2017.

ou Fortaleza e, para acentuar ainda mais essa situação, a estrada de ferro de Baturité não passou por ali, deixando-o isolado do novo meio de transporte que trouxe impacto na circulação de pessoas e de mercadorias. No século XX, toda essa situação exacerbou-se:

A política que prima pela hegemonia de Fortaleza dentro do quadro territorial do Estado, provoca a decadência do vale do Jaguaribe e, por consequência, da cidade de Icó, que, por conta de uma fragilidade estrutural nas instâncias política e econômica, passa por períodos de reaquecimento e queda, findando o século XX, com um quadro econômico tido como pouco promissor (NASCIMENTO, 2013, p. 254).

Já quanto ao patrimônio arquitetônico e urbano do Icó, não houve ameaças consideráveis em decorrência da expansão urbana visto que esta tomou rumos para longe da parte antiga da cidade. Tal situação colaborou para a permanência não só dos edifícios singulares, a exemplo das quatro igrejas barrocas, do teatro neoclássico e da cadeia, mas também de um casario formado por casas térreas e sobrados com uma arquitetura vernácula marcada por platibandas geometrizadas e coloridas numa adaptação de formas e vocabulários estilísticos (Figura 30).

Figura 30: A Arquitetura vernácula do Icó



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2017)

Com uma plasticidade característica das construções sem arquitetos, feitas no Nordeste do Brasil, parte considerável dessas residências foi mantida sem grandes alterações, o que classifica o conjunto arquitetônico do Icó como bem preservado. Porém, segundo Nascimento (2013, p. 259), nos anos 1950, iniciou-se a edificação

da Igreja de São José (Figura 31), localizada no próprio largo, subdividindo-o em duas partes. Essa construção só foi concluída no final dos anos 1990.

Durante a pesquisa de levantamento de dados do Largo do Théberge, houve dificuldade em localizar fotografias mais antigas desse espaço público e apenas uma imagem (Figura 32) foi encontrada no acervo da Superintendência do IPHAN/ CE. Com data e autor indeterminados, ela foi tomada um pouco à frente de onde hoje se encontra a Igreja de São José, apontando a câmera na direção do teatro, visto ao fundo, fechando a perspectiva. A imensidão da largura da esplanada pode ser visualizada em sua totalidade, já que não se tem nenhuma vegetação ou mobiliário urbano ali depositado.

Figura 31: A Igreja de São José alterou a morfologia do Largo do Théberge



Fonte: Acervo Fabiano da Silva Gomes (2022)

Figura 32: Imagem antiga do Largo do Théberge



Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN/CE (sem data)

As imagens a seguir foram tomadas no ano de 2002, e pertencem a um levantamento fotográfico do Largo do Théberge feito antes da intervenção aqui

estudada. Havia uma calçada que contornava a praça (Figura 33) como também um pórtico situado em uma das quinas, marcando o acesso para um passeio

Figura 33: O Largo do Théberge antes da última intervenção.



Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN/ CE (2003)

Figura 34: A Rua Dr. Inácio Dias com canteiro central.



Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN/ CE (2003)

A foto acima (Figura 34) deve ter sido tomada na calçada da Igreja de São José. Ela mostra a via, Rua Dr. Inácio Dias, onde fica a Igreja Matriz. Como veremos adiante, o projeto estendeu a área livre pública, incorporando o canteiro central e um dos lados da via para o Largo do Théberge, modificando a morfologia que vemos na imagem

acima. Já o cruzeiro ficava situado numa rotatória e para se chegar até ele era preciso atravessar a rua (Figura 35).

Figura 35: O cruzeiro ficava situado numa rotatória



Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN/ CE (2003)

Na década de 1990, a fragilidade econômica do município se acentuou, dentro de um quadro político que excluía porções do território consideradas pouco atrativas ao processo de globalização, colaborando para a degradação dos espaços urbanos e do casario situados no Icó.

#### **4) Normativas que incidiam sobre o Largo do Théberge no período de desenvolvimento do projeto urbano aqui estudado:**

Após cerca de vinte anos com os estudos engavetados, o IPHAN deu continuidade ao processo visando tornar o Icó Patrimônio Nacional. A elevação da cidade a patrimônio nacional ocorreu em 1998 e o Decreto Lei nº 25, de 1937, continua sendo o instrumento que dá jurisprudência para a atuação do IPHAN no Icó, não havendo parâmetros e regulamentos específicos para intervenções naquele conjunto urbano.

Aqui é importante destacar que a construção da Igreja de São José alterou a morfologia do Largo. A grande esplanada, com cerca de um quilômetro de extensão, teve a sua configuração modificada pela presença do edifício e esse aspecto foi

observado pelo IPHAN quando da delimitação da área de tombamento rigoroso: a poligonal foi estabelecida até os limites do novo edifício religioso, deixando uma parte considerável do largo, situada por trás da igreja, como área de entorno.

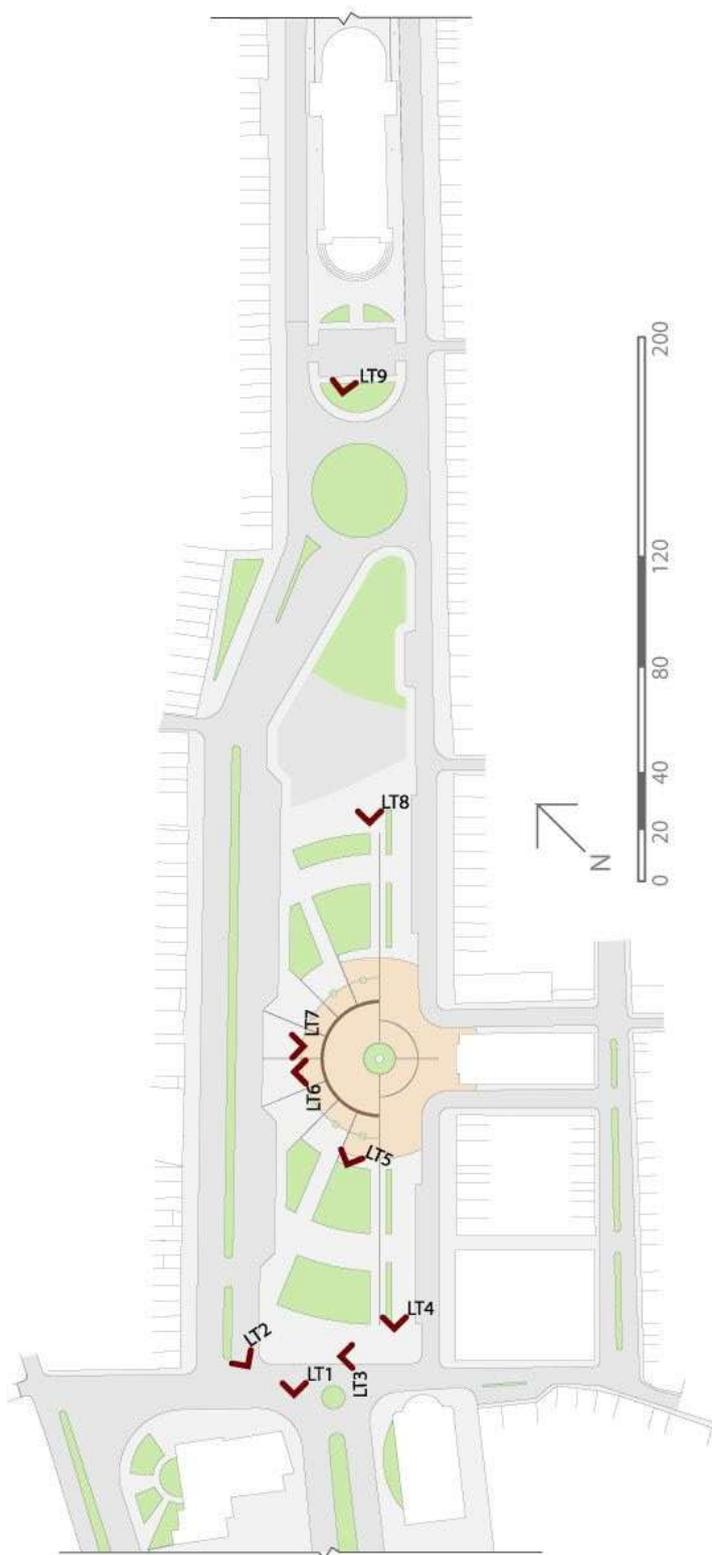
No início dos anos 2000, enquanto o Programa Monumenta se estruturava, o município estava discutindo acerca do seu Plano Diretor. Para guiar essa construção foi elaborado um Termo de Referência que definiu cinco projetos estruturantes para o ló e dentre eles estava a Restauração e Conservação do Largo do Théberge, com o intuito de valorizar “[...] seu patrimônio arquitetônico e contribuindo para incentivar as suas potencialidades turísticas” (TERMO DE REFERÊNCIA, 2001).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) foi aprovado em março de 2003. No Capítulo III, Seção II, que trata do Zoneamento, consta que a área especial correspondente ao tombamento realizado pelo IPHAN é chamada de Unidade de Zoneamento 1 (UZ1) e que a Unidade de Zoneamento 2 (UZ2) é a área do entorno e que elas corresponderão a padrões particulares de uso e ocupação do solo. É pertinente observar que o PDDU apresentou uma macrodiretriz para a preservação dos bens culturais do município quando definiu assegurar a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente natural e do patrimônio histórico e cultural. Já no Capítulo IV, relativo aos Espaços Livres e Bens de Uso Comum, consta que os parques públicos, praças e jardins são destinados prioritariamente à implantação de áreas verdes e que eles deveriam ser reordenados para possibilitar a sua integração à malha urbana.

## **5) Visão Serial**

Nessa etapa do trabalho, são apresentadas imagens que mostram o Largo do Théberge, através do exercício da visão serial realizado durante a coleta de dados para a pesquisa em 16 de dezembro de 2017. O percurso se iniciou na calçada do Teatro da Ribeira dos Icó e a indicação do ponto de tomada das nove fotos está expresso na planta de situação do largo (Figura 36) por meio das marcações que vão de LT1 até LT9.

Figura 36 – Planta de situação do Largo do Théberge com a indicação de onde as fotos foram tomadas.



Fonte: Desenho editado por Maria Helena Azevedo a partir de imagem publicada em BONDUKI (2010)

Figura 37: A grande esplanada (LT1)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo

Da calçada do Teatro da Ribeira dos Icós, a esplanada se descortina (Figura 37). Aqui a massa verde da copa das mangueiras chama a atenção. Embaixo delas, foram distribuídos bancos, formando ambientes de estar. De fato, a largura entre as duas fachadas da rua é bastante expressiva.

Figura 38: As vias que margeiam o Largo do Théberge (LT2)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo

À esquerda da grande área tratada como espaço livre público, observa-se o traçado da via com um canteiro central arborizado (Figura 38). Mais ao fundo, está o casario situado ao longo do Largo do Théberge.

Figura 39: A Casa de Câmara e Cadeia (LT3)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo

Após atravessar a rua e adentrar ao largo (Figura 39), o imóvel situado à direita chama atenção - é a Casa de Câmara e Cadeia, edifício em dois pavimentos que possui recuo frontal, diferentemente do casario construído sobre o limite dos lotes.

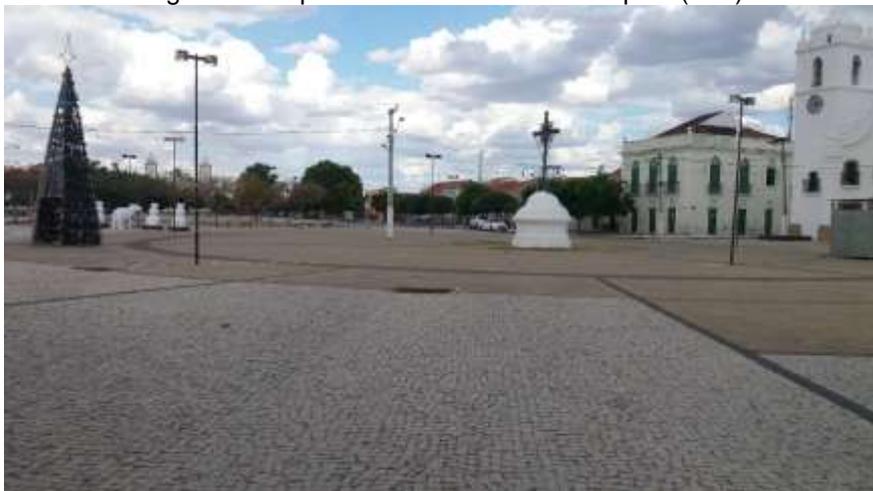
Figura 40: A linha do piso convida o pedestre a seguir por ela (LT4)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo

A caminhada pelo Largo do Théberge se inicia observando que há uma linha em destaque no piso (Figura 40). Em meio aos canteiros sem vegetação, ela aguça a curiosidade e leva o olhar até uma construção monolítica lá mais à frente.

Figura 41: O ponto focal do desenho do piso (LT5)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2017)

A linha do piso conduz o pedestre até o cruzeiro da Matriz (Figura 41). As diferentes texturas e cores do piso chamam a atenção para aquele lugar como sendo um destaque em meio à esplanada do largo.

Figura 42: O cruzeiro e a Matriz (LT6)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo

Nesse ponto, de frente para a matriz (Figura 42), percebe-se a intenção com o traçado do piso: o cruzeiro foi tratado como um ponto focal da esplanada, anunciando a presença da igreja matriz foi ressaltada pelo desenho proposto que fez uso de círculos, raios, linhas e cores.

Figura 43: O casario do entorno (LT7)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo

No entorno, o casario de arquitetura vernácula (Figura 43), com os sobrados e as casas térreas de porta e janelas, testemunha a presença do largo há séculos.

Figura 44: Aqui estaria o anfiteatro que não foi construído (LT8)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo

Seguindo rumo à outra extremidade, há uma área pavimentada (Figura 44), onde deveria existir um anfiteatro. Conforme proposto pelos arquitetos, essa área corresponde à Praça do Forró – ambiente destinado a abrigar as festividades populares.

Figura 45: A igreja de São José (LT9)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo

Fechando a perspectiva da esplanada, está a Igreja de São José (Figura 45) que dividiu o largo em duas partes. A poligonal de tombamento proposta pelo IPHAN se encerra no limite desse edifício.

## 6) Espaço físico

- Atrativo: a esplanada que constitui o maior espaço público do Brasil colonial, com cerca de 4,8 hectares.
- Vocação: ambiente para festas religiosas e procissões que ali ocorrem, como também para as festas profanas, além de espaço de estar para a população que descansa à sombra das mangueiras.
- Foco: a contemplação do cruzeiro, da matriz e dos demais edifícios do entorno.
- Edifício Singular/ Elementos/ Entorno: Igreja Matriz de N. Sra. da Expectação, o Cruzeiro, o Sobrado do Canela Preta, o Sobrado do Barão do Crato, as casas térreas e os demais sobrados, a Igreja do Senhor do Bonfim, a Igreja de São José, o Teatro da Ribeira dos Icós e a Casa de Câmara e Cadeia (Figura 46).

Figura 46: A Casa de Câmara e Cadeia (esquerda) e o Teatro da Ribeira dos Icó's (direita)



Fonte: Fabiano da Silva Gomes (2022)

## 7) Projeto Urbano

Bastante representativo enquanto documento do modo de ocupação do interior nordestino, o Icó foi o primeiro sítio histórico cearense tombado pelo IPHAN. Diante dessa importância e da necessidade de se intervir no processo de degradação que existia, então, no Largo do Théberge, o Icó foi selecionado para receber o financiamento do Programa Monumenta.

Então, em 2002, a Prefeitura desse município abriu um edital de tomada de preço para contratar um escritório de arquitetura que desenvolvesse o projeto de intervenção nos espaços urbanos e nos edifícios singulares. Foi desse modo que os sócios Nelson Serra e Campelo Costa elaboraram uma proposta dispostos a participar da triagem. Após serem selecionados, a eles se juntou a Arquiteta Aída Montenegro e, além do estudo para o Largo do Théberge, os três desenvolveram propostas para alguns edifícios singulares da cidade a exemplo do Teatro da Ribeira do Icó's, da Casa de Câmara e Cadeia, da Igreja do Senhor do Bonfim, da Casa Paroquial, do Mercado Municipal e do Sobrado do Canela Preta, além de alguns imóveis particulares.

Os três já conheciam o Icó de longa data, mas foi feita uma viagem para tomar contato com a situação, avaliar como estava o largo e para realizar os primeiros levantamentos. Nessa visita, os arquitetos confirmaram que a praça recebia os

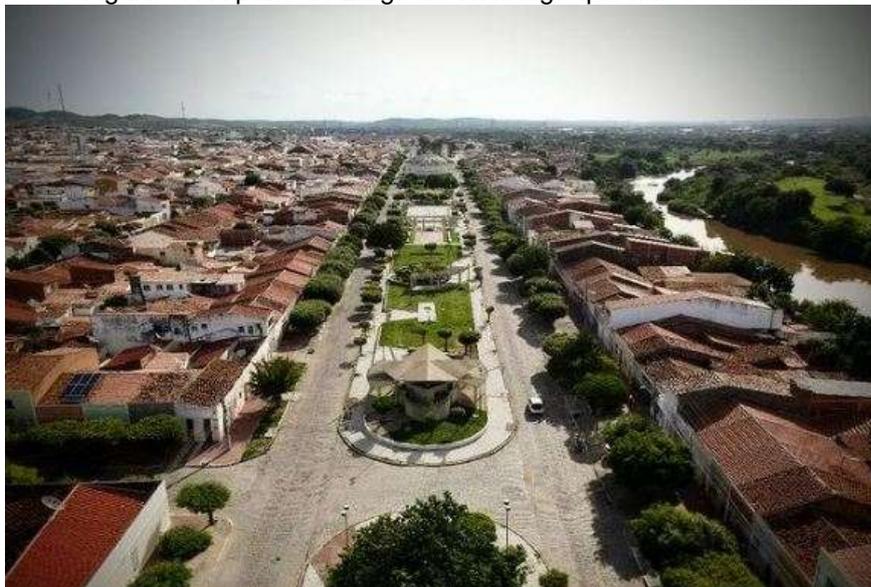
moradores e, também, numerosos visitantes que costumam ir ao Icó tanto nas festas religiosas quanto nas profanas. Por conta desses públicos, havia ali a presença de trailers e bares, em construções irregulares.

No trecho sob proteção do IPHAN, para atender aos usos, o programa de necessidades foi agrupado em torno de dois temas: a Praça da Matriz, com espaços de estar, localizados próximo às árvores, passeios, espaços verdes e estacionamento; e a Praça do Forró, com um anfiteatro e uma área verde.

Apesar da área de proteção rigorosa ir até os limites da Igreja de São José ficou acertado que a equipe faria o projeto para o largo como um todo. Com isso, o entorno também seria tratado e o financiamento das obras seria responsabilidade do Projeto de Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará (PROURB/ CE). O programa definido para esse trecho abrangeu quiosque, quadra esportiva, áreas verdes, pergolados e ambientes de estar (Figura 47)

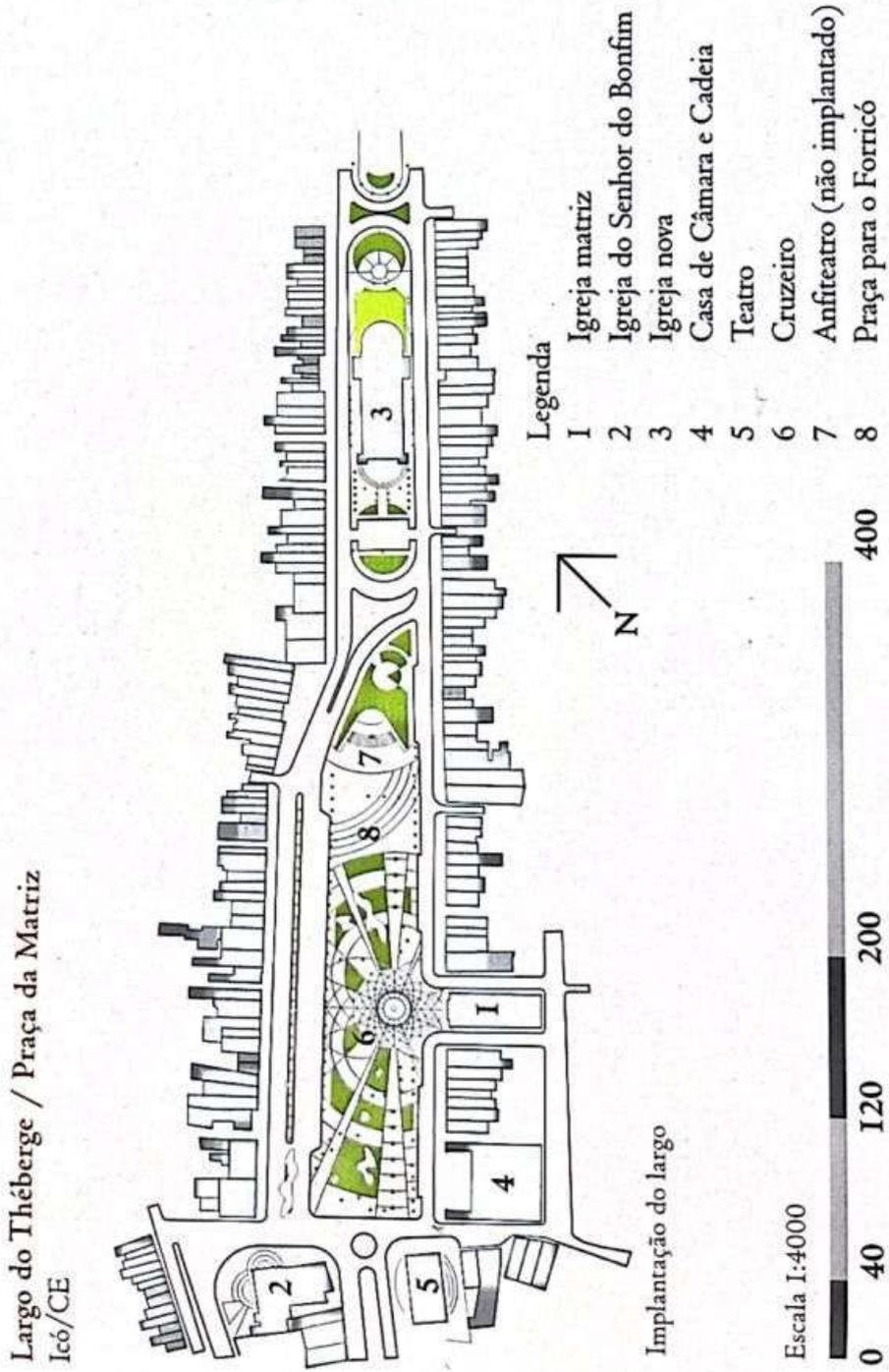
Na Praça da Matriz, os arquitetos desenvolveram uma proposta (Figura 48) que diminuiu a largura da via para os veículos, aumentando o espaço livre público. Essa situação estendeu a pavimentação para o entorno do Cruzeiro, acabando com a rotatória, e seguindo até a porta da igreja, o que a tornou mais integrada ao largo, fazendo a área ficar mais pedestrianizada.

Figura 47: A parte do Largo do Théberge que não é tombada



Fonte: Acervo Fabiano da Silva Gomes (2022)

Figura 48: A primeira proposta projetual elaborada para o Largo do Théberge



Fonte: Bonduki (2010, p. 75)

Nas discussões de trabalho, é importante destacar aqui que a equipe de projetistas chegou a levantar a possibilidade de demolição da Igreja de São José com a intenção de recuperar a morfologia original do largo. Tal situação foi deixada de lado, quando debateram acerca das transformações nos conceitos patrimoniais, entendendo que “a população local já possuía sentimentos de pertença para com aquele edifício e demoli-lo poderia ser tão complexo quanto foi a sua construção”, como explicou Nelson Serra (Informação verbal, 2019)<sup>119</sup>.

Quanto ao desenho do piso, o Cruzeiro foi tomado como ponto focal do traçado. Segundo Aída Montenegro (informação verbal, 2019)<sup>120</sup> “[...]ali foi proposta uma espécie de rosácea, em forma de teia, numa referência à renda de bilro, muito presente no artesanato cearense”. A essa rosácea conectavam-se os passeios distribuídos pela esplanada. Esses caminhos, que lembram raios, convergiam para o Cruzeiro e seriam entrecortados por canteiros verdes. Já o anfiteatro foi pensado para ser locado mais próximo ao ponto onde o largo sofre um estreitamento em sua largura e a sua função seria abrigar os espetáculos musicais, especialmente de forró, que costumam acontecer ali.

Quando esse estudo foi apresentado ao IPHAN/ CE para análise e aprovação, ele foi alvo de muitas discussões internas. O então Superintendente do IPHAN/ CE, o Arquiteto Romeu Duarte Júnior, informou que “Dentre o corpo técnico, de um lado, havia quem tivesse críticas à linguagem trazida por aquele desenho e, do outro, havia quem defendesse que o largo voltasse a ser o amplo terreiro do passado” (informação verbal, 2017)<sup>121</sup>. Foi elaborado, então, um parecer solicitando modificações no projeto e foi sugerido a eles que a proposta fosse revista, por haver um entendimento, da parte do IPHAN/ CE, que faltou ali um diálogo com o patrimônio edificado tão presente naquele entorno.

Cientes da necessidade de revisão, os arquitetos entenderam que um caminho para estabelecer o diálogo entre o largo e o patrimônio do seu entorno poderia se dar pela valorização da presença do cruzeiro e da matriz. Guiados ainda por conceitos como contemplação, diálogo, visibilidade do entorno e pedestrianização, a equipe trabalhou para eliminar a ideia de pequenas praças que existiam ali. Com isso, eles optaram por outra linguagem de projeto, enaltecendo o desenho do pavimento como

---

<sup>119</sup> Informação concedida pelo arquiteto Nelson Serra em 16/12/2019.

<sup>120</sup> Informação concedida pela Arquiteta Aída Montenegro em 16/12/2019.

<sup>121</sup> Informação concedida pelo Prof. Dr. Romeu Duarte Júnior em 12/12/2017.

elemento identificador por meio do uso de linhas, cores e texturas para ressaltar os referidos bens culturais, gerando novas relações com o edificado só que de um modo mais discreto do que na proposta anterior.

A nova versão manteve a possibilidade de o pedestre caminhar até o entorno da igreja (Figura 49), quando deixou parte da via na mesma cota de nível que o largo, impedindo a passagem de veículos. Foi proposta uma pavimentação em pedra portuguesa, predominantemente branca, em meio à qual foram traçados semicírculos em pedra na cor ocre e linhas com pedras pretas, partindo de vários pontos da praça, como raios que conduzem até o cruzeiro (Figura 50), ponto focal desse desenho.

Figura 49: Linhas, cores e texturas no piso ressaltam a presença do Cruzeiro e da Matriz



Fonte: Acervo Fabiano da Silva Gomes (2022)

Os canteiros foram refeitos, com a distribuição de mais bancos, árvores e palmeiras na proximidade da área onde já existiam algumas mangueiras. Na parte da Praça do Forró, a proposta manteve o anfiteatro e uma área verde.

Esse segundo projeto foi entregue ao IPHAN para análise e dessa vez foi aprovado com o seguinte parecer:

Por fim, a imagem urbana que a proposta apresenta é a de um arranjo radial equilibrado, em que a disposição simétrica dos elementos, a pontuação da vegetação, a extensão das linhas organizadoras do desenho e a presença destacada da Igreja Matriz são suas marcas mais características (IPHAN, 2002)

Figura 50: O cruzeiro e a matriz



Fonte: Fabiano da Silva Gomes (2020)

Aprovado o projeto básico, foi feito todo um conjunto de detalhamento construtivo dos equipamentos e a planta de espécies vegetais. A construção se estendeu entre o segundo semestre de 2003 e o primeiro semestre de 2004. Foram realizadas obras de mitigação das enchentes que ocorriam na temporada das chuvas e que deixavam áreas alagadas, por meio de serviços de aterro que alteraram cotas de nível ao longo da extensão do largo. Já o anfiteatro não foi construído (Figura 51) por não ter sido orçado, conforme consta nos documentos pesquisados. Embora, o Largo do Théberge seja bastante usado em festas de rua (Figura 52), apenas pavimentaram a área que correspondia a ele e assim está até.

Figura 51: À esquerda, com piso diferenciado, o local onde o anfiteatro proposto não foi construído



Fonte: Acervo Fabiano da Silva Gomes (2022)

Figura 52: As festas de rua levam muitas pessoas ao Largo do Théberge



Fonte: Fabiano da Silva Gomes (2020)

A obra aconteceu no largo como um todo (Figura 47), resultando que o trecho da área de entorno é tão apreendido pelos moradores que eles até estendem roupas para secar na área pública (Figura 53). O desenho do piso foi o fio condutor para criar um diálogo entre as duas partes, separadas pela Igreja de São José.

Figura 53: O varal estendido na praça



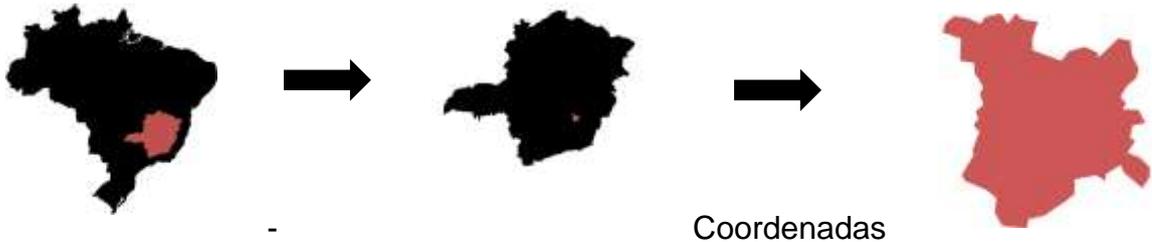
Fonte: Maria Helena Azevedo (2017)

O Largo do Théberge foi tratado como um lugar com valores patrimoniais, tendo havido um entendimento da sua natureza com sensibilidade para com o seu espaço físico e o seu contexto. Numa proposta onde se detecta respeito à memória, à identidade e aos significados do lugar, o projeto urbano implementado o recolocou em destaque na cidade, tratando-o como uma área sensível ao entorno e de importância para as práticas sociais que ali acontecem, melhorando a qualidade de vida da cidade.

### 3.3 Praça de São Pedro

#### 1) Informações Gerais

- Logradouro: Praça de São Pedro
- Localização: Mariana/MG



Geográficas: -20°38'31", -43°41'91"

- População: 46.710 habitantes (no ano 2000)
- Assinatura do Convênio com o Programa Monumenta: 03/05/2004
- Data do Projeto: setembro/ 2004
- Conclusão da Obra: dezembro/ 2007
- Valor da Obra: R\$ 305.550,20
- Agentes envolvidos no projeto da praça:
  - Mandatário Político: Prefeito Celso Cota
  - Arquitetos responsáveis pelo projeto: Carlos Alberto Batista Maciel, Alexandre Brasil Garcia, André Luís Prado Oliveira e Bruno Santa Cecília (Escritório Arquitetos Associados)
  - Coordenadora da UEP/ Mariana: Engenheira Civil Fátima Guido
  - Técnica da UEP/ Mariana: Arquiteta Fernanda Bueno
- Visitas à praça para coleta de dados: maio/ 2018 e maio/ 2019
- Entrevista com um dos autores do projeto: maio /2019
- Parecer/ Avaliação do Projeto: Não foi encontrado nenhum documento que respondesse a esse item.
- Razão pela qual a praça foi selecionada para essa pesquisa: Na maior parte das fotografias encontradas nos livros e sites pesquisados, a Praça de São Pedro (Figura 54) sempre apareceu repleta de veículos, levantando questionamentos e instigando a se descobrir a razão pela qual um programa destinado a recuperar o patrimônio cultural investiu verbas para fazer daquele lugar um estacionamento.

Figura 54: A Praça de São Pedro



Fonte: Acervo Thiago Müller (2022)

## 2) Vida Social, Usos e Apropriação da Praça:

- Eventos: festas de carnaval
- Solenidades: procissão de São Pedro
- Usos (previstos e imprevistos): estacionamento
- Cotidiano: Durante o dia, poucas pessoas frequentam a praça: lavadores de carro e moradores do entorno que se juntam em pequenas rodas de conversa. Aos domingos pela manhã, fiéis caminham até a igreja para participar da missa. Eventualmente, um veículo de turismo sobe até a praça, sendo comum o usuário não saltar do automóvel, conforme foi observado durante as visitas.

## 3) A História e a Morfologia da Praça de São Pedro

Em 16 de julho de 1696, um grupo de bandeirantes encontrou ouro em um rio, na região das Minas Gerais. Este rio aurífero recebeu o nome de Ribeirão do Carmo. Às suas margens, a partir dos acampamentos dos mineradores, nasceu o arraial de Mata Cavalos (Fonseca, 1998) elevado a vila com o nome de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, em 1711, e a cidade com o nome de Mariana, em 1745, quando ali se instalou o bispado, desmembrado da Diocese do Rio de Janeiro.

Mariana é conhecida como uma das primeiras cidades planejadas do Brasil a partir de ações geralmente atribuídas ao Engenheiro Militar José Fernandes Alpoim (Fonseca, 2012). Porém, estudos mais recentes levantam questionamentos quanto a autoria do plano urbano desta cidade:

[...] o traçado do chamado "centro histórico" não deve ser associado exclusivamente ao "plano Alpoim" - sobre o qual, aliás, pairam várias dúvidas, já que a correspondência oficial demonstra que ele não participou de decisões essenciais, como a localização da "nova praça" da cidade (a atual praça que reúne a Casa de Câmara e as igrejas de São Francisco e Nossa Senhora do Carmo). Outros indivíduos, e diferentes instâncias do poder civil e religioso, participaram de maneira significativa na construção desse espaço urbano, além da própria população, que também interferiu no processo, ora se submetendo, ora reagindo às decisões das diversas autoridades (FONSECA, 2012).

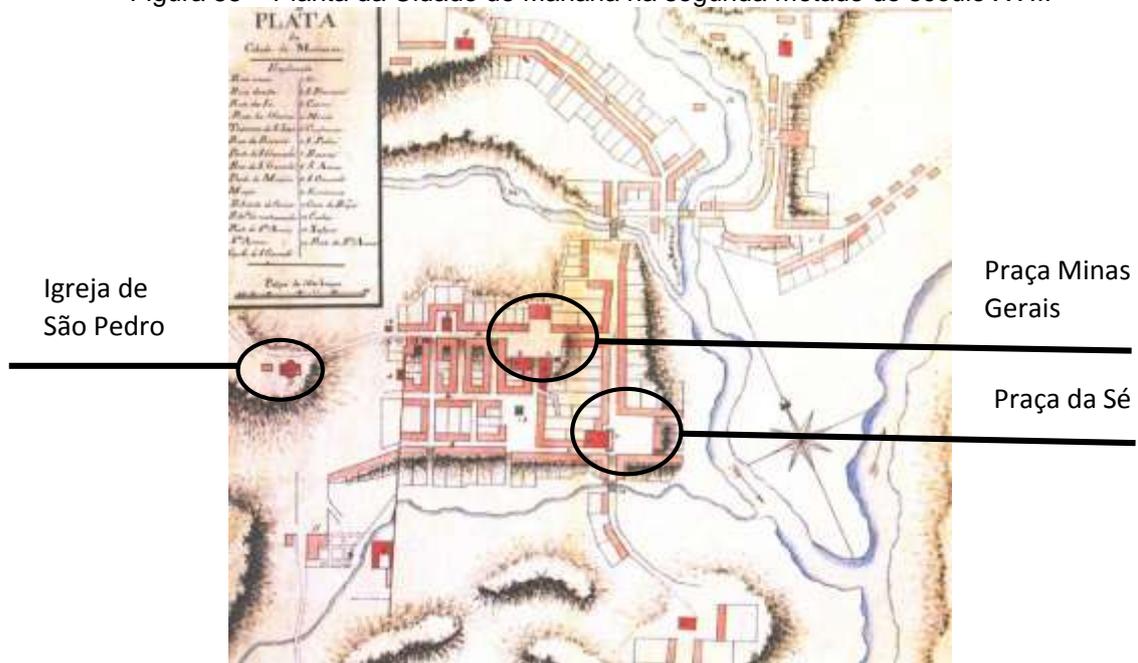
No século XVIII, na época áurea da mineração, Mariana foi um polo destacado na estrutura econômica da América Portuguesa. Já em 1745, foi o primeiro núcleo urbano mineiro a ser elevado à categoria de cidade, conforme informou Fonseca (2012), durante o reinado de D. João V, que por meio de Ordem Régia (02/05/1746) estabeleceu que o governador das Minas Gerais deveria mandar fazer a planta da cidade (Figura 55), dispondo o arruamento em local distante das inundações do Ribeirão do Carmo, com praças, ruas largas e sítios para os edifícios públicos. Outra recomendação expressa, conforme informou, é que as obras deveriam ser concluídas antes da posse do Bispo, cerimônia sempre marcada pela pompa.

Assim, ao se tornar cidade episcopal, Mariana tornou-se importante também do ponto de vista religioso. Além da Sé, há vários templos pertencentes a ordens terceiras ou a irmandades, pontuando a sua área mais central, a exemplo do Carmo e da igreja de São Francisco (na atual Praça Minas Gerais – Figura 56), enquanto nas ruas adjacentes, encontra-se a confraria de Nossa Senhora dos Anjos e, no alto, a Igreja de São Pedro dos Clérigos, dentre outras.

Situada em uma cota elevada e com vista privilegiada para o centro de Mariana, a Praça de São Pedro tem sua origem diretamente vinculada à construção da igreja de São Pedro dos Clérigos que, segundo Vasconcellos (1938, p. 52), foi promovida pela irmandade do mesmo nome e deve ter se iniciado na primeira metade do século XVI. O citado autor faz esta afirmação com base em uma nota existente no Livro de Arrematações (1748, p. 46. Apud VASCONCELLLOS.) da Câmara de Mariana e que

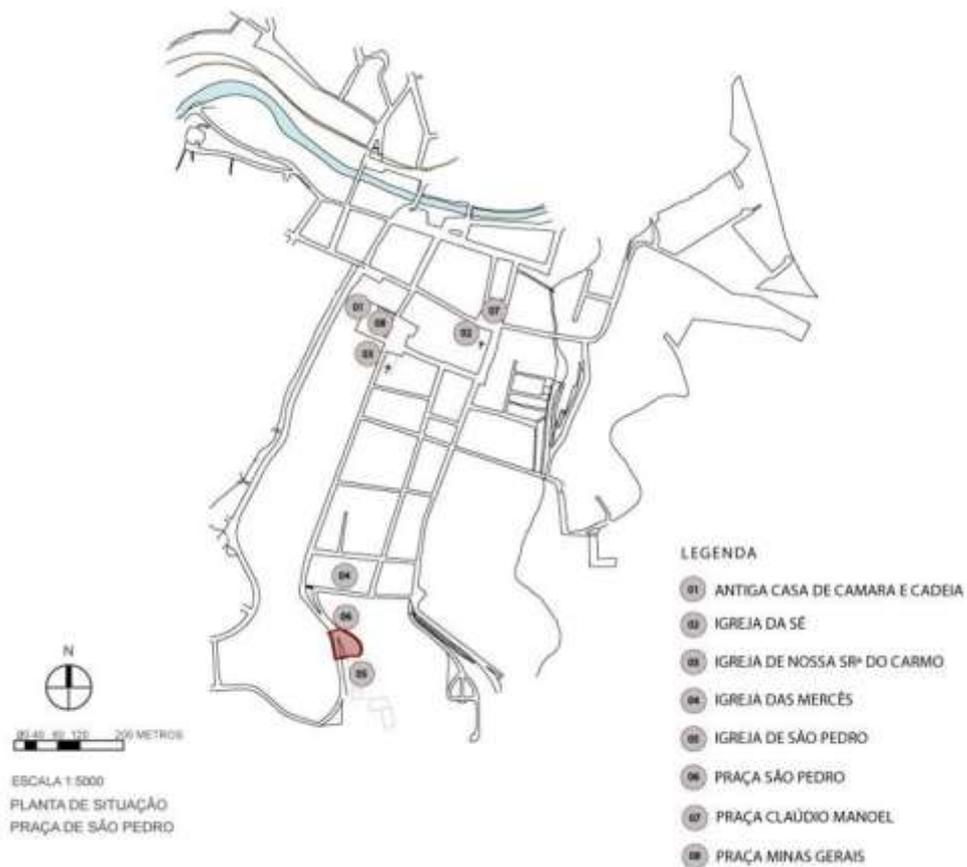
trata do abastecimento d'água da cidade, informando sobre a existência do Chafariz de São Pedro, localizado nas proximidades da praça.

Figura 55 – Planta da Cidade de Mariana na segunda metade do século XVIII



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, atribuída a José Fernandes Alpoim

Figura 56: Planta atual da cidade de Mariana



Fonte: Desenho editado por Maria Helena Azevedo a partir da planta da cidade de Mariana.

De acordo com fotografias antigas, localizadas no acervo do Escritório Técnico do IPHAN de Mariana, a atual praça já passou por outras configurações. A Figura 57 é uma vista panorâmica de Mariana, onde é possível ver a sua área central, com as igrejas (a Sé, São Francisco, o Carmo) e o casario mesclado por construções térreas e de dois pavimentos. Na parte mais alta, está a igreja de São Pedro com suas duas torres inconclusas e um pátio sem tratamento algum onde desembocam dois caminhos.

Figura 57 – Vista Panorâmica de Mariana: à esquerda na parte de cima, a Igreja de São Pedro dos Clérigos aparece com as torres sineiras inconclusas



Fonte: Acervo do Escritório Técnico do IPHAN em Mariana

Figura 58 – Igreja de São Pedro dos Clérigos vista em uma fotografia da tela pintada por Hans Nöbauer em 1927



Fonte: Acervo do Escritório Técnico do IPHAN em Mariana

Por mais de cem anos a construção da Igreja de São Pedro permaneceu parada, até que em 1922, conforme informa Fonseca (1995, p.153), ela foi concluída pelo arquiteto e padre Artur Hoyer. No entanto, a Figura 58, que é a foto de uma tela do pintor Hans Nöbauer<sup>122</sup>, datada de 1927, mostra uma pequena parte do pátio da igreja, onde é possível observar o solo escavado pelas águas da chuva nas proximidades da igreja, que ainda se encontra em estado de arruinamento com duas de suas três portas emparedadas e as torres inconclusas.

Na sequência, a Figura 59, com data não identificada, traz o pátio ainda como um descampado e que recebeu um cruzeiro de madeira implantado na frente das portas de acesso à galilé com a conclusão das obras da igreja.

Figura 59: A Praça de São Pedro é um largo descampado que recebeu um cruzeiro



Acervo do Escritório Técnico do IPHAN em Mariana

Já a Figura 60, é uma vista parcial de Mariana, onde se pode ver a posição de destaque da igreja de São Pedro como também o quanto ela ainda era distanciada das demais construções da cidade. Aliás, sobre a ocupação rarefeita em Mariana, Pessôa afirmou que:

O projeto de instalação na cidade de Mariana da sede administrativa das Minas Gerais nunca foi efetivamente posto em prática, o que levou a um processo lentíssimo de ocupação das áreas de expansão, ainda hoje com uma direcionalidade dos lotes pouco clara e mais rarefeita em comparação com o trecho de assentamento anterior, mantendo, porém, a estrutura das quadras regulares (PESSÔA, 2001, p. 652)

<sup>122</sup> Hans Nöbauer (1893-1971): pintor austríaco que radicou-se no Rio de Janeiro, a partir de 1921. Para atender a uma encomenda do Museu Histórico Nacional, Nöbauer pintou algumas telas de igrejas mineiras entre os anos de 1926 e 1927. Dentre elas há duas imagens da Igreja de São Pedro dos Clérigos em Mariana, quando as torres desta ainda não haviam sido concluídas.

Como a sede administrativa de Minas Gerais não foi totalmente implementada em Mariana, muitos lotes não foram ocupados, especialmente aqueles mais distantes da área situada entre a Sé e a Casa de Câmara e Cadeia. A localização da Igreja de São Pedro está fora desse eixo e, por muitos anos, a cidade não cresceu naquela direção, mesmo que ali existisse um chafariz (1748) que abasteceria a população. A Figura 60 mostra exatamente como a Igreja ainda se situava num descampado na primeira metade do século XX.

Figura 60: Vista parcial de Mariana com a Igreja de São Pedro dos Clérigos no alto



Fonte: Acervo do Escritório Técnico do IPHAN em Mariana

Na Figura 61, o pátio aparece com um tratamento ajardinado, com um canteiro separado por uma cerca de pequena altura. Nesta foto é possível ver a imagem de dois homens em um automóvel da década de 1940.

Figura 61 – A Praça de São Pedro com tratamento ajardinado



Fonte: Acervo do Escritório Técnico do IPHAN em Mariana

Figura 62: A Praça de São Pedro possui com o canteiro central gramado e com palmeiras de pequeno porte.



Fonte: Acervo do Escritório Arquitetos Associados ( 2004)

A última foto, Figura 62, foi tomada pela equipe do escritório Arquitetos Associados, em 2004, quando do levantamento da praça para desenvolver o projeto de intervenção. Nela, é possível ver a presença de um canteiro com gramíneas e algumas palmeiras de pequeno porte. Por essa imagem, vê-se que a Praça de São Pedro não apresentava nenhuma estrutura ou mobiliário urbano que pudesse atrair as pessoas para ali permanecerem. O canteiro central tinha a função apenas de organizar o percurso do trânsito na praça.

#### **4) As Normativas que incidiam sobre a Praça de São Pedro no período de desenvolvimento do projeto urbano aqui estudado:**

Em decorrência dos períodos de destacada produtividade mineradora que outrora ali existiu e que gerou circulação de capital, Mariana apresenta edifícios e espaços públicos que ainda hoje se sobressaem como exemplares representativos do período colonial. O tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de Mariana foi inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes (vol. 1, fl. 12) em 1938, pertencendo ao grupo das seis cidades mineiras abordadas nessa tese anteriormente.

A elevação da cidade a monumento nacional ocorreu em 1945 e o Decreto Lei nº 25, de 1937, continua sendo o instrumento que dá jurisprudência para a atuação

do IPHAN em Mariana<sup>123</sup>, não havendo parâmetros e regulamentos específicos para intervenções naquele conjunto urbano. Já a Igreja de São Pedro dos Clérigos e a sua Praça integram o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana<sup>124</sup> e, portanto, possui tombamento em conjunto.

Como não foi delimitado um perímetro de tombamento, o município teve problemas enquanto gestor do uso do solo. Tal situação só foi solucionada na sanção do Plano Diretor de Mariana, em 2004, com a regulamentação de índices e parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo e dos parâmetros de incomodidade (ruído, odores, carga e descarga) dentro do perímetro urbano do sítio histórico, fazendo com que o município assumisse a regulação do seu território.

O primeiro Plano Diretor de Mariana (Lei Complementar nº 16/ 2003) começou a ser concebido em 2002 (CYMBALISTA, NAKASHIMA e CARDOSO, 2006), em um momento no qual o extinto Ministério das Cidades incentivou ações de apoio ao planejamento urbano dos municípios. As primeiras reuniões começaram a acontecer um pouco antes da elaboração do projeto urbano para a Praça de São Pedro.

A sua elaboração é bastante exaltada por haver tido uma participação popular muito intensa nas comissões que discutiram os problemas da cidade. Com o andamento dos trabalhos, foram criadas cinco comissões para tratar de questões ligadas ao planejamento territorial urbano, uso e ocupação do solo, saneamento ambiental, mobilidade urbana e trânsito, desenvolvimento socioeconômico e patrimônio histórico.

O Plano apresentou formulação de diretrizes e ações para a preservação histórica, cultural e ambiental do município. O texto trata, em sua subseção II, do Programa de Valorização do Patrimônio Cultural, criando cadastros dos bens referenciais, promovendo a integração de ações públicas e privadas e o uso sustentável do patrimônio.

O texto trouxe também metas para o programa de valorização cultural do município que incluem inventário de bens materiais e imateriais, com diagnóstico sobre o estado de conservação e condições de uso, classificação dos bens

---

<sup>123</sup> A Portaria nº 420/ 2010, que dispõe sobre os critérios adotados para autorizar as intervenções requeridas, e a Portaria nº 187/ 2010 que trata de medidas fiscalizatórias são posteriores ao projeto discutido nessa tese.

<sup>124</sup> O poligonal de tombamento do Centro Histórico de Mariana foi definida pela Portaria do IPHAN nº 66/ 2009, portanto posterior ao projeto da Praça de São Pedro.

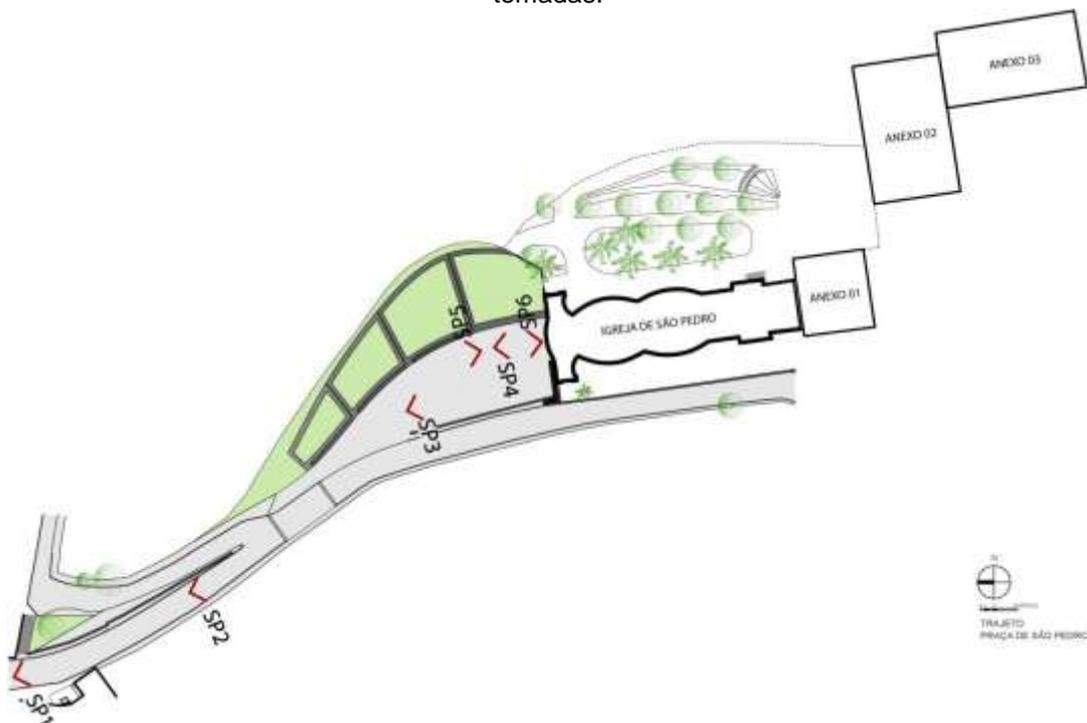
inventariados e elaboração de projetos de intervenção para assegurar a integridade dos bens.

O Plano Diretor de Mariana tratou da questão da delimitação de um perímetro de preservação na área central da cidade que, construído em comum acordo com o IPHAN, recebeu a denominação de Área de Proteção Cultural Intensiva. A partir desta delimitação, a prefeitura de Mariana passou a regular o uso do solo em seu limite territorial, ficando esclarecido o que é da competência da IPHAN e o que é competência da prefeitura.

## 5) Visão Serial

A visão serial da Praça São Francisco é apresentada a partir de um conjunto de seis fotografias que foram apreendidas no espaço urbano durante a coleta de dados para a pesquisa. Para chegar até a Praça de São Pedro o percurso aqui fotografado partiu da Praça Minas Gerais e foi feito pela Rua D. Silvério, uma subida íngreme, no início da tarde do dia 09 de maio de 2018. A indicação do ponto de tomada das nove fotos está expresso na planta de situação da praça (Figura 63) por meio das marcações que vão de SP1 até SP6.

Figura 63 – Planta de situação da Praça de São Pedro com a indicação de onde as fotos foram tomadas.



Fonte: Desenho editado por Maria Helena Azevedo a partir da planta da cidade de Mariana e de observações feitas por meio do programa Google street view.

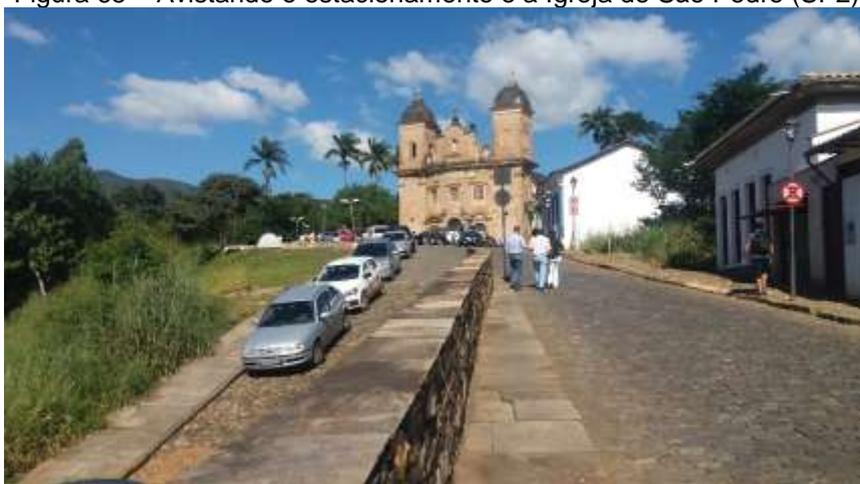
Figura 64 –O Chafariz de São Pedro (SP1)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo ( 2018)

Ao subir a rua D. Silvério, os arbustos escondem a igreja (Figura 64), que se anuncia de modo parcial por uma de suas torres. À direita, há um elemento significativo: o Chafariz de São Pedro, citado em documento da Câmara no ano de 1748, como responsável pelo abastecimento de água da parte alta da cidade. A mureta em alvenaria de pedra argamassada, à esquerda, foi construída durante as obras realizadas pelo Programa Monumenta na Praça.

Figura 65 – Avistando o estacionamento e a Igreja de São Pedro (SP2)



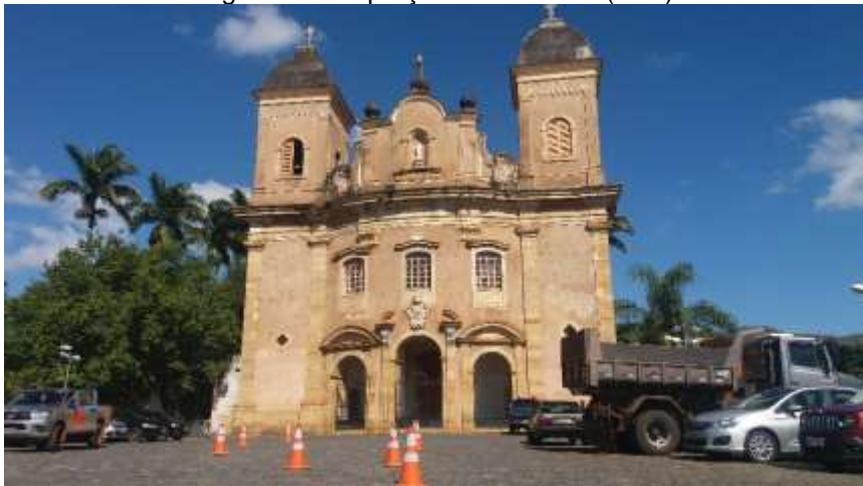
Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2018)

A visão da igreja é descortinada numa posição de destaque a partir da articulação entre a sua função, a sua escala e a sua localização apoiada no caráter topográfico do terreno – o edifício, antecedido pelo largo se assenta no ponto mais

elevado daquela altimetria (Figura 65), como tão bem preconizavam as recomendações canônicas a respeito da construção de templos no período colonial. O papel do largo, além de acolher o fiel antes da celebração, também se volta para ressaltar a grandiosidade da escala da igreja: o terreno amplo e livre de construções enfatiza o qual grande é a construção religiosa.

Do ponto de vista em que essa tomada foi feita, os automóveis começam a ser vistos ocupando a praça. À esquerda da mureta está uma via estreita usada como trajeto pelos moradores do bairro e também ocupada pelos veículos que estacionam ladeira à baixo, quando a praça já está lotada de veículos.

Figura 66 –A praça e os veículos (SP3)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2018)

Para se aproximar da igreja, o pedestre atravessa a Praça de São Pedro, repleta de automóveis (Figura 66) e sinalizada com cones para tentar disciplinar a entrada e saída de veículos, que por pouco não adentram à igreja (Figura 67).

Figura 67 – Na porta da igreja (SP4)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2018)

Figura 68 – Olhando para trás (SP5)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2018)

Ao chegar na portada da igreja e olhar para trás (Figura 68), o pedestre tem esta visão da Praça de São Pedro. O único elemento que indica que ali se trata do largo de uma igreja é a presença de um cruzeiro que perdeu seu lugar de destaque como elemento simbólico e está situado lá por trás dos automóveis. Aqui é como estar no meio da rua. Esse é o ponto de vista que mais expõe a situação da “praça para o automóvel”:

Figura 69 – A vista da torre sineira (SP6).



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2019)

Subindo em uma das torres sineiras, em uma manhã de domingo, em maio de 2019, quando a igreja estava aberta, a praça foi vista de cima (Figura 69). Também aparecem na foto o casario que fica na rua ao lado e os fiéis chegando à pé para participar da missa. Mais ao fundo, descortina-se a paisagem da área central de Mariana.

## 6) O espaço físico

- Atrativo: o edifício é visto em diversos pontos da cidade devido à implantação da igreja e da praça em cota elevada;
- Vocação: mirante - permite visadas da paisagem da cidade;
- Foco: Muito mais do que o edifício da Igreja, o foco para quem está na praça é a paisagem de Mariana vista do alto;
- Edifício Singular/ Elementos/ Entorno: Igreja de São Pedro dos Clérigos; o cruzeiro de madeira (Figura 70), o busto de D. Luciano Mendes de Almeida. Do outro lado da via, há um conjunto de casas construídas na segunda metade do século XX.

Figura 70 – O cruzeiro da Praça de São Pedro



Acervo: Thiago Müller (2022)

## 7) O projeto urbano

No ano de 2004, a equipe do Escritório Arquitetos Associados já possuía uma experiência com o desenho de praças por meio de concursos de arquitetura realizados anteriormente e, por tal razão, recebeu um convite da Prefeitura de Mariana para desenvolver os projetos do Programa Monumenta na cidade.

Para início dos trabalhos, os arquitetos solicitaram uma reunião com a equipe do IPHAN em Mariana, conforme informou Carlos Alberto Batista Maciel<sup>125</sup>, em depoimento para esta pesquisa: “Nossa primeira ação foi propor uma reunião com o IPHAN, para a gente buscar diretrizes, para que a gente pudesse fazer o projeto de uma maneira mais convergente possível para os critérios que depois seriam usados para avaliar e aprovar o projeto”. A reunião foi feita com a arquiteta, chefe do Escritório Técnico do IPHAN, em Mariana.

A orientação passada, então, foi a de que a equipe deveria desenvolver o projeto e apresentá-lo ao Escritório Técnico para daí ser avaliado e receber as considerações, não tendo sido indicado nenhum aspecto conceitual que viesse a direcionar a proposta projetual.

A fim de entender a legibilidade, a hierarquia espacial e a vocação de uso da praça, a equipe caiu em campo para levantar as informações (Figura 71) através de percursos e visitas realizados em dias distintos “[...]para ver o movimento nos fins de semana, ver o movimento durante a semana, para entender a apropriação, entender os elementos de dissonância na paisagem e mapear essas interferências”, conforme informou Maciel (informação verbal, 2018)<sup>126</sup>. Com isso, a leitura e a análise da praça trouxeram operacionalidade ao projeto urbano.

Como a equipe também desenvolveu os projetos de intervenção em mais duas praças em Mariana, a Praça Minas Gerais e a Praça Cláudio Manoel (Figura 56), eles tinham preocupações com a acessibilidade das calçadas e em criar elementos comuns a todas elas, fosse por meio de percursos, fosse pela especificação de

---

<sup>125</sup>Carlos Alberto Batista Maciel concedeu uma entrevista para esta pesquisadora no dia 09/ 05/ 2019 em seu escritório na cidade de Belo Horizonte/ MG.

<sup>126</sup> Fala do Arquiteto Carlos Alberto Maciel, coautor do projeto da Praça de São Pedro, em depoimento para essa pesquisa, realizado em Belo Horizonte, em maio de 2018.

materiais. Enfim, a ideia era criar um sistema de praças de tal modo que se pudesse perceber uma conexão entre elas e não tratá-las de modo isolado. Ao se referir às três praças, Maciel explicou que, embora existissem diferenças de conformação bem distintas entre elas, a equipe de arquitetos primou por:

[...] um pouco de conciliação entre as especificidades da geometria, da topografia, dos limites, da relação de cada espaço com um monumento que, na maior parte deles, tinha sempre uma relação com alguma igreja, mas sempre buscando estabelecer um certo equilíbrio entre como o desenho responde à especificidade, mas, ao mesmo tempo, observando o que é comum a todos os espaços para construir essa ideia de unidade (MACIEL, 2018)

Os arquitetos perceberam que, além de a Praça São Pedro ser pouco frequentada pela população, ela tem uma vocação para ser mirante da cidade. Daí, foi possível identificar que as principais forças daquele lugar estão na sua localização situada em cota altimétrica elevada, acima da área central da cidade. Tal situação faz com que a igreja seja percebida de longe, também permitindo a quem esteja na praça ter uma visão de parte considerável do centro de Mariana e das serras do seu entorno.

Figura 71 – O percurso visitado pela equipe de arquitetos



Fonte: Acervo do Escritório Arquitetos Associados – 2004

A equipe pôs-se a trabalhar e desenvolveu um estudo que eliminou a presença do automóvel, tratando a praça de tal maneira que ela continuasse a ser um mirante para a vista descortinada de Mariana. A proposta também tinha ambientes de estar, contava com bancos e poderia receber eventos a exemplo de feiras ou teatro de rua, além de acolher os fiéis aos domingos ou nos dias de procissão. Assim, o estudo projetual foi desenvolvido levando em conta a presença de pessoas na praça.

Figura 72 – O desenho proposto retirou o automóvel de dentro da Praça de São Pedro.



Fonte: Acervo do Escritório Arquitetos Associados

Tal situação é percebida quando, em paralelo aos patamares que acompanham a topografia, observa-se que uma via estreita desemboca na praça e o seu traçado foi continuado, sendo tomado como um eixo rumo à igreja. Esta decisão projetual ressaltou o percurso do caminhante que subiria à pé, atravessaria o recinto e poderia contemplar a arquitetura do templo, antes de chegar à sua portada (Figura 72), que está situada no ponto mais alto da cota altimétrica da praça.

Ladeando este caminho, do lado esquerdo de quem sobe à igreja, há uma variação sutil da topografia que permitiu a distribuição de degraus em um desenho que foi escalonando alturas de bancos e delimitando áreas verdes. Do outro lado direito do caminho, também há uma área coberta por vegetação rasteira e, em seguida, uma calçada que se limita com um muro em pedra ciclópica já existente. A orientação de iluminação seria a partir da colocação de pontos de luz distribuídos no piso para evitar a interferência visual dos postes, com uma claridade uniforme, sem deixar zonas de escuridão.

Nessa proposta projetual, a Igreja de São Pedro não foi tratada como um elemento indiferente naquela ambiência. Esse edifício singular fez uma concordância entre a chegada na praça e condução do fiel até o seu destino, revelando que a praça foi modelada pela presença da igreja o que enfatizaria ao largo o significado de

agregação. Quanto ao automóvel, ele poderia encostar para deixar algum passageiro e sair em seguida.

Quando perguntado sobre os conceitos que nortearam o projeto da Praça de São Pedro, Maciel relatou quatro deles: a não-presença na intervenção, as praças de Mariana enquanto conjunto, o uso para o pedestre e o reconhecimento de preexistências relevantes, incluindo a topografia. Com isso, as ideias elencadas pela equipe de arquitetos foram encaminhadas dentro da proposta. O processo de projeto, então, ocorreu numa mão dupla, existindo uma reciprocidade com o desenho da praça e uma atitude de propor aos usuários um espaço público qualificado, quebrando o caráter de estacionamento que ali havia se estabelecido.

Entendendo que os espaços livres públicos nas cidades mais antigas eram marcados pela relação entre o vazio e a presença de edifícios singulares, a equipe partiu para um projeto de praça, no qual o desenho deveria existir para gerar ativações do espaço, como foi explicado:

Às vezes, o projeto não tem que desenhar. Ele tem que reduzir informação. No caso desse, então, especialmente. Quanto mais o desenho desaparecer, melhor ele fica. Quanto mais ele conseguir ativar o uso, permitir que as pessoas possam se apropriar do espaço, e ele em si não ser uma forma, uma presença, tanto melhor (MACIEL, 2018, informação verbal).

A equipe desenvolveu um conjunto de estudos que foi apresentado em uma segunda reunião na qual “[...] tudo foi aparentemente aceito, mas era uma reunião informal, e aí desenvolvemos os projetos básicos”, conforme depoimento do arquiteto Carlos Alberto Maciel. Depois da finalização e entrega dos projetos básicos, eles foram analisados e aprovados, as obras foram licitadas e contratadas e o alvará de construção foi emitido.

No entanto, seis meses após esta entrega, o Escritório Técnico do IPHAN cancelou a aprovação numa atitude que pegou de surpresa os arquitetos responsáveis pelo projeto. Através do Parecer Técnico (Anexo B) elaborado por uma comissão formada por servidores do IPHAN/ MG e encaminhado ao Prefeito de Mariana, foi feita a seguinte afirmação:

A proposta de definição de platôs escalonados, criando-se espaços de permanência e contemplação do conjunto arquitetônico tombado, constitui-se em um ponto extremamente positivo no projeto. Entretanto, a priorização do uso para pedestres não se justifica diante da utilização consolidada daquele espaço, caracterizado pela visitação constante de turistas que acessam o

local em seus próprios veículos, vans e ônibus, fazendo uso da área de retorno como estacionamento temporário. O projeto suprime o acesso e área de parada de veículos e não prevê a relocação desta área, o que pode modificar ou comprometer seu uso atual, vindo a prejudicar o tráfego das vias adjacentes e conseqüentemente a visitação turística. Assim sendo, torna-se imprescindível, a permanência da ilha gramada e do retorno de veículos. (IPHAN, 2005)

Entendendo que o estacionamento usurpava a praça e não estimulava as pessoas a passarem o seu tempo ali, os arquitetos questionaram aquilo que foi apontado como uso consolidado pelo documento do IPHAN/MG. Eles também argumentaram que não fazia sentido colocar automóveis na frente da igreja, inclusive porque tal situação não permitiria que a fachada deste edifício fosse visualizada como um todo.

Durante as visitas *in loco* para levantamento de dados dessa pesquisa, foi constatado que turistas costumam subir até a Praça de São Pedro em automóvel. Na maior parte das vezes, baixam o vidro do carro, sacam um aparelho celular e fazem a foto da paisagem sem sequer descer do veículo, que faz a volta e segue para outro destino. Mesmo diante da contraproposta dos arquitetos em fazer uma área de estacionamento no terreno situado na parte de trás da Igreja de São Pedro, a Comissão Técnica do IPHAN/MG foi irredutível e insistiu sobre a presença do veículos na praça.

Se colocado em prática, o projeto poderia ter estimulado aquele espaço público como um lugar para práticas sociais. Contudo, indo na contramão do próprio conceito de praça e valorizando a cultura do automóvel, desconsiderando a praça como um lugar onde pode ocorrer vida coletiva e interações entre as pessoas, numa atitude segregacionista, o projeto urbano anteriormente aprovado teve que ser revisto. Ficando evidente que as visões dos arquitetos e as políticas públicas não estavam lado a lado, os profissionais se viram diante de um problema para o qual todas as soluções que propuseram foram rejeitadas, prevalecendo a manutenção do estacionamento na proposta final:

Mas, nesse caso não nos restou outra alternativa que não atender. E a gente fez, então, o menor possível, a área do automóvel, aumentando um pouco a área dos patamares, em relação ao que estava lá no local, mas bem menor do que o que era a nossa proposta original. Essa foi uma mutilação, ao nosso ver, em relação à proposta original. A gente redesenhou, retirando as palmeiras, reduzindo a área da circulação, mas deixando esse acesso bem em frente à igreja que é, assim, o pior lugar pra colocar um automóvel, de frente da portada da igreja. Mas, assim, isso foi uma determinação do IPHAN.

Foi esse parecer que motivou a modificação (MACIEL, 2018, informação verbal).

O projeto básico foi então modificado para que o automóvel voltasse a ter lugar prioritário na praça (Figura 73) e obra foi iniciada em março de 2007. A inauguração da obra ocorreu em dezembro do mesmo ano e o custo foi estimado em R\$305.550,20.

Figura 73: Vista Praça de São Pedro com indicação dos anexos (seta amarela)



Acervo: Thiago Müller (2022)

Ao explicar que não entendia de onde veio o raciocínio para justificar a opção do Escritório Técnico em defender a praça para o automóvel, Maciel (2018, informação verbal) lembrou de pontuar o jogo de poder entre o Monumenta e o IPHAN que existiu durante boa parte do Programa. Tal situação gerava conflitos constantes na tomada de decisões fossem elas acerca da aprovação de projetos ou para solucionar problemas surgidos no canteiro de obras. Outro motivo que precisa ser aqui considerado é o fato de que os edifícios anexos à Igreja de São Pedro (Figura 73) costumam ser alugados. Após a conclusão da obra, eles já abrigaram a Fundação Renova<sup>127</sup> e também uma faculdade particular com aulas noturnas – usos que pressupõem a existência de um estacionamento para atender à demanda de veículos e ao mercado imobiliário.

<sup>127</sup> A Fundação Renova é uma pessoa jurídica de Direito Privado, criada em junho de 2016, após o acidente ambiental ocorrido no distrito de Bento Rodrigues a partir do rompimento da barragem de Fundão que recolhia detritos de minério extraídos nas suas redondezas. O seu objetivo é colocar em prática medidas mitigadoras dos danos causados aos impactados

### 3.4 Praça São Francisco

#### 1) Informações Gerais

- Logradouro: Praça São Francisco
- Localização: São Cristóvão/SE



Coordenadas Geográficas: -11.013798°, -37.205467°

- População: 64.647 habitantes (no ano 2000)
- Assinatura do Convênio com o Programa Monumenta: 02/07/2004
- Data do Projeto: 2005
- Conclusão da Obra: 2006.
- Valor da Obra: R\$ 220.493, 96
- Agentes envolvidos no projeto da praça:
  - Mandatário Político: Governador Marcelo Déda
  - Arquitetos: Carlos Café e Philipe Sidarta Razeira
  - Coordenadora da UEP/ São Cristóvão: Arquiteta Tatiana Costa
- Projeto Luminotécnico: Atelier Lumiere Arquitetura
- Inauguração do projeto luminotécnico: junho de 2010
- Visita à praça: maio/ 2018
- Entrevista com um dos autores do projeto: 17 de outubro de 2019
- Parecer/ avaliação da UCG <sup>128</sup>: Restauração e adaptação do Convento de Santa Cruz com proposta de uso como pousada, bem como requalificação e revitalização da Praça São Francisco, com a intensificação de usos comerciais, turísticos e culturais, como projeto âncora das intervenções do Programa Monumenta em São Cristóvão.

<sup>128</sup> Parecer da equipe técnica do Monumenta com o resultado da análise da Carta Consulta enviada pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão, contendo orientações para a elaboração do projeto. Esse documento faz parte do Anexo IV do Volume I do Relatório de Atividades 2003 da Unidade Central de Gerenciamento (UCG).

- Razão pela qual a praça foi selecionada para a pesquisa: Ao observar as fotos do antes (Figura 74) e do depois das ações financiadas pelo Programa Monumenta, percebe-se que algumas árvores e os bancos usados pela população foram removidos, tendo o novo projeto definido ali um grande vazio urbano, o que levantou indagações para se entender as razões que nortearam essa intervenção.

Figura 74: A Praça São Francisco antes da intervenção



Acervo: Arquiteto Carlos Café (2004)

## 2) Vida Social e Apropriação da Praça:

- Eventos: shows musicais e concertos do Festival de Arte de São Cristóvão, carnaval de rua, festa junina.
- Solenidades: a Procissão do Fogaréu, o Sermão do Encontro (uma das celebrações da Procissão dos Passos); a Festa da Emancipação Política de Sergipe.
- Usos (previstos e imprevistos): festividades do calendário religioso e cultural da cidade; circulação de pessoas que usam a praça para cortar caminho
- Cotidiano: desde que a praça recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade em 2010, ficou convencionado para os moradores que era preciso zelar por aquele lugar. Com isso, a população foi deixando de usá-la em suas atividades socioculturais espontâneas, tornando-se um espaço vazio também pelo fato de que o projeto foi inadequado à realidade climática do Nordeste. Se uma festividade for organizada pela Prefeitura ou pelo IPHAN, a população toma parte, mas as rodas de viola, as brincadeiras de criança ou os encontros de fim-de-tarde, que costumavam acontecer

ali, foram transferidos para outros lugares. Hoje é comum a população usar a praça como caminho de passagem.

### **3) História e Morfologia da Praça São Francisco.**

Nos tempos da União Ibérica<sup>129</sup> (1580-1640), mais precisamente em 1590 foi criada a Capitania de Sergipe, subordinada à Capitania da Baía de Todos os Santos. Foi escolhido, então, um sítio na margem do Rio Poxim onde o português Cristóvão de Barros construiu um forte. Porém, este local não ofereceu segurança suficiente à implantação do novo assentamento. Poucos anos depois, entre 1595 e 1596, ocorreu o primeiro deslocamento para um terreno, às margens do Rio Pitanga, mais acatelado contra as invasões de índios e franceses e, em 1607, optou-se por deslocá-lo mais uma vez para outro local, às margens do Rio Paramopama, um afluente do Rio Vaza Barris, local de terras férteis e que possibilitava boa defesa, onde o núcleo urbano se estabeleceu.

De acordo com a descrição feita por Romão (2007, p. 173), nas duas primeiras décadas do século XVII, três ordens religiosas já haviam chegado na nova *urb*: os jesuítas (1597), os beneditinos (1609) e os carmelitas (1618). Coube aos jesuítas edificar a matriz dedicada a Nossa Senhora da Vitória, iniciada em 1608, a partir de uma determinação do Rei Filipe II, de Espanha.

Foi então a partir da construção da matriz que as primeiras ruas de traçado retilíneo começaram a ser definidas, como explicou Romão (2007, p. 173), ao informar que “As primeiras edificações foram erguidas próximo à igreja, respeitando o destaque do templo na configuração urbana, e seguiam em direção ao rio, na parte baixa, formando o primeiro eixo de crescimento no sentido leste-oeste”.

Entre 1637 e 1647, São Cristóvão esteve sob a posse dos flamengos, período de tempo no qual a cidade foi despovoada, devastada e abandonada. Após a reintegração da capitania ao território português, foi necessário reconstruí-la, o que acabou acontecendo em um processo lento em virtude dos poucos recursos financeiros que eram destinados pela Capitania da Bahia, à qual Sergipe ficou subordinada.

---

<sup>129</sup> União Ibérica: Período de 60 anos, entre 1580 e 1640, caracterizado pelo domínio espanhol em terras portuguesas, tendo os dois países sido governados pelos reis Filipe II, Filipe III e Filipe IV de Espanha.

A povoação estabeleceu-se em um terreno bastante característico das implantações de origem portuguesas, estruturando-se em cidade baixa, onde se localizavam os comerciantes e em cidade alta, marcada pela presença dos poderes civil e religioso, com seus edifícios singulares e um casario predominantemente modesto, formado por casas térreas e alguns sobrados.

Na literatura do período colonial, o poema Descrição da Cidade de Sergipe d'El Rey, atribuído ao poeta Gregório de Matos<sup>130</sup> (1636-1696), traz um retrato de São Cristóvão no qual são narrados a pobreza e o acanhamento daquele lugar em fins do século XVII:

Três dúzias de casebres remendados,  
Seis becos, de mentrastos entupidos,  
Quinze soldados, rotos e despídos,  
Doze porcos na praça bem criados.

Dois conventos, seis frades, três letrados,  
Um juiz, com bigodes, sem ouvidos,  
Três presos de piolhos carcomidos,  
Por comer dois meirinhos esfaimados.

As damas com sapatos de baeta,  
Palmilha de tamanca como frade,  
Saia de chita, cinta de raqueta.

O feijão, que só faz ventosidade  
Farinha de pipoca, pão que greta,  
De Sergipe d'El-Rei esta é a cidade.

O poema retrata um povoado pequeno, sujo, pouco habitado, com casas mal cuidadas, ruas cobertas por ervas daninhas e com animais criados soltos nos espaços públicos. Também é apresentado um retrato de alguns dos tipos humanos ali presentes, indo dos soldados esfarrapados, passando pelo juiz que ouvia o que lhe interessava até chegar nas senhoras daquela sociedade com suas vestimentas peculiares. Já os dois conventos citados pertenciam um aos jesuítas e o outro aos padres carmelitas.

Nas batalhas contra os flamengos, já estabelecidos na Bahia desde 1625 e que lutavam então para conquistar a Capitania de Pernambuco, São Cristóvão acabou servindo de abrigo para os soldados da resistência que fizeram daquele núcleo urbano uma espécie de quartel general, antes de empreenderem fuga. É desse tempo, uma

---

<sup>130</sup> Gregório de Matos (Salvador/ 1636 – Recife/ 1696) – é um poeta destacado da literatura barroca feita no século XVII. Seus versos de natureza satírica faziam críticas às instituições da administração colonial e aos seus representantes como também aos fidalgos e ao clero.

descrição trazida pelo livro Nova Lusitânia, de Francisco de Brito Freyre, publicado em Lisboa, em 1675:

Consta de quatro-centos vizinhos de plaino, mas piqueno acento. Tem Igreja Matriz; Casa de Misericórdia, dous Conventos; & jurisdição de Capitania, por ser hua das que formaõ a Nova Lusitania. Distante do mar coatro légoas, comprehende pela costa coarente & cinco...Ha em seu districto oito Engenhos de assucar, muitas lavouras dos melhores tabácos & manadas grandes de vacas (FREYRE, 1675, p. 408).

Durante os anos iniciais da colonização de São Cristóvão, houve conflitos entre portugueses e holandeses. Essa situação causou muitos problemas, o povoado foi incendiado, assim como as plantações de fumo e o gado foi saqueado e espalhado. É fato que nem os portugueses e nem os holandeses se preocuparam em aportar melhorias a esse núcleo urbano. A restauração portuguesa ocorreu em 1645.

Quanto aos franciscanos, eles chegaram a São Cristóvão em 1657 para aceitar o sítio que foi oferecido à ordem. Segundo a crônica de Frei Jaboaão (1859, p. 585), logo após a chegada dos irmãos, Frei Luís do Rosário iniciou a construção de um pequeno oratório, o qual foi concluído em 1659. Porém, a pedra fundamental do Convento da Santa Cruz foi lançada em 1693. Mais tarde, entre 1699 e 1740, ao lado da igreja principal, foi erguida a capela da Ordem Terceira:

A obra [do Conjunto Franciscano] somente atingiu desenvolvimento pertinente no século XVIII, sendo que sua principal consequência foi a demarcação do eixo fundamental da composição urbana, composta pelo avantajado espaço aberto, que hoje é a Praça São Francisco. Para além do Convento de São Francisco e da Santa Casa de Misericórdia, a constituição do conjunto arquitetônico da Praça São Francisco se deu com o levantamento do Palácio Provincial – hoje Museu Histórico de Sergipe – no primeiro quartel do século XIX. Assim, a composição urbanística da cidade se desenvolveu a partir da ligação direta da Praça São Francisco com a Praça da Matriz (TEIXEIRA DA SILVA, 2018, p. 71).

Separadas por uma quadra, a ligação direta entre as praças da Matriz e a São Francisco ocorre a partir de duas ruas (as atuais Rua Coronel Erondino Prado e Rua Frei Santa Cecília). A Praça São Francisco ainda é marcada pela presença de um cruzeiro em pedra calcária e tem em seus limites, além do conjunto franciscano, ao norte, outros edifícios singulares como a antiga Santa Casa e a Igreja da Misericórdia (atual Prefeitura Municipal), ao leste, o antigo Palácio Provincial (atual Museu Histórico de Sergipe) e a antiga Ouvidoria (atual Casa do Iphan) ao sul e um casario residencial térreo de porta e janelas, ao oeste.

Quando Salvador perdeu o posto de capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763, a Capitania de Sergipe d'El Rey, então subordinada ao Governo Geral, foi anexada à da Bahia como uma compensação. Com isso, a Bahia passou a nomear as autoridades sergipanas como também passou a exigir o envio de impostos, fumo, gado e homens, drenando recursos que poderiam ser investidos no melhoramento dos núcleos urbanos. Em suas pesquisas Santos (2014, p. 64) apontou que, em 1775, foi realizado um levantamento na Comarca de Sergipe que revelou a presença de 312 fogos na freguesia de N. Sra. da Vitória da Cidade de São Cristóvão.

Em 1820, D. João VI tornou a Capitania de Sergipe independente da Bahia e São Cristóvão foi elevada à categoria de cidade. Porém, em 1855, a capital da Província foi transferida para Aracaju, provocando a destituição das funções político administrativas que, por sua vez, deram início a um processo de decadência econômica e despovoamento de São Cristóvão.

A chegada da ferrovia aconteceu em 1911 e isso induziu a implantação de fábricas de tecido para a cidade, provocando mudanças no processo de urbanização e atraindo novos moradores. Porém, tais fatos não afetaram muito a Praça São Francisco e o seu entorno que há anos se apresentavam consolidados em termos de estrutura urbana, com as edificações religiosas e, também, edifícios do poder civil e da arquitetura vernacular. É desse tempo uma descrição contida no livro *Cacau* (1933), de Jorge Amado<sup>131</sup> sobre São Cristóvão:

A cidade subia pelas ladeiras e parava lá em cima, bem junto ao imenso convento. Olhando do alto, via-se a fábrica, ao pé do monte pelo qual se enroscava a cidade como uma cobra de uma só cabeça e inúmeros corpos. Talvez não fosse bela a velha São Cristóvão, ex-capital do Estado, mas era pitoresca, pejada de casas coloniais, um silêncio de fim de mundo, as igrejas e os conventos a abafarem a alegria das quinhentas operárias que fiavam na fábrica de tecidos (AMADO, 2010, p. 4 -5)

Na parte alta da cidade ainda há outras igrejas (a matriz da Vitória, o Conjunto Carmelita, o Rosário dos Homens Pretos, o Amparo), casas térreas e sobrados, situados em ruas ou praças de traçado predominantemente retilíneo (Figura 75), resultando numa paisagem urbana bastante expressiva.

---

<sup>131</sup> Jorge Amado (1912-2001) foi um escritor baiano traduzido para muitas línguas. O livro *Cacau* foi o seu segundo romance e com ele teria sido iniciado o que a crítica literária denomina "ciclo do cacau", no qual as narrativas desse autor são ambientadas em meio às relações do coronelismo cacauero.

A regularidade da forma urbana de São Cristóvão é associada, por alguns estudiosos, ao fato de que o início deste povoamento aconteceu durante a União Ibérica e que pode haver ali influências do modo de se fazer cidades característicos dos espanhóis com ruas retilíneas e quadras regulares. Inclusive, esse foi um dos argumentos usados para a candidatura da Praça São Francisco ao título de Patrimônio Cultural Mundial, obtido em 2010.

Figura 75: Vista aérea de São Cristóvão, tendo ao centro a Praça São Francisco



Fonte: Acervo pessoal do Arquiteto Carlos Café

Figura 76: O Convento Franciscano com o seu cruzeiro



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (Maio/ 2018)

Quanto ao Convento Franciscano (Figura 76), trata-se de um edifício singular dentro da estrutura urbana de São Cristóvão e já abrigou diferentes funções a exemplo de Tesouraria Geral, Assembleia Provincial, Biblioteca, enfermaria e quartel das

tropas que lutaram na Guerra de Canudos (1896-1897). É possível que a presença dos frades menores ali tenha estruturado o adro na malha urbana da cidade:

Este convento apresenta-nos o adro com mais definição geométrica no seu desenho, reforçado pela sua superfície bastante plana. No sentido de que é ininterrupto, conecta-se diretamente com as edificações que ficam nas bordas de que se constitui, ele toca livremente em todos os prédios que limitam sua quadra e compõem suas “faces” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 54).

Aliás, esse adro permite descortinar toda a fachada principal do conjunto religioso. Com a construção da Misericórdia e da Igreja de Santa Isabel, no século XVII, e do Palácio Provincial, na primeira metade do século XIX, a praça acabou sendo definida por um desenho geométrico com formato retangular, com plano de base de 51 m de largura por 73 m de comprimento, apresentando uma discreta alteração nas cotas topográficas, que são mais baixas nas proximidades do conjunto franciscano.

Figura 77: Apresentação do Reisado na Praça São Francisco



Fonte: <https://infonet.com.br/blogs/sao-cristovao-sepatrimonio-mundial-entre-13-no-brasil/>. Acesso em 23/11/2021.

Esse amplo espaço é palco para as apresentações de diversos grupos folclóricos ao longo do ano, visto que o patrimônio imaterial de São Cristóvão tem muitas expressões em danças e folguedos como os Bacamarteiros, as Taieiras, os Reisados (Figura 77), o Samba de Côco, a Chegança, a Caceteira, a Dança do Langa, a Dança de São Gonçalo do Amarante, o Batalhão de São João e as festas juninas com os trios de forró. A culinária local também tem destaques com os bricelets<sup>132</sup>, as queijadinhas, e as bolachas de goma. Desde 1972, a cidade abriga o Festival de Arte

<sup>132</sup> Os Bricelets são biscoitos finos, de origem suíça, introduzidos em São Cristóvão, na primeira metade do século XX, pelas Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição que trabalhavam no orfanato da Santa Casa. Ainda hoje eles são preparados seguindo a receita original das religiosas que leva suco de laranja e raspas de limão.

de São Cristóvão, que movimenta a vida cultural, com espetáculos, exposições e cursos nas áreas de teatro, música, dança, cinema, folclore, artes plásticas e literatura. Boa parte dessas apresentações também são realizadas na Praça São Francisco, assim como as manifestações carnavalescas.

Ao lado dessas atividades profanas também ocorrem as manifestações religiosas como a Procissão dos Passos, realizada desde a primeira metade do século XIX, durante as celebrações da Semana Santa:

Na praça [São Francisco], era realizada a cerimônia do incenso e a execução do canto do passo. A entrada da imagem do Senhor dos Passos era ritmada pelo dobrar dos sinos de todas as igrejas, como tarantanas fúnebres, isto é, tratava-se de uma marcha para o calvário. A audição do sermão proferido pelo padre no púlpito da Praça São Francisco ocorria todos os anos na solenidade de Passos (SANTOS, 2015, p. 94-95).

A Procissão dos Passos ocorre num dia de domingo. A praça é o ponto de encontro de dois cortejos: um que sai da Matriz e o outro que sai da Igreja do Carmo. No dia dessa procissão, ela é um território da religiosidade, repleta de fiéis e peregrinos vindos de outras cidades. Portanto, durante os eventos e as cerimônias que fazem parte do calendário oficial e que são organizadas por autoridades religiosas ou civis, a praça é frequentada e são muitos os moradores que ali vivenciam encontros culturais.

A partir das fotografias antigas do Convento da Santa Cruz, coletadas junto à Superintendência do IPHAN em Sergipe, foi possível observar que o seu adro permaneceu por muitos anos sem pavimentação, com chão de terra batida, recoberto por gramíneas, tendo poucas árvores e sendo entrecortado por caminhos de pedestres que levavam de um lado a outro da praça.

Figura 78: A Praça São Francisco em foto posterior a 1908 – ano de construção da Torre Schimidt.



Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN/ SE

A Figura 78, tendo ao fundo o Convento e a Igreja da Santa Cruz com a chamada Torre Schimidt, traz uma vista parcial da praça como um grande vazio urbano, com topografia suavemente inclinada, no qual se destaca a presença do cruzeiro de base hexagonal.

Figura 79: A Praça São Francisco em imagem posterior a 1938 - ano de construção da Torre Raffand



Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN/ SE

É possível perceber, na Figura 79, a Praça São Francisco como um lugar bucólico, tendo a presença de dois animais equestres e de árvores de médio porte, que escondem partes da fachada do conjunto. O cruzeiro permanece resguardando a frente do edifício.

Conforme as informações de Brendle (2013), em 1945, o Diretor do SPHAN Bahia, Sr. Godofredo Filho, por meio de ofício, informou ao Guardião do Convento que haveria liberação de verbas para restaurar o edifício desde que houvesse, primeiro, uma intervenção na torre - a Torre Raffand, devido ao entendimento de que a mesma destoava bastante do conjunto. Com isso, iniciaram-se as remodelações que a deixaram com as feições atuais e durante essas obras foi feita uma imagem (Figura 80) na qual é possível observar que a praça possui diferenças de nível em sua topografia. Ela continua sem pavimentação, com caminhos de passagem usados pela população.

Figura 80: A Praça São Francisco em imagem tomada em uma remodelação da torre do convento



Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN/ SE

Antes da proposta do Programa Monumenta, a Praça São Francisco era fruto de um projeto desenvolvido pelo arquiteto Wellington Costa, que integrou a equipe técnica da Superintendência de Obras Públicas do Estado de Sergipe (SUDOPE) nos anos 1970. Na realidade, esse arquiteto participou do II Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE), realizado em Recife, em 1976, e desenvolveu, como tema da sua monografia, uma proposta de restauração do Convento Franciscano de São Cristóvão.

Por esse tempo, conforme afirmou Costa (informação verbal, 2021)<sup>133</sup>, a Praça era “um espaço comum, como tantos outros, sem integração com as edificações de seu entorno: o Convento São Francisco, a Santa Casa de Misericórdia e o Palácio Provincial do Governo, atual Museu Histórico do Estado de Sergipe”. Não havia um desenho de piso, apenas uma pavimentação em pedra calcária e sem considerar as diferenças de nível que existiam ali, o que soterrava a soleira do convento (Figura 81).

---

<sup>133</sup> Informação concedida pelo Arquiteto Wellington Costa em 07/12/ 2021.

Figura 81 – A Praça São Francisco com a pavimentação em pedra calcária como descrito pelo Arquiteto Wellington Costa.



Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN/ SE.

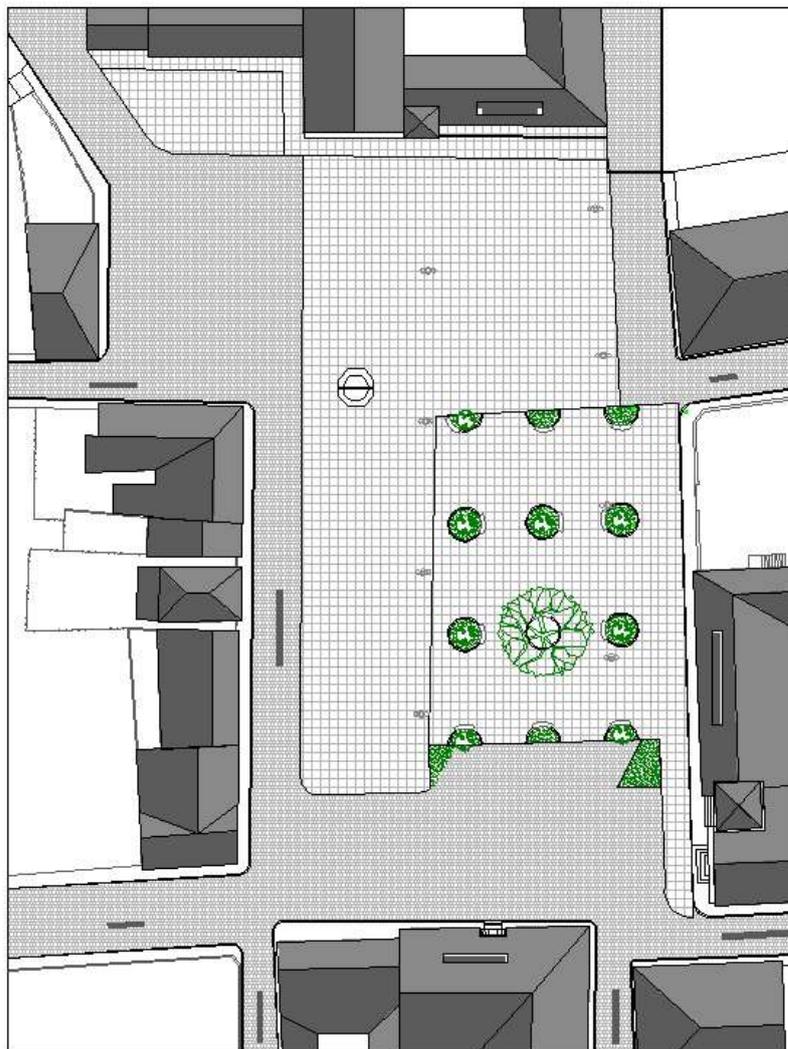
O arquiteto explicou que propôs dar um tratamento ao espaço público de modo que integrasse as edificações do seu entorno e que considerasse as diferenças entre as cotas de nível. A proposta foi executada na íntegra, com pequenos ajustes para recuperar a soleira. Como ilustra a Figura 82, a área em formato retangular foi subdividida em duas partes e recebeu revestimento em lajes de pedra granítica cortadas no esquadro:

- Uma delas, com formato em “L”, gerou um largo calçadão que margeou a fachada principal do conjunto franciscano, passando depois pelo cruzeiro;

- A segunda, formou um retângulo com um desnível um pouco mais alto. Nessa parte da Praça foram dispostos bancos e árvores que, à exceção de uma delas, foram mantidas em tamanho pequeno por meio da poda topiaria. Havia também um estacionamento para veículos.

O processo de aprovação do projeto ocorreu sem problemas da parte da 5ª Diretoria Regional da SPHAN/ Fundação Nacional Pró-Memória, sediada em Salvador/ BA. A partir de convênio assinado com o PCH para o custeio, as obras da Praça foram operacionalizadas pela SUDOPE e executadas pela Construtora Eufrásia Ltda, também responsável pela restauração do Convento Franciscano, mediante Licitação Pública vencida. A Prefeitura de São Cristóvão não teve qualquer participação financeira. Essa proposta de desenho (Figura 83), depois de implementada, permaneceu na praça por mais de 30 anos.

Figura 82: Planta da Praça São Francisco em proposta desenvolvida por Wellington Costa na década de 1970.



Fonte: Acervo Arquiteto Carlos Café

Figura 83 – A Praça São Francisco era frequentada pela população



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/43>. Acesso em: 23/11/2021.

#### **4) Normativas que incidiam sobre a Praça São Francisco no período de desenvolvimento do projeto urbano aqui estudado:**

Devido às características anteriormente apresentadas, o conjunto urbano de São Cristóvão foi reconhecido pelo Decreto-lei nº 94, de 22 de junho de 1938, como patrimônio histórico de interesse Estadual, amparado pelo artigo 134<sup>134</sup> da Constituição do Estado Novo.

Entre 1941 e 1962, foram tombados diversos monumentos da cidade a nível federal entre os quais o Convento e a Igreja da Santa Cruz, inscritos em 1941 no livro de Belas Artes e no livro Histórico. Porém, o adro e o cruzeiro acabaram ficando de fora dessa proteção

Como o patrimônio edificado de São Cristóvão é bastante expressivo e diversificado, envolvendo arquitetura religiosa, oficial e civil, além do traçado urbano marcado pela regularidade das ruas, quadras e lotes, em 1967, o seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico foi reconhecido a nível nacional, segundo o processo nº. 785- T-67, nº de inscrição 40 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, folha 10, em 31 de janeiro.

Já o Plano Diretor da Cidade foi instituído em março de 2009, e, portanto, a sua construção se deu em paralelo ao desenvolvimento da obra de intervenção na Praça São Francisco.

Essa lei tratou sobre o ordenamento e crescimento de São Cristóvão, estabelecendo as áreas de expansão urbana, o zoneamento, o sistema viário, o parcelamento do solo e os setores de preservação patrimonial. Especificamente no capítulo II, intitulado “Da Política Municipal de Desenvolvimento, das Diretrizes e Linhas Estratégicas”, foi reconhecida a necessidade de existirem estratégias para a valorização do patrimônio histórico e cultural.

O Plano Diretor possui, então, uma seção dedicada exclusivamente ao Tombamento, na qual afirma que a Zona de Tombamento Histórico - que corresponde ao centro histórico de São Cristóvão, destina-se a proteger e recuperar os monumentos históricos e a morfologia da cidade, admitindo ali os usos residencial, comercial e serviços de pequeno porte. Outra preocupação expressa nessa lei diz

---

<sup>134134</sup> Art 134 – Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados contra o patrimônio nacional.

respeito a “requalificar os espaços públicos segundo normas de restauração e recuperação definidas pelo IPHAN”, conforme informa o seu Artigo 80, inciso III.

## 5) Visão Serial

A seguir são apresentadas as fotografias que correspondem ao exercício de visão serial da Praça São Pedro, realizado no início da tarde do dia 28 de maio de 2018. A indicação do ponto de tomada das seis fotos está expresso na planta de situação (Figura 84) dessa praça por meio de marcações que vão de SF1 a SF6.

Figura 84 – Planta de situação da Praça São Francisco com a indicação de onde as fotos foram tomadas.

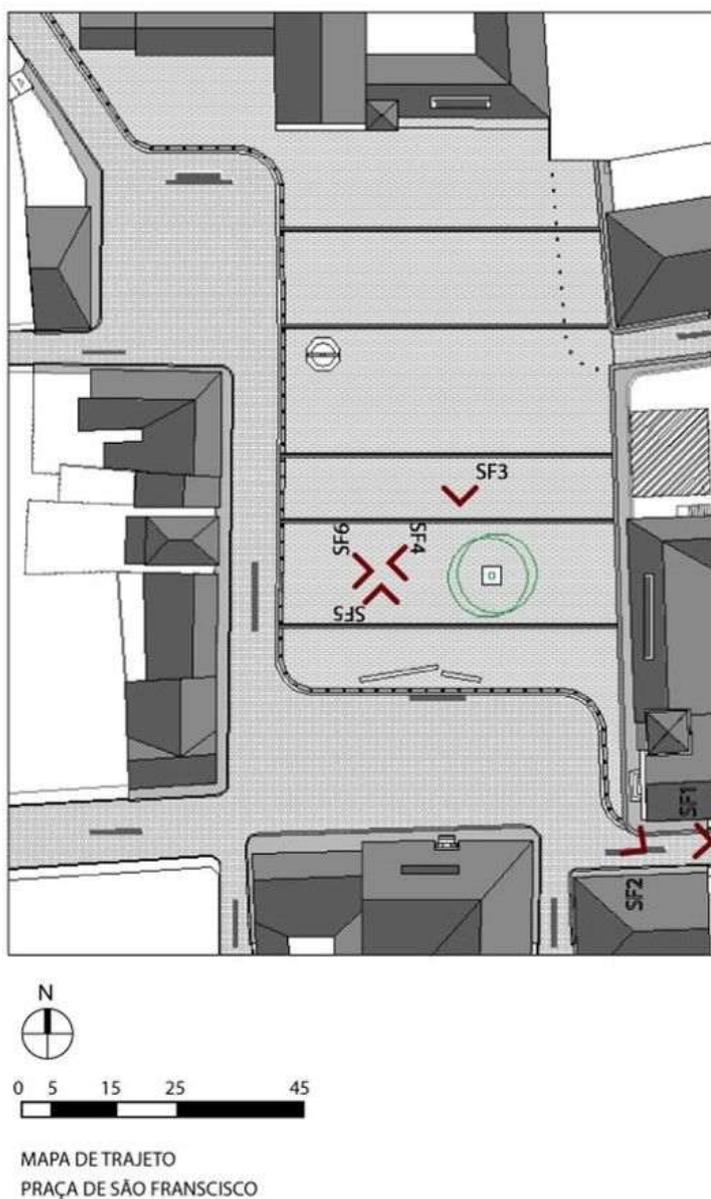


Figura 85 – Chegando na esquina (SF1)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2018)

Seguindo pela Rua Coronel Erondino Alves (Figura 85) no rumo da Praça São Francisco, percebe-se a presença de edifícios antigos cuja arquitetura apresenta uma simplicidade bem elaborada – os balcões, os cunhais e a cimalha tornam as edificações singulares quando observadas em relação ao casario térreo que fecha a perspectiva da imagem. Ao mesmo tempo, a rua se alarga, aguçando a curiosidade do caminhante para ir desvendar o espaço que se anuncia.

Figura 86 – Eis que surge a Praça São Francisco (SF2)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2018)

Ao virar a esquina (Figura 86), eis que a Praça São Francisco surge: um largo retangular de dimensões avantajadas, com uma única árvore que atrai pela possibilidade da sombra. Lá atrás, está o Convento Franciscano, edificação mais alta e que fecha a perspectiva do conjunto.

Figura 87 – A Praça São Francisco, o cruzeiro e a igreja (SF3)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2018)

À sombra da árvore (Figura 87), foi feita uma pausa no percurso para observar a extensão do piso que, pontuado pelo majestoso cruzeiro e pelos postes de iluminação pública, se estende até o convento, com um suave declínio nas cotas topográficas. A partir dessa localização, dá para perceber como esse adro permite visualizar a fachada principal como um todo.

Figura 88 – Observando os demais edifícios da praça (SF4)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2018)

Daqui foi possível observar o entorno. À sombra frondosa da árvore, de vez em quando, alguém senta nos bancos para uma prosa. Um pouco mais atrás, aparece a Santa Casa de Misericórdia (Figura 88), a Igreja de Santa Isabel e o Sobrado da Antiga Ouvidoria, que abriga a Casa do IPHAN.

Figura 89 – Sobrados e casas térreas (SF5)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo ( 2018)

Por este ângulo, partilham do entorno da Praça São Francisco a Igreja de Santa Izabel, a Santa Casa de Misericórdia, sobrados do século XIX, entre eles o antigo Palácio Provincial (Figura 89), e casas térreas, de uma arquitetura simples, com coberta em duas águas.

Figura 90 – A arquitetura vernácula do entorno da praça (SF6)



Fonte: Acervo Maria Helena Azevedo (2018)

Na face oeste da Praça São Francisco são encontradas modestas casas térreas de porta e janela (Figura 90), expressão cultural de seus antigos moradores, lado a lado com a grandiosidade da arquitetura erudita dos edifícios religiosos e, também, das construções oficiais.

## 6) O espaço físico

- Atrativo: a praça retangular, caracterizada pelo projeto de intervenção para se assemelhar a uma *plaza de armas*.
- Vocação: palco para manifesta es da cultura popular e também para atividades religiosas.
- Foco: a contempla o do Convento Franciscano e dos demais edifícios do entorno.
- Edifício Singular/ Elementos/ Entorno: Igreja da Santa Cruz; o cruzeiro, a Santa Casa, a Igreja de Santa Isabel, o casario térreo, o antigo Palácio Provincial, a Casa do IPHAN.

## 7) O projeto urbano

Em 2003, o Programa Monumenta foi incorporado ao IPHAN e passou a ser gerenciado pelo Arquiteto Marcelo Ferraz, até o ano de 2004. Nesse momento, foi criada uma equipe de arquitetos que ficou responsável por desenvolver os estudos projetuais demandados por todas as cidades atendidas pelo Programa. Foi daí, então, que dois arquitetos, Carlos Café e Philippe Sidartha Razeira, estiveram capitaneando as propostas desenvolvidas para a Praça São Francisco.

O primeiro contato direto de Carlos Café com a Praça São Francisco se deu a partir de um voo de helicóptero que permitiu ao arquiteto visualizar a sua implanta o na malha da cidade, a sua dimensão e a força do seus edifícios. Nessa oportunidade, foram feitas muitas imagens fotográficas.

Por esse tempo, já existia a inten o de candidatar a Praça ao título de Patrimônio Mundial. S  lembrando aqui que a União Ibérica durou de 1580 a 1640 e os Franciscanos s  chegaram a São Cristóvão em 1657, lançando a pedra fundamental do Convento da Santa Cruz em 1693. Portanto, os edifícios que configuram o entorno da Praça foram construídos muitos anos após o termino da união entre a coroa portuguesa e a espanhola.

Mesmo diante dessa distância no tempo e na própria história da Praça, havia todo um empenho por parte de um grupo local na candidatura, o que conduziu os diálogos com os arquitetos no sentido de que o projeto real asse as rela es de proximidade da São Francisco com a tipologia de uma *plaza de armas*, para que ela

pudesse ser apresentada ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO como um exemplo de forma urbana representativo do modo de se construir praças na América Espanhola e que teria sido implantado como tal na América Portuguesa, em função da União Ibérica.

Para desenvolver o estudo, Café (informação verbal, 2019)<sup>135</sup> buscou inspiração, “na Praça 25 de Abril, em Alcobaça/ Portugal”, mais conhecida como a Praça do Mosteiro (Figura 91). Essa praça está diante de um edifício que é Patrimônio Mundial, o Mosteiro dos Cistercienses e, em seu projeto de intervenção, realizado em 2002, pelos arquitetos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos, os automóveis tiveram a sua circulação reduzida, o que resultou numa grande área de saibro, entrecortada por caminhos e também por calhas instaladas no piso para coletar a água da chuva.

Figura 91: A Praça do Mosteiro em Alcobaça



Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/m/mosteiro-de-alcobaca/>. Acesso em: 24/11/2021

O partido adotado para o projeto em São Cristóvão foi, então, o de praça seca, que não possui arborização, canteiros ajardinados ou bancos, com um amplo piso, permitindo a livre circulação de pessoas. Nesse tipo de partido urbanístico, os volumes edificados que existam no entorno são ressaltados pelo vazio que foi proposto para a praça. Essas ideias (Figura 92) foram apresentadas a Marcelo Ferraz, Coordenador do Monumenta, e ele as aprovou. Assim, a intervenção foi pensada “com a intenção

<sup>135</sup> Informação concedida pelo Arquiteto Carlos Café, um dos autores do projeto da Praça São Francisco, em 17/ 10/ 2019.

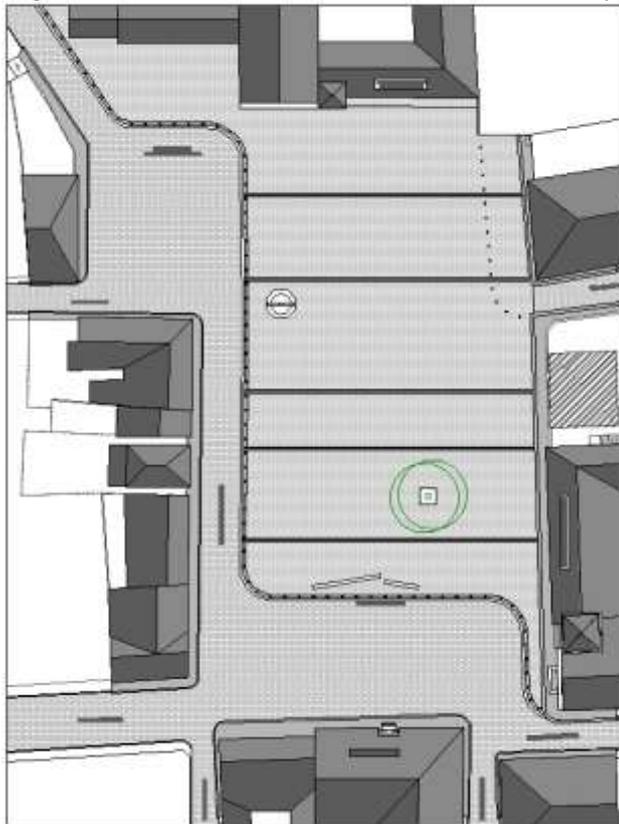
de valorizar a arquitetura do entorno”, tal como afirmou Café (informação verbal, 2019).

Figura 92: Estudo volumétrico da Praça São Francisco



Fonte: Acervo do Arquiteto Carlos Café

Figura 93: Planta de situação – as linhas horizontais desenhadas sobre o piso são calhas em pedra.

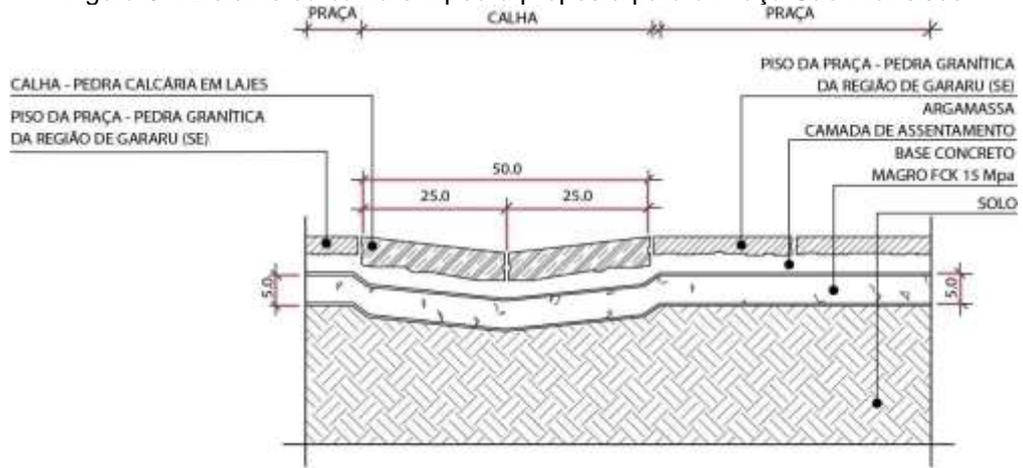


Fonte: Acervo Arquiteto Carlos Café

Os arquitetos da equipe do Monumenta, em Brasília, desenvolveram o projeto básico, junto com alguns detalhamentos construtivos – as calhas foram desenhadas sobre o plano da praça (Figura 93) e especificadas (Figura 94), assim como o piso,

para o qual foi proposto um módulo de paginação (Figura 94). Esse material foi repassado para a UEP de São Cristóvão, que ficou responsável por encaminhar os trabalhos.

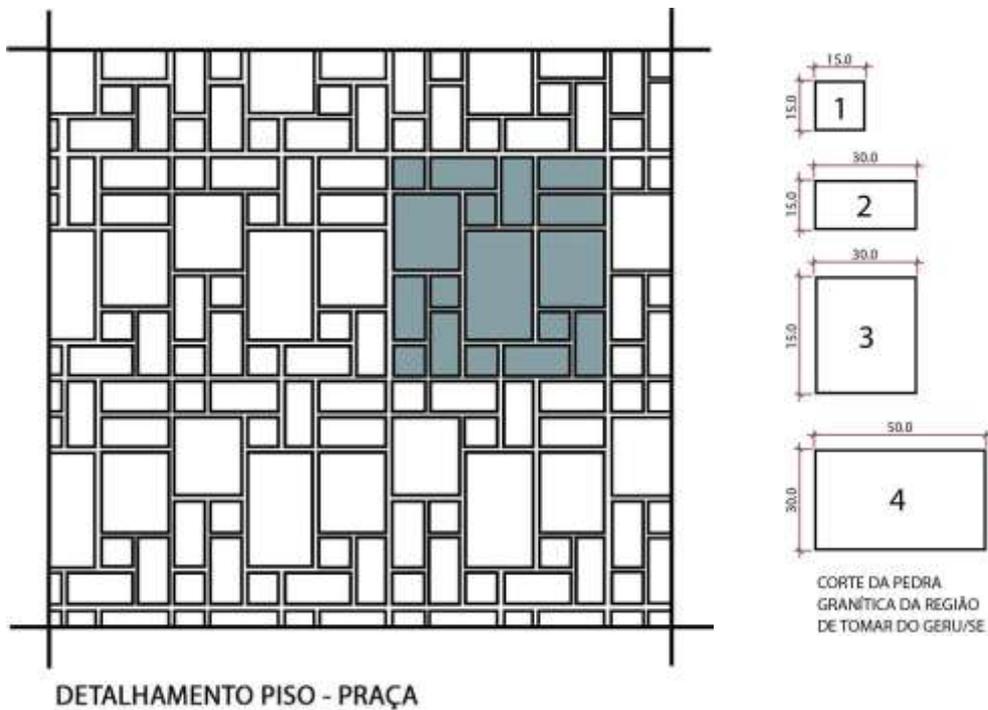
Figura 94: Detalhe da calha em pedra proposta para a Praça São Francisco



**CALHAS DA PRAÇA**

Fonte: Acervo Arquiteto Carlos Café.

Figura 95: A paginação modular proposta para o piso da Praça São Francisco



**DETALHAMENTO PISO - PRAÇA**

Fonte: Acervo Arquiteto Carlos Café

O revestimento do piso anteriormente existente era em lajes de pedra granítica (Figura 96), cortadas no esquadro, formando peças retangulares. Com o início das obras em Março de 2006, essa pavimentação foi toda removida e a nova proposta para a Praça São Francisco optou também pela retirada das árvores de pequeno porte, dos bancos e do desnível que antes existia ali, deixando o piso num único plano, sem obstáculos-

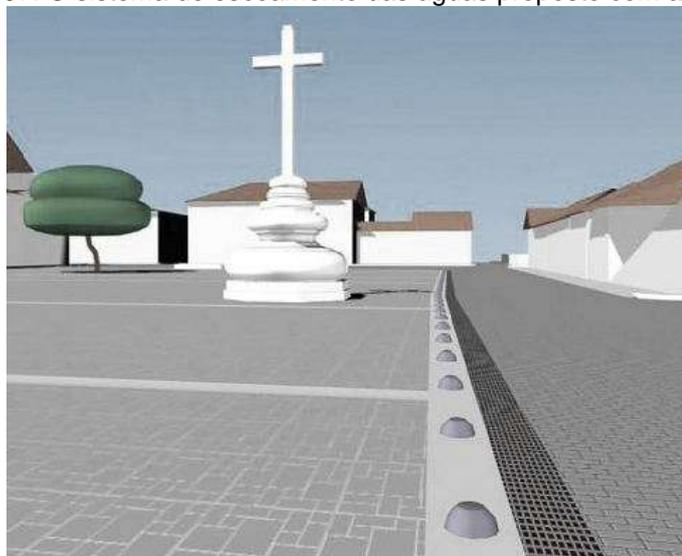
Figura 96: A Praça São Francisco antes da intervenção financiada pelo Monumenta



Fonte : Acervo Arquiteto Carlos Café

Na época das chuvas, é comum que se acumule poças d'água exatamente na frente do Convento Franciscano porque ali estão as cotas mais baixas da Praça. Por esse motivo, a proposta desenvolvida pelos arquitetos detalhou um sistema de escoamento envolvendo calhas que seriam executadas em pedra (Figura 97), e dispostas na pavimentação. Elas teriam a finalidade de conduzir as águas até a sarjeta, onde uma calha de borda, recoberta por uma grelha metálica, circularia parte do perímetro da Praça, concluindo essa drenagem

Figura 97: O sistema de escoamento das águas proposto com as calhas



Fonte: Acervo Arquiteto Carlos Café

Durante o andamento da obra, “...a Superintendência do IPHAN/SE tomou outras decisões”, conforme pontuou Tatiana Costa<sup>136</sup> (informação verbal, 2018), arquiteta responsável pela UEP local. Com isso, o desenho executado na Praça São Francisco não considerou os detalhes construtivos elaborados pela equipe de Brasília. A intervenção resultou, então, numa grande área pavimentada (Figura 98) com pedra granítica, em formato irregular, tendo bancos de concreto e madeira colocados à sombra da copa da árvore restante. Segundo Café (informação verbal, 2019), os bancos desenhados especialmente para a Praça São Francisco foram executados noutra praça, fora de Sergipe.

Figura 98: A Praça São Francisco após as obras



Fonte:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20Praça%20São%20Francisco.pdf>. Acesso: 23/11/2021.

Figura 99: A Praça São Francisco e sua iluminação noturna



Fonte: <https://rwnews.com.br/praca-sao-francisco-em-sao-cristovao-completara-sete-anos-de-patrimonio-cultural-da-humanidade/>. Acesso em: 23/11/2021

<sup>136</sup> Informação concedida pela Arquiteta Tatiana Costal, Coordenadora Técnica da UEP de São Cristóvão, em 28/05/2018.

Ainda dentro do financiamento do Monumenta, foi contratado um escritório, o Ateliê Lumiere Arquitetura, sediado em Salvador, para fazer um estudo luminístico para a Praça. Esse projeto foi encontrado no arquivo do IPHAN, em Aracaju, e lá constam o memorial descritivo junto com os desenhos do projeto elétrico. A proposta criou três tipos de iluminação: a iluminação noturna do espaço público, com postes desenhados especificamente para essa proposta; a iluminação direcionada para destaque do cruzeiro (Figura 99) e dos edifícios singulares e, por último, a iluminação para os dias de festa, com grandes refletores voltados para a área da Praça.

A opção de não construir as calhas, conforme detalhadas pela equipe de arquitetos do Programa Monumenta, perdeu a oportunidade de resolver um problema do período chuvoso: as águas escorrem sobre o pavimento e permanecem acumuladas nas cotas mais baixas. Com isso, as paredes do conjunto franciscano voltadas para a Praça ficam em contato direto com a umidade.

Desde 2006, ocorriam preparativos para que o Brasil solicitasse a inclusão da Praça São Francisco na lista indicativa a Patrimônio Mundial para ser analisada pelo Conselho do ICOMOS. A conjuntura política envolvida nesse processo estabeleceu como prioridade adequar as características morfo – tipológicas da Praça às intenções de buscar essa titulação. Com isso, o projeto de intervenção aqui discutido procurou acentuar uma cenografia que colaborou para facilitar a vinda do título em 2010.

### 3.5 A respeito do projeto urbano e da sua construção

Entendendo o patrimônio urbano como espaços que transcendem a obra isolada, caracterizadores da cidade devido aos seus valores histórico, social, cultural, econômico, de antiguidade ou simbólico, é preciso observar que existe uma trama de interações que lhe dá vitalidade e importância. Trata-se de um bem cultural com funções e significados diversos, afinal é no patrimônio urbano onde a materialidade e a imaterialidade mais se aproximam.

Por outro lado, esses bens têm suas próprias complexidades, que são diferentes das complexidades do edifício isolado quando patrimônio, e isso requer a adoção de valores e instrumentos específicos. Diante da responsabilidade envolvida com essa herança, é preciso compreender as dimensões da cidade enquanto bem cultural, como propôs Meneses (2006, p. 36), observando-a enquanto artefato, com seus traçados urbanos e suas formas arquitetônicas, enquanto campo de forças, com as suas tensões e conflitos de naturezas diversas, e enquanto representação social, com imagem, valores, memória e identidade que os habitantes possam ter dela.

A presença de um canteiro de obras, enquanto execução de projeto, nas áreas sob proteção dos órgãos de preservação, pode levar à presunção de que o espaço urbano estaria sendo reestruturado a partir de ações guiadas por propostos conservacionistas e que esses seriam apoiados em princípios culturais, éticos e científicos. Na realidade observada nessa pesquisa, nem sempre os fatos ocorreram de tal maneira. Quando as ações nas áreas patrimoniais atendem a intenções políticas desvirtuadas, elas tornam essas áreas vulneráveis e acabam por reescrever as relações de poder no espaço público, deixando marcas na morfologia urbana e fazendo o patrimônio de coadjuvante. Aspectos dessa natureza revelam que não há uma consciência para a identidade da cidade antiga como objeto construído no tempo e pelo tempo, como defendia Ruskin (1992), em seu livro *As Pedras de Veneza*.

Em Mariana(MG), a decisão de dar prioridade aos automóveis revela sobre o comprometimento das políticas públicas com questões do sistema viário, mas não necessariamente com as questões patrimoniais, resultando em disparidades no uso do espaço público. Ao relatar ser imprescindível “[...] a permanência da ilha gramada e o retorno de veículos” (IPHAN, 2005), é possível interrogar a intenção dessa escolha que não expôs os motivos reais do seu encaminhamento.

O texto do parecer técnico do IPHAN deixa a entender, sem haver pretendido dizê-lo, que as forças políticas e econômicas prevaleceram sobre os interesses do patrimônio e da cidade. É um discurso que foi escrito, divulgado e aceito como verdadeiro, fazendo-se de linguagem oficial institucionalmente permitida ou autorizada. Sim, há interesses sobre aquela praça, mas esses não são os interesses dos moradores ou dos fiéis da Igreja de São Pedro que ganhariam caso ela fosse pedestrianizada e integrada ao seu entorno.

Já na Praça São Francisco, o comprometimento em fazer daquele lugar Patrimônio Mundial encaminhou as decisões projetuais para torná-lo uma praça seca, opção essa que já era questionada por Camillo Sitte ao criticar a prática de desobstruir os arredores dos monumentos para facilitar a perspectiva e a visibilidade dos bens. A escolha por esse partido procurou deixá-la o mais próximo possível da imagem e semelhança de uma *plaza de armas* dentro de um projeto político que envolveu interesses ligados ao turismo e à inserção de São Cristóvão em uma dinâmica econômica contemporânea. Como essa cidade tem temperaturas médias anuais que costumam girar em torno dos 30°C, o desenho proposto não atrai usuários durante o dia, sendo um obstáculo à apropriação por parte dos moradores do lugar. Detectar essas situações remeteu às recomendações de Buls (1894) que, com uma experiência de 16 anos como gestor urbano, recomendava que os administradores públicos, em suas obrigações para com o patrimônio cultural, resistissem a empreendimentos precipitados, tivessem um espírito prático e uma prudência para intervir nas cidades.

Outro aspecto aqui observado foi a não execução da proposta tal e qual havia sido detalhada, especialmente em função das áreas que ficam alagadas na época das chuvas. Apesar de mantida a ideia geral da praça seca enquanto projeto básico, houve desvirtuamento da proposta a partir de decisões tomadas pela Superintendência do IPHAN/ SE, órgão fiscalizador, que optou por não executar as calhas de piso que haviam sido detalhadas. É um daqueles casos o qual pode ser lido junto ao pensamento de Sitte (1992, p. 93) que, ao constatar o descaso para com a construção urbana enquanto obra de arte, afirmou: “a história da construção urbana sob seus aspectos artísticos, dissociou-se da história da arquitetura e das outras belas-artes. De maneira obstinada, a construção urbana segue seu próprio caminho, indiferente

ao que corre à sua volta”. De fato, em São Cristóvão, o resultado da obra não dialoga com os edifícios que estão ali.

Dentre as três praças estudadas, a São Francisco teve a particularidade de ter o projeto desenvolvido por uma equipe de arquitetos diretamente ligada ao Monumenta, em sua segunda fase, quando o IPHAN assumiu a Coordenação da UCG. Outra particularidade é que, mesmo diante da Constituição Federal afirmar o papel protagonista do município para responder pela gestão da política urbana e mesmo diante da intenção do Programa em trabalhar com a administração local, o convênio de financiamento foi firmado com o Governo do Estado de Sergipe. Também cabe destacar que nem os gestores estaduais e nem o IPHAN/SE arquivaram de modo satisfatório os contratos, atas de reunião e ofícios. Eles jamais foram localizados durante a fase de levantamento de dados desse trabalho. Tal situação transparece, no mínimo, o pouco caso que se tem com o correto arquivamento de documentos no Brasil e, conseqüentemente, com os trabalhos de pesquisa.

Com relação ao Largo do Théberge, em sua segunda versão, foi a proposta que mais relação de diálogo teve com o patrimônio, demonstrando sensibilidade com as presenças das preexistências, de modo especial com a matriz e o casario. A obra procurou seguir o segundo projeto que foi definido e aprovado pelo IPHAN – a exceção ficou por conta do anfiteatro, não executado por questões financeiras. O desenho decorreu de uma postura conceitual, em virtude da capacidade de articular os aspectos do entorno com a introdução de vegetação e mobiliário urbano para proporcionar espaços de convívio a diferentes extratos sociais: priorizou-se uma disposição físico espacial que incentiva os processos de sociabilidade, como encontros informais ou as atividades religiosas e musicais que costumam ocorrer ali.

O largo foi redesenhado, respeitando a sua dimensão histórica e cultural com domínio espacial, possibilitando o surgimento de uma praça que teve as suas grandes dimensões trabalhadas, como propunha Sitte (1992, p. 150), e que primou pela pedestrianização do lugar. Com isso a sua proposta pode ser lida junto às recomendações de Quincy (2016) que, lá no século XVIII, chamou a atenção para que se respeitasse o clima, as formas da natureza, os caminhos, com os resquícios do passado, as fisionomias, as lembranças, as tradições locais, os jogos, as festas, as tradições e usos que ainda perseveravam. Desse modo, ao preservar os atributos do

lugar, esse projeto foi além de observar o contexto físico, respeitando os aspectos culturais relacionados à memória daquela praça.

Promover ações no patrimônio urbano com vistas à sua preservação é um dever mínimo de cultura e deve ser pensado numa ótica abrangente, que não envolva apenas a sustentabilidade. Tais ações devem primar pela reutilização social dos espaços públicos por parte dos cidadãos e não apenas para que os turistas façam ali passeios e fotos. Um dos principais objetivos de uma ação no patrimônio urbano é o de conseguir estabelecer ou melhorar um sentimento de pertença com os moradores do lugar, visto que o patrimônio é antes da população local do que de qualquer visitante:

[...] a cidade, como bem cultural, é aquela marcada diferencialmente por sentidos e valores, instituídos nas práticas sociais e necessários para que estas se revistam da marca específica da condição humana. Assim, a cidade culturalmente qualificada é boa para ser conhecida (pelo habitante, pelo turista, pelo que tem aí negócios a tratar, pelo técnico, etc.), boa para ser contemplada, esteticamente fruída, analisada, apropriada pela memória, consumida afetiva e identitariamente, mas também, e acima de tudo, é boa para ser praticada, na plenitude de seu potencial (MENESES, 2006, p. 39).

Em Mariana, o fato de os fiéis terem de se deslocar em meio aos veículos e em São Cristóvão, o fato de a praça ter sido usada como meio para se chegar ao título de Patrimônio Mundial com a população deixando de frequentá-la espontaneamente são indícios do quanto o patrimônio urbano pode ser manipulado para atender a interesses outros que não remetem à história, à memória e à identidade do lugar.

Conforme observado na análise dos estudos de caso, a palavra final a respeito da aprovação dos projetos urbanos foi do IPHAN, cujos técnicos ora tomaram decisões arbitradas, ora tomaram decisões com base nas recomendações teóricas. Tais fatos levantam indícios sobre o quanto esse órgão poderia ter sido melhor articulado dentro da proposta do Monumenta, na qual teve papel fiscalizador, tendo agido enquanto aparelho ideológico do Estado, assegurando o uso, a função e o aspecto plástico-formal das praças por meio de escolhas e decisões, nem sempre pautadas nos valores patrimoniais e nos significados culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa tese, ao se focar o olhar sobre as relações entre as teorias da conservação, as prerrogativas das Cartas Patrimoniais, a prática projetual e as ações sobre o patrimônio urbano, abriram-se possibilidades para se questionar procedimentos institucionais, posturas profissionais e paradoxos identificados em políticas públicas formatadas para a salva guarda dos bens culturais no Brasil.

A princípio, essa pesquisa tinha por proposta explorar as questões acima referidas, tendo por objeto empírico de estudo a Praça Vidal de Negreiros, em João Pessoa. Mas como se tratou de um projeto isolado, que não fez parte de uma política de maior abrangência, logo se constatou a inviabilidade de dar continuidade a investigação. Sendo repensada a proposta de trabalho, foi feita a opção por adotar como novo objeto empírico três praças situadas em áreas de tombamento nacional cujos projetos de intervenção no patrimônio urbano foram desenvolvidos no âmbito do Programa Monumenta. Junto a essa seleção havia a expectativa de se analisar projetos que fossem atrelados a um programa de ação patrimonial mais consistente, de projeção nacional e com o aval do governo federal. Tal decisão foi acertada, possibilitando alcançar resultados que deram resposta às questões formuladas e, até mesmo, apontado outras que, na introdução desse trabalho, fugiam da nossa percepção, como veremos a seguir.

Estando definido o objeto teórico da pesquisa, para a compreensão da realidade a ser trabalhada, fez-se necessário, primeiro, adentrar ao conceito de patrimônio urbano. Para tanto, no capítulo 1, percorreu-se algumas das referências bibliográficas a respeito do tema e assim, foi identificado como diferentes autores perceberam a necessidade de proteção do urbano enquanto patrimônio, como também as especificidades que são próprias quando a escala de trabalho é a cidade. No mesmo sentido, as cartas patrimoniais foram apontando para a construção de instrumentos de tutela particulares por se tratar de um patrimônio com uma diversidade de agentes, funções e significados que resultam das relações com os grupos sociais que com ele interagem.

Já os caminhos trilhados pelas ações patrimoniais no Brasil foram relatados no capítulo 2 com a finalidade de se entender como as redes de proteção foram sendo construídas desde quando as iniciativas se voltavam, quase exclusivamente, para os

denominados monumentos de “pedra e cal” até se chegar ao Programa Monumenta cuja ação inclui aqueles, mas também o patrimônio urbano. A abordagem identificou as primeiras preocupações com os bens culturais e sua preservação, procurando apontar a trajetória de reconhecimento do urbano enquanto patrimônio.

Esse percurso permitiu mapear a posição do IPHAN com os seus diferentes modos de agir em relação ao patrimônio, ao longo dos anos e, também, os programas governamentais que promoveram ações destacadas em algumas cidades. Rever essas ações colaborou para subsidiar um olhar mais crítico, identificando os impactos positivo e negativo quando do trato com o patrimônio urbano. Por fim, discutiu-se a concepção e a estruturação do Programa Monumenta, ocorrida a partir das articulações promovidas pelo BID, bem como o seu modo de agir e os tipos de intervenções que foram realizadas.

Com o intuito de observar o objeto teórico na realidade da prática projetual, definiu-se critérios e selecionou-se praças, cujos projetos de intervenção foram desenvolvidos e financiados no âmbito do Monumenta. Elas foram, então, tomadas como objetos empíricos dessa tese, demandando a ida a campo para buscar informações junto aos escritórios do IPHAN e junto aos arquitetos, autores das propostas feitas para o Largo do Théberge, no Icó/CE, a Praça de São Pedro, em Mariana/ MG e a Praça São Francisco/ SE. Durante a coleta de dados, surpreendeu ver a heterogeneidade na forma de trabalhar os encaminhamentos projetuais, já dando alguns indicativos quanto à relação entre teoria e prática e possibilitando que se tivesse uma visão mais diversa e conseqüentemente mais crítica sobre os resultados.

Do ponto de vista metodológico, após ter estudado as intervenções realizadas nas praças, uma-a-uma, essas considerações finais têm a proposta de avaliar as perguntas da pesquisa, apresentadas na Introdução, para discuti-las à luz das teorias da conservação do patrimônio, em particular, na escala do urbano. Tal qual foi informado no Capítulo 1, as palavras-chave que foram destacadas naquele texto, a partir de agora, são retomadas, também em destaque para compor as reflexões a seguir.

A primeira questão que foi anunciada na Introdução indagou sobre como o Programa Monumenta interpretou os princípios teóricos da conservação e as prerrogativas das cartas patrimoniais nas intervenções do patrimônio urbano? O estudo das três praças cumpriu a finalidade de objeto empírico e, acima de tudo,

deixou claro que nem sempre as teorias da conservação nortearam as ações projetuais no espaço urbano das áreas patrimoniais. Há anos, vem sendo definidas posturas comprometidas com a salvaguarda dos bens culturais, no entanto, diante do que foi investigado confirmou-se que, nas premissas do Programa Monumenta, não foram propostas conexões entre as recomendações teóricas e as ações no patrimônio urbano aqui observadas.

Examinar a resposta a essa primeira pergunta acabou por remeter ao Regulamento Operativo do Monumenta. É que pode haver uma associação entre os problemas detectados no estudo das praças e a fase de articulação desse Programa, na qual o papel desempenhado pelo BID foi extremamente dominante a exemplo do que pode ser observado em situações que denotam o peso exercido por essa instituição:

- A construção do primeiro Regulamento Operativo do Monumenta, que definiu as normas de funcionamento do Programa, deu-se de modo unilateral, sem a participação de arquitetos que trabalhassem com questões patrimoniais no Brasil ou seja, a dinâmica de proposição dessa política pública deu-se por vias que não permitiram a absorção de conhecimento das equipes técnicas nacionais. Esse documento teve outras duas edições que introduziram pequenas alterações e acréscimos, porém o texto primeiro foi mantido como essência da proposta;
- A adição do nome do banco ao nome do Programa nos anos iniciais de sua atuação: Programa Monumenta/ BID;
- A postura de não dar credibilidade ao trabalho do corpo técnico do IPHAN, deixando-o ausente das tomadas de decisões e encaminhamentos das diretrizes do Programa.

Com o documento de base do Monumenta elaborado a partir do BID, as recomendações ali contidas eram típicas de uma instituição bancária. Em função disso, o resultado encontrado nas praças não surpreende porque o que se propôs, desde o início, estava atrelado a uma fonte que desejava resultados financeiros. Esse fato é lido a partir de um discurso formulado no qual as recomendações patrimoniais ficaram enfraquecidas ou foram pouco consideradas em função da evidência de termos encontrados no primeiro Regulamento Operativo do Programa Monumenta: sustentabilidade, inversões, experiência técnica, gestão, liderança, financiamento,

fomento de inversões, custos de assistência técnica, análise econômica, institucional e financeira, fomento de novas atividades econômicas e menor custo, dentre outras<sup>142</sup>.

Cabe aqui uma interrogação: Qual foi, de fato, o papel dos **bens culturais** dentro da proposta do Monumenta? É fato que o Programa financiou a recuperação de imóveis particulares, editou livros e realizou cursos para a formação de mão de obra. No entanto, tomando por base o conteúdo textual do Regulamento Operativo e diante do fato de que as especificidades de **ordem cultural** e de **ordem política** foram pouco observadas nos estudos de caso aqui estudados, os bens culturais se tornaram produtos, como outros quaisquer, que precisariam dar retorno financeiro ao BID.

Logo, a formulação teórico-conceitual que norteou as ações do Monumenta, como foi perguntado na segunda questão da tese, foi preterida, predominando os aspectos de natureza econômico-financeira, o que implica em consequências para o desenvolvimento dos projetos, para as decisões dos canteiros de obra e para a própria **gestão urbana**. Fica evidente, portanto, a ausência de diretrizes capazes de encaminhar soluções que não visem apenas à sustentabilidade do investimento. Para além de combater as **disfunções urbanas** e os **processos de transformação** que acarretam **descaraterizações**, lidar com a preservação do patrimônio urbano está longe de ser apenas uma questão técnica e/ou financeira, requerendo que se articulem atitudes éticas e responsáveis com as particularidades desses bens.

As orientações provenientes das teorias da conservação ou das cartas patrimoniais, à exceção da sustentabilidade, nem sequer foram mencionadas ou recomendadas no Regulamento Operativo. Outro aspecto que não pode passar despercebido nesse documento diz respeito ao emprego da palavra **monumento**, mesmo diante do alargamento desse conceito e a consciência de um **patrimônio** que cedeu lugar a atenção dispensada aos espaços urbanos enquanto áreas patrimoniais representativas de **valores estético, documental, e de história**. Portanto, há um anacronismo vocabular presente no documento de base de um programa para financiamento de intervenções patrimoniais, orçado em 125 bilhões de dólares, e que se dispôs a trabalhar com áreas urbanas.

Tal fato pode ser indicativo do desconhecimento ou da desatualização do corpo técnico do BID, envolvido na estruturação do regulamento e, também, da falta de

---

<sup>142</sup> Esses termos foram retirados do primeiro Regulamento Operativo do Programa Monumenta que pode ser encontrado no Anexo A desse volume.

articulação com profissionais e instituições nacionais da área do patrimônio. Simultaneamente, é bastante provável a ligação do conceito de monumento como o próprio nome Monumenta e isso pode ser lido à luz do conceito de monumento intencional, proposto por Riegl (2006), como sendo uma obra criada para comemorar um momento histórico, nesse caso, em particular, o momento de patrocínio financeiro do BID, já que o nome do banco chegou a fazer parte do nome do Programa.

Quando observamos, as práticas do Monumenta aqui discutidas, o Largo do Théberge foi uma intervenção sutil que soube perceber de forma criteriosa e atenta como se dava a sociabilidade da praça e o uso daquele espaço físico na contemporaneidade. O resultado do projeto bem resolvido é percebido na praça frequentada pela população, com uso qualificado do espaço urbano, fruto de uma proposta que observou as preexistências materiais, dialogando com o entorno, e também observou o intangível e a **afetividade** dos cidadãos para com aquele lugar. No entanto, o mesmo não pode ser dito dos outros dois estudos de caso:

- A Praça de São Pedro cujo projeto acabou seguindo na contramão do próprio conceito de praça enquanto um lugar de permanência e convívio social, valorizando a cultura do automóvel, em detrimento das possibilidades de práticas e de interações entre as pessoas. Numa atitude segregacionista e que não fortalece o uso do espaço público, ela foi oficializada como um estacionamento com o aval do IPHAN, órgão teoricamente responsável pela salvaguarda e proteção dos bens culturais no Brasil, mas que, numa visão estreita e discutível, não conciliou a **prática intervencionista** no espaço público com a possibilidade de reabilitação física e social, dando prioridade a demandas de grupos específicos. Dessa forma, é possível afirmar que a política pública do Programa Monumenta produziu a espacialidade da Praça de São Pedro em função de interesses econômicos ou de interesses políticos, em detrimento de aspectos socioculturais.

- Já na Praça São Francisco é possível se perceber o quanto as estratégias para salvaguarda dos bens culturais podem ser manipuladas para destruir ou construir significados. Ela foi pinçada para ser incluída na Lista de Patrimônio Mundial, dentro de um projeto político contestável, imediatista, voltado para atender a uma demanda específica e que não considerou os usos que a população dava ao lugar, partindo para transformar as características físicas, com a intenção de torná-la uma mercadoria da indústria cultural. A Praça São Francisco é um daqueles casos nos quais o **tecido urbano com valor histórico não deveria se submeter apenas às exigências**

**práticas** para teatralizá-la na tentativa de construir um *modus vivendi* que pode nunca ter existido em São Cristóvão. Com isso é possível se entender bem o conceito de reinvenção de tradições, tal qual proposto por Hobsbawm e Ranger (2002): foi feita uma intervenção sobre o construído e também sobre a apropriação social que já existia na praça para corroborar uma narrativa historiográfica com uma demanda específica – listá-la como Patrimônio Mundial. O Programa Monumenta aqui foi mobilizado para tratar de interesses específicos que acabaram esvaziando o uso espontâneo e perdendo a vitalidade urbana que existia ali.

A presença dos bens culturais é capaz de criar elos nas **relações da sociedade com o passado** por **simbolizar** a memória que se estratifica no lugar. No entanto, a Praça de São Pedro não foi, ao longo da sua história, exatamente um lugar frequentado pela população e o resultado da ação financiada pelo Monumenta não conseguiu reverter esse quadro a fim de priorizá-la para a sociabilidade. No texto *Vecchie Città ed Edlizia Nuova*, escrito em 1913, Giovannoni defendeu que o tecido urbano com valor histórico não deveria ser submetido apenas às exigências práticas. Nesse sentido, ele alegava que perante as exigências do desenvolvimento e do modo moderno de se viver, não fosse abandonado o respeito pelas memórias históricas e artísticas. Em Mariana, realizar o projeto de uma praça voltada para o cidadão faria dela uma barreira, inviabilizando a implementação de empreendimentos nos anexos da igreja. Assim, a cidade ganhou um estacionamento e não uma praça como espaço social capaz de criar apropriações com diferentes grupos.

A Praça São Francisco, por sua vez, é um exemplo de como o projeto urbano e a gestão se somaram para **representar** uma imagem urbana e enfatizar a relação entre o poder político e uma área patrimonial. Ela foi usada como dispositivo de visibilidade da gestão oficial para atender a fins específicos que nem sempre estiveram voltados para as necessidades urbanas ou dos moradores. Para teóricos como Riegl, o equilíbrio entre a teoria e a prática da conservação podia ser encontrado fazendo-se “um diagnóstico sobre as relações da sociedade diante dos artefatos do passado”. No entanto, em São Cristóvão, os interesses políticos geraram um simulacro para vender uma ideia de cidade.

Ali, foram tomadas decisões que não respeitaram os valores e nem equacionaram as qualidades morfológicas daquele conjunto urbano com sua condição de instrumento de memória coletiva. Quando se optou por fazer uma praça seca, pouco foi considerado o fato de que a São Francisco era usada pela população de

modo espontâneo, ou seja, o **valor social do patrimônio** foi negligenciado, tendo faltado respeito a ela como suporte do **conhecimento, da história e da memória coletiva**.

Lidar com intervenções no patrimônio exige atribuições perante o presente e perante o futuro e isso precisa ser ponderado frente aos **problemas urbanos** e às decisões a serem tomadas. Diante da responsabilidade envolvida com essa herança, faz-se necessário resolver as questões de modo **racional**, pautado pelo rigor e pelo método. A pertinência da teoria está em refletir de modo **metódico**, atingir o conhecimento adequado e o **planejamento** capaz de guiar as práticas. No caso da Praça São Francisco, faltou planejamento e gestão para assegurar ao patrimônio urbano a manutenção dos atributos do lugar.

A teoria não é um manual e o que ela oferece são chaves diferentes de interpretação para o problema. Todavia, usá-la de maneira propositiva costuma ter resultados mais pertinentes. Vários aspectos que dizem respeito às intervenções no patrimônio urbano já foram apontados como basilares por Giovanonni, a exemplo de respeitar a sua morfologia, o traçado viário, as unidades parcelares, o ambiente e o espírito histórico dos lugares. Indagar, então, como se deve trabalhar para **adaptar a cidade antiga** aos dias atuais é necessário para a sua sobrevivência, para a conservação dos **atributos do lugar** e das suas **qualidades morfológicas**, o que inclui a sua **continuidade formal** e, também, os **aspectos culturais** a exemplo **da memória do lugar, do valor histórico, do significado, da identidade e da imagem mental** como **herança** para as futuras gerações, não objetivando apenas a sua **sustentabilidade**.

É preciso trabalhar de maneira consistente e ver como problematizar as questões trazidas pela demanda do projeto urbano, não esperando uma resposta direta. Quem deve dar a resposta são os arquitetos, mobilizando os referenciais teóricos para discutir e compreender a situação caso a caso, buscando os conceitos para fundamentar a ação. O mérito de uma teoria reside no fato de que ela oferece elementos de análise para encaminhar a prática e uma aproximação metodológica apoiada em princípios preservacionistas estabeleceria prioridades para intervir. No caso de duas das praças estudadas nessa pesquisa, as prioridades foram invertidas, quando a demanda por um estacionamento, em um caso, e por um título de patrimônio mundial, noutro, foram priorizadas em detrimento dos reais valores que esses espaços tinham e que não foram considerados.

Refletir sobre os instrumentos teóricos e sobre a relação teoria – prática faz com que a intervenção não seja arbitrária e **respeite o espírito histórico dos lugares** como aconteceu com o Largo do Théberge. É como se ali as recomendações contidas em documentos a exemplo da Declaração de Amsterdã tivessem sido observadas: a intervenção reconheceu as especificidades daquela área patrimonial, com os seus valores estéticos e culturais. Como não houve predomínio de interesses de outras naturezas, chegou-se a uma proposta sutil na qual o patrimônio foi melhor observado enquanto bem cultural, com respeito à memória em pedra e cal existente naquele entorno e à identidade do lugar, que é muito relacionada a festas de rua, sejam elas religiosas ou profanas.

Em suas conjecturas, Buls já havia se perguntado quais seriam, então, os princípios que deveriam guiar os profissionais na busca do melhor caminho para a conservação do patrimônio urbano? Essa indagação se afina com a terceira questão dessa pesquisa a respeito de como os profissionais foram orientados pelo Monumenta. Tomando por base os três estudos aqui observados, verifica-se que o Programa não foi organizado a ponto de estabelecer uma sistematização para o desenvolvimento dos projetos.

Sendo o Monumenta um programa de recuperação do patrimônio cultural que se colocou na contramão dos estudos e recomendações talhados durante anos, foi desperdiçada a possibilidade de estimular os arquitetos a trabalharem dentro de uma cultura patrimonial, que trabalhasse o desenvolvimento de projetos de intervenção em preexistências com uma ancoragem na reflexão teórica. Tal situação ajudaria a separar aquilo que seria o indicado a se fazer, em cada caso, do querer fazer imposto por circunstâncias políticas ou do mercado imobiliário, como observado em São Cristóvão e em Mariana, respectivamente.

Outra questão a ser destacada é a participação dos municípios nesse contexto, os quais têm um papel destacado na preservação do patrimônio urbano e na elaboração de **normas protetivas**, já que são responsáveis pela formulação dos **Planos Diretores** e das Leis de Uso e Ocupação do Solo. Com a descentralização de ações, proposta pela Constituição de 1988, a gestão do patrimônio não envolve apenas os órgãos preservacionistas, mas também a municipalidade. Daí a necessidade de uma **política urbana** pensada com e para essa administração local, ressaltando o fato de os Planos Diretores serem de extrema importância para as áreas antigas das cidades e para a **conservação integrada** delas. Temas como redes

viárias, drenagem, habitação, **turismo como fator de desenvolvimento, valor econômico do patrimônio**, desenvolvimento de **atividades compatíveis com a historicidade** dos lugares e a presença dos moradores deveriam, dentre outros, integrar um Plano Diretor.

Para tal, os Planos Diretores das cidades antigas deveriam conter um plano de preservação - lembrando aqui que Gustavo Giovannoni era um defensor de Planos Diretores para aproximar a cidade mais antiga daquela mais recente e que a Carta de Machu Picchu (1977) já indicava que a conservação das áreas históricas deveria integrar o Plano Diretor. Nos três casos estudados, em Mariana, essa legislação se constituiu numa exceção por ter um capítulo dedicado às questões patrimoniais, sendo referência no Brasil. Nas outras duas cidades, foi comum observar que as ações se resumiram à delimitação de um zoneamento com indicação da área de proteção rigorosa e da área de entorno, na Lei de Uso e Ocupação do Solo. Mais uma vez, elaboraram-se documentos nos quais as diretrizes de preservação urbana são frágeis e não foram baseadas nas recomendações das teorias da conservação ou das cartas patrimoniais, voltadas para a proteção das áreas sob tutela do IPHAN

A hipótese levantada para esse trabalho foi que as intervenções nos tecidos urbanos antigos seriam tratadas muito mais como problemas de planejamento e/ou de gestão urbana do que como problemas relacionados ao patrimônio cultural, o que levaria a preservação do patrimônio e o planejamento urbano a se comportarem como instâncias não necessariamente vinculadas. Diante da realidade observada na estruturação do Programa Monumenta e nos estudos de casos aqui discutidos, as práticas ficaram distantes tanto das proposições teóricas e das normativas quanto dos anseios socioculturais.

Aliás, a situação apresentou-se de forma ainda mais grave, já que os instrumentos de ação patrimonial estiveram voltados para atender a demandas políticas setoriais, distantes da ideia de preservar e valorizar o urbano enquanto patrimônio. Foi possível identificar uma dificuldade de gestão do processo, de natureza política e administrativa, para fazer valer os valores do patrimônio, até identificados nos projetos, mas não implementados diante das alterações sofridas. Portanto, nem mesmo as ações de planejamento urbano ou de planejamento local foram atendidas, deixando evidente o quanto o urbano é suscetível a intervenções de caráter imediatista, político e midiático, trazendo perdas do ponto de vista da significância cultural a esses espaços

Como questões vinculadas ao retorno financeiro assumiram a dianteira desse programa, o Monumenta não tratou as intervenções como restauro nos estudos de caso aqui observados, numa perspectiva sociocultural atenta às qualidades, especificidades e valores dos bens culturais.

Portanto, as ações nos tecidos urbanos antigos não foram abordadas como questões patrimoniais. Com isso, faz-se necessário fomentar uma cultura urbanística do patrimônio que respeite as suas especificidades e, também, rever pressupostos teóricos para pensar a situação dos bens culturais diante tanto de problemas contemporâneos quanto de normativas mais recentes e de novas soluções tecnológicas.

Simultaneamente, confirma-se a tese de que os programas patrimoniais não são frutos de uma política patrimonial consistente e construída de modo tencionado junto aos pressupostos teóricos. Na realidade, aquilo que seria uma política patrimonial é algo instável, formado por ações desconexas e cheias de hiatos, distanciamentos e contradições e que se desfaz ao sopro dos ventos de natureza política ou econômica. Sendo assim, haveria muitos percursos patrimoniais, trilhados em diferentes direções, ao invés de se seguir por um caminho consolidado. Por conta disso, muitas das questões relacionadas ao patrimônio urbano seriam negligenciadas, desconsideradas, escondidas, usadas para atender interesses outros ou só seriam pensadas após as decisões estratégicas, deixando-se de levar em consideração as especificidades e os aspectos particulares desses bens culturais.

Ao final dessa pesquisa, certificou-se que as relações entre o Programa Monumenta, de um lado, e os princípios teóricos da conservação e as prerrogativas das cartas patrimoniais, de outro, de fato não se aproximaram, persistindo mesmo um desencontro entre eles, algo que não deveria acontecer em um programa que se dispôs a lidar diretamente com a recuperação do patrimônio cultural urbano e edificado.

Dentre as possibilidades de desdobramentos desse trabalho, é possível apontar a investigação para o que a academia e os teóricos contemporâneos estão produzindo com enfoque no patrimônio urbano. Também é fato que a pesquisa realizada em um doutoramento não esgota uma problemática, sendo importante que outros tipos de projetos financiados pelo Monumenta e por outros programas que atuem na mesma linha sejam estudados para que mais informações possam ser produzidas acerca desse tema e venham trazer interlocuções com as contribuições aqui apresentadas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, Geografia I, série, vol. XIV, p. 77 – 97. Porto, 1998. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>>. Acesso em 02/01/2020.

ALBUQUERQUE, Erika Aprígio. **Do Adro à Praça**: Desenhos e significados da presença franciscana nas cidades de Marechal Deodoro e Penedo – AL. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

ALEX, Sun. **Projeto da Praça**: Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: ed. SENAC São Paulo, 2011.

ALVES, Fernando Brandão. **Avaliação da Qualidade do Espaço Público**: Proposta metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/336702125\\_Avaliacao\\_da\\_Qualidad\\_e\\_do\\_Espaco\\_Publico\\_Urbano\\_PDF](https://www.researchgate.net/publication/336702125_Avaliacao_da_Qualidad_e_do_Espaco_Publico_Urbano_PDF)>. Acesso em 17/02/2020.

AMADO, Jorge. **Cacau**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. Apresentação. In: SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo; Ática, 1992, p. 04-07.

ANDRADE, Antônio de Pádua Paz de. **Os Desafios para o Sucesso na Implementação de Projetos de Governo**: Uma análise do Programa Monumenta. 2016. (Dissertação de Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando consensos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 192 p.

ARGAN, Guilio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Trad. Píer Luigi Cabra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006. 592 p. Tradução de: Andréa Dore.

ARRAES, Esdras. Entre reses e almas: questões sobre urbanização, arquitetura e arte das missões jesuíticas dos sertões das capitanias do norte. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S. l.], v. 21, n. 36, p. 84-100, 2015. DOI: 10.11606/issn.2317-

2762.v21i36p84-100. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/90252>. Acesso em: 17 dez. 2021.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 9. ed. 2012.

AZEVEDO, Mirandulina. Valor de antiguidade, conservação e restauro. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 19, n. 32, p. 38-61, 25 dez. 2012.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 237-256, 2016. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/119847>>. Acesso em 27/06/2020.

BRENDLE, Maria de Betânia. **A Igreja de Santa Cruz, São Cristóvão - SE**. A eliminação de elementos espúrios à tipologia Franciscana. In: I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, 2013, Vitória/ ES. Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Vitória, 2013.

BRESCIANI, Maria Stela. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lícia Lippi (org.). **Cidade**: Histórias e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. cap. 1, p. 16-33. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1264.pdf#page=14](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1264.pdf#page=14)>. Acesso em 16/08/19.

BID. **Relatório de Término de Projeto**: Project Completion Report – Programa de Preservação do Patrimônio Histórico (Monumenta). [S.l.], 2010. Disponível em: <https://www.heritageanddevelopment.org/files/Article13.pdf>. Acesso em 17/09/2019.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**: Conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. 64 p. (Artes e Of.). Tradução de: Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010. 376 p.

BOTELHO, Isaura. A Política Cultural e o plano das Ideias. Anais do III **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador, 2007. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho.pdf>>. Acesso em: 27/06/2020.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. 264 p. (Artes e Of.). Tradução de: Beatriz Mugayar Kühl.

BRASIL. **Decreto lei nº 25**, de 25 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura/ GM. **Portaria nº 64**, de 16 de Abril de 1997. Diário Oficial da União, Brasília. p. 7681.

BRÜGGER CARDOSO, Ricardo J. O corredor cultural como espaço propulsor da revitalização do centro da cidade do Rio de Janeiro no período da redemocratização. **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 4, n. 1, p. 48-60, 8 out. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34307>>. Acesso em 03/02/2021.

BULS, Charles. **Esthétique des Villes**: Primary Source Edition. 2. ed. Bruxelles: Imprimerie Bruylant-christophe e Cia, 1894. 47 p.

BURQUE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CABRAL, Renata Campello. **A Noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni**: e as leis da tutela no patrimônio cultural na Itália. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos. P. 197. 2013.

CALABI, Donatella. **A Cidade do Primeiro Renascimento**. São Paulo: Perspectiva,

\_\_\_\_\_. **História do Urbanismo Europeu**: Questões, instrumentos, casos exemplares. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A Praça Brasileira**: Trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade. 2007. 434 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, Campinas, 2007.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al Restauro**: Teoria, stori, monumenti. Napoli: 1997. 723 p.

CARITA, Helder. Da “Ribeira” ao Terreiro do Paço: Gênese e formação de um modelo urbano. In: FARIA, Miguel Figueira de. **Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio**: História de uma espaço urbano. Lisboa: UAL/ INCAM. 2012. p 13 – 35.

CARTA DE ATENAS, 1931. In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CARTA DE VENEZA, 1964. In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CARTA DO RESTAURO, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>. Acesso em: 25/02/2019.

CARTA DE WASHINGTON, 1986. In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CARTA DE PETROPÓLIS, 1987. In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009. 379 p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade e Unesp, 2001. 283 p. Tradução de Luciano Vieira Machado.

\_\_\_\_\_. Prefácio: A propósito de culto e de monumentos. In: RIEGLS, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Trad. de Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Ed. UCG, 2006, p.7-17.

CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 15-58, 2016. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/119836>>. Acesso em 27/06/2020.

CORREA, Sandra; FARIA, Rodrigo. O plano de cidades históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979). **RISCO: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, IAU-USP: São Paulo, n. 14, p. 20-27, 2011. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/risco> Acesso em: 18/03/ 2019.>. Acesso em 27/06/2020.

CYMBALISTA, Renato. NAKASHIMA, Rosemeire e CARDOSO, Patrícia de Menezes. **O Plano Diretor de Mariana: A difícil articulação entre planejamento urbano, patrimônio histórico e atores políticos**. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/o-plano-diretor-de-mariana-mg-a-dificil-articulacao-entre-planejamento-urbano-patrimonio-historico-e-atores-politicos/>. Acesso em: 11/07/2018.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70. 2009.

DÂMASO, Mariane Lourenço. **Fragmentos Urbanos: Entre o opaco e o luminoso nas intervenções no Bairro do Recife**. Dissertação. (Mestrado em Arquiteura e Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 144. 2017.

DARLING, Arthur. **Reglamento Operativo: Aspectos técnicos**. Programa de preservación de patrimonio histórico y cultural. [S.l.]: BID, 1998. No prelo.

\_\_\_\_\_. Brazil's Monumenta Program: Sustainable preservation of historic cities. In: SERAGELDIN, Ismail. SHLUGER, Ephim. MARTIN-BROUN, Joan. **Historic Cities and Sacred Sites: Cultural roots for urban futures**. Washington: The World Bank, 2001. p. 195-201.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos et al. **Praças: História, usos e funções**. Maringá: EDUEM, 2005 (Coleção Fundamentum); 15).

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975. In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. Icó, CE. In: Pessôa, José. **Atlas de centros Históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

\_\_\_\_\_. Programa Monumenta: Uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010.

FAUFBA, PPG-AU/. **A Invenção do Patrimônio**. Salvador: PPPG-AU/ Faufba, 2008. 180 p.

FERNANDES, Ana. Projeto Pelourinho: Operação deportação X ampliação do direito. **Curso de Capacitação - Programa de áreas Urbanas Centrais**. [201-?] Disponível em [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/Reabilitacao\\_AreasUrbanas/Texto\\_Projeto\\_Pelourinho\\_Operacao\\_Deportacao.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/Reabilitacao_AreasUrbanas/Texto_Projeto_Pelourinho_Operacao_Deportacao.pdf). Acesso em: 31/05/2021.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba **A Cidade Grega Antiga em Imagens**: um glossário ilustrado. São Paulo: Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo: FAPESP, 2015.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Mariana: Gênese e transformação de uma paisagem cultural**. 1995. 200f. Dissertação (Mestrado em Geociências) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

\_\_\_\_\_. Do Arraial à Cidade: A trajetória de Mariana no contexto do urbanismo colonial português. In: CARITA, Helder. ARAÚJO, Renata. Coletânea de E estudos. **Universo Urbanístico Português, 1415 – 1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 267-301.

\_\_\_\_\_. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v.20 n. 1, jan./ jun., 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142012000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100004)>. Acesso em 25/02/2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ufrj/ Minc - Iphan, 2005. 296 p.

FONT, Mauro. **A Praça em Movimento**: Processos de transformações morfológica e funcionais no Brasil do século XX. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FREYRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitania**: História da guerra brasileira. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675. Disponível em <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4715>>. Acesso em 12/11/2021.

FRIDMAN, Fania.; MACEDO, Valter. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1–21, 2013. DOI: 10.20396/urbana.v1i1.8635109. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635109>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**: Vida pública e Vida privada. Cultura, pensamento e mitologia. Amor e Sexualidade. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. **Diálogos**. Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM, v.9, n.1, 2005, p.34.

GARCIA CUETOS. María Pilar. **El Patrimonio Cultural**: Conceptos básicos. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza. Colección Textos Docentes. 2011.

GARCIA ROIG, Jose Manuel. **Elementos de Analisis Arquitectonico**. Valladolid: Universidad, Secretariado de Publicaciones: Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Salamanca, D. L., 1987.

GARDNER, George. **Travels in the Interior of Brazil**: Principally through the northern provinces. London: Rlevé Brothers, 1846. Disponível em <[https://books.google.com.br/books/about/Travels\\_in\\_the\\_Interior\\_of\\_Brazil.html?id=c2VDAAAIAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Travels_in_the_Interior_of_Brazil.html?id=c2VDAAAIAAJ&redir_esc=y)>. Acesso em: 03/12/2021.

GIOVANNONI, Gustavo, Vechie Città ed Edilizia Nuova. **Nuova Antologia**. Roma, v. 165, p. 449-472, mai-jun, 1913. Disponível em <<https://archive.org/details/nuovaantologia249romauoft>>. Acesso em 06/08/2019.

\_\_\_\_\_. **Textos escolhidos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. 208 p. (Artes e Ofícios). Tradução de: Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl.

GRÉGOIRE, Abbé Henri. **Report on the Destruction Brought About by Vandalism, and on the Means to Suppress It** (Paris: Convention Nationale, Séance du 14 Fructidor, l'an second de la République une et indivisible), 1793. Disponível em: <<https://courseworks2.columbia.edu/courses/10532/>>. Acesso em: 24/03/ 2018.

GIANNECCHINE, Ana Clara. **O IPHAN e o Programa Monumenta**: Lições para a gestão do patrimônio cultural. 2014. (Especialização em Gestão Pública).

Escola Nacional de Administração Pública. Brasília. Disponível em <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1898>>. Acesso em 23/03/2017.

GINZRBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

GOMES, Geraldo. Por que o Bairro do Recife?. In: ZANCHETI, Silvio. Revalorização de Áreas Centrais: A estratégia do Bairro do Recife. In: ZANCHETI, Silvio. MARINHO, Geraldo. MILET, Vera. **Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas**. Recife: MDU/ UFPE, 1995. P. 89-94.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Cultura, História e Pré-Existências na Constituição do Projeto Urbano Moderno. In **SILACC.01 – Simpósio Latino Americano de Cidades e Cultura: Dimensões Contemporâneas**, 2007, São Carlos, SP. Anais do SILACC. 01 - – Simpósio Latino Americano de Cidades e Cultura: Dimensões Contemporâneas. São Carlos: EESC USP, 2007.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. FERNANDES, Ana. Pelourinho: Turismo, Identidade e consumo cultural. In: **Pelo Pelô: história, cultura e cidade**. Salvador: Ed. UFBA, 1995. P. 47-58.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

\_\_\_\_\_. As Transformações do Patrimônio: Da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela. LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Antropologia e Patrimônio Cultural: Trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 59-73.

\_\_\_\_\_. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GUTIERREZ, Ramon. **Arquitetura Latino Americana: Textos para reflexão e polêmica**. São Paulo: Nobel, 1989. 149 p.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p. Tradução de Beatriz Sidou.

HARVEY, David 2005. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOUBART, Claudine. Deconsecrating a Doctrinal Monument: Raymond M. Lemaire (1921–1997) and the Revisions of the Venice Charter. **Change Over Time**, Philadelphia, v. 4, n. 2, p. 218-243. 2014. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/issue/30855>>. Acesso em: 25/11/2019.

IPHAN. **Parecer Técnico** nº 054 de 19 de setembro de 2002. Discriminação: Projeto de Reforma e Recuperação do Largo do Théberge em Icó – CE.

Assinado pelo Arquiteto Romeu Duarte Júnior – Superintendente 4ª SR/ IPHAN/ CE.

IPHAN. **Relatório de Atividades 2003**: Programa Monumenta. Brasília: IPHAN, 2004, vol. III.

IPHAN. **Parecer Técnico** nº 0767 de 19 de fevereiro de 2005. Discriminação: Proposta de intervenção na Praça de São Pedro dos Clérigos/ Programa Monumenta. Elaborado pela Comissão Técnica: Alessandra Deotti e Silva/ Chefe da Divisão Técnica da 13ª SR/ IPHAN/MG; Suzana Leal Santana/ Chefe do ET I Congonhas; Maria Cristina Seabra de Miranda, Chefe do ET II Mariana e André Henrique Macieira de Souza/ Chefe do ET II Serro.

JABOATÃO OFM, Frei Antônio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense, 1861.

JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation**. New York: Routledge, 2011. 354 p.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Heranças Medievais Portuguesas no traçado das Vilas de N. Sa. da Expectação do Icó e de S. Cruz do Aracati. In: MENEZES, Igor Soares de; SILVA, Ítala Bianca Morais de. **Cultura, Política e Identidades**: Ceará em perspectiva. Fortaleza: IPHAN, 2014. p. 359 -384.

KÜHL, Beatriz Mugayar. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o Século XIX: Um período crucial para o amadurecimento teórico. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3, p.110-144, nov. 2006.

\_\_\_\_\_. História e ética na conservação e restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**: História e cultura material. São Paulo. N. Sér. v. 18. N. 2 p. 287- 320. Jul. – Dez. 2010. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142010000200008&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142010000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 29/11/2019.

KÜHL, Paulo. Transferindo Obras de Arte. In: QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine. **Cartas a Miranda**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016. - ( Coleção Artes e Ofícios)

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médica Sul Ltda: Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p. Tradução de: Heloísa Monteiro e Francisco Settineri, Adaptação de: Lana Mara Siman.

LEAL, Claudia. As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/30-snh25?start=960> Acesso: 30/08/2020.

\_\_\_\_\_. Recortes de história social das missões da UNESCO no Brasil, 1964-1979. In: **Nos Arquivos do IPHAN**: Revista eletrônica de pesquisa e documentação. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em 04/07/2020.

LE GOFF, Jacques . **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. 541 p.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 1987.

LIMA, Evelyn Furquim. Corredor Cultural do Rio de Janeiro: Uma visão teórica sobre as práticas da preservação cultural. Anais do **Fórum Patrimônio**: ambiente construído e patrimônio sustentável. Belo Horizonte, v.1, n.1,set./dez.2007. p. 78-91.

LUMIA, Chiara. **A Proposito del Restauro e della Conservazione**. Roma: Gangemi, 2003. 159 p.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARIANA. **LEI COMPLEMENTAR 16/ 2003**. Estabelece o Plano Diretor Ambiental e Urbanístico de Mariana. Mariana: Câmara Municipal, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades**: Alternativas para a crise urbana. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 204 p.

\_\_\_\_\_. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 219 p.

MARTIN GONZÁLEZ, Juan J. Anotaciones sobre la Plaza Mayor de Valladolid. In: **Boletín del Seminario de estudios de Arte y Arqueología**. Valladolid: Facultad de História, 1959. p. 162-168. Disponível em: <https://uvadoc.uva.es/bitstream/handle/10324/28813/BSAA-1959-25-AnotacionesPlazaMayorValladolid.pdf?sequence=3>. Acessado em: 19/08/ 2021

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1980. 151 p.

\_\_\_\_\_. **Nosso Chão do Sagrado ao Profano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual. Balanços Provisórios, Propostas Cautelares. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, p.11-36, 2003

\_\_\_\_\_. A Cidade como um Bem Cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo et al. **Patrimônio**: Atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR/ IPHAN, 2006, p. 33-53.

MEYER, Regina. (1990). Urbanismo - à procura do espaço perdido. **Revista USP**, (5), 11-20. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i5p11-20> Acesso em 21/03/2019.

MILET, Vera. **A Teimosia das Pedras**: Um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil. Recife: Prefeitura de Olinda, 1988. 242 p.

MORRIS, Anthony Edwin James. **História de la Forma Urbana**: Desde sus origenes hasta la Revolución Industrial. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

MOTTA, Lia. O Patrimônio Cultural Urbano à Luz do Diálogo entre História e Arquitetura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. v. 34, p. 249-279, 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf) Acesso em: 20/06/2020.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: Suas origens transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NASCIMENTO, Flávia Brito. Corredor Cultural do Rio de Janeiro: Debates e combates pelo patrimônio cultural urbano anos 1970. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 117-139, julho-dezembro, 2018. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/805/1031> Acesso em 10/01/2021.

NASCIMENTO, José Clewton. **(Re) Descobriram o Ceará?** Representações dos sítios Históricos de Icó e Sobral: entre arel e patrimônio nacional. Salvador: EDUFBA, 2013. 475 p.

NORMAS DE QUITO, 1967. In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História 10** – Revista do Programa de Pós Graduação e do Departamento de História da PUC/ SP. São Paulo: PUC/SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acessado em: 25/ 03/2019.

ORTIGÃO, Ramalho. **As Farpas**. Lisboa: D. Corazzi, 1887. Disponível: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518751>. Acesso: 01/07/2019

PANE, Andrea. Atualidades de Gustavo Giovannoni. In KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni**: Textos escolhidos. Cotia; Ateliê Editorial, 2013.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Ed. UnB, 2006.

PESSÔA, José. Forma Urbana no Brasil: Uma amostragem de casos-tipo. In: Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português: 1415-1822. 2001, Lisboa. **Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português**: 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 651 – 659.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a preservação de áreas urbanas no Brasil. In: CUREAU, Sandra e tal. **Olhar Multidisciplinar sobre o patrimônio**. Belo Horizonte: Forum, 2011. p. 51- 62.

PINHEIRO, Augusto Ivan Freitas. Preservar, Conservar e Modernizar: Um Novo Paradigma para a Reabilitação do Centro do Rio. **Rio Estudos**, n. 52, Instituto Pereira Passos, 2002.

\_\_\_\_\_. A Reabilitação Urbana em Processo: In: LIMA, Evelyn Furquim; MALEQUE, Miria Roseira. **Cultura e Habitação**. Rio de Janeiro: 7letras, 2004, p.69-82.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a Preservação de áreas urbanas no Brasil. In: CUREAU, Sandra. KISH, Sandra. SOARES, Inês. LAGE, Cláudia (Coord.). **Olhar Multidisciplinar sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Forum, 2011.

PETRELLA, Antonio. John Ruskin e l' economia politica dell' art. **Restauro**: quaderni di restauro dei monumenti e di urbanística dei centri antiche. Napoli: n. 91-92, p. 77-81, 1987.

PEREIRA, Renata Baesso. Resenha sobre QUINCY, Quatremère. Lettres to Miranda and Canova on the abduction of antiquities from Rome and Athens. Los Angeles: The Getty Research Institute, 2012, 208 p. In: **Revista de História da Arte e Arqueologia**, n. 18, jul-dez/2012, p. 159-163. Disponível em < <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/revista18.htm>>. Acesso em 19/07/2019.

PICCOLOMINI, Papa Pio II. Bula Cum Almam Nostram Urbem. Roma: 1462. In CHOAY, Françoise (org.). **As Questões do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2015.

PIMENTEL, António Filipe. Da “Nova Ordem” à “Nova Ordenação”: Ruptura e continuidade na real Praça do Comercio. In: FARIA, Miguel Figueira de. **Praças Reais: Passado, presente e futuro**. Lisboa: Livros Horizonte/ UAL, 2008. p. 105-115.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

\_\_\_\_\_. O Desenho da Cidade: Formas urbanas e seus reflexos no Brasil – 1920-1960. **Caderno PPG-AU/UFBA**, Salvador, v. 6, Atlas Histórico de Cidades -edição especial, 2007.

POMIAN, Krzysztof. **Colecção**. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

PORTAS, Nuno. **A Cidade como Arquitetura**: Apontamentos de método e crítica. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

QUINCY, Quatremère de. **Cartas a Miranda**. Cotia: Ateliê Editorial, 2016. 144 p. (Artes e Ofícios). Organização, tradução e apresentação de: Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl.

RANELLUCCI, Sandro. **IL Restauro Urbano: Teoria e prassi**. Torino: Utet Libreria, 2003. 566 p.

RESOLUÇÃO DE SANTO DOMINGO, 1974. In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000

RIEGL, Aloïs. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora da Ucg, 2006. 121 p. Tradução de: Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. **Redobra**, n. 9, p. 58-71. Disponível em: [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9\\_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf). Acesso em: 17/02/2021.

RIVLIN, Leanne. Olhando o passado e o futuro: Revendo pressupostos sobre as relações pessoa-ambiente. **Estudos de Psicologia**, Natal., v.8, n.2, p. 215-220, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/19037.pdf>>. Acessado em: 18/02/2020.

ROBA, Fábio. MACEDO, Sílvio Soares. **Praças Brasileiras**. São Paulo: EdUSP, 2010.

ROJAS, Eduardo. **Urban Heritage Conservation in Latin America and the Caribbean: A task for all social actors**. Washington, D.C: Inter-American Development Bank. Technical Papers Series, 2002. Disponível em <<https://publications.iadb.org/publications/english/document/Urban-Heritage-Conservation-in-Latin-America-and-the-Caribbean-A-Task-for-All-Social-Actors.pdf>>. Acesso em 17/09/2019.

\_\_\_\_\_. Historic Cities and the Venice Charter: Contributions to the Sustainable Preservation of Urban Heritage. **Change Over Time**, Philadelphia, v. 4, n. 2, p. 196-203. 2014. Disponível em <<https://muse.jhu.edu/issue/30855>> Acesso em 25/11/2019.

ROMÃO, Andrea. São Cristóvão, Se. In: Pessôa, José. **Atlas de centros Históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em sítios históricos industriais**. São Paulo: Fapiunifesp: Edusp, 2013. 360 p.

RUSKIN, John. **The Opening of Crystal Palace: Considered in some of its relations to prospects of arts**. London: Smith, Elder and Co., 65 Cornhill, 1854. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=fZhZAAAAYAAJ&printsec=frontcover&so>

[urce=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](#) Acesso em 06/06/2017

\_\_\_\_\_. **As Pedras de Veneza**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Lâmpada da Memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. 88 p. (Artes e Of). Tradução e apresentação de: Maria Lucia Bressan Pinheiro.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SANT'ANNA, Marcia. **Da Cidade Monumento à Cidade-Documento: A norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Oiti Editora, 2014. 456 p.

SANTOS, Adalberto Silva. Patrimônio e Memória: Da imposição de identidades à potencialização de atos coletivos. In: RUBIN, Antônio Albino Canelas. ROCHA, Renata. (Org.) **Políticas Culturais**. Salvador: EdUFBA, 2012, p-67-88. Disponível em < <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7663>>, acesso em 21/11/2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Os Espinhos de uma Coroa sem Flor: A teatralidade barroca na Procissão dos Passos em São Cristóvão, Sergipe. **Revista Geonordeste**. São Cristóvão, Ano XXVI, n. 2, p. 87-99, ago./dez. 2015.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual**. Petropolis: Vozes, 1982.

SÃO CRISTÓVÃO. **LEI Nº XX/2009**. De 09 de Março de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de São Cristóvão. São Cristóvão: Câmara Municipal, 2009.

SEGAWA, Hugo. **Ao Amor do Público: Jardins do Brasil**. São Paulo: FAPESP: Studio Nobel, 1996.

SIERRA BRAVO, Restituto. **Técnicas de Investigación Social. Teorias y Ejercicios**, 14a ed., Madrid: Thomson Learning. Brewer, J. e Hunter, A., 1991.

SMETS, Marcel. **Charles Buls: Les principes de l'art urbain**. Liège: Pierre Mardaga, 1995. 305 p. (Architecture + Recherches).

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo; Ática, 1992.

TAVARES, Domingos. **Leon Baptista Alberti: Teoria da arquitectura**. Porto: Dafne Editora, 2004.

TEIXEIRA, Manuel C. (org.) **A Praça na Cidade Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

\_\_\_\_\_. A Construção do Brasil Urbano. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.) **A Construção da Cidade Brasileira**. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.

TEIXEIRA DA SILVA, Rafael Henrique. **Patrimônio e Poética em São Cristóvão**: Entre a razão e a imaginação. 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2018.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens**: A secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDURN- Editora da UFRN, 2009.

TERMO DE REFERÊNCIA do Largo do Théberge. In: ICÓ. Prefeitura Municipal. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Icó: Planos técnicos do Brasil. Icó: Secretaria de Infraestrutura, 2001.

TORSELLO, B. Paolo. **Che Cos'è il Restauro?**: Nove studiosi a confronto. 6. ed. Venezia: Elementi Marsilio, 2016. 159 p.

UNESCO. **Actas de la Conferencia General**: 14 reunion. Paris, 1966. Disponível em < [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114048\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114048_spa)>. Acesso em 28/11/2019.

VARGAS, Heliana Comim. **Intervenções em Centros Urbanos**: Objetivos, estratégias e resultados. 2. ed. Barueri: Manole, 2009. 289 p.

VASCONCELLOS, Salomão de. **Mariana e seus Templos**. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner Ltda, 1938, 116 p.

VAZ, Liliam Fesler. Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no Período Colonial. In: TEIXEIRA, Manuel C. **A praça na Cidade Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte LTDA. 2001.

VIANNA JUNIOR., A. (Org.). **A estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil**: uma análise crítica de documentos inéditos. Brasília: Rede Brasil, 1998.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de Sítios Históricos**: A transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Editora Universitária da Ufpe, 2008. 363 p.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauroação**. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2006. 80 p. (Artes e Ofícios). Tradução de: Beatriz Mugayar Kühl.

WIECZOREK, Daniel. **Camillo Sitte**: Et les débuts de l'urbanisme moderne. Liège: Pierre Mardaga, . 223 p. (Architecture + Recherches).

WIPFLI, Mônica. (2000) **Intervenções Urbanas em Centros Históricos**: Estudo de Caso Cidade de Salvador. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2000.

ZANCHETI, Silvio. Revalorização de Áreas Centrais: A estratégia do Bairro do Recife. In: ZANCHETI, Silvio. MARINHO, Geraldo. MILET, Vera. **Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas**. Recife: MDU/ UFPE, 1995. P. 100-109.

\_\_\_\_\_. O financiamento da revitalização dos centros históricos de Olinda e Recife: 1979 – 2005. **Ceci** – Textos para Discussão N.03. Série Gestão da Conservação. Olinda, 2007. p. 01-18. Disponível em <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/330-textos-para-discussao-v-03.html> Acesso em 18/09/2019.

ZANIRATO, Silvia Helena. A Restauração do Pelourinho no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil. Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. História, cultura e cidade. **História Actual Online**. n.14. Out. 2007. P. 35-47. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2529031> Acesso em 06/ 10/ 2020.

ZUKIN, Sharon. Patrimônio de Quem? Cidade de Quem? Dilemas Sociais do Patrimônio Cultural na dimensão Urbana. In: CYMBALISTA, Renato. FELDMAN, Sarah. KÜHL, Beatriz (Org.). **Patrimônio Cultural: Memórias e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume: Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017. P. 25-45.

## INFORMAÇÃO VERBAL

CAFÉ, Carlos. Depoimento [Entrevista cedida a] Maria Helena de Andrade Azevedo. Entrevista concedida para a pesquisa sobre As Ações do Programa Monumenta na Praça São Francisco, em São Cristóvão/ SE. Brasília, 2019.

CAMPELO COSTA, Antônio Carlos. Depoimento [Entrevista cedida a] Maria Helena de Andrade Azevedo. Entrevista concedida para a pesquisa sobre As Ações do Programa Monumenta no Largo do Thebérge, no Icó/ CE. Fortaleza, 2019.

COSTA, Tatiana. Depoimento [Entrevista cedida a] Maria Helena de Andrade Azevedo. Entrevista concedida para a pesquisa sobre As Ações do Programa Monumenta na Praça São Francisco, em São Cristóvão/ SE. Aracaju, 2018.

COSTA, Wellington. Depoimento [Entrevista cedida a] Maria Helena de Andrade Azevedo. Entrevista concedida para a pesquisa sobre As Ações do Programa Monumenta na Praça São Francisco, em São Cristóvão/ SE. Aracaju, 2018.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. Depoimento [Entrevista cedida a] Maria Helena de Andrade Azevedo. Entrevista concedida para a pesquisa sobre As Ações do Programa Monumenta no Largo do Thebérge, no Icó/ CE. Fortaleza, 2017.

MACIEL, Carlos Alberto. Depoimento [Entrevista cedida a] Maria Helena de Andrade Azevedo. Entrevista concedida para a pesquisa sobre As Ações do Programa Monumenta na Praça São de São Pedro, em Mariana/ MG. Belo Horizonte, 2018.

MONTENEGRO, Aída Maria Matos. Depoimento [Entrevista cedida a] Maria Helena de Andrade Azevedo. Entrevista concedida para a pesquisa sobre As Ações do Programa Monumenta no Largo do Thebérge, no Icó/ CE. Fortaleza, 2019.

SERRA e NEVES, Nelson. Depoimento [Entrevista cedida a] Maria Helena de Andrade Azevedo. Entrevista concedida para a pesquisa sobre As Ações do Programa Monumenta no Largo do Thebérge, no Icó/ CE. Fortaleza, 2019.

## APÊNDICE A - ENTREVISTA

### Roteiro básico para as entrevistas realizadas com os arquitetos responsáveis pelo projeto das praças

Perguntas:

- 1) Sobre a atuação do escritório junto a alguns projetos de praça: Como a equipe de arquitetos tomou conhecimento da demanda do projeto?
- 2) O IPHAN/ Monumenta definiu algum parâmetro ou conceito que norteasse o projeto?
- 3) A equipe já conhecia a Praça antes de elaborar o projeto urbano?
- 4) Como ocorreu a fase de leitura espacial da praça? Que recursos foram usados (croqui, foto, vídeo)
- 5) Houve alguma preocupação com os elementos morfológicos do entorno – o cruzeiro, a igreja, os demais edifícios, as vias
- 6) A equipe procurou mapear os usos e apropriações da praça? – questões relativas ao pertencimento, à apropriação, à afetividade e à representação da praça para os moradores
- 7) Após a visita para leitura da praça, que elementos foram elencados como significantes para encaminhar a proposta projetual? Por que?
- 8) Quais as influências que a paisagem construída teve sobre a proposta projetual?
- 9) Quais os conceitos que nortearam a proposta?
- 10) Onde as proposições dos teóricos da conservação influíram nas decisões projetuais?
- 11) Foi pensado em algum tipo de artifício simbólico para relacionar aquele lugar e a proposta projetual?
- 12) O estudo projetual desenvolvido por sua equipe não foi implementado. O escritório recebeu alguma justificativa a respeito de tal decisão?
- 13) Enquanto responsáveis pelo projeto, como o senhor vê esta atitude por parte do IPHAN
- 14) Hoje, ao olhar para a obra concluída, que palavras os senhores arquitetos usam para descrever a imagem da Praça \_\_\_\_\_?

## **ANEXO A – REGULAMENTO OPERATIVO**

Brasil.

Programa de preservación de patrimonio histórico y cultural

BR-0261.

### **Reglamento operativo**

Aspectos técnicos

### **Objetivos y principios de acción**

#### ***Objetivos***

El objetivo de las inversiones que financiará el Programa es de promover la preservación sostenible del patrimonio cultural e histórico urbano declarado bajo protección por el nivel federal de gobierno. Se considera que la preservación es sustentable cuando los monumentos individuales, conjuntos y espacios públicos bajo protección retienen de modo permanente sus características estructurales, estilísticas y funciones sin requerir nuevas inversiones en restauración, reconstrucción o adaptación. Este estado es el resultado de destinar los edificios y espacios públicos a usos capaces de darles el mantenimiento rutinario y preventivo necesario.

Para efectos de asegurar la sostenibilidad de largo plazo del esfuerzo, el Programa busca promover la participación del sector privado y de los gobiernos municipal y estadual en los proyectos que financie. Esta participación deberá ser lo más amplia posible incluyendo aportes de financiamiento, bienes inmuebles, experiencia técnica y de gestión.

El Programa financiará una parte del costo de proyectos de conservación de monumentos declarados de protección por el nivel federal de gobierno. Se considera como monumentos bajo protección federal aquellos que el Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN) consigna como tales en el registro Federal de Bienes Protegidos.

### ***Principios generales de intervención***

La preservación de sitios históricos y culturales sólo será sustentable en el largo plazo si es asumida como tarea por toda la comunidad (gobierno, empresarios, sociedad civil, comunidades). Este proceso requiere el liderazgo del gobierno. Este liderazgo deberá ser ejercido por el nivel de gobierno más cercano al problema que es la municipalidad la cual puede tener el apoyo de los niveles estatales y federales cuando carezcan de capacidad institucional y financiera.

La acción del gobierno debe ser subsidiaria a la acción privada asumiendo sólo las tareas que el sector privado no puede ejecutar (por ejemplo el mejoramiento del espacio público o la infraestructura) o las que el sector privado no puede realizar eficientemente (por ejemplo la consolidación de suelo).

### **Tipos de proyectos**

#### ***Tipos de problemas de revitalización y naturaleza de las intervenciones***

Los monumentos, conjuntos o espacios públicos declarados bajo protección por el nivel federal de gobierno se encuentran localizados en diferentes tipos de áreas urbanas. En consideración al rol funcional de estas áreas y el diferente potencial de revitalización que tienen, se pueden distinguir dos casos generales.

*Centros históricos protegidos.* Áreas centrales (usualmente el lugar fundacional de las ciudades) que contienen monumentos de interés artístico o histórico protegidos por el Gobierno Federal. Estos centros generalmente presentan problemas de deterioro. Estas áreas deterioradas contienen mayoritariamente edificios residenciales, comerciales e institucionales privados cuyo principal valor patrimonial reside en enmarcar monumentos históricos o culturales y ser representativos de una forma de desarrollo urbano cuya memoria material se busca conservar. Los problemas de conservación de estas áreas se originan en la pérdida de funciones centrales que sufrieron como consecuencia del crecimiento urbano descentralizado. Los proyectos de revitalización para este tipo de áreas deben contemplar además de las inversiones en preservación y reciclaje de monumentos e inmuebles del entorno, el fomento de nuevas actividades centrales.

*Monumentos individuales protegidos.* Estas se dan generalmente en ciudades con una gran dinámica de crecimiento cuyos centros fundacionales han sufrido importantes transformaciones. La dinámica urbana ha dejado algunos monumentos de gran significación en medio de nuevas edificaciones y espacios públicos y amplias áreas de deterioro urbano. En estos casos, los proyectos de preservación del patrimonio histórico y cultural de protección federal deberán enmarcarse en programas más amplios de rehabilitación urbana, sin embargo el Programa contribuirá solamente al financiamiento de las inversiones en conservación monumental siendo el resto de las inversiones de responsabilidad municipal.

### ***Enfoque general de los proyectos***

El Programa financiará una parte de las inversiones incluidas en *Proyectos Integrados de Preservación de Patrimonio* cultural o histórico de protección federal que cuenten con participación activa de socios del sector privado y sean promovidos por los municipios.

El Programa enfatiza la necesidad de un enfoque integrado a la preservación como garantía de sustentabilidad de largo plazo del esfuerzo federal de preservación. Los proyectos se considera que son integrados cuando incluyen, además de las inversiones en preservación y rehabilitación de edificios o conjuntos patrimoniales declarados de protección por el nivel federal de gobierno, las inversiones complementarias que se requieran para mejorar el entorno del monumento y asegurar su uso sustentable. Estas pueden incluir el mejoramiento de la infraestructura, los espacio públicos, el fomento de nuevas actividades económicas y el apoyo a las inversiones privadas de preservación. Los proyectos deberán incorporar la iniciativa privada desde su concepción tanto en calidad de potenciales operadores de los monumentos o inmuebles públicos preservados, como socios inversionistas inmobiliarios y comerciales en el esfuerzo de revitalización de las áreas de intervención.

Las propuestas de preservación e inversiones complementarias deben centrarse en las necesidades de preservación sustentable de los monumentos o conjuntos y extenderse hacia el ámbito urbano cuanto sea indispensable para garantizar la calidad del entorno y la sustentabilidad de las inversiones en preservación. Este espacio constituirá el **Área de Proyecto**. Cabe destacar que si bien es claro que el esfuerzo de preservación monumental no es sustentable sin la revitalización de las áreas circundantes, es necesario tener en cuenta que el proceso de preservación de monumentos históricos y culturales y sus entornos edilicios inmediatos es sólo una de las múltiples dimensiones del complejo proceso de revitalización de áreas centrales. La revitalización urbana es un objetivo local de responsabilidad municipal. Por esta razón, el financiamiento que provee el Programa debe entenderse como una contribución especializada al conjunto de inversiones requeridas para la revitalización urbana y no constituye la principal fuente de financiamiento de los programas de revitalización urbana de la municipalidad.

### **Inversiones elegibles**

*Conservación.* Inversiones para conservar bienes inmuebles de interés cultural o histórico declarados bajo protección por el nivel federal de gobierno y adecuarlos para acoger usos culturales, residenciales o productivos que garanticen la sostenibilidad de las inversiones en conservación.

*Mejoramiento del espacio público.* Inversiones en el espacio público del entorno del monumento o inmuebles a conservar y que formen parte del conjunto monumental. Las

inversiones elegibles incluyen pavimentos, mobiliario urbano y señalización, iluminación, paisajismo, y mejoramiento de tendidos eléctricos y de teléfonos donde se justifique por las necesidades de la conservación de los monumentos federales.

*Infraestructura local.* Se financiarán reparaciones menores de la infraestructura de agua potable, alcantarillado y drenaje en el entorno inmediato de los monumentos cuando esto se justifique por las necesidades de la preservación y uso sustentable de los monumentos o inmuebles a conservar.

*Promoción de la rehabilitación privada de inmuebles.* Fomento de las inversiones en conservación sustentable emprendidas por el sector privado en el entorno inmediato de los monumentos o dentro de las áreas declaradas de protección por el nivel federal. Los instrumentos de promoción pueden incluir:

1. Asesoría técnica para la preparación y aprobación de proyectos de conservación.
2. Incentivos a la conservación y rehabilitación para usos compatibles con el proyecto integrado de conservación. Estos asumirán la forma de adelantos de dineros para financiar la conservación de la estructura, fachada y techumbre de edificios particulares localizados en el área de proyecto y cuya conservación sea considerada prioritaria. Los recursos adelantados serán recuperados por el Fondo de Preservación según los términos especificados en el anexo financiero.

El rol de los aportes a la recuperación de inmuebles privados es el de contribuir a revitalizar el área donde se localizan los inmuebles de protección federal a ser beneficiados por el Programa. La recuperación de los aportes seguirá las pautas definidas en la sección sobre aspectos financieros de este Reglamento.

*Mitigación de impactos sociales y ambientales.* Se financiarán las inversiones necesarias para mitigar los impactos negativos de la conservación sobre los grupos de menores ingresos que habitan en las áreas de proyecto. En el caso que se deba relocalizar población residente en forma temporal o permanente, las propuestas de relocalización deberán cumplir con la política del Banco sobre Reasentamiento Involuntario. Asimismo, se financiarán los costos de mitigación de los impactos ambientales temporales o permanentes que genere el proyecto. Estas inversiones deben formar parte integral del proyecto y ser incluidas en su costo total y en el análisis de costo beneficio.

*Asistencia técnica.* El Programa financiará los costos de la asistencia técnica requerida por los promotores (municipios, gobiernos estatales) para la elaboración, evaluación y ejecución de los proyectos.

*Promoción de actividades económicas en centros históricos.* El Programa financiará servicios de consultoría, equipos y materiales requeridos para promover el desarrollo de actividades económicas que hagan uso productivo de los bienes patrimoniales preservados. Estas

actividades generarán beneficios a los residentes de los centros históricos y generarán recursos para su mantenimiento.

*Reparaciones de emergencias.* Las inversiones en reparaciones de emergencia sólo serán elegibles para monumentos individuales declarados de preservación por el nivel federal, que corran peligro de colapso y desaparición y se encuentren fuera del área de rehabilitación beneficiada por el proyecto pero dentro de su área de influencia inmediata. Junto con justificar la importancia patrimonial del inmueble y explicar la condición de emergencia, se deberán exponer las razones por las que no se procede a su rehabilitación definitiva y las medidas previstas para su realización, incluido el cronograma previsto y el origen de los recursos para financiarlas.

### **Proceso de selección de proyectos**

Para efectos de seleccionar proyectos a ser financiados por el Programa, se seguirá el siguiente procedimiento:

1. La UCG invitará a las municipalidades con centros históricos protegidos por el Gobierno Federal que figuren en las 20 primeras prioridades de IPHAN a presentar ideas de proyectos de conservación en el marco del Programa.
2. La UCG determinará la elegibilidad de las ideas de proyecto con base en una evaluación del grado de cumplimiento de los objetivos del Programa Monumenta, en particular los que hacen referencia a la participación de inversionistas privados en el financiamiento y operación de los monumentos rehabilitados.
3. Con base en la disponibilidad de recursos, la prioridad IPHAN y las características de los proyectos, la UCG seleccionará los proyectos que se incorporarán prioritarios y notificará a los municipios seleccionados para que desarrollen los proyectos.

### **Análisis técnico de los proyectos**

*Desarrollo de los proyectos.* La primera fase de elaboración de los proyectos deberá incluir un análisis de alternativas que demuestre a la UCG que la alternativa seleccionada corresponde a la de menor costo que satisface los objetivos del proyecto. Los municipios deberían desarrollar esta fase del proyecto en consulta con la UCG de modo de asegurarse que la alternativa seleccionada cumple con esta condicionalidad del Programa.

Para desarrollar el análisis técnico de los proyectos y posibilitar el análisis económico, institucional, financiero y de impacto social y ambiental, las inversiones propuestas en la alternativa seleccionada deberán desarrollarse al nivel de proyecto básico. Esto significa que se requiere el nivel de detalle suficiente para: (i) tener una apreciación completa de la calidad

de diseño y materialidad de la conservación o rehabilitación que se hará en los inmuebles <sup>1</sup>y las modificaciones que se introducirán en el espacio público, detalle de las inversiones en señalización, mobiliario urbano, arborización y sistemas de control de tránsito y, en general, de todas las inversiones propuestas; (ii) hacer cubicaciones ajustadas de los volúmenes de obra y costos de equipos para elaborar presupuestos de inversión con márgenes de incertidumbre inferiores a diez por ciento; (iii) permitir el desarrollo de los documentos de ejecución para llamado a licitación. Los presupuestos deberán separar los costos de las inversiones en conservación de los monumentos protegidos por el nivel federal y los costos de las inversiones en el entorno de los monumentos. Los costos deberán incluir el costo de las medidas de mitigación ambiental y de reasentamiento de población.<sup>2</sup>

*Costos.* Los presupuestos de costos estarán basados en un análisis de costos unitarios. Para las inversiones en el espacio público los equipos de proyecto demostrarán que se ha usado la alternativa de mínimo costo que satisface las especificaciones del proyecto. En las inversiones de preservación de monumentos los costos se justificarán con base en estudios de costos unitarios en proyectos de preservación que usen tecnologías y materiales similares.

*Aprobaciones.* Para ser elegibles de financiamiento, los proyectos deberán contar con licencias ambientales (según corresponda), aprobación municipal de obras y certificación del IPHAN.

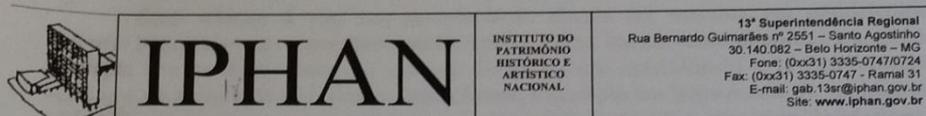
*Imprevistos.* La estimación de imprevistos deberá hacerse con base en un estudio de proyectos de rehabilitación ejecutados de características similares a los propuestos. Los imprevistos deberán estimarse para cada tipo de obra por separado, preservación de edificios monumentales (por tipo de edificio y construcción), rehabilitación de inmuebles particulares, mejoramiento del espacio público, etc.

---

<sup>1</sup>Esto incluye, planos completos de arquitectura y estructuras a escala 1:50 con los detalles más significativos, especificaciones técnicas completas, cubicaciones detalladas y presupuestos detallados de obra basados en estudios de costos unitarios documentados.

<sup>2</sup>Esta información es la misma que se solicita en el Anexo sobre aspectos ambientales y sociales.

## ANEXO B – OFÍCIO COM PARACER TÉCNICO PARA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA PRAÇA SÃO PEDRO



OFÍCIO/GAB/13ª SR/IPHAN n.º 0767/05

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2005

Prezado Prefeito,

Venho através deste encaminhar-lhe Parecer Técnico para Proposta de Intervenção na Praça São Pedro dos Clérigos/Programa Monumenta, resultado do trabalho da Comissão Técnica designada para esse fim. Compõem a referida Comissão os técnicos: Alessandra Deotti e Silva/Chefe da Divisão Técnica da 13ªSR/IPHAN-MG; Susana Leal Santana/Chefe do ET I/Congonhas; Maria Cristina Seabra de Miranda/Chefe do ETII/Mariana e André Henrique Macieira de Souza/Chefe do ET II/Serro.

### **Parecer Técnico para Proposta de Intervenção na PRAÇA SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS/Programa MONUMENTA**

#### **1 - Proposta Urbanística**

A proposta de definição de platôs escalonados, criando-se espaços de permanência e contemplação do conjunto arquitetônico tombado, constitui-se em um ponto extremamente positivo no projeto. Entretanto, a priorização do uso para pedestres não se justifica diante da utilização consolidada daquele espaço, caracterizada pela visita constante de turistas que acessam o local em diversos veículos, fazendo uso da área de retorno como estacionamento temporário (*FOTOS 01/02/anexas*). O projeto suprime o acesso e área de parada de veículos e não prevê a relocação desta área, comprometendo seu uso atual.

As dimensões da via de acesso e circulação de veículos ao adro da Igreja, atualmente existentes, deverão ser mantidas, conjugando-se o espaço de patamares (mirantes) com o de circulação e parada de veículos (área de retorno). Para tanto, sugere-se a manutenção, ou senão, o estreitamento da ilha, mantendo-se seu eixo alinhado com o da Igreja e deslocando-se a faixa de passeio, hoje existente em pé-de-moleque /seixo rolado ao lado da área de grama, de modo que se amplie a área para implantação dos patamares e que o passeio se localize entre estes e a via (*FOTO03/anexa*).

Com relação à via, sua pavimentação deverá ser mantida em paralelepípedo, material historicamente integrado àquele espaço. Dessa forma, serão mantidas a ambiência, a leitura e a unidade visual do espaço, diante do uso consolidado e já incorporado ao cotidiano da comunidade. Evita-se, dessa forma, a inserção em larga escala de pavimentação não utilizada historicamente em vias e espaços públicos do Sítio Histórico de Mariana – o quartzito (*FOTO 04/anexa*).

A solução adotada para o piso dos patamares, através do plantio de grama é adequada, uma vez que se integra harmonicamente à paisagem natural existente. A pavimentação proposta para o primeiro patamar em pé-de-moleque / seixo rolado, deverá se estender ao longo do passeio existente, ladeando os patamares revestidos de grama, mantendo-se assim a unidade visual com a utilização do mesmo material.

A cobertura vegetal da ilha, dos patamares e taludes assim como a supressão das palmeiras existentes é apropriada, sendo adequada a utilização de grama natural da região. A vegetação suprimida deverá ser transferida para uma área de interesse do município.

Ressalta-se que as indicações operativas como medidas de intervenção para a área do chafariz são extremamente coerentes e devem servir de referência para todas as intervenções desta natureza.

Toda a área de passeio originalmente revestida por pavimentação de seixo rolado deverá ser mantida e recomposta, ou seja: Rua Dom Silvério desde o chafariz até a edificação de nº 604/Atelier Elias Layon (*FOTOS 05/06/anexas*).

A altura da mureta em placas de quartzito irregular proposta em substituição à balaustrada deverá ser especificada, não devendo ultrapassar 90 cm, com base em normas técnicas de segurança e de modo a não obstruir a contemplação da paisagem, atualmente favorecida pela permeabilidade visual da balaustrada.

## **2 - Mobiliário Urbano**

As considerações e orientações acerca da proposta de mobiliário urbano, ora analisada, valem especificamente para esta Praça.

A solução apresentada para os bancos é positiva por tirar proveito da topografia do terreno e ser facilmente incorporada à leitura da paisagem. No entanto, é necessário apresentar solução de segurança para os pedestres que utilizarão esses patamares em relação à encosta, sem que resulte em barreira visual, de modo a não obstruir a contemplação da paisagem.

O totem elétrico proposto possui dimensões (60cm x 160cm) e características que concorrem visualmente com o monumento – Igreja de São Pedro dos Clérigos, bem como se caracteriza como um elemento de interferência na sua visada.

No que diz respeito ao “Det. Totem 1”, reformular proposta conforme o Guia Brasileiro de Sinalização Turística, elaborado pelos órgãos EMBRATUR, IPHAN e DENATRAN (ano de 2001, páginas 106 a 118, referente ao tipo de placa para mirantes), encontrado no site do IPHAN: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).